



TESE DE DOUTORADO - IAU-USP

OS PÁTIOS DE LUCIO COSTA E DOS
JESUÍTAS NO SPHAN DA ERA VARGAS
(1930-1953)

Rogério Entringer

ORIENTADOR: CARLOS MARTINS

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
INSTITUTO DE ARQUITETURA E URBANISMO

ROGÉRIO ENTRINGER

**Os Pátios de Lucio Costa e dos Jesuítas no SPHAN da Era Vargas
(1930-1953)**

SÃO CARLOS
2023

ROGÉRIO ENTRINGER

**Os Pátios de Lucio Costa e dos Jesuítas no SPHAN da Era Vargas
(1930-1953)**

Versão Corrigida

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo do Instituto de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, Área de Concentração: Teoria e História da Arquitetura e do Urbanismo, Linha de Pesquisa: Arquitetura, Cidade e Paisagem no Brasil e na América Latina, como parte dos requisitos para a obtenção de título de doutor.

Orientador: Prof. Dr. Carlos Alberto Ferreira
Martins

SÃO CARLOS
2023

AUTORIZO A REPRODUÇÃO TOTAL OU PARCIAL DESTA TRABALHO,
POR QUALQUER MEIO CONVENCIONAL OU ELETRÔNICO, PARA FINS
DE ESTUDO E PESQUISA, DESDE QUE CITADA A FONTE

Ficha catalográfica elaborada pela Biblioteca do Instituto de Arquitetura e Urbanismo
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

EE61p Entringer, Rogério
Os pátios de Lucio Costa e dos Jesuítas no SPHAN
da Era Vargas (1930-1953) / Rogério Entringer;
orientador Carlos Alberto Ferreira Martins. -- São
Carlos, 2023.
356 p.

Tese (Doutorado) - Programa de Pós-Graduação em
Arquitetura e Urbanismo, Teoria e História da
Arquitetura e do Urbanismo -- Instituto de
Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo,
2023.

1. Lucio Costa. 2. Jesuítas. 3. Pátios. 4. SPHAN.
5. Era Vargas. I. Martins, Carlos Alberto Ferreira,
orient. II. Título.

Bibliotecária responsável pela estrutura de catalogação da publicação de acordo com a AACR2:
Brianda de Oliveira Ordonho Sigolo - CRB - 8/8229

FOLHA DE JULGAMENTO

Candidato: **Rogério Entringer**

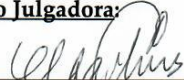
Título da tese: "Os pátios de Lúcio Costa e dos Jesuítas no SPHAN da Era Vargas (1930-1945)".

Data da defesa: **29/06/2023**

Orientador: Prof. Dr. Carlos Alberto Ferreira Martins

Comissão Julgadora:

Resultado:




Prof. Dr. Carlos Alberto Ferreira Martins
(IAU/USP)

Não votante




Prof. Dr. Carlos Roberto Monteiro de Andrade
(IAU/USP)

Aprovado



Prof. Dr. Marcelo Suzuki
(IAU/USP)

APROVADO




Prof. Dr. Carlos Eduardo Dias Comas
(UFRGS)

APROVADO



Prof. Dr. Roberto Luís Torres Conduru
(SMU, USA)

APROVADO



Profª Drª Ana Cristina dos Santos Tostões
(IST/ UL)

APROVADO

Coordenador e Presidente da Comissão de Pós-Graduação do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo: **Prof. Dr. João Marcos de Almeida Lopes.**

AGRADECIMENTOS

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001.

This study was financed in part by the Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Finance Code 001.

Agradeço o Instituto de Arquitetura e Urbanismo da USP de São Carlos e sua CPG pela bolsa concedida para a realização desse trabalho junto a CAPES.

Gostaria de agradecer meu orientador, Carlos Martins, em especial, e aos professores Gelson Almeida Pinto (in memoriam), Joubert Lancha (atual Diretor do IAU-USP), João Marcos de Almeida Lopes (IAU-USP), Marcelo Suzuki (IAU-USP), Carlos Roberto Monteiro de Andrade (IAU-USP), José Tavares Lira (FAU-USP), Ana Tostões (Técnico Lisboa), Roberto Conduru (SMU-Dallas), Carlos Eduardo Dias Comas (UFRGS) e todos os demais professores que contribuíram diretamente com esse trabalho.

Agradeço ao Frederico, à Bárbara e toda a minha família.

Gostaria de agradecer aos funcionários do IAU-USP de São Carlos.

Agradeço os Arquivos, Bibliotecas, Fundações, Institutos e Museus visitados.

E por fim, gostaria de agradecer a todos os pares e amigos de diversas regiões do Brasil e fora dele que, de qualquer forma, contribuíram com esse trabalho, e que não caberiam neste breve agradecimento.

Meu caro Mário, ainda as voltas com os estudos jesuíticos encetados com rigor por esta repartição desde o ano passado, venho pedir-lhe a solicitar da reitoria da USP licença para fotografar os manuscritos das cartas e mais documentos que se acharem no Arquivo dos Regulares da Companhia de Jesus (...) Alguns desses manuscritos que nos interessam tão vivamente, por trazerem notícias mais ou menos detalhadas sobre o movimento jesuítico dos séculos XVII e XVIII.
(Rodrigo M. F. de Andrade, em carta à Mario de Andrade, IEB-USP, 1941)

Padre Leonel Franca influenciou Lucio Costa.
(Alceu Amoroso Lima, em Editorial da Revista A Ordem, 1948)

Cruz - traço lúcido de união – macro e micro.
(Lucio Costa, em Leis das Resultantes Convergentes).

O considerável acervo de obras de arte que os padres da Companhia de Jesus nos legaram, poderá não ser, a rigor, a contribuição maior, nem a mais rica, nem a mais bela, no conjunto dos monumentos de arte que nos ficaram do passado. É, contudo, uma das mais significativas. (...) Foi precisamente esse estilo sóbrio e de formas geométricas definidas (...) estilo ali, então, ‘ultramoderno’ (...) que veio para o Brasil quinhentista, trazido de primeira mão - novo em folha - pelo arquiteto Francisco Dias, colaborador na construção da Igreja de São Roque em Lisboa.
(Lucio Costa em A Arquitetura dos Jesuítas no Brasil, Revista do SPHAN, 1941).

Trabalhei cerca de 12 anos ao lado de Lúcio Costa. Dizia-se mais um consultor de Rodrigo M. F. de Andrade, do que um burocrata responsável pela Divisão de Estudos e Tombamento (...) em geral preferia manter-se ao silêncio - que eu respeitava como se respeita o silêncio das igrejas (...) sua inclinação natural para a penumbra, o bastidor, a ocultação de si mesmo (...) parecia querer mesmo se ocultar de todos e de tudo, até do nome de Lúcio Costa.
(Carlos Drummond de Andrade, Jornal do Brasil, 1968).

No Brasil, hoje é sempre ontem!
(Anônimo).

Os Pátios de Lucio Costa e dos Jesuítas no SPHAN da Era Vargas (1930-1953)

Rogério Entringer¹

**¹USP – Universidade de São Paulo - Instituto de Arquitetura e Urbanismo
São Carlos – SP – Brasil
rogerioentringer@gmail.com**

RESUMO

Esta tese visa construir um discurso, inclusive visual, que permita perceber como os signos jesuíticos se refletem na busca de Lucio Costa no intuito de legitimar a identidade do movimento moderno e da nacionalidade na Era Vargas. Pretende mostrar a existência da simbologia dos jesuítas em Lucio Costa, no SPHAN e no MEC da Era Vargas. Para tal, analisa as soluções funcionais da arquitetura colonial nas obras residenciais de Lucio Costa, atribuídas também à arquitetura dos jesuítas, argumentando que, afinal, o pátio aristotélico-tomista jesuítico, um espaço multifuncional e moderno, está presente com uma nova tipologia nos pátios residenciais deste arquiteto. Evidencia também a importância histórica dos jesuítas na Igreja e no Brasil, que com sua modernidade simples e funcional, abençoaram modernistas como Lucio Costa, Rodrigo Melo e Franco, Drummond e Portinari entre 1930 e 1953. Uma vez que os planos da educação e do patrimônio moderno resultam de uma aproximação entre o Estado e a Igreja entre 1930-1945, e revelam as conjunturas e estruturas da construção sistemática de uma teoria capaz de interpretar o Brasil, como condição de suporte para o autoatribuído papel de herói civilizador da nação, papel esse atrelado a Vargas e aos loyolanos, defende-se que os pátios jesuíticos são poderes simbólicos que legitimaram a um só tempo a identidade da Era Vargas, do SPHAN e da arquitetura de Lucio Costa.

Palavras-chave: Lucio Costa; Jesuítas; SPHAN; pátios; Era Vargas.

Los Patios de Lucio Costa y de los Jesuitas en el SPHAN¹ de la Era Vargas (1930-1953)

RESUMEN

Esta tesis busca construir un discurso, incluso visual, que permita percibir cómo los signos Jesuíticos se reflejan en la búsqueda de Lucio Costa en el intento de legitimar la identidad del movimiento moderno y de la nacionalidad en la Era Vargas. Pretende mostrar la existencia de la simbología de los jesuitas en Lucio Costa, en el SPHAN y en el MEC² de la Era Vargas. Para eso, analiza las soluciones funcionales de la arquitectura colonial en las obras residenciales de Lucio Costa, atribuidas también a la arquitectura de los jesuitas, argumentando que, al final, el patio aristotélico-tomista Jesuítico, un espacio multifuncional y moderno, está presente con una nueva tipología en los patios residenciales de este arquitecto. Evidencia también la importancia histórica de los jesuitas en la Iglesia y en Brasil, que con su modernidad simple y funcional, bendijeron modernistas como Lucio Costa, Rodrigo Melo e Franco, Drummond y Portinari entre 1930 y 1953. Dado que los planes de la educación y del patrimonio moderno resultan de una aproximación entre el Estado y la Iglesia entre 1930-1945, y revelan las coyunturas y estructuras de la construcción sistemática de una teoría capaz de interpretar a Brasil, como condición de apoyo para el autoatribuido papel de héroe civilizador de la nación, papel ese atado a Vargas y a los loyolanos, se defiende que los patios Jesuíticos son poderes simbólicos que legitimaron a un solo tiempo la identidad de la Era Vargas, del SPHAN y de la arquitectura de Lucio Costa.

Palabras clave: Lucio Costa; jesuitas; SPHAN; patios; Era Vargas.

¹ Servicio del Patrimonio Histórico y Artístico Nacional [de Brasil] (en traducción libre)

² Ministerio de Educación [de Brasil]

The Courtyards of Lucio Costa and the Jesuits in the SPHAN³ of the Vargas Era
(1930-1953)

ABSTRACT

This thesis aims to build a discourse, even visual, that allows us to understand how the Jesuitic signs are reflected in the search of Lucio Costa in order to legitimize the identity of the modern movement and nationality at Vargas Era. It intends to show the existence of the symbolism of the Jesuits in Lucio Costa, in the SPHAN and in the MEC⁴ of the Vargas Era. To this target, it analyzes the functional solutions of colonial architecture in the residential works of Lucio Costa, also attributed to the architecture of the Jesuits, arguing that, after all, the Aristotelian-Thomist Jesuitic courtyard, a multifunctional and modern space, is present with a new typology in the residential courtyards of this architect. It also highlights the historical importance of the Jesuits in the Church and in Brazil, who, with their simple and functional modernity, blessed modernists such as Lucio Costa, Rodrigo Melo e Franco, Drummond and Portinari between 1930 and 1953. Since the plans of education and modern heritage result from a rapprochement between the State and the Church between 1930-1945, and reveal the conjunctures and structures of the systematic construction of a theory capable of interpreting Brazil, as a condition of support for the self-appointed role of the civilizing hero of the nation, this role linked to Vargas and the loyolans, it is argued that the Jesuitic courtyards are symbolic powers that legitimized at once the identity of the Vargas Era, of SPHAN and the architecture of Lucio Costa.

Keywords: Lucio Costa; Jesuits; SPHAN; Courtyards; Vargas Era.

³ Brazilian Service for the Protection of Historical and Artistic Heritage (free translation).

⁴ Department of Education.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 - Getúlio Vargas e D. Leme em manifestação cívica no Rio de Janeiro	39
Figura 2 - Getúlio Vargas e D. Leme no desfile comemorativo da data da Independência do Brasil	39
Figura 3 - Gustavo Capanema, Alceu Amoroso Lima, Leonel Franca e Arlindo Vieira no pátio do Colégio Santo Inácio do Rio de Janeiro	46
Figura 4 - Gustavo Capanema, Padre Leonel Franca, Alceu Amoroso Lima no almoço em sua homenagem no Automóvel Clube, oferecido pelo Conselho Nacional de Educação	48
Figura 5 – Cardeal Cerejeira e António Salazar	60
Figura 6 - Salazar e Cerejeira em visita à Exposição Histórica da Ocupação Portuguesa	61
Figura 7 – Salazar e Cerejeira na Sessão Inaugural do Instituto Luso-Brasileiro de Alta Cultura	62
Figura 8 – Salazar e Cerejeira na Sessão Inaugural do Instituto Luso-Brasileiro de Alta Cultura	62
Figura 9 - Gustavo Barroso, discursando ao lado de Serafim Leite na Academia das Ciências em Portugal	69
Figura 10 - O ministro das colónias Júlio Cayolla com Padre Serafim Leite na Exposição Histórica da Expansão Portuguesa no Mundo	70
Figura 11 - O Ministro das Colónias Júlio Cayolla com Padre Serafim Leite na Exposição Histórica da Ocupação	72
Figura 12 - O Embaixador do Brasil Araújo Jorge com Gustavo Barroso na festa em honra dos membros da Comissão Executiva do Brasil nas Comemorações Centenárias de Portugal	72
Figura 13 – Araújo Jorge durante a cerimónia da benção do terreno onde vai ser construído o Pavilhão do Brasil, na Exposição do Mundo Português	73
Figura 14 - O Ministro da Educação Nacional durante a sua visita ao Pavilhão do Brasil, na Exposição do Mundo Português	74
Figura 15 - Oliveira Salazar e Araújo Jorge o Embaixador do Brasil, firmando o Protocolo no Acordo Comercial de 1933	75
Figura 16 - António Ferro, Araújo Jorge e Júlio Cayolla em partida para o Brasil	78
Figura 17 - António Ferro e Araújo Jorge Embaixador do Brasil	78
Figura 18 - Getúlio Vargas e Lourival Fontes assistem o jornalista António Ferro, diretor do Secretariado da Propaganda Nacional, de Portugal, assinar convênio no Palácio do Catete, sede do governo brasileiro	79

Figura 19 – Gustavo Capanema e outros durante almoço no Automóvel Clube promovido pelo escritor português Julio Cayolla	80
Figura 20 – Gustavo Capanema e António Ferro por ocasião da inauguração de exposição sobre o livro português	80
Figura 21 – Gustavo Capanema, António Ferro na sessão comemorativa do 1º aniversário da Associação dos Amigos de Portugal no Real Gabinete Português de Leitura	81
Figura 22 – Revista Atlântico n.1, 1942	82
Figura 23 - Fumo: desenho para um dos afrescos do Ministério da Educação e da Saúde – Cândido Portinari	84
Figura 24 - Desenho de Portinari para ilustrar poema de Adalgisa Nery	85
Figura 25 - Solenidade da instalação das Faculdades Católicas com a presença de Leonel Franca e Getúlio Vargas; e Getúlio Vargas e comissão de construção do campus da PUC-Rio, com Padre Pedro Belisário Velloso, e Condessa Pereira Carneiro em 1951.....	91
Figura 26 - A Igreja de Santa Luzia refletida na janela em fita do Edifício do MEC no Rio de Janeiro	99
Figura 27 - Desenho de Lucio Costa sobre a Lei dos Resultantes Convergentes	100
Figura 28 - Uma cruz de luz na fachada do Edifício do MEC no Rio de Janeiro	100
Figura 29 - A torre e a cruz da cúpula da igreja de Santa Luzia e ao fundo a cruz do risco da fachada livre e das janelas em fita do Edifício do MEC do Rio de Janeiro	101
Figura 30 - Ministério da Educação e Saúde: Plantas do térreo, do andar para exposições e conferências, do 1º pavimento.....	102
Figura 31 - Espaço livre do MEC, espaço de passagem	104
Figura 32 - Espaço livre do MEC, terraço jardim e jardim térreo	105
Figura 33 - Plan de l’Apartement le plus bas de l’Hospital de autoria do engenheiro militar Jacques Funck	106
Figura 34 - Vistas do Rio de Janeiro e Igreja dos Jesuítas no Morro do Castelo	107
Figura 35a - Stoa de Atenas, Praça Campidoglio de Roma, Palácio da Cancelleria de Roma, Paço Imperial do Rio de Janeiro	109
Figura 35b - Palácio dos Governadores de Ouro Preto e o Palácio das Nações de Genebra	110
Figura 36 - Plano de São Miguel das Missões, Plano da Missão de Candelaria do Paraguai, Planta da antiga fazenda dos jesuítas de Santa Cruz transformada em Imperial Fazenda de Santa Cruz, Colégio dos Reis Magos de Serra-Nova Almeida (ES) e Pátio do Colégio de São Paulo	111

Figura 37 - Revista A Ordem	113
Figura 38 - Desenhos de Lucio Costa sobre o Mobiliário Luso-brasileiro Setecentista e sobre o Mobiliário das Vanguardas Europeias Modernas	123
Figura 39 - Desenhos de Luís Saia da Igreja de São Pedro da Aldeia (RJ) e Símbolo da Companhia de Jesus	124
Figura 40 - Fotografia de Erich Hess da Arcada e pátio do antigo Colégio dos Jesuítas de Paranaguá e Desenho de Lucio Costa sobre o programa jesuítico	129
Figura 41 - Monlevade, Pilotis das casas, Lucio Costa, 1937.....	150
Figura 42 - Algumas das personalidades que assistiram à 1ª reunião da Academia Portuguesa da História, na Torre do Tombo entre eles Serafim Leite	153
Figura 43 – Carlos Drummond de Andrade, Rodrigo Melo Franco de Andrade e Gustavo Capanema	170
Figura 44 - Gustavo Capanema, Carlos Drummond de Andrade e Rodrigo Melo e Franco e outros no Jockey Club por ocasião de banquete oferecido a Fred Soper, diretor da Fundação Rockefeller em 1940	171
Figura 45 - Crônica de Drummond intitulada Lucio Costa na Repartição	173
Figura 46 – D. Leme assiste Carlos Drummond de Andrade discursar durante cerimônia por ocasião da Semana da Criança	176
Figura 47 - A Catequese, 1941, têmpera, Cândido Portinari	179
Figura 48 - Retrato do padre jesuíta Luiz Figueira feito por Cândido Portinari	180
Figura 49 - Padre Anchieta, Cândido Portinari	182
Figura 50 - A Divina Pastora, 1944, por Cândido Portinari na Casa Barão de Saavedra, Corrêas, Petrópolis	184
Figura 51 - Gustavo Capanema em almoço oferecido a Cândido Portinari no Jockey Club	186
Figura 52 - Gustavo Capanema, Getúlio Vargas e outros visitam a exposição de Cândido Portinari no Museu Nacional de Belas Artes	187
Figura 53 - Torre do Seminário de Belém da Cachoeira, BA, e Sacristia da Igreja dos Jesuítas de Salvador	189
Figura 54 - Torre da Igreja da Residência dos Reis Magos, Serra, Espírito Santo	190
Figura 55 - Igreja e Residência dos Reis Magos, Serra, Espírito Santo sendo restaurada	191
Figura 56 - Igreja e Residência dos Reis Magos, Serra, Espírito Santo restaurada	191
Figura 57 - Igreja da Assunção e pátio anexo	192

Figura 58 - Laranjeiras, Sergipe	193
Figura 59 - Casa de residência e Igreja do Colégio ou Tejupeba - Fazenda Iolanda - Itaporanga D'Ajuda, Sergipe	194
Figura 60 - Casa de residência e Igreja do Colégio ou Tejupeba - Fazenda Iolanda - Itaporanga D'Ajuda, Sergipe e Casa Hungria Machado, atual Embaixada da Rússia no Rio de Janeiro	194
Figura 61 - Autorretrato de Erich Hess com Rodrigo de Melo e Franco e militares na Fortaleza de Santa Cruz em Niterói e Fotografia de Erich Hess de Lucio Costa com Rodrigo de Melo e Franco e militares na Fortaleza de Santa Cruz em Niterói	195
Figura 62 - Capela de São Miguel	196
Figura 63 - Púlpito da igreja jesuítica de Embu, São Paulo	197
Figura 64 - São Miguel	198
Figura 65 - Terça decorada da capela da antiga aldeia de Carapicuíba	198
Figura 66 - Frontispício da antiga aldeia de Carapicuíba, São Paulo	199
Figura 67 - Altar mór coluna da antiga igreja Matriz de São Vicente	200
Figura 68 - Embu (SP)	201
Figura 69 - Pátio interno da Igreja de Embu	201
Figura 70 - Igreja de Embu	202
Figura 71 - Rodrigo Melo Franco de Andrade com quem acreditamos ser a Sra. Sobral proprietária da Igreja da Camandaroba em Laranjeiras (SE)	204
Figura 72 - Passadiço da Casa da Glória (atual Instituto de Geociências da UFMG em Diamantina)	207
Figura 73 - Antigo Colégio de Paranaguá	210
Figura 74 - Momentos de ocupação jesuítico do espaço no Brasil	211
Figura 75 - Desenho do claustro do Castelo de Almourol de 1169 em Vila Nova da Barquinha; e Pátio do Castelo de São Jorge em Lisboa, Portugal	213
Figura 76 - Claustro do Mosteiro de São Cristóvão de Lafões de 1123 e Claustro do Mosteiro de Alcobaça de 1308-1521, Portugal	214
Figura 77 - Igreja de Santa Maria dos Olivais (século XII), Tomar, Portugal	216
Figura 78 - Igreja de São Francisco do Porto de 1395-1480 e Convento de São Francisco de Guimarães de 1383, Portugal	217
Figura 79 - Claustro do Convento de Cristo (século XIV), Tomar, Portugal	218

Figura 80 - Claustro do Convento de São Francisco de Salvador, Bahia	220
Figura 81 – Pátio da Igreja de São Roque e Pátio do Museu de Ciências Naturais – Lisboa	222
Figura 82 - Colégio de Santo Antão – o Velho, Santa Casa de Misericórdia – Lisboa	224
Figura 83 - Colégio de Santo Antão – O Novo, hoje Hospital São José visto da Mouraria – Lisboa	225
Figura 84 – Igreja de São Roque visto do alto do Torel – Lisboa	226
Figura 85 - Casa Professa e sede da Santa Casa da Misericórdia, Museu e Arquivo – Lisboa	227
Figura 86 - Colégio de Santo Antão – O Novo, hoje Hospital São José – Lisboa	227
Figura 87 - Antigo Noviciado da Cotovia, hoje Museu de Ciências Naturais – Lisboa	228
Figura 88 - Pátio do Colégio dos Jesuítas dos Reis Magos em Nova Almeida (ES)	229
Figura 89 – Parecer de Lucio Costa sobre São Miguel das Missões, 1937	235
Figura 90 – Parecer de Lucio Costa sobre São Miguel das Missões, 1937	236
Figura 91 - Desenho da igreja de São Miguel das Missões feito por Lucio Costa em 1937; e Fotografias da igreja de São Miguel das Missões por Rogério Entringer em 2013	237
Figura 92 - Museu das Missões e Casa do zelador desenhos e projetos de Lucio Costa em 1937	239
Figura 93 - Museu das Missões (RS)	240
Figura 94 - Museu das Missões (RS)	241
Figura 95 - Casa Roberto Marinho de Azevedo (RJ)	242
Figura 96 - Casa Barão de Saavedra, Corrêas, Petrópolis (RJ)	243
Figura 97 - Maquete da Casa Saavedra	245
Figura 98 - Projeto de Lucio Costa para Casa Saavedra em 1940	245
Figura 99 - Projetos de Lucio Costa para a Casa Saavedra	247
Figura 100 - Casa Hungria Machado	249
Figura 101 - Planta da Casa Hungria Machado por Lucio Costa anos 1940	251
Figura 102 - Planta da casa Hungria Machado feito por Lucio Costa em 1942; Planta do Colégio de Campos dos Goytacazes (RJ); Varandas e pátio da Casa Hungria Machado (RJ); Casa	

Hungria Machado anos 1940; e Pátio do Colégio de Santo Inácio do Rio de Janeiro	251
Figura 103 - Planta da casa Heloísa e Roberto Marinho Azevedo em Corrêas, 1940-49	253
Figura 104 - Casa Heloisa e Roberto Marinho de Azevedo (RJ) entre 1940 e 1949	254
Figura 105 - Mapa da distância entre a Casa Pedro Paulo Paes de Carvalho em Araruama e a Igreja dos Jesuítas de São Pedro da Aldeia (RJ)	257
Figura 106 - Maquete da Casa Pedro Paulo Paes de Carvalho, Araruama (RJ)	257
Figura 107 - Pedro Paulo Paes de Carvalho, Warchavchik e Lucio Costa	258
Figura 108 - Casa Pedro Paulo Paes de Carvalho, Araruama (RJ)	259
Figura 109 - Casa Pedro Paulo Paes de Carvalho, Araruama (RJ)	259
Figura 110 - Itinerários Portugal, mapa da trajetória percorrida por Lucio Costa em sua viagem a Portugal em 1952-1953	261
Figura 111 - Visita do arquiteto Lucio Costa ao solar dos Bertandos e a Estação de São Bento no Porto, Portugal	263
Figura 112 – Centro Histórico de Évora, Portugal	267
Figura 113 – Universidade de Évora, antigo Colégio do Espírito Santo, Portugal	268
Figura 114 - Desenhos e anotações da visita de Lucio Costa ao Colégio do Espírito Santo e da Universidade de Évora em 1952	268
Figura 115 - Refeitório e retábulos do Colégio do Espírito Santo/Universidade de Évora, Portugal	271
Figura 116 - Desenhos e anotações da visita de Lucio Costa ao Colégio de Nossa Senhora da Conceição e a Catedral de Santarém, Portugal	272
Figura 117 – Fachada, pátio, imagens sacras, nave e retábulo de Loyola na fachada da igreja e pátio do Colégio de Nossa Senhora da Conceição e Catedral de Santarém	273
Figura 118 – Retábulo de Inácio de Loyola na fachada na igreja do Colégio de Nossa Senhora da Conceição e Catedral de Santarém	276
Figura 119 – Desenhos e anotações da visita de Lucio Costa ao Colégio do Santíssimo Nome de Jesus e a Universidade de Coimbra, Portugal	278
Figura 120 – O Colégio dos Padres na cidade alta às margens do Mondego, Coimbra, Portugal	279
Figura 121 – O primeiro pátio dos padres em Coimbra: Colégio do Santíssimo Nome de Jesus de Coimbra, Portugal.....	280
Figura 122 – O pátio da Faculdade de Direito de Coimbra, Portugal	281

Figura 123 – O pátio do segundo Colégio Real das Artes de Coimbra – atual Faculdade de Arquitetura da Universidade de Coimbra, Portugal	281
Figura 124 – O retângulo do largo dos padres em Coimbra: antigos Colégio Real das Artes, Colégio do Santíssimo Nome de Jesus e Universidade de Coimbra, Portugal	282
Figura 125 – Nave e capela mor com retábulos do antigo colégio do Santíssimo Nome de Jesus e Universidade de Coimbra – Portugal	283
Figura 126 - Detalhe dos retábulos do antigo colégio do Santíssimo Nome de Jesus e Universidade de Coimbra – Portugal	284
Figura 127 - Desenhos e anotações da visita de Lucio Costa ao antigo Colégio de São Lourenço do Porto, Portugal	286
Figura 128 - Panorâmica do alto da Sé com vista do antigo Colégio de São Lourenço a esquerda e o rio Douro ao centro, Porto, Portugal	289
Figura 129 - Centro Histórico do Porto, a esquerda a Sé, e a direita o antigo Colégio de Lourenço, Porto, Portugal	289
Figura 130 - Antigo Colégio de São Lourenço, Porto, Portugal	290
Figura 131 - Vista privilegiada da Sé do alto da torre meia laranja de cantaria da igreja do antigo Colégio de São Lourenço, Porto, Portugal	291
Figura 132 - Vista estratégica de defesa da seteira da torre meia laranja de cantaria da igreja do antigo Colégio de São Lourenço e ao fundo o Rio Douro e o Convento dos Franciscanos, Porto, Portugal	292
Figura 133 - Nave e capela principal com o arco triunfal da igreja do antigo Colégio de São Lourenço do Porto, Portugal	293
Figura 134 - Teto e arco triunfal com iniciais da Companhia de Jesus da igreja do antigo Colégio de São Lourenço, Porto, Portugal	294
Figura 135 - Detalhe do frontispício com iniciais da Companhia de Jesus da igreja do antigo Colégio de São Lourenço, Porto, Portugal	295
Figura 136 - Detalhe do madeiramento do guarda-corpo do coro da igreja do antigo Colégio de São Lourenço, Porto, Portugal	295
Figura 137 - Desenhos e anotações da visita de Lucio Costa ao antigo Colégio de São Paulo de Braga em 1952, Portugal	297
Figura 138 – A torre medieval de Santiago e o moderno Colégio de São Paulo – Braga, Portugal	298
Figura 139 – Pátio do Colégio de Braga e das escavações do peristilo romano encontradas	299

Figura 140 – O largo de São Paulo visto do alto da Torre de Santiago – Braga, Portugal	300
Figura 141 – Torre de Santiago e Colégio de São Paulo visto do Largo, Braga, Portugal	300
Figura 142 – Igreja de São Paulo de Braga a partir de um desenho de Lucio Costa, Portugal	302
Figura 143 – Pátio do Colégio de São Paulo visto da Torre de Santiago, Braga, Portugal	303
Figura 144 – Arco do Cruzeiro, Teto, Retábulos e Arcadas da Igreja de São Paulo a partir dos desenhos de Lucio Costa, Braga, Portugal	303

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

- AGC Agência Geral das Colónias (Portugal)
- CNE Conselho Nacional de Educação.
- CPDOC – FGV Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil da Fundação Getúlio Vargas
- DGEMN Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais (Portugal)
- DIP Departamento de Imprensa e Propaganda (Portugal)
- DPHAN Departamento do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Brasil)
- IEB – USP Instituto de Estudos Brasileiros da Universidade de São Paulo
- ENBA – RJ Escola Nacional de Belas Artes do Rio de Janeiro
- INEP Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais
- INL Instituto Nacional do Livro (Brasil)
- IPHAN Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Brasil)
- LEC Liga Eleitoral Católica (Brasil)
- MEC Ministério da Educação e Cultura (Brasil)
- MESP Ministério Educação Saúde Pública (Brasil)
- SIPA Sistema de Informação para o Património Arquitectónico (Portugal)
- SPHAN Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Brasil)
- SNI Secretariado Nacional de Informação (Portugal)
- SPN Secretariado de Propaganda Nacional (Portugal)
- UDF Universidade do Distrito Federal (Brasil)

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	24
CAPÍTULO 1 MODERNIDADE E TRADIÇÃO: OS JESUÍTAS NO GOVERNO VARGAS, NO MEC-SPHAN (1930-1945)	28
1.1 AUTORITARISMO E CONSERVADORISMO NO ESTADO MODERNO E NACIONALISTA – UNIDADE E IDENTIDADE NO PROJETO CRISTÃO E ESTADO- NOVISTA.....	29
1.2 O CENTRO DOM VITAL E A ORDEM.....	34
1.3 VARGAS E A IGREJA	37
1.4 LEONEL FRANCA VERSUS ANÍSIO TEIXEIRA: A EDUCAÇÃO NO ESTADO GETULISTA.....	41
1.5 VARGAS E OS JESUÍTAS.....	50
1.6 A REVISTA A ORDEM E OS JESUÍTAS	54
1.7 O APOIO DA IGREJA NA CRIAÇÃO DO SPHAN	56
1.8 A DGEMN, O SPHAN E OS JESUÍTAS NO ESTADO NOVO PORTUGUÊS E BRASILEIRO (1937-1945).....	59
1.8.1 Cerejeira e Salazar, Fé e Nação: o padroado moderno	59
1.8.2 Patrimônio cristão nacionalista: a Igreja, os Estados Novos, a DGEMN e o SPHAN	63
1.8.3 Padre Serafim: um intelectual orgânico	68
1.8.4 O Plano de propaganda da Lusitanidade de António Ferro para o Brasil e o Acordo Cultural Luso-Brasileiro de 1941	74
1.8.5 A Revista Atlântico de António Ferro (SPN-SNI) e Lourival Fontes (DIP): 1942- 1944.....	81
1.8.6 Portinari nas Revistas Atlântico e nas Comemorações dos Centenários de Portugal	83
1.9 O GOVERNO VARGAS E O PATRIMÔNIO JESUÍTICO: O SPHAN E O MUSEU DAS MISSÕES	89
1.10 O EDIFÍCIO DO MEC E OS JESUÍTAS (1936-1945)	95
1.10.1 O Edifício do MEC e a Nova Monumentalidade.....	96

1.10.2 A cruz, o T e o L	97
1.10.3 Espaço aberto: interstício entre o pátio e a praça.....	103
CAPÍTULO 2 LUCIO COSTA E OS JESUÍTAS NA ACADEMIA SPHAN (1937-1946)..	114
2.1 AS REVISTAS IHGB, A ORDEM, CULTURA POLÍTICA, SPHAN E OS JESUÍTAS: ANOS 1940.....	115
2.1.1 A Revista do IHGB e os jesuítas.....	115
2.1.2 Os Jesuítas na Revista A Ordem.....	117
2.1.3 A Revista Cultura Política, a arquitetura moderna e a arquitetura dos jesuítas.....	118
2.1.4 A Arquitetura dos Jesuítas nas Revistas do SPHAN (1937-1945)	120
2.2 LUCIO COSTA E A ACADEMIA SPHAN: ENTRE A HISTÓRIA E O MOVIMENTO MODERNO NA INVENÇÃO E NA CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE DA NAÇÃO PELA MODERNIDADE.....	129
2.3 LEITE E LUCIO: A HISTÓRIA E A ARQUITETURA DOS JESUÍTAS NO BRASIL	132
2.3.1 Entre o Positivismo e o Formalismo: uma história da arquitetura pelo viés da história e da história da arte	137
2.3.2 A operação historiográfica no MEC-SPHAN: nacionalismo e biografia do Estado-Nação	141
2.4 SÉRGIO BUARQUE, LUCIO COSTA E SERAFIM LEITE: A HISTÓRIA, AS RAÍZES E A ARQUITETURA DOS JESUÍTAS NO BRASIL	144
2.4.1 O Ministério do Homem Cordial	145
2.4.2 Sérgio Buarque e os Jesuítas nas Raízes do Brasil	147
2.4.3 O espaço do Homem Cordial.....	148
2.4.4 Sérgio e Leite	151
2.4.5 Sérgio e Lucio	155
2.5 O MOVIMENTO MODERNO E A TRADIÇÃO DA IGREJA	159
2.5.1 Literatura e Arquitetura Moderna: Drummond e pátio dos Jesuítas.....	159
2.5.2 Pintura e Arquitetura Moderna: Portinari e a escola dos Jesuítas.....	177
CAPÍTULO 3 OS PÁTIOS DE LUCIO COSTA E DOS JESUÍTAS NO SPHAN DO ESTADO NOVO (1937-1945).....	205

3.1 LUCIO COSTA E A ARQUITETURA COLONIAL: ENTRE DIAMANTINA E AS MISSÕES.....	206
3.1.1 A austeridade da ordem: franciscanos e jesuítas nas raízes da arquitetura religiosa no brasil.....	212
3.1.1.2 A influência templária e cisterciense na arquitetura franciscana em Portugal.....	215
3.1.1.3 O ideal templário e franciscano no fundador dos Jesuítas.....	217
3.1.1.4 A ideia moderna jesuítica e sua arquitetura.....	221
3.1.2 Lucio Costa: Entre a prática teórica e preservacionista, a arquitetura racionalista moderna de matriz lecorbusiana e a ideologia cristã	230
3.2 OS PÁTIOS MODERNOS DE LUCIO COSTA: REGRA, RECOLHIMENTO, VIDA ATIVA E MULTIFUNÇÕES	235
3.2.1 A Igreja Museu e a Casa do Zelador do Museu das Missões: consolidar e preservar (1937-1940)	235
3.2.2 Casa Roberto Marinho de Azevedo (1937-1939)	242
3.2.3 Casa Barão de Saavedra (1941-1942)	243
3.2.4 A Casa Argemiro Hungria Machado (1942)	249
3.2.5 Casa Heloísa Marinho (1942-44).....	252
3.2.6 Casa Pedro Paes de Carvalho, 1944.....	255
3.3 LUCIO COSTA E A ARQUITETURA JESUÍTICA PORTUGUESA: DESENHOS DE VIAGENS (1952-53).....	260
3.3.1 As viagens de Lucio Costa a Portugal: 1948, 1952, 1953 e 1961	260
3.3.2 Desenhos e anotações: garranchos barrocos, riscos e rabiscos.....	264
3.3.3 O Colégio do Espírito Santo e a Universidade de Évora	266
3.3.4 O Colégio de Nossa Senhora da Conceição e a Catedral de Santarém.....	271
3.3.5 O Colégio do Santíssimo Nome de Jesus e a Universidade de Coimbra	277
3.3.6 O Colégio de São Lourenço do Porto.....	284
3.3.7 O Colégio de São Paulo de Braga.....	296
3.4 CONSIDERAÇÕES FINAIS: A ORDEM, A RATIO E A REGRA.....	307

CONCLUSÃO.....	309
FONTES E DOCUMENTOS.....	313
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	340

INTRODUÇÃO

Antes de tudo é preciso mencionar os fatos ocorridos durante a realização dessa pesquisa. Projetada em 2016, de lá para cá a conjuntura mostrou claramente nossa estrutura de longa duração e muita coisa ocorreu, como: conspirações e manifestações políticas golpistas; catástrofes como o vendaval que destruiu o Museu das Missões, em São Miguel, no Rio Grande do Sul, e o incêndio que acabou com o Museu Nacional no Rio de Janeiro; o avanço de ideologias políticas negacionistas e obscurantistas que ameaçaram a democracia, a ciência e a pesquisa; e uma pandemia jamais vista, que assolou toda a humanidade.

Por conseguinte, é preciso evidenciar também nossa intenção de deixar registrado, seja com as palavras ou com a luz fotográfica, um entendimento interpretativo e representativo da história das ideias e da arquitetura moderna brasileira e sua identidade supostamente desvinculada da tradição, especialmente da arquitetura religiosa, afinal, no Brasil é tradição que o velho seja novo, justamente o que pretende dizer essa tese, mostrar por meio da história da arquitetura brasileira o desvelar da formação histórica de parte de nossa modernidade: religiosa, autoritária, conservadora, violenta e desigual.

Assim sendo, o problema de nossa pesquisa é a simbologia dos jesuítas em Lucio Costa e no SPHAN da Era Vargas. Nossa questão é que a Companhia de Jesus possuía signos ou poderes simbólicos que interessavam à construção do varguismo. Nossas hipóteses são de que os jesuítas eram intelectuais orgânicos atuando e colaborando decisivamente nas articulações histórico-culturais no MEC e no SPHAN; que as soluções funcionais da arquitetura colonial, características das obras de Lucio Costa se deviam também à arquitetura dos jesuítas; que os pátios jesuíticos são objetos que têm signos e interpretantes e também poderes simbólicos que legitimavam a identidade da Era Vargas, do SPHAN, da arquitetura moderna e da própria arquitetura de Lucio Costa; e que a Igreja teve um importante papel na construção da modernidade.

Nossos objetivos são: construir um discurso, inclusive visual, que perceba como os signos jesuíticos se refletem na busca de Lucio Costa para legitimar a identidade do movimento moderno e da nacionalidade na Era Vargas; contribuir para uma construção crítica da historiografia dessa temática; e contribuir, por meio do registro fotográfico, para a memória do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.

Essa pesquisa nasceu com o título Os pátios de Lucio Costa e dos Jesuítas no SPHAN do Estado Novo (1937-1945) e posteriormente mudamos para Os pátios de Lucio Costa e dos Jesuítas no SPHAN-DPHAN da Era Vargas (1936-1960), por acolhermos as sugestões que

foram surgindo em eventos, congressos, seminários, colóquios, encontros e simpósios, aumentando o recorte da pesquisa, já que a Era Vargas inicia-se em 1930 e termina em 1964; acolhemos também as sugestões de irmos até Brasília, pois, ao aumentarmos o recorte da pesquisa, devemos lembrar que já não era mais SPHAN e sim DPHAN, portanto, o período a ser pesquisado compreenderia tanto o SPHAN (1937-1946) até o DPHAN (1946-1960), embora esta seja apenas uma questão de sigla e nada mais.

Foram consideradas também as sugestões que surgiram em nossa banca de qualificação, para articular melhor e analisar mais profundamente a história intelectual; ler as revista do IPHAN sobre história institucional e história intelectual; rever e analisar outras obras de Lucio Costa, pois o pátio encontra-se em toda sua arquitetura até o final; diferenciar o que é casa urbana e casa rural; ver quais os pátios que influenciaram Lucio Costa e contrapor a outros; concentrar estudos no MEC e suas relações com o pensamento católico em torno de Vargas e do Cardeal Leme; ver materiais do CPDOC; fazer revisão bibliográfica sobre as relações entre Alceu Amoroso Lima, o movimento católico e o governo Vargas; rever e investigar a questão do pátio jesuítico, o que ele é, aprofundar os trabalhos e as fontes; concentrar estudos e análises nas relações entre Lucio e Sérgio Buarque, em como um se lê no outro e vice-versa; aprofundar e ver como, na busca pelo moderno, Lucio chega aos jesuítas; aprofundar os estudos nas relações entre Leite, Lucio e Sérgio; repensar a estrutura do trabalho; aprofundar os estudos sobre o pensamento católico na Era Vargas, quem é e qual o papel de Alceu Amoroso Lima e suas relações de poder; ver sobre Francisco Campos e sua reforma educacional; mapear como o pensamento católico se articulou com o poder de um projeto de modelo conservador e mostrar os vínculos e quais as contribuições dos jesuítas no apoio ao projeto modernizador.

Diante de tantas sugestões, demandas e possibilidades, acolhemos as sugestões para aumentar o recorte da pesquisa, já que a Era Vargas inicia-se em 1930; no entanto, havia um quarto capítulo, que foi excluído por acolhermos as sugestões da banca de qualificação para tirar da análise o prédio da PUC-Rio e o Anteprojeto para o Congresso Eucarístico, e a investigação de um possível pátio na Rodoviária do Plano Piloto, no cruzamento dos eixos de Brasília, que até o momento não foram confirmadas, carecendo de um esforço investigativo suplementar, pois existem dicotomias entre pátio e praça em Brasília, além de uma investigação voltada talvez às superquadras. Foi ponderado que é uma ideia interessante, mas que se configura ainda apenas como uma aposta, pois está longe de ser evidente, carecendo de mais argumentos convincentes. Desta forma, aventamos a questão de onde estariam os jesuítas em Brasília, dada a sua importância simbólica e histórica na formação do Brasil e na construção da modernidade, para um pesquisa futura.

É preciso destacar também que, em 2022, viajamos a Portugal para um estágio de mobilidade internacional entre o IAU-USP e o Técnico Lisboa, recortando a arquitetura jesuítica nos desenhos de viagens que Lucio Costa fez a Portugal entre os anos de 1952 e 1953. Visitar Portugal é ver o poder da obra milenar da Igreja na formação do Estado e da cultura de uma nação, e ver como esse signo de longa duração, que é a Igreja no Estado, chegou ao Brasil. A Igreja, como estrutura de longa duração, apresenta-se em Portugal, seja na Idade Média, quanto no Estado Novo; e no Brasil, seja na colonização, seja também no Estado Novo. Visitar Portugal foi preciso para compreender as raízes da arquitetura brasileira de cunho europeu e entender o papel da Igreja enquanto formadora do patrimônio histórico e artístico nacional de ambos os países. Lucio Costa era funcionário do SPHAN, agência patrimonial orgânica a serviço do Estado Novo varguista, e a arquitetura jesuítica portuguesa nos desenhos, croquis e anotações da viagem de Lucio Costa reflete sua busca pelas origens da arquitetura brasileira, para instrumentalizar seus estudos e pesquisas, visando operacionalizar a preservação e o tombamento do patrimônio jesuítico brasileiro e legitimar a identidade da nacionalidade, do SPHAN-DPHAN.

Assim, esta tese estrutura-se em três capítulos. O primeiro capítulo - Modernidade e Tradição: os jesuítas no governo Vargas, no MEC-SPHAN (1930 - 1945) -, onde tratamos de autoritarismo e conservadorismo no Estado Moderno e Nacionalista, da unidade e identidade no projeto cristão e Estado-Novista, da aliança entre o nacionalismo varguista e o nacionalismo cristão que visava recristianizar a sociedade civil e o Estado por meio da reforma educacional para salvaguarda nacional.

Um segundo capítulo - Lucio Costa e os Jesuítas na Academia SPHAN (1937-1945) -, no qual discorreremos sobre as Revistas IHGB, A Ordem, Cultura Política, SPHAN e os Jesuítas e suas relações, a forma como A Companhia de Jesus atuava no IHGB, iniciando os trabalhos historiográficos que exaltariam os jesuítas e preparariam seu poder triunfante na educação e sua participação na política nacional, que se consolidaria, anos depois, no Estado Novo. Versamos ainda sobre o nascimento da pesquisa histórica no Brasil, que deu-se no IHGB visando estabelecer um projeto historiográfico para escrever a história nação destacando o papel dos jesuítas na formação da nacionalidade, enquanto desempenho de experiência vivida capaz de sugerir alternativas para ações no presente e futuro. E, assim como no SPHAN, o agente da Companhia de Jesus atuante no IHGB era o padre Serafim Leite, que fez deste um veículo para a exaltação de uma historiografia jesuítica da história do Brasil, portanto, o passado pedagógico jesuítico servindo claramente a uma função político-pedagógica dos homens do presente. Os

jesuítas fizeram de sua experiência no IHGB as estacas a serem batidas, anos mais tarde, no SPHANC.

No terceiro capítulo, denominado Os pátios de Lucio Costa e dos Jesuítas no SPHAN do Estado Novo (1937-1953), tratamos sobre Lucio Costa e a arquitetura colonial, a austeridade da ordem, o significado do pátio jesuítico e a ideia moderna de sua arquitetura, os pátios modernos de Lucio Costa, o SPHAN, e a tradição em direção ao moderno, bem como suas relações com a Arquitetura Jesuítica Portuguesa, especialmente aquela representada nos desenhos, croquis e anotações da viagem de Lucio Costa à Portugal entre 1952-1953.

**CAPÍTULO 1 MODERNIDADE E TRADIÇÃO: OS JESUÍTAS NO GOVERNO
VARGAS, NO MEC-SPHAN (1930-1945)**



1.1 AUTORITARISMO E CONSERVADORISMO NO ESTADO MODERNO E NACIONALISTA – UNIDADE E IDENTIDADE NO PROJETO CRISTÃO E ESTADO-NOVISTA

Dentre as oito imagens que compõem o livro de Lilia Schwarcz (2019) intitulado “Sobre o Autoritarismo Brasileiro”, uma refere-se a Getúlio Vargas, no capítulo intitulado “Desigualdade Social”, e uma refere-se ao padre jesuíta José de Anchieta; e dentre os oito capítulos, Vargas é citado em seis deles: “Escravidão e Racismo”, “Mandonismo”, “Corrupção”, “Desigualdade Social”, “Intolerância” e em “Quando o fim é também o começo: nossos fantasmas do presente”; e os jesuítas estão presentes em três, como descrito a seguir.

No capítulo intitulado “Mandonismo”, é citado o padre Antonil:

em 1711 o jesuíta Antonil assim definia a posição social dos poderosos senhores locais: O senhor de Engenho é título a que muitos aspiram, porque traz consigo o ser servido, obedecido e respeitado de muitos (SCHWARCZ, 2019, p. 46).

No capítulo intitulado “Violência” é citado o padre jesuíta Anchieta “inexplicavelmente trajado de franciscano” (SCHWARCZ, 2019, p. 166), na decisiva Confederação dos Tamoios, no famoso quadro de Rodolfo Amoedo, pintado em 1883 e intitulado de O último Tamoio.

Por fim, outra citação, agora referente ao padre Antônio Vieira, no capítulo intitulado “Intolerância”, sobre o processo de aculturação e inculturação dos indígenas como estratégia de poder e sobrevivência da Igreja durante a Contra Reforma (SCHWARCZ, 2019, p. 208-209).

Isso evidencia que, em nossa tradição moderna, tanto Vargas quanto os jesuítas estão relacionados à história e à formação do autoritarismo brasileiro, estando associados a termos como “Mandonismo”, “Violência” e a “Intolerância”, e que os poderes simbólicos dos jesuítas são estrategicamente formadores dos pilares da construção da identidade e da nacionalidade da Era Vargas. Portanto, entender o poder simbólico dos jesuítas na construção da Era Vargas é primordial para entender a Era Vargas e sua importância como fundamental na compreensão dos tempos atuais (2016-2022).

Segundo Ângela de Castro Gomes (2012), os anos entre 1920 e 1940 foram tempos de descoberta e de valorização do homem e da realidade nacionais, embora tenha dividido os intelectuais quanto à crença na possibilidade de se alcançar, no país, a modernidade nos marcos da democracia liberal. Esse dilema vinha de longe e lançava suas raízes no período colonial: em nossa tradição rural e escravista e na cultura ibérica de onde esta havia nascido. Tal formulação acabava por combinar as mais lídimas tradições da sociedade brasileira – fundada no poder personalizado do patriarca rural, com os mais vigorosos imperativos da política antiliberal da época. Tradição e modernidade se fundiam harmoniosamente no empreendimento

que consagrava, a um só tempo, o reforço do sistema presidencial e a construção mítica da figura de seu representante como uma encarnação do Estado e da nação. A figura pessoal do presidente torna-se o centro de fixação e simbolização de todo o poder da República, advogando e recebendo maior legitimidade popular que os dois outros poderes, e mesmo investindo contra eles. Vargas, um político que traduziu uma fórmula de relacionamento entre Estado e sociedade, um tipo de pacto que, conduzindo o país à modernidade econômico-social, afinava-se com as tradições de nossa mentalidade patriarcal.

Assim que, no Brasil, a modernidade foi usada na construção da identidade nacional onde a arquitetura moderna foi uma linguagem de um estado autoritário (MARTINS, 2000). Entre nós, brasileiros, a modernidade foi pensada como um instrumento para alcançar a modernização e o desenvolvimento, criando uma tradição que iria se realizar a partir da década de 1930, quando o Estado toma para si essa tarefa, como mecanismo para concluir o processo de unificação nacional. Essa é uma chave que explica as relações completamente atípicas geradas em nosso país entre o Estado e a arquitetura moderna, que aparece como manancial de novas formas para a construção de um imaginário nacional moderno, capaz de homogeneizar nossos territórios, vastos e com pouca comunicação entre si.

E isso demonstra que estamos diante de uma noção de vanguarda completamente diferente, pois nossas vanguardas não cumprem nenhum dos requisitos teóricos das vanguardas clássicas: a negatividade, o combate às instituições ou à tradição, o internacionalismo; pelo contrário, as vanguardas latino-americanas, em boa parte dos casos, propuseram a construção de uma linguagem nacional, a construção de uma tradição e de uma nova ordem, e encontraram no Estado nacionalista-benfeitor o melhor instrumento para conseguir fazer tudo isso (GORELIK, 2005). O papel das vanguardas foi a construção de uma língua nacional. Não havia um passado acadêmico para aproveitar e reciclar, mas um vazio a preencher, o que explica o salto sem mediações, para cima da história, endereçado aos mitos de origem, para inventar um passado para uma comunidade nacional que dele necessitava para formar-se com tal (GORELIK, 1999).

De acordo com Oliveira e Campos (2020, p.270):

o posicionamento da Santa Sé orientava a linha da Carta Pastoral (1916) de dom Sebastião Leme, recém-nomeado bispo da então arquidiocese de Olinda. Trilhava com o mesmo espírito combativo e concepção política de que a Igreja não deveria lutar com o Estado, mas, sim, evitar desgastes e procurar se destacar por meio da intelectualidade. Nesse mesmo rol de acontecimentos é que duas organizações foram empreendidas por Jackson de Figueiredo.

Sobre a unidade religiosa e nacional, o Superior Geral dos Jesuítas no Brasil, Leonel Franca (1954, p.40) diz que:

a unidade religiosa é um dos maiores benefícios de uma nação. A união da Igreja com o Estado é a expressão de uma situação normal, querida pela Providência. Alma e corpo que se unem para constituir o homem. Os bens que daí advêm são incontestáveis tanto para a Igreja quanto para o Estado. Conservação do espírito religioso; da unidade nacional; comunhão espiritual mais íntima entre o povo e as suas instituições políticas (beleza da celebração pública das festas religiosas; forças militares e vida religiosa).

A aliança entre o nacionalismo varguista e o nacionalismo cristão passava pela ideia e a estratégia de recristianização da sociedade civil e do Estado, e esse projeto de recristianizar o Estado e a Sociedade passava pela reforma educacional, visando a reconstrução nacional e a salvaguarda da nacionalidade. Os católicos valorizavam especialmente o papel da escola secundária, como agência de homogeneização de uma cultura média, dentro de um projeto de recuperação do país de caráter moralizante, que passava pelo resgate da tradição católica na formação da alma nacional (NUNES, 2001). O projeto da Igreja era o de recuperar a posição privilegiada e quase monopólica por ela desfrutada no universo cultural e educacional da Colônia. Segundo sua ótica, este era o papel que lhe cabia, por direito sobrenatural, mas que lhe fora usurpado no século XVIII quando Pombal expulsou os jesuítas do país, bem como disseminar seu poder de influência na nova conjuntura e solucionar os impasses que afligiam a nação.

Assim, a Igreja formulou um programa deliberado para recristianizar a sociedade e a própria instituição do Estado - tarefa que se viabilizaria, basicamente, através da ressocialização das elites dirigentes segundo os princípios cristãos. A reforma educacional era peça chave para a reconstrução nacional. D. Leme adverte que somente a recristianização da sociedade seria capaz de restaurar a unidade, devolvendo-lhe seu equilíbrio e harmonia, e para salvaguardar a nacionalidade, proclama a necessidade de um revigoramento de laços entre os leigos e a hierarquia eclesiástica. Propondo uma política de “saneamento dos saneadores”, a cooptação de intelectuais é sugerida como a estratégia básica para a irradiação da ampla obra de apostolado. Artigos publicados na *Revista A Ordem* insistem na perfeita compatibilidade entre ciência e fé e glorificam a filosofia tomista como o único conhecimento verdadeiro em oposição aos postulados materialistas e positivistas. D. Leme elege o padre Leonel Franca, que estava em contato com o Centro Dom Vital desde seus primórdios, para ocupar o posto de assistente eclesiástico desse mesmo Centro. O sacerdote jesuíta, que tinha como foco principal de interesse os homens cultos e os universitários, desempenhou um papel destacado nas lutas desenvolvidas pelo grupo católico no campo do ensino e da educação (SALÉM, 1982).

D. Leme, Leonel Franca e Alceu Amoroso Lima prepararam a Igreja para ter influências e poderes na conjuntura política nacional entre 1930-1945. Esse poder vinha sendo estruturado

desde os anos 1920 com D. Leme, Jackson de Figueiredo e Leonel Franca. Lucio Costa foi nomeado para diretor da ENBA (Escola Nacional de Belas Artes do Rio de Janeiro) por Francisco Campos, primeiro-ministro da educação de Vargas e fortemente articulado com D. Leme e Leonel Franca. No sentido político, destaca-se o decreto de abril de 1931, que incluía o ensino religioso católico na educação nacional e que constituiu o primeiro elo de aproximação entre a Igreja e o Governo Provisório. Em um de seus depoimentos, Alceu se refere a uma carta enviada por Francisco Campos a Getúlio, na qual, defendendo a necessidade de tentar uma reaproximação com a Igreja, apresentava sua pasta de educação como um instrumento para restabelecer tal ponte. O então ministro da Educação e Saúde já tinha mantido contatos com D. Leme e o padre Franca, que lhe sugeriram a conveniência e a oportunidade de introduzir, em nossas leis, o ensino religioso nas escolas públicas. O jesuíta foi encarregado pelo ministro de redigir a exposição de motivos que, após ser aprovada pelo cardeal, foi entregue a Campos, em 15 de abril. Quinze dias depois o decreto era promulgado. No seu livro *Debates Pedagógicos*, publicado em 1931, Alceu enaltece a figura de Campos e atribui ao decreto o valor de dissipar 40 anos de mal-entendidos entre a Igreja e o Estado da República (SALÉM, 1982).

O manuscrito nº I-35,33,1657, encontrado na Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, assinado por Alceu Amoroso Lima e datado de 27 de julho de 1936, solicitou a Arthur Ramos o preenchimento do questionário organizado por Alceu e por Oliveira Viana e Pedro Calmon, a fim de conhecer o pensamento da classe intelectual brasileira sobre a nacionalidade, frente à situação político-social do mundo, é um documento que antecedente ao golpe do Estado Novo. A intenção deles estava clara:

será de maior vantagem para o Brasil conhecer o ponto de vista de cada um dos seus homens públicos – políticos, cientistas e escritores – pois do balanço das opiniões a serem coligidas resultarão certamente os elementos para fixação em bases seguras da sua atitude em face da crise político-social que o mundo atravessa (...) Tendo a Empresa Editora A.B.C Limitada se comprometido a editar em livros as respostas dadas a esse inquérito.

A editora Agir é uma editora católica que teve Alceu Amoroso Lima como seu fundador e diretor intelectual. Na sequência, consta um inquérito que pergunta:

para onde caminhamos no mundo e no Brasil moderno? Qual o papel da igreja católica no mundo moderno? Qual o regime político que julga vá prevalecer durante o século XX? Que desfecho prevê para a dissidência atual entre regimes comunistas, fascistas e liberais? Qual o regime político que mais convém ao Brasil? Julga ameaçada a unidade nacional? Quais os meios mais eficazes para defendê-la? Existe no Brasil um ameaça comunista? Como defender o Brasil contra ela, no caso afirmativo? Qual o papel da igreja católica no Brasil do século XX? Qual a seu ver, a melhor finalidade e o melhor método para a educação no Brasil? Como resolver no Brasil o problema da assistência social: pelo Estado, pelas iniciativas particulares ou pela colaboração de um e outras? Deve essa assistência ser leiga ou de base religiosa?

Na relação dos ilustres nomes convidados a responder esse inquérito, destacamos: Getúlio Vargas (Presidente da República), Francisco Campos (que redigiu a constituição golpista de 1937), Lourival Fontes (futuro censor e chefe do DIP), Leonel Franca e Arlindo Vieira (padres jesuítas que atuaram como intelectuais orgânicos na fabricação do Estado Novo), Plínio Salgado (fundador da AIB uma espécie de hitlerismo à brasileira), família Melo e Franco em peso, Gustavo Capanema (futuro ministro do MEC), constituintes de 1934 (Álvaro Maia), a imprensa e membros da ABL (Pedro Calmon, Gustavo Barroso), ex-presidentes da República (Arthur Bernardes, Wenceslau Braz e Epitácio Pessoa).

Datado de 1936, portanto, ainda no Governo Provisório, quatro meses antes da implantação do Estado Novo, o documento revela parte da fabricação da ditadura Vargas. Questões específicas que envolvem o interesse da igreja cristã nacionalista na sua aliança de poder com o nacionalismo varguista estavam ali estrategicamente levantadas. Alceu pergunta qual o melhor método para a educação (será que sua posição, assim como a dos religiosos citados na lista era a *Ratio Studiorum*?). Alceu parece querer pesquisar, assuntar, medir a temperatura das conjunturas daquele momento. E o significado intrínseco e o índice disso seria a cooptação de intelectuais para a unidade cristã varguista e estadonovista. Mostram a importância dos padres inacianos na vanguarda dos acontecimentos. E tudo isso tratava-se de conjuntura que antecedia a concepção do prédio do MEC e a criação do SPHAN.

Isso torna evidente que as relações entre o clero, o episcopado e os leigos tinham o intuito de cooptação de intelectuais para irradiar o nacionalismo cristão.

1.2 O CENTRO DOM VITAL E A ORDEM

Nessa conjuntura, o Centro Dom Vital e a Revista A Ordem têm forte atuação com participação de nomes influentes na época, como Dom Sebastião Leme, Jackson Figueiredo, Leonel Franca, e a filosofia tomista como oposição ao materialismo, ao positivismo e a preparação do projeto de influência e poder da Igreja nos anos 1920. O Centro Dom Vital era uma entidade criada por intelectuais católicos e estudiosos que acompanhavam o desenvolvimento social do Brasil, e tinha articulação direta com o Colégio dos Jesuítas de Santo Inácio, do Rio de Janeiro.

De acordo com Oliveira e Campos (2020, p.267):

Leonel Franca enquanto clérigo de confiança do cardeal/arcebispo dom Sebastião Leme, desenvolveu articulação de destaque na Igreja Católica. O Centro Dom Vital e a revista A Ordem consistiam em organizações atuantes em vários estratos sociais – com ideais alinhados aos princípios da Santa Sé – auxiliando no processo de recatolização dos brasileiros, e tinham o padre Leonel Franca como assistente eclesiástico.

Traçando um panorama da atuação dos jesuítas por intermédio do padre Leonel Franca no Centro Dom Vital e na Revista a Ordem, os mesmos autores dizem que:

A criação da revista A Ordem despertou o interesse do padre Leonel Franca, afinal, um dos propósitos do periódico era divulgar as ideias católicas e o formato social desejado e incentivado por ela, além do apoio incondicional de dom Leme aos vitalistas. Além disso, o jesuíta costumeiramente trocava correspondência com Jackson de Figueiredo, de quem era grande amigo desde os tempos em que estudara em Roma, tratando dos mais diversos assuntos. Falavam tanto da vida pessoal como das preocupações que tinham pelo país e como poderiam utilizar o Centro Dom Vital e a revista A Ordem como reparadores dessas questões... É possível afirmar que o padre Leonel Franca atuou, de forma tenaz, em todas as fases do Centro e d’A Ordem. Foi consagrado líder religioso e orientador espiritual dos mais altos posicionamentos da liderança de ambas as organizações. Como assistente eclesiástico, organizava suas conferências e trabalhava todos os temas em forma de palestras. (OLIVEIRA; CAMPOS, 2020, p. 271- 272 e 277).

Socialismo, anarquismo, comunismo, liberalismo, fascismo, integralismo, nacionalismo cristão, educação, família, Jacques Maritan, tomismo, neotomismo, mundo moderno, filosofia e pedagogia tomista, educação comunista, entre outros temas eram discutidos rigorosamente na Revista A Ordem, e em sua edição nº 38 do ano de 1933, existe um artigo do padre jesuíta Frederico Muckermann perguntando no título de seu texto “Porque tanta frouxidão no combate ao bolchevismo?”, ficando evidente que a revista A Ordem era um veículo de ideias conservadoras e autoritárias.

Na segunda fase do Centro Dom Vital e da Revista A Ordem, quem mandava era D. Leme, Leonel Franca e Alceu Amoroso Lima, visando a consolidação da influência e do poder

da Igreja na conjuntura política nacional entre 1930-1945. Segundo Oliveira e Campos (2020, p.279) “Alceu Amoroso Lima demonstra o imprescindível apoio do jesuíta no desenvolvimento da civilização”. Dos escritos de Alceu Amoroso Lima na Revista A Ordem, em 1938, sua maioria versa sobre o nacionalismo cristão. Alceu foi profundamente influenciado por Jackson de Figueiredo, pelo padre Leonel Franca e pelo Cardeal Dom Leme, e atendia aos interesses da Igreja, era diretor da Revista A Ordem e um dos nomes chaves na articulação política dos cristãos leigos com o governo Vargas. Isso é um claro índice das relações entre a Igreja e Vargas, significando a aliança entre o nacionalismo varguista e o nacionalismo cristão, bem como a recristianização da sociedade civil e do Estado.

Nas edições nº 1 e 2 do ano de 1929, os primeiros exemplares dirigidos por Alceu Amoroso Lima (que usava o codinome de Tristão de Athaide) e Perillo Gomes, são dedicados a seu fundador, Jackson Figueiredo, o sergipano que organizou o movimento católico leigo no Brasil, que em 1921-22 fundou o Centro Dom Vital e a Revista A Ordem, de forma a combater o liberalismo e o comunismo, e que morreu afogado num acidente aos 37 anos, em 1928. Esse exemplar é uma espécie de dossiê sobre Jackson de Figueiredo. Graça Aranha escreve artigo intitulado “Jackson de Figueiredo (sua modernidade)”, Filho Barreto escreve “Sobre a Tragédia em Jackson de Figueiredo”, Ronald de Carvalho escreve sobre “Jackson de Figueiredo (O realista)”, Alexandre Correia escreve sobre “Jackson de Figueiredo (O filósofo)”, além de textos publicados de Jackson de Figueiredo tais como “Dolorosas interrogações”, “Joshep de Maistre e a contra-revolução”, “Resposta a inquérito”, “AEvum”, “Letras Portuguesas” e “Cartas”, Gondin da Fonseca escreve “Jackson de Figueiredo (O polemista)”, Leonel Franca escreve sobre “Ephitaphio”, Claudio Ganns escreve sobre “Jackson de Figueiredo (O jornalista)”, Perillo Gomes escreve sobre “Jackson de Figueiredo (O apologista)”, Sérgio Buarque de Holanda escreve sobre “Indicação”, Dom Sebastião Leme escreve dois artigos, um sobre “Recommendando A Ordem”, e outro sobre “Jackson de Figueiredo”, Alceu Amoroso Lima escreve “Jackson de Figueredo (Seu lugar)”, J. Papaterra Limongi escreve sobre “Jackson de Figueiredo (O christianizador)”, Hamilton Nogueira escreve sobre “Jackson de Figueiredo (O pensador político)”, Xavier de Oliveira escreve sobre “Jackson (O pescador), Afrânio Peixoto escreve sobre “Jackson de Figueiredo (O romancista)”, Epitácio Pessoa escreve “Jackson de Figueiredo”, Sobral Pinto escreve “Jackson de Figueiredo (O realista político)”, Contreiras Rodrigues escreve “Jackson de Figueiredo (O sociólogo)”, Augusto Frederico Schmidt escreve “O propósito de Macunaíma” e Olegário Silva escreve sobre “Jackson de Figueiredo (Infância e Adolescência)”. A imprensa da época destacou a morte de Jackson, um

exemplo disso seria o Diário de Minas, que publica artigo sobre “O sentido da revista criada por Jackson de Figueiredo hoje nas mãos de Tristão de Athayde”.

Segundo Lúcia Lippi de Oliveira (1990, p.165):

Jackson de Figueiredo dizia: ‘a certeza de que a razão perdeu de todo o direito de se apresentar como fonte única do conhecimento’. Essa obra reafirma, também, a noção de que o Brasil era “uma das mais formosas criações do gênio da Igreja (...) somos filhos afortunados da ordem e do amor que aqui, só a Companhia de Jesus soube deveras implantar.

Não seria por menos, corroboram Oliveira e Campos (2020, p.272 e 279) que:

o papel de Franca é organizar os fundamentos filosóficos do grupo, enquanto Jackson (e, após sua morte, Amoroso Lima) vão traduzir o que significam estes fundamentos na seleção de quais obras artísticas e literárias... Ressaltamos a abertura e liberdade que Jackson de Figueiredo apresentava em relação ao padre Leonel Franca para escrever e divulgar o que bem entendesse no periódico. Fica nítido a proximidade que o jesuíta possuía nas publicações da revista. O excerto dessa correspondência confirma um dos pontos que levantamos nesta análise: o trânsito livre nos âmbitos políticos e culturais da sociedade carioca. Se a função d’A Ordem era propagar a fé cristã católica aos leigos, era por meio da persuasão literária que o jesuíta a atingiria.

Afirmam , ainda, estes autores que

o padre Leonel Franca ao lado de líderes como o arcebispo dom Sebastião Leme, Jackson de Figueiredo, depois Alceu Amoroso Lima, desenvolveu conferências, conquistou conversões e conformou a organização de um projeto social católico cujo objetivo era atingir a concepção do Estado (OLIVEIRA; CAMPOS, 2020, p. 289).

Nas edições nº 3 e 4 da Ordem do ano de 1929 constam textos de Von Acker sobre “Introdução a metaphysica thomista”, Carlos Drummond de Andrade escreve sobre “Ode a Jackson de Figueiredo”, Leonel Franca escreve sobre “Caracteres fundamentaes do thomismo”, Hamilton Nogueira escreve sobre “Jackson de Figueiredo e a revolução”, Nelson Rómero escreve sobre “Realismo thomistico e idealismo moderno”. Isso mostra as relações entre modernidade e tradição. O artigo de Carlos Drummond sobre Jackson Figueiredo revela a proximidade e as relações entre o movimento moderno e a Igreja na construção da identidade nacional. Isso significa que São Tomás de Aquino, considerado o patrono da escola católica brasileira, e sua filosofia e pedagogia tomista, tão cara os jesuítas, são tidos como estratégia fundamental para fortalecer o poder da Igreja pela educação. O tomismo jesuítico servia para legitimar a modernidade e também como uma arma poderosa no controle das massas, pelo aspecto das regras de obediência, que interessava tanto à Igreja quanto ao Estado, para a construção do novo homem moderno; a arquitetura e o pátio jesuíta tem essas características e foram estudados, representados e restaurados em caráter de urgência pelo SPHAN. É nítido que

A Ordem, pertencente ao Centro Dom Vital, era liderada pelos jesuítas de Dom Sebastião e do padre Franca via Alceu.

1.3 VARGAS E A IGREJA

Segundo Lúcia Lippi de Oliveira (1990, p.165),

noções de história da filosofia, de 1928 de Leonel Franca, vem acrescida de um capítulo sobre a filosofia no Brasil, este texto oferece um panorama do tipo de ensinamento filosófico patrocinado pela Igreja. É preciso lembrar que foi Leonel Franca quem guiou a formação filosófica, ou melhor dizendo, religiosa de muitas gerações da elite católica.

O arcebispo Dom Sebastião Leme achava por bem que seria importante a criação de uma espécie de partido político; para isso, precisava mobilizar o padre Leonel Franca, o mais poderoso assistente eclesiástico do Centro Dom Vital, tornando-o o conselheiro religioso da Liga Eleitoral Católica (LEC).

criada em 1932 com o apoio dos intelectuais mobilizados pela causa da Igreja, a fim de homogeneizar a orientação católica quanto à votação nas eleições, a LEC estimulava os católicos em quem votar... - A carta do arcebispo dom Leme expõe os ideais da LEC e solicita que o padre Leonel Franca analise e contribua com o quadro em elaboração. A Liga foi tão fundamental que, embora não se possa avaliar precisamente, a maior parte das reivindicações na Constituinte de 1934 estava alinhada com os preceitos da Igreja Católica... o papa apoiou dom Sebastião Leme em seus esforços para promover a restauração católica e compreendia que a Ação Católica brasileira seria fundamental neste processo. Como resultado da constitucionalização do país, surgiu a Aliança Nacional Libertadora, o que dava mais força aos partidos de esquerda. A Restauração Católica, movimento também instituído por dom Sebastião Leme, em 1935, consistia num movimento de resposta àquela organização. Era composto por leigos que atuavam nas mais diversas camadas sociais e culturais, por meio das diretrizes de líderes eclesiásticos. O movimento da Ação Católica viera para realizar ações nos mais diversos setores da sociedade: religioso, educacional, moral, político... - Até 1937, quando o regime autoritário eliminou os partidos e eleições, a LEC teve um poder considerável nos resultados dos processos eleitorais. Assentados nos princípios anticomunistas, a maioria dos candidatos apoiados por ela foram eleitos para a Assembleia Constituinte (OLIVEIRA; CAMPOS, 2020, p. 280,282 e 287).

Notícia publicada no Jornal do Commercio do Amazonas (AM), edição nº 9784, em 1932, diz que “o Cardeal Dom Sebastião Leme, presidirá a seção da Confederação Católica e falará aos católicos brasileiros sobre o dever eleitoral no momento. Seguir-se-á como orador, o padre Franca que focalizará o sufrágio universal como tema de sua conferência”. Isso mostra as relações entre o Cardeal de origem jesuítica com o reitor do Colégio dos Jesuítas do Rio de Janeiro na Confederação Católica, bem como as articulações políticas da Igreja durante o governo Vargas e seu poder de conglomerar a massa católica para fins políticos. Isso é um ícone de que os jesuítas estavam na linha de frente dos intelectuais católicos nas articulações políticas, um índice da participação da Igreja e dos jesuítas nas decisões políticas e socioculturais durante

o regime Vargas, e um símbolo do apoio da Igreja ao varguismo. O Cardeal Dom Leme era a mais alta autoridade da Igreja brasileira nesse período, foi fundador do Centro Dom Vital, e teve participação decisiva na construção do avanço das agremiações e associações católicas tais como a Ação Católica e a Confederação Católica de Educação Brasileira com o Colégio de Santo Inácio. Portanto, os jesuítas estavam na vanguarda do pensamento e das decisões que fortaleceram os católicos na esfera da educação, aplicando a estratégia do projeto da Igreja de construir uma identidade nacional baseada nas tradições cristãs, o que a levou a ter participação decisiva no apoio a Vargas.

Na Revista A Ordem, edições nº 11 e 16, de 1931, constam artigos de Leonel Franca, que escreve sobre “Divórcio e Suicídio”; San Tiago Dantas, que escreve sobre “Catholicismo e Fascismo”; Marcel Brion, que escreve sobre o “Pensamento e obra de Jackson de Figueiredo”. Isso evidencia que Leonel Franca tem participação ativa na revista defendendo ideias conservadoras. A partir de novembro de 1938 o padre Leonel Franca passa a ser o Censor Eclesiástico da Revista A Ordem, e isso é um índice de que os jesuítas tinham controle significativo da Revista.

O Correio da Manhã, edição nº 13745, de 1939, noticia sobre a presença do padre Serafim Leite na Academia Brasileira de Letras, sendo saudado por diversos acadêmicos, rememorando a obra realizada pelos jesuítas desde meados do século XVI.

Figura 1 - Getúlio Vargas, Frederico B. Barreto e Dom Sebastião Leme em 1938, em manifestação cívica no Rio de Janeiro.



Fonte: CPDOC – FGV – Arquivo Getúlio Vargas: Classificação: GV foto 073.

Figura 2 - Getúlio Vargas, Góes Monteiro e Dom Sebastião Leme entre outros durante desfile comemorativo da data da Independência do Brasil, 1945.



Fonte: CPDOC – FGV – Arquivo Getúlio Vargas: Classificação: OD foto 025.

Alceu Amoroso Lima presta homenagem ao historiador jesuíta português “lembrando a obra ingente dos jesuítas na civilização do Brasil”. Serafim Leite gozava de prestígio das mais diversas autoridades, era um intelectual muito poderoso. Alceu classifica de grandiosa a obra dos jesuítas na civilização brasileira. Isso reforça a posição de importância, presença e destaque dos jesuítas nesse período nas mais diversas esferas políticas e socioculturais e sua importância para a formação da identidade e do patrimônio histórico nacional. A História da Companhia de Jesus no Brasil, de Serafim Leite, é o tempo colonial como representação intelectual no sentido de afirmar o projeto de poder jesuítico, bem como afirmação e elevação perante outros setores da Igreja.

Na constelação de Leonel Franca orbitavam o Cardeal Leme, Jackson de Figueiredo, Alceu Amoroso Lima, Mário de Andrade, Manuel Bandeira, Cândido Portinari e Lucio Costa. Na Constelação do Cardeal Leme orbitavam Serafim Leite, Jackson de Figueiredo, Alceu Amoroso Lima, Francisco Campos, Gustavo Capanema, Mário de Andrade e Rodrigo Melo e Franco. Leonel Franca, Dom Sebastião Leme e Alceu Amoroso Lima tinham como preocupações maiores o Conselho Nacional de Educação. Leonel Franca esteve presente em todas as reuniões e encontros do Conselho entre 1930 e 1945. O Diário Carioca, edição nº 908, de 1931, noticia “a inconstitucionalidade da nomeação do padre Leonel Franca, por ser membro de congregação religiosa (Companhia de Jesus) para o futuro Conselho Nacional de Educação”. Isso ajuda a delinear as relações entre a Igreja e o estado varguista, e é um índice do uso da educação como estratégia de domínio e conversão, que integrava ambos os projetos de unidade e identidade nacional de Vargas, e o projeto de unidade moral e identidade nacional tradicional cristã da Igreja, liderada pelos intelectuais educadores jesuítas. Por meio do Diário Carioca é possível ver que, em 1937, estavam presentes, com Gustavo Capanema, na Seção Inaugural da Instalação do Conselho Nacional de Educação, Alceu Amoroso Lima e Leonel Franca. Por meio desse mesmo periódico é possível ver que, nos anos 40, Alceu Amoroso Lima e Leonel Franca atuavam juntos no Conselho Nacional de Educação.

O Correio da Manhã do Rio de Janeiro, edição nº 286, de 1931, noticia que acaba de ser fundada nesta capital uma grande sociedade de estudos pedagógicos orientado pelos princípios da religião católica, a qual tomou o nome de Associação de Professores Católicos. Os seus iniciadores que são o padre Leonel Franca sob o consentimento e aprovação do Cardeal Dom Sebastião Leme.

Isso mostra o Cardeal Leme e Leonel Franca utilizando a estratégia do poder da educação para obter maior poder e participação nas esferas políticas e socioculturais do recente

governo Vargas. Evidencia que os intelectuais católicos jesuítas estiveram, desde o início, relacionados com o Conselho Nacional de Educação que viria a formar o futuro MEC, o que reafirma a tese de que os jesuítas estavam na vanguarda dos intelectuais da Igreja e tinham a missão de, por meio da educação, ter poder e prestígio no governo Vargas.

É possível constatar, por meio do *Correio da Manhã* (RJ), que Leonel Franca defendia o ensino católico público e privado. Como bom jesuíta, defendia a tradição do ensino no Brasil, que era religioso, e que fora introduzida por Manoel da Nóbrega, em 1549, nos primórdios da formação do Brasil, e que foi temporariamente suspensa por Pombal, em 1759; seu objetivo, portanto, era retomar esse poder. Esse objetivo coincide com um projeto estratégico de poder, de afirmação e elevação da Companhia mundo afora, tendo como pano de fundo o período entre guerras e o discurso da frustração do homem com a razão, a qual teria levado a humanidade às grandes guerras, ao distanciar-se de Deus, causando sofrimento, levando novamente à busca pela consolação divina.

O *Correio da Manhã* (RJ) noticia, em 1932, a Solene Inauguração do Instituto Católico de Estudos Superiores, que futuramente viria ser a Pontifícia Universidade Católica (atual PUC-Rio). O evento contou com presença e pronunciamento do diretor Alceu Amoroso Lima, do organizador e um dos fundadores do instituto, Leonel Franca, do ministro da educação Francisco Campos e de Dom Sebastião Leme; estava também presente a alta intelectualidade brasileira. Temos, portanto, a Igreja e os jesuítas apostando na universidade e na educação para firmar poder (especialidade dos jesuítas desde sua fundação, curiosamente por estudante da Universidade de Paris) com um slogan de vitória pelo convencimento e pelo conhecimento. É possível notar, por meio do *Correio da Manhã* (RJ), que Alceu Amoroso Lima, nos anos 1930, fazia parte da Confederação Católica Brasileira de Educação, junto a Leonel Franca; e que Dom Sebastião, Leonel Franca e Alceu Amoroso Lima estiveram reunidos no Primeiro Congresso Católico de Educação. O padre Franca participou da reunião do Conselho Nacional de Educação sobre o diploma dos arquitetos da Escola de Belas Artes de São Paulo, e isso tudo é indício do poder de influência que Leonel Franca exerceu entre os anos de 1930 e 1940 no Brasil, em diversos setores e aspectos.

1.4 LEONEL FRANCA *VERSUS* ANÍSIO TEIXEIRA: A EDUCAÇÃO NO ESTADO GETULISTA

A ação do Estado na educação era um duelo que vinha sendo travado desde os anos de 1920, envolvendo basicamente duas vertentes opostas, uma que podemos chamar de

reformadores, e a outra, de educadores e intelectuais católicos (MICELI, 2009). De um lado, destacamos Anísio Teixeira, Lourenço Filho, Fernando de Azevedo e Cecília Meireles; e de outro, Leonel Franca, Alceu Amoroso Lima e, conseqüentemente, Francisco Campos e Gustavo Capanema.

A religião católica é muito forte no Brasil, no entanto:

foi a partir da década de 20, por temer o avanço das ideias socialistas, que a Igreja passou a prestar seu apoio espiritual e ideológico ao fortalecimento do Estado numa linha que se manteve assumidamente conservadora no que dizia respeito a tudo que pudesse significar questão social, isto; a tudo que fosse explicitação material de conflitos sociais (...) Igreja e Estado são irredutíveis, mas essa irredutibilidade não implica, necessariamente, num total isolamento recíproco. Apoiado nesse fato, D. Leme conduziu sua atuação no sentido de buscar o apoio do Estado, mesmo de forma oficiosa, para a implementação de um novo modelo de Igreja adaptado aos desafios e as mudanças por que passava a sociedade brasileira. Para conseguir tal apoio, era preciso mostrar ao governo o quanto uma religião institucionalizada como a católica, era importante para a sua gestão junto a sociedade (BARBOSA, 1992, p. 8 e 11).

O manifesto pioneiro da Escola Nova, em 1932, foi o mote que levou a articulação da Igreja, em especial, de “Leonel Franca e Alceu Amoroso Lima junto às instâncias do poder federal, principalmente do Ministério da Educação” (RODRIGUES, 2012). A intenção dos conservadores era reprimir e abafar a vanguarda de uma escola nova que surgia prometendo revolucionar o campo da educação.

Conforme aponta Ferronato (2015, p.305), para o padre Leonel Franca:

religião e pedagogia caracterizam-se por uma relação indissolúvel. A escola leiga do movimento escolanovista, no entender dos católicos conservadores, deseducava ao invés de educar, pois estimulava o individualismo e neutralizava as normas morais, incitando atitudes negadoras da convivência social e do espírito coletivo.

Natália Cristina de Oliveira (2021, p. 20-21), por outro lado, traz um dado importante nas relações dialéticas entre os escolanovistas e os aristotélico-tomistas; segundo ela:

Leonel Franca escreveu, no dia 1º de junho de 1932, ter recebido em sua casa, para tratar sobre os rumos da educação nacional, o educador Anísio Teixeira: “Veio hoje visitar-me o Dr. Anísio Teixeira, Diretor de Instrução Pública; falou-me dos artigos que haviam sido publicados contra ele, garantiu-me que não tinham nenhuma intenção hostil aos colégios particulares ou religiosos; explicou-me as expressões ambíguas que haviam dado lugar a interpretações desfavoráveis, num sentido aceitável, insisti sobre a conveniência de fazer cessar esta ‘mentalidade farisaica’. Depois discutimos longamente sobre ensino religioso etc.”. A conversa durou quase duas horas - Podemos identificar que, ainda com posicionamentos políticos divergentes, o jesuíta mantinha contato com seus oponentes. Ele não praticava rompimentos, mas fortalecimentos. No ano de 1933, antecedendo a reformulação de uma nova constituição, Leonel Franca já iniciava as discussões legais. Em 20 de março de 1933, escreveu: “Heráclito contou-me hoje a intervenção do Dr. Fontes junto ao Interventor no sentido de ser executado o Decreto do Ensino Religioso no Distrito Federal. Chamado do Anysio que negou ter posto qualquer obstáculo. Ordem do Interventor para que se regulamente” (Franca apud Arquivo da Província dos Jesuítas no Brasil, 1933). É possível notar o acesso livre do jesuíta aos bastidores das aprovações, ou não, da legislação.

Conforme demonstra Simon Schwartzman (1985), esta acomodação entre a Igreja e o Estado fez com que perdesse muito de sua nitidez o confronto entre a Igreja e os defensores do ensino público e leigo, que ficaram conhecidos como os “pioneiros da educação nova”. Ao forte conflito ideológico que contrapunha, por exemplo, Anísio Teixeira a Alceu Amoroso Lima, não correspondia oposição total, já que ambos defendiam, ainda que por caminhos distintos, um papel crescente do Estado no estímulo e controle da educação nacional. As divergências se colocavam frequentemente em termos filosóficos e pedagógicos, mas, ainda aí, faltava a ambos os lados concepções pedagógicas mais elaboradas que caracterizassem suas respectivas posições. Isto explica porque outras pessoas também identificadas com o escolanovismo, mas menos marcadas ideologicamente, passaram a se definir essencialmente como “técnicos em educação” e, desta forma, conseguiram ocupar lugares importantes do Ministério. O exemplo mais marcante talvez tenha sido o de Lourenço Filho, responsável pela organização do INEP.

De qualquer forma, o antigo pupilo dos jesuítas, ex-aluno do Colégio Antônio Vieira, de Salvador, onde ingressou em 1914, obteve influência do humanismo cristão e “Anísio Teixeira que por muito pouco não assumiu o hábito jesuíta” (VIANA FILHO, 1990, p. 14-28), sucumbiu ao comandante dos inicianos no Brasil daquele período, o Superior Provincial senhor Leonel Franca. E o processo histórico e político que abortou o projeto escolanovista do Brasil de então aconteceu da seguinte forma: segundo Boris Fausto (1999, p. 357), “com a criação do Ministério da Educação e da Saúde em 1930, a educação esteve impregnada de uma mistura de valores hierárquicos, de conservadorismos nascido da influência católica”. Francisco Campos, primeiro-ministro da Educação de Vargas e padrinho de Lucio Costa na Escola Nacional de Belas Artes (ENBA-RJ), estava altamente articulado com o padre jesuíta Leonel Franca em torno do Conselho Nacional de Educação (CNE). Vale recordar que o padre Franca, membro estratégico, esteve presente em todas as reuniões e encontros do CNE entre 1930 e 1945. A Igreja, “com sua enorme capacidade de penetração social, era um aliado precioso para, através da educação, preservar e expandir esses valores espirituais que Francisco Campos prezava” (BARBOSA, 1992, p. 150).

Em troca do apoio da massa católica, Vargas, com o decreto de 1931, institucionalizou o ensino religioso nas escolas públicas. Importante símbolo dessa aliança foi a inauguração da estátua do Cristo Redentor, estrategicamente posicionada no alto do morro do Corcovado, no Rio de Janeiro, em 12 de outubro de 1931, anunciando a todos que o Brasil continuava sendo a maior nação católica do mundo. A Constituição de 1934 “anulou o que a de 1891 apresentava como obstáculos à ação da Igreja e assegurou pontos fundamentais das reivindicações católicas

como a família e o ensino religioso” (BARBOSA, 1992, p. 16). Dando sequência a pasta de Francisco Campos “Capanema chega ao ministério da Educação, graças a um acordo estabelecido entre a Igreja Católica, as forças políticas estaduais e o governo central” (BOMENY, 2001, p. 15).

De acordo com o CPDOC – FGV,

Dom Leme moveu intensa campanha contra o trabalho do pedagogo Anísio Teixeira à frente da Secretaria de Educação do Distrito Federal, durante o governo de Pedro Ernesto Batista. Alinhado ao Movimento da Escola Nova, Anísio defendia um ensino público gratuito e laico, o que se chocava frontalmente com o projeto educacional da Igreja.

D. Leme, que conseguiu sua “cardinalidade” depois que passou um tempo sob a batuta dos jesuítas na Universidade Gregoriana de Roma, antigo colégio seiscentista da Companhia, e o padre Franca, o todo poderoso dos loyolanos no Brasil, foram responsáveis diretos pelo aparelhamento da Igreja com o Estado. Exemplos disso seriam: o Centro Dom Vital, fundado em 1922, o principal reduto dos intelectuais católicos antes da fundação da PUC-Rio; a Revista A Ordem, criada em 1921, principal meio e veículo de disseminação ideológica do grupo; a Liga Eleitoral Católica (LEC), fundada em 1932, o braço político partidário eleitoral; e a Confederação Católica Brasileira de Educação (CCBE), criada em 1935, braço no campo pedagógico educacional; e a Ação Universitária Católica (AUC), fundada também em 1935, que posteriormente se transformaria na Juventude Universitária Católica (JUC), sua militância intelectual acadêmica.

Anos mais tarde, o cardeal Leme aconselhou o cônego Olímpio de Melo, antigo Vigário de Bangu e membro do Partido Autonomista, a candidatar-se a vereador, para liderar na Câmara do Distrito Federal a campanha pela regulamentação prevista na Carta Constitucional. Depois da eleição do cônego, Dom Leme traçou as principais linhas desse plano de ação. Na aprovação do projeto apresentado pelo vereador Átila Soares, tornando obrigatório o ensino da religião católica nas escolas municipais, Dom Leme não foi surpreendido pelo golpe chefiado por Vargas, que implantou, em novembro de 1937, o Estado Novo. Pouco depois, o cardeal alertou a hierarquia eclesiástica para que evitasse qualquer tipo de manifestação capaz de afetar as relações entre a Igreja e o Estado e prejudicar os direitos já conquistados pelos católicos. O Cardeal Leme insistiu na criação de uma universidade católica no Brasil, segundo ele, o melhor caminho para desenvolver a influência da doutrina da Igreja nos meios intelectuais (SCHWARTZMAN, 1985); universidade essa que seria esboçada e idealizada por ele, mas planejada e executada por Leonel Franca, a antiga Faculdades Católicas e atual Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio), cujo primeiro prédio chama-se, não por

acaso, Cardeal Leme, e que foi entregue por este para “a administração e orientação pedagógica dos jesuítas” (BARBOSA, 1992, p. 165).

O projeto de Gustavo Capanema foi vitorioso, encaminhado por Francisco Campos e endossado pelos intelectuais católicos liderados pelos padres da Companhia. A trajetória das políticas públicas de Capanema no governo Vargas revela a permanência da tradição que tornou privada a ordem pública (NUNES, 2001) e uma amostra disso seria a notícia divulgada pelo Diário Carioca, edição nº 908, de 1931, dizendo sobre “a inconstitucionalidade da nomeação do padre Leonel Franca, por ser membro de congregação religiosa (Companhia de Jesus) para o futuro Conselho Nacional de Educação”. Enquanto os escolanovistas defendiam que a educação deveria ser provida pelo Estado, enfatizando a liberdade, a vontade e a autonomia do indivíduo, o mentor dos aristotélico-tomistas, padre Franca, defendia a família como provedora divina da educação (MAGALDI, 2003), ou seja, era o papel tutelar maior dos pais que regia a educação de seus filhos, decidindo sobre a quem entregá-los: ou ao Estado, ou à Igreja.

Capanema é a personificação do pacto do Ministério da Educação com os intelectuais e educadores católicos, agindo sobre as premissas da Igreja (SCHWARTZMAN; BOMENY; COSTA, 2000). A faceta talvez mais significativa da gestão de Capanema no Ministério da Educação, foi sua íntima associação com os setores mais militantes e conservadores da Igreja Católica no Brasil, representada por Alceu Amoroso Lima, padre Leonel Franca e, como figura central, o Cardeal Leme, do Rio de Janeiro (SCHWARTZMAN, 1985).

A fotografia abaixo é um índice e um documento histórico dessa relação. Nela estão Alceu Amoroso Lima, Gustavo Capanema, Leonel Franca e Arlindo Vieira, estes três últimos ocupam o centro do pátio do colégio de Santo Inácio do Rio de Janeiro, onde, com todo o simbolismo que o pátio representa na arquitetura dos jesuítas e na história da arquitetura no Brasil, reúnem-se, agrupam-se e articulam-se.

Figura 3 - Gustavo Capanema, Alceu Amoroso Lima, os padres jesuítas Leonel Franca e Arlindo Vieira e outros no pátio do Colégio Santo Inácio no Rio de Janeiro, 1938.



Fonte: CPDOC – RJ. Documento número GC foto 148.

Em agosto de 1942, com a declaração de guerra feita pelo Brasil aos países do Eixo, Dom Sebastião Leme estabeleceu o plano geral da Circular coletiva do episcopado sobre esse assunto, cuja redação encomendou ao padre Leonel Franca, reitor da PUC. O documento foi divulgado entre o clero na semana seguinte, definindo uma posição de solidariedade da Igreja com o governo de Vargas e ressaltando a confiança na fidelidade dos religiosos ao Brasil. Afirmava também que os bispos estariam “vigilantes em prevenir ou sanar, por meios eclesiásticos, possíveis exceções individuais de deslealdade para com o país (SCHWARTZMAN, 1985).

O Correio da Manhã traz uma notícia, em 09 de setembro de 1945, de que a tradução da *Ratio Studiorum* feita por Leonel Franca é entregue às mãos de Capanema. A *Ratio* é o código de leis pedagógicas que regem a Companhia de Jesus e estava sendo entregue pelo reitor do Colégio de Santo Inácio e membro do Conselho Nacional de Educação ao Ministro da Educação. Isso comprova as relações entre os jesuítas e o governo Vargas no campo da educação. Mais que isso, significa que o Conselho Nacional de Educação, o MEC e o SPHAN estavam profundamente ligados aos jesuítas. Leonel Franca estava adaptando a antiga *Ratio Studiorum* aos tempos modernos. Para o padre Franca o aristotélico-tomismo e a *Ratio Studiorum* servem a função do requerido novo homem moderno e ideal do Estado Novo, aquele

que estuda, trabalha, e se recolhe. Uma estratégia para impulsionar a formação e fortalecimento de uma sociedade de cunho urbano-industrial e capitalista. E porque interessava a disseminação da cultura humanística entre as elites, facilitando a sua espiritualização. Confeccionada com uma mistura de aristotélico-tomismo, escolástica, *modus parisienses*, e Exercícios Espirituais Inacianos, a *Ratio Studiorum* seria a pedagogia perfeita para isso, porque “proporciona uma rígida formação moral e religiosa, vigilância contínua, concentração, domínio e controle das emoções, firmeza de caráter, sobriedade e obediência irrestrita aos superiores” (FRANCA, 1952).

Portanto, somente um desconhecedor do significado intrínseco e da história dos jesuítas na Igreja e na própria história do Brasil refutaria a tese de que “a Igreja Católica foi uma importante base para o governo Vargas” (FAUSTO, 1999, p. 332). Leonel Franca (Faculdades Católicas e futura PUC-Rio) e Alceu Amoroso Lima (UDF – Universidade do Distrito Federal), por meio de Francisco Campos e Gustavo Capanema e suas respectivas reformas educacionais (1931 e 1942) venceram o projeto escolanovista de Anísio Teixeira e seus companheiros. Até mesmo a criação da Universidade do Brasil deve-se, em partes, aos padres, afinal, Francisco Campos e Gustavo Capanema eram subprodutos dos loyolanos e a Universidade do Brasil era um projeto advindo de Francisco Campos e aplicado por Gustavo Capanema meses antes da implantação do Estado Novo. A Universidade do Brasil era uma espécie de contra golpe na UDF, criada em 1935 e que era um projeto de Anísio Teixeira, então secretário de educação e que “caracterizou-se por sua proposta inovadora e pelo fato de não possuir as três faculdades tradicionais - Direito, Engenharia e Medicina -, e sim uma Faculdade de Educação, que pela primeira vez dotou o magistério de formação específica de nível superior” (CPDOC-FGV).

Entretanto, essa proposta universitária colidiu com os propósitos do governo federal e em especial do grupo dos educadores e intelectuais católicos conservadores que compunham o regime varguista, e em 1939 a UDF foi fechada e incorporada à Universidade do Brasil, afinal:

o governo pretendia implantar em todo o país um padrão nacional de ensino superior e estabelecer um sistema destinado a controlar a qualidade desse ensino, e apesar de enfatizar o aspecto democratizante do ensino universitário, o ministro Capanema criou uma universidade claramente destinada às elites. Esse projeto grandioso e altamente centralizador acabaria sufocando outras iniciativas mais liberais. (CPDOC-FGV).

Segundo Márcia Cristina de Souza (2018, p. 357):

Leonel Franca foi um adversário ferrenho e forte opositor de Anísio Teixeira. A Universidade do Distrito Federal (UDF) tinha um projeto de universidade centrada na produção de conhecimento, através da pesquisa e do ensino, (...) em vez do projeto Capanema de universidade voltada apenas para o ensino profissional. A disputa entre os projetos de universidade de Anísio e do ministro da educação à época, Gustavo Capanema, católico praticante, assessorado pelo padre jesuíta Leonel Franca, fundador da PUC/Rio, assumiu posição antagônica a Anísio que contestava seu

projeto de universidade, além das objeções correntes de orientação socialista ou mesmo comunista na administração educacional.

A fotografia abaixo (Figura 4) é um retrato da vitória do grupo dos aristotélico-tomistas frente aos escolanovistas; nela, vemos Leonel Franca sentado ao lado direito de Capanema, e na ponta da mesa está Alceu Amoroso Lima, quem oferecia o banquete. Uma imagem índice da atuação e do controle dos jesuítas na pasta da educação nos tempos de Vargas.

O golpe dentro do golpe, em 1937, foi também uma vitória do ensino religioso. As propostas pedagógicas de Anísio não tinham pretensões religiosas, seu compromisso educacional democrático e inclusivo não tinha Cristo como fundamento nem ponto de partida, não ofereceriam nada para a maior glória do senhor Jesus. Portanto, a tolerância para com Anísio Teixeira entre os governos provisório e constitucional (1930-1937) encerra-se com a implantação do Estado Novo, e quando outorgada a Constituição, escolheram Alceu Amoroso Lima para substituir Afonso Pena Júnior na reitoria da UDF, patrocinando o desmonte da estrutura criada por Anísio Teixeira (VERBETE, CPDOC), a quem Alceu vinha perseguindo, junto com Leonel Franca, desde o manifesto escolanovista de 1932.

Figura 4 - Gustavo Capanema, Padre Leonel Franca, Alceu Amoroso Lima e outros durante almoço em sua homenagem no Automóvel Clube, oferecido pelo Conselho Nacional de Educação, 18 de junho de 1942.



Fonte: CPDOC – FGV – Arquivo Gustavo Capanema: Classificação: GC foto 246.

Alceu Amoroso Lima marcou indelevelmente a vida intelectual e cultural brasileira no século XX, em especial, em sua segunda fase, iniciada logo após a sua conversão ao catolicismo, compreendida como a fase “das ideias”, na qual o seu foco de atenção estava direcionado para as questões ideológicas e filosófico-religiosas (SERRA, 2013). Alceu mostra claramente a sua identidade com uma nova postura da Igreja católica, liberta das “formas ultrapassadas ou ditatoriais” e tendo à sua frente figuras como os padres jesuítas Riquet e Chaillet e os dominicanos Ducatillon e Lebret, que eram testemunhos cristãos no mundo moderno na medida em que adequavam os “princípios imutáveis da lei natural e das verdades reveladas” ao tempo presente (SERRA, 2013). Alceu Amoroso Lima, que aparece na foto acima (Figura 4), era um dos articuladores entre a Companhia de Jesus e o governo Vargas, via Gustavo Capanema. Segundo artigo encontrado no Instituto de Estudos Brasileiros da Universidade de São Paulo (IEB – USP), escrito em agosto de 1973, chamado “Um modelo perene”, ao referir-se a Leonel Franca, Alceu diz: “[...] ele tinha a teoria de que o princípio do espírito é um elemento de união e a matéria um elemento de divisão e é hoje tão válido como nos tempos de Aristóteles ou de São Tomás de Aquino, Franca foi um modelo de equilíbrio na força do espírito”. Alceu mostra seus conhecimentos teológicos e filosóficos que alicerçam os jesuítas. Isso significa que Alceu tinha consciência da implantação do arcabouço ideológico aristotélico-tomismo jesuítico, tão caro ao processo de colonização do Brasil, e no cenário cultural e educacional do MEC, revisitado ao longo dos anos entre as décadas de 30 e 60.

O Diário Carioca, em 1944, noticia em suas páginas que “a empresa editora Agir recentemente fundada e de que é consultor literário o Sr. Alceu Amoroso Lima, vai lançar, entre outras coleções, uma que permita a alguns valores da nossa vida cultural dizer o que pensam sobre a atividade dominante da sua própria existência. Entre os convidados pela empresa para escrever esses livros estão Alceu Amoroso Lima, padre Leonel Franca, Mario de Andrade, Francisco Campos e Lucio Costa”. Isso mostra o poder de articulação que Alceu Amoroso Lima tinha entre editoras e intelectuais da época, evidencia as suas relações com Leonel Franca, Mario de Andrade, Francisco Campos e Lucio Costa. Logo, comprova-se a ligação específica de Lucio Costa com Alceu Amoroso Lima e o jesuíta Leonel Franca, sem falar de sua ligação com Francisco Campos, afinal, este último nomeou Lucio para diretor da ENBA (RJ), pois tinha ligações com os jesuítas membros do Conselho Nacional de Educação, tal como Leonel Franca. Comprova-se também que o quilate de Lucio Costa era tão grande quanto os outros convidados por Alceu Amoroso Lima para a seleção de escritos e escritores notáveis, e que tais nomes compunham uma geração, um grupo de intelectuais comprometido, cada qual em sua esfera de atuação, com a modernidade.

O Diário Carioca, edição nº 3434, noticiou, em 1939, que:

realizou-se, ontem à tarde, no Centro Dom Vital a anunciada sessão em homenagem ao padre Serafim Leite S.J., o ilustre historiador português ora entre nós, com o objetivo de reunir novos e preciosos elementos para o terceiro tomo de sua História da Companhia de Jesus no Brasil. Numa iniciativa que conseguiu facilmente o apoio de todos os nossos meios culturais, resolveram o centro Dom Vital e o Instituto Católico, realizar a justa homenagem que decorreu com extraordinário brilhantismo. A sessão foi presidida pelo embaixador de Portugal Dr. Martinho Nobre de Mello tomando assento a mesa padre Leonel Franca e Alceu Amoroso Lima. Aberta a sessão, o dr. Alceu Amoroso Lima saudou o padre Serafim Leite, congratulando-se com os presentes pela missão que na hora lhe cabia, de receber e dar boas-vindas ao grande historiador lusitano, autor do maior e incontestavelmente o melhor trabalho sobre a atuação da Companhia de Jesus no Brasil.

Isso mostra que o padre e historiador jesuíta Serafim Leite foi homenageado no Centro Dom Vital, poderosa instituição católica de apoio a Vargas pelo terceiro tomo de sua História da Companhia de Jesus no Brasil numa iniciativa que conseguiu reunir todos os meios culturais, inclusive o MEC, o SPHAN, o INL e intelectuais de diversas correntes e ideologias. Evidencia as relações de Alceu Amoroso Lima com os jesuítas Serafim Leite e Leonel Franca e a importância da História da Companhia de Jesus nesse período. E comprova-se que Serafim Leite atuava como agente jesuíta português no Brasil, mostrando a importância dos jesuítas a serviço da coroa portuguesa como potência colonizadora e formadores da nacionalidade brasileira, bem como sua importância para o patrimônio histórico, artístico e cultural do Brasil. Logo, os jesuítas estavam à frente como intelectuais católicos com a missão de executar os projetos de modernidade e modernização da Igreja.

1.5 VARGAS E OS JESUÍTAS

De acordo com Natália Cristina de Oliveira e Névio de Campos (2020, p.281):

Dom Leme, em 4 de fevereiro de 1932, faz uma consulta ao padre Leonel Franca – o que respalda nossas afirmações acerca de articulações do jesuíta nas decisões do rumo da Igreja Católica. O documento consistia na descrição de um plano para a criação da Liga Eleitoral Católica. É afixada a mensagem de que seja um arquivo confidencial, a fim de manter o sigilo na estruturação prévia da organização.

Isso significa que Leonel Franca era importante o bastante e deveria ser consultado.

De acordo com Natália Cristina de Oliveira (2018, p.75), “Dom Sebastião Leme era amigo pessoal de Vargas”. Ambos os jesuítas,

Dom Sebastião Leme e Leonel Franca que oportunizaram a veiculação de discursos que afetaram, de forma decisiva, a opinião pública. Esses mecanismos justificam-se na ideia desenvolvida por Miceli (1979, p. 55) ao afirmar que, (...) as autoridades eclesásticas se dispuseram a apoiar o poder oligárquico na década de 20 com vistas a

recuperar o status de sócios privilegiados do poder político de que haviam desfrutado até a queda do Império, [e] preferem adotar atitude semelhante em relação ao regime Vargas, antes e após o golpe de 37, em troca da caução oficial à criação de novas instituições no campo da educação e da cultura (OLIVEIRA, 2018, p. 166).

O excerto acima nos permite compreender que o MEC, e conseqüentemente o SPHAN, sejam decorrentes de um projeto ao mesmo tempo jesuíta e varguista, assim como foram “as Faculdades Católicas, conquistadas pelos esforços do jesuíta Leonel Franca, apenas em 1940, em negociações diretas com o ministro da Educação, Gustavo Capanema e o presidente Getúlio Vargas” (OLIVEIRA, 2018, p. 168).

Esta autora revela que “Getúlio Vargas tinha o padre como muito caro – admirava-o ao vê-lo defendendo, de forma tão guerreira, o Estado” (OLIVEIRA, 2018, p. 77) e isso é um índice das relações estruturais dos jesuítas no governo Vargas. As intervenções do poderoso padre Leonel Franca no estado getulista não param por aí, “no dia 14 de abril de 1931, Franca se reuniu com Francisco Campos, então ministro da Educação. No dia 30 do mesmo mês o decreto nº 19.491, que autorizava as escolas públicas a instituir o ensino religioso facultativo nas escolas, foi assinado por Vargas.” (OLIVEIRA, 2018, p. 185).

Ainda segundo ela:

com a divulgação de suas obras, Franca teve seu destaque social intensificado e passou a ser reconhecido por críticos da imprensa e renomados intelectuais, onde enriqueceu sua rede de sociabilidade... A visibilidade dos escritos do jesuíta, na imprensa bibliográfica, indica a sua recepção e o seu reconhecimento pela elite intelectual responsável por, naquele momento, direcionar a sociedade civil carioca e brasileira. Imbuídos de um espírito nacionalista, que garantisse a ordem estatal – ainda que o preço fosse entrar em consonância com a obra religiosa, governantes como Getúlio Vargas, e representantes de Ministérios como Francisco Campos, nutriam por Franca um apreço e um respeito considerável pelo já, então, intelectual católico (OLIVEIRA, 2018, p. 223).

Natália Cristina de Oliveira (2018, p.190) aponta que:

o governo provisório, para Franca, com a admissão do ensino religioso e sua importância, elevou-se à compreensão mais profunda do país. O jesuíta defendeu que atos como o da admissão do ensino religioso nas instituições bastava para imortalizar a alma de um estadista, no caso, Getúlio Vargas.

Fica bastante claro, portanto, que os jesuítas tiveram importância na construção do poder simbólico da imagem de Vargas.

Novamente a autora evidencia que:

em uma destas ocasiões e tentativas de afinidades do governo com o ideário católico, Getúlio Vargas ofereceu um banquete no Palácio do Itamarati, em 18 de julho de 1939, ao episcopado brasileiro. O jantar “ocasionou” um discurso que relatava ao alto clero que a nação brasileira fora organizada sob a cruz do catolicismo, por isso os seus padres tinham liberdade de discurso e atuação nas terras brasileiras, em troca deveriam

contribuir com o Estado [...] timbrando em ser bons cidadãos, obedientes à lei civil (OLIVEIRA, 2018, p. 197).

É possível perceber que Vargas exaltava a importância dos jesuítas na formação do Estado brasileiro durante o período colonial, e que os signos da hierarquia, disciplina e obediência jesuíticas cabiam como uma luva na construção dos poderes e dos valores simbólicos do Estado Vargasista.

Natália Cristina de Oliveira (2018, p.221) consultou os arquivos jesuítas, especificamente no que tange à documentação de Leonel Franca, e nos conta que eles “auxiliam na compreensão das disputas no campo político e forma como o governo presidido por Getúlio Vargas se relacionava com a Igreja católica”.

Por meio do Diário Carioca constatamos que em 1933, no Congresso Eucarístico, Alceu Amoroso Lima e Leonel Franca estavam articulados em torno do Centro Dom Vital; que em 1935 Vargas nomeia Leonel Franca para representante do ensino secundário particular. Isso significa a relação entre Vargas e os jesuítas, a estratégia mútua entre Estado e Igreja em utilizar a educação como ferramenta de conquista, domínio e conversão em prol da unidade e identidade moral cristã e nacional. Por meio do Diário Carioca, entre os anos de 1940 e 1949, é possível ver que Serafim Leite era a ponte de ligação nas relações entre o governo brasileiro e português bem como sua atuação lá e cá entre os intelectuais e instituições; que A História da Companhia de Jesus foi amplamente divulgada seja por propagandas de livrarias ou por encontros, conferências e congressos; e que Serafim Leite era constantemente convidado por Leonel Franca para conferências no Colégio de Santo Inácio.

Outro índice das relações entre os jesuítas e o governo Vargas é uma carta de Serafim Leite a Getúlio Vargas, escrita em 1943, agradecendo recebimento de “A Nova Política do Brasil”, encontrada no CPDOC-FGV, onde Leite diz:

Ao Ilmo. Sr. Presidente da República
Dr. Getúlio Vargas
Tenho a honra de agradecer a V.S.^a o volume IX de A Nova Política do Brasil (“O Brasil em Guerra”) que eu em parte já conhecia. Deixando para seus momentos meus próprios estudos de história antiga do Brasil, reli-o agora em prazer. E também com proveito, mesmo como historiador. Achei, nas suas páginas, embora de história moderna, novos motivos de interpretações do passado, na dignidade, firmeza, elevações, e sentidos das originalidades, que é a base moral e prática deste seu novo livro, sem dúvida, notável literatura política.
Deus guarde V.Exa. por muitos anos.
Respeitosas saudações, Serafim Leite SJ

Leite tinha relações próximas com Getúlio, e isso significa que era um homem de muita influência, pois participava do rol das trocas de relações com o alto poder do Brasil na época. Parece que Leite já conhecia os esboços do livro de Getúlio, ou talvez tenha até participado de

discussões sobre a obra. Diz que achou no livro de história moderna de Getúlio novas interpretações do passado do Brasil que com certeza interessavam à confecção de sua História da Companhia de Jesus no Brasil. O passado interessava ao presente e vice-versa na construção de uma historiografia do Brasil. Havia uma convergência e recorrência no fazer historiográfico entre Vargas e Leite sobre o entendimento do Brasil. Eram intelectuais pensando o Brasil. Leite recebe o livro de Getúlio e sugere sua História da Companhia de Jesus no Brasil. Leite foi um historiador, pesquisador, escritor e padre jesuíta português, e segundo Pedro (2008), foi o primeiro pesquisador a ter acesso aos documentos deixados pelos antigos jesuítas sobre o processo de colonização da América portuguesa, no *Archivum Societatis Iesu Romanum*, o arquivo central dos jesuítas em Roma.

O Correio da Manhã noticia, em 1940, que Vargas recebe no IV Centenário da Companhia de Jesus, os padres Leonel Franca e Serafim Leite e também alunos e ex-alunos do Colégio de Santo Inácio de Loyola. O IV Centenário da Companhia de Jesus foi comemorado em todas as esferas culturais e intelectuais de renome da época; e, em 16 de janeiro de 1944, que Vargas oferece de presente, autografado, a uma freira norte-americana, o livro *A História da Companhia de Jesus no Brasil*, de Serafim Leite. Estes fatos demonstram as relações entre Vargas e os jesuítas, e como o poder simbólico dos padres da Companhia interessava a Vargas.

É possível ver, pelas páginas do Correio da Manhã, no início dos anos 1940, que no Catete Getúlio recebe frequentemente o então reitor das Faculdades Católicas, o padre Leonel Franca. Em 17 de setembro de 1943, Leonel Franca faz um discurso de apoio a Vargas. Isso significa que os jesuítas apoiavam Vargas e vice-versa, e que ambos tinham projetos nacionalistas similares e estruturais: mais que isso, mostra a importância dos jesuítas para o governo Vargas.

Serafim Leite era estratégico para Leonel Franca, que, segundo Natália Cristina de Oliveira desempenhou um papel “enquanto orientador de um grupo de intelectuais – sobretudo os católicos – e mediador das demandas da Igreja Católica com o governo Getúlio Vargas” (OLIVEIRA, 2018, p.222), bem como:

por meio das ações de Leonel Franca percebemos a interferência na estrutura administrativa do governo Vargas, de forma efetiva, direta ou não. O padre jesuíta estabeleceu uma rede ampla de sociabilidade, principalmente com a elite intelectual, a qual deu segurança e possibilitou que houvesse a sistematização de um programa educativo da igreja com forte reverberação no mundo social (OLIVEIRA, 2018, p. 226).

Isso significa que os jesuítas eram estruturantes no governo Vargas e o plano moderno da Educação e cultura, do qual o SPHAN é parte integrante, é resultado de uma aproximação

entre o Estado e a Igreja entre os anos de 1930-1945, especificamente entre os jesuítas liderados pelo seu Superior, Leonel Franca, e o presidente Vargas.

1.6 A REVISTA A ORDEM E OS JESUÍTAS

A Revista A Ordem era um veículo que contribuía com o projeto de poder do governo Vargas e dos jesuítas no Brasil. Um índice disso seria o controle total da revista por parte dos padres da Companhia, afinal, o reitor do Colégio de Santo Inácio, o padre Franca era seu censor maior. Entre os anos 1930 e 1945 a obra História da Companhia de Jesus no Brasil, do padre e historiador jesuíta Serafim Leite é exaltada com importância, porque, segundo A Ordem, preenchia uma lacuna enfatizada por Capistrano de Abreu, de que era preciso “uma história mais sistematizada da Companhia no Brasil” (A Ordem, 1939, edição 102, p. 08). Jonathas Serrano, em artigo intitulado “A Primeira Legião”, publicado na Ordem, exalta a importância dos jesuítas na formação do Brasil, dizendo que “a obra magistral do historiador Serafim Leite mostra que é impossível escrever a nossa história ignorando a vossa (Companhia de Jesus) em nossa pátria” (A Ordem, 1941, edição 113, p. 231). A Revista A Ordem dizia que a Companhia de Jesus criou o Brasil infante.

Na Revista A Ordem, edição nº 100, de 1939, o padre Leonel Franca escreve sobre “Pio XI e as Missões”, mostrando a importância dada pelo Papa aos serviços prestados pelos jesuítas na história da Igreja, e entre tantos, relata a importância dos padres coloniais na introdução dos “costumes nacionais nos índios”.

Na Revista A Ordem, edição 107, de 1940, o editorial é dedicado ao IV Centenário da Companhia do Brasil dizendo que:

No nosso País, no mundo inteiro, a Igreja e a sociedade civil, por vários de seus grupos se irmanam na glorificação da genial fundação de Inacio de Loiola que os séculos tornaram mais rija e mais beneficentemente irradiante (...) Igreja e Nação, estamos indissolúvelmente ligados a Companhia (...) a obra de Inacio é dessas que o tempo não gasta (...) a vanguarda mais valente da Igreja (A ORDEM, 1940, p. 3-5).

Isso evidencia a importância das comemorações do IV Centenário da Companhia de Jesus para a sociedade brasileira da época, e para o governo Vargas. Isso significa que o editorial da revista diz que a Igreja e a Companhia de Jesus, bem como a história moderna de ambas, é indissolúvel; mais que isso, significa que o editorial da revista diz que de todas as ordens religiosas brasileira, a dos jesuítas é à que a sociedade e a Igreja brasileira mais devem.

Na Revista A Ordem, edição nº 108, de 1940, a direção (Alceu Amoroso Lima) pediu encarecidamente a Leonel Franca para que escrevesse sobre A Companhia de Jesus. O padre jesuíta atendeu ao pedido e nele escreveu: “Em nossos dias, a República Portuguesa de Afonso

Costa e as revoluções social-comunistas do México e da Hespanha começaram por enviá-los à fronteira, à espera de que Salazar e Franco os chamassem quando se tratou de pôr mãos à obra da reconstrução nacional” (A ORDEM, 1940, p. 280). Ora, isso significa que as revoluções comunistas eram a preocupação da sociedade na época e, em especial, da Igreja. Os jesuítas não viam com bons olhos o comunismo. Salazar e Franco foram ditadores que apoiaram o nazifascismo. E o significado intrínseco disso seria que os jesuítas têm um *modus operandi* dúbio, atuavam conforme seus interesses, ao mesmo tempo em que se infiltravam em grupos antagônicos por estratégia de poder político e religioso, ora estavam do lado da democracia ora ajudaram os ditadores fascistas na reconstrução nacional moderna na Península Ibérica, e que por isso sugerimos uma alusão desses padres a metáfora da águia bicéfala, pois tal alegoria lhes cabe e lhes convém muito bem.

Na Revista A Ordem, edição nº 111, de 1941, Nelson Romero escreve sobre “A Companhia de Jesus e seu fundador”, diz que “a descristianização do Brasil começou com a expulsão dos jesuítas” (p.34), parafraseia o padre Leonel Franca quando este disse que “o Brasil é um país católico, nasceu católico e católico há de viver, as nossas tradições, as glórias de nossa história são inseparáveis da religião e dos jesuítas, trabalhemos por inculcar nas massas populares a consciência austera de seus deveres cristãos como fizeram e fazem os jesuítas. Restituamos a escolha sua instrução religiosa, saneemos nossa política, infundamos nas nossas leis o espírito verificador do cristianismo e permanecer fiel a Igreja é questão de consciência nacional (A ORDEM, 1941, p.34).

O primeiro significado disso seria o poder da tradição da Igreja no Brasil. Leonel Franca deixa clara a estratégia da Igreja, encabeçada pelos jesuítas, de trabalhar por inculcar nas massas populares o cristianismo, como fizeram e fazem os jesuítas, restituir a possibilidade da escolha do ensino religioso, ajudar na posição política a favor da ditadura Vargas, infundir o cristianismo nas leis e permanecer fiel à Igreja é questão de consciência nacional. E o significado intrínseco disso seria a lapidação ou forja de uma consciência nacional, que era o elo com o governo Vargas.

O Correio da Manhã noticiava, em 02 de setembro de 1939, que Vargas recebeu Serafim Leite no Catete; aliás, Vargas recebia-o constantemente, entre 1939 e 1941. Isso significa que Serafim Leite era uma figura muitíssimo cara a Vargas e que este deu apoio ao projeto de poder dos jesuítas. O Correio da Manhã, em 1939, publicava propaganda de editoras enfatizando a obra História da Companhia de Jesus no Brasil, de Serafim Leite, como obras destacadas, atuais e mais vendidas e procuradas. Se correremos as páginas dos jornais cariocas O Correio da Manhã e O Diário de Notícias entre os anos 1930 e 1940 constataremos que essa ilustre figura

frequentava constantemente não só o Catete, mas também a Academia Brasileira de Letras. Isso significa que, dentro os intelectuais de modo geral, os jesuítas estavam na vanguarda nesse período.

A Cruz, órgão da Liga Social Católica Brasileira do Mato Grosso (MT), em edição nº 1416, de 1939, publica reportagem mostrando que o padre Serafim Leite foi condecorado com a medalha da Ordem do Cruzeiro do Sul pelo Presidente Getúlio Vargas pelas pesquisas e estudos sobre a história da nação. Isso reforça a tese das relações estabelecidas entre estas duas personalidades; e evidencia a importância do poder simbólico dos jesuítas e suas relações com o governo Vargas em troca de apoio ao seu projeto de poder.

1.7 O APOIO DA IGREJA NA CRIAÇÃO DO SPHAN

Atrás de uma política cultural de preservação, já em 1936, Mário de Andrade identificou a Igreja católica e, em especial, o cardeal D. Sebastião Leme como parceiro íntimo da preservação. O Cardeal Leme deu todo apoio ao SPHAN, contribuindo em muito para os processos de tombamentos e estudos dos bens eclesiásticos (WILLIAMS, 2001). A Igreja apoiou e inclusive conseguiu patrocínio de seus fiéis para colaborar com o projeto de patrimônio do Estado Novo e do SPHAN:

“Seguindo a liderança da hierarquia da Igreja, vários irmãos santos também colaboraram com o SPHAN na preservação das propriedades da Igreja mantidas pelas sodalidades. Os líderes da Igreja e os irmãos leigos cresceram cada vez mais adeptos de extrair promessas do SPHAN para financiar a restauração de propriedades eclesiásticas considerado de qualidade patrimonial” (WILLIAMS, 2001, p.123).

A Igreja católica estava ao lado do SPHAN, e dentro dela, os jesuítas eram os agentes desse projeto.

O episcopado brasileiro tinha caro apreço pela defesa do patrimônio. As relações entre Rodrigo Melo e Franco e Dom Sebastião Leme foram fundamentais para obter o apoio da Igreja na construção do patrimônio. Dom Leme colaborou, deu apoio irrestrito e interveio a favor do SPHAN dentro da Igreja. Um telegrama encontrado no IEB-USP⁵, enviado pelo cardeal Dom Sebastião Leme a Mário de Andrade, afirmando o entusiasmo do episcopado brasileiro em relação ao grande empreendimento de Mário em defesa do patrimônio artístico, diz o seguinte:

Rogo comunicardes autoridades ecclesiasticas as quaes vos tiverdes dirigir objeto serviço teor seguinte telegrama tive a honra de receber dia 30 de junho próximo findo acusando recebimento officio posso assegurar episcopado brasileiro vê com entusiasmo grande empreendimento defesa patrimônio artístico nossa pátria. Direito

⁵ Documento pertencente ao acervo Mário de Andrade, sem data, mas provavelmente do final dos anos 1930 ou meados dos anos 1940.

canônico contém disposições severas preladados brasileiros não cessam urgir. Na obra patriótica, boa hora confiadas vossa senhoria bispos e cleros colaborarão affectuoso interesse. Saudações. Cardeal Leme. Attenciosos cumprimentos a Rodrigo de Melo Franco de Andrade diretor do Serviço Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.

Nele, vemos o Cardeal Dom Sebastião Leme, posto de alta hierarquia na Igreja Católica, jesuíta de formação, líder de uma base importante de apoio do governo Vargas e associado à Ação Católica, à Confederação Católica Brasileira de Educação, ao Centro Dom Vital e sua revista *A Ordem*, diretamente ligado à liderança do padre jesuíta Leonel Franca, este que era ligado diretamente às ideias que sustentavam o Conselho Nacional de Educação, a reforma educacional de Francisco Campos e o Ministério da Educação de Capanema, fazendo uso de uma tecnologia muito cara na época e usada por autoridades, dirigindo-se a Mario de Andrade, o mesmo que, em 1936, aceitou o convite de Gustavo Capanema para redigir o anteprojeto de criação do SPHAN – Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, criado em 1937. Isso significa que a Igreja estava entusiasmada com o trabalho do SPHAN e conseqüentemente Mario de Andrade na preservação de seu patrimônio histórico e artístico nacional. Isso significa que o patrimônio religioso colonial, inclusive os jesuíticos, faziam parte de um poder simbólico que compunha uma narrativa que legitimava a nacionalidade, a modernidade e a identidade estado-novista. Significa que a Igreja católica deu apoio e colaborou com a criação e a atuação do SPHAN, e dentro dela, os jesuítas eram os intelectuais que lideravam o pensamento católico no Brasil nessa época e eram os agentes desse projeto.

Nesse telegrama, o Cardeal Leme ainda diz: “...posso assegurar episcopado brasileiro vê com entusiasmo grande empreendimento defesa patrimônio artístico nossa pátria (...) Na obra patriótica, boa hora confiadas vossa senhoria bispos e cleros colaborarão affectuoso interesse”. Cardeal Leme chama de obra patriótica o cargo de diretor do SPHAN confiado a Rodrigo de Mello e Franco. Quem colocou Rodrigo no cargo foi Capanema, que também foi colocado no ministério do MEC por alianças e poderes feitos com a Igreja, via Cardeal Leme. A Ideia de pátria fazia parte do projeto nacionalista da Igreja, do governo Vargas e do SPHAN. Unidade territorial, identidade nacional, defesa e salvaguarda do patrimônio histórico, mostrar a tradição da Igreja na formação da nacionalidade e salvaguardar seus bens históricos. O interesse da Igreja em colaboração com o SPHAN fazia parte da estratégia para avançar na consolidação do poder político da Igreja abafado pelo advento da ideias republicanas, reaparecendo agora com o nacionalismo cristão, uma força importante na sustentação do governo Vargas, e fez isso pelo controle da educação e da cultura, onde os jesuítas tiveram um papel de ação importante para manter os poderes simbólicos que os mesmos tiveram no

processo de desenvolvimento em diversas áreas no período colonial brasileiro entre 1549 a 1759.

No telegrama de 03 de julho de 1937, que encontramos no IEB-USP, enviado por Rodrigo Mello e Franco de Andrade a Mario de Andrade, pedindo para comunicar às autoridades eclesiásticas o apoio do episcopado brasileiro ao SPHAN, subentende-se que o diretor e o estruturador do SPHAN queriam comunicar o apoio de setor estrutural forte e poderoso dos bispos para fortalecer o SPHAN. Isso é um ícone das relações entre as autoridades eclesiásticas e as autoridades do SPHAN, uma amostra clara do apoio do episcopado ao SPHAN e um símbolo dos interesses mútuos entre ambos, uma vez que o poder do episcopado interessava ao SPHAN e vice vice-versa. Portanto, isso significa relações entre modernidade e tradição, mesmo que seja uma modernidade às avessas, onde os padres jesuítas estavam à frente entre os intelectuais do episcopado e tinham a missão de fazer do MEC e do SPHAN aparelhos para fortalecer uma estratégia maior, que era tornar a educação uma ferramenta poderosa para o convencimento e a instrução do novo homem, e por meio do patrimônio histórico criar poderes simbólicos que legitimassem a identidade nacional, um projeto tanto estado-novista quanto cristão nacionalista.

Na Revista do SPHAN, número nº 06, de 1942, o artigo de Manuel Bandeira intitulado “D. Sebastião Leme”, registra que este “passa a urgir, com toda a força de um compromisso que considera de honra, no sentido de estimular o interesse dos católicos pela defesa dos monumentos e obras de arte nacionais, patrimônio da Igreja” e que “Grande foi a alegria de D. Sebastião, e desde 1936, data da criação do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional”, e revela, ainda, que a origem do telegrama que D. Sebastião manda pra Rodrigo Melo e Franco de Andrade, que encontra-se no IEB-USP, trata-se do complemento da informação de que

em fevereiro de 1939 as infrações, por parte dos responsáveis por igrejas e conventos, ao decreto-lei de 30 de Novembro de 1937, sobretudo na parte relativa a execução de obras em edifícios tombados, levaram o diretor do SPHAN a apelar para D. Sebastião que prontamente atendeu ao apelo.

O mesmo artigo nos informa, ainda, que “Todas as vezes que o diretor Rodrigo M.F. de Andrade recorreu a D. Sebastião, sempre pelo generoso intermédio de Alceu Amoroso Lima, encontrou acolhida e benevolência, compreensão e interesse” (REVISTA SPHAN, 06, 1942, p. 84). Isso nos leva a crer que o SPHAN foi aparelhado com a ajuda da Igreja; mais que isso, o significado intrínseco seria o de que a tradição religiosa interessava ao Estado e vice-versa, ou seja: a estratégia da Igreja de recristianizar o povo e o Estado por meio da cultura e da educação,

a homogeneização territorial e a unidade nacional cristã e getulista evidenciariam, por meio do patrimônio nacional, o poder e a importância da Igreja na formação da nacionalidade.

A ligação entre o MEC de Capanema, o SPHAN de Rodrigo de Melo e Franco, ambos agentes de Vargas, e os jesuítas era o patrimônio histórico e simbólico, enquanto conteúdo educacional e estratégia de afirmação da tradição, da unidade e da nacionalidade. O Diário de Notícias (RJ) em edição nº 5911, de 1942, diz que Serafim Leite, em seção solene na ABL, propõe ao ministro da educação Gustavo Capanema e para a ABL solução imediata para o problema ortográfico sendo aceito por ambos a adoção do vocabulário da Academia de Ciência de Lisboa como base para a elaboração do vocabulário ortográfico nacional, como aponta reportagem do Diário de Notícias (RJ) num sábado de 31 de janeiro de 1942. Este fato revela as relações entre os jesuítas e a educação no Brasil, as relações entre Capanema e Serafim Leite e as influências deste sobre aquele, bem como a importância dos jesuítas na organização e na reformulação estrutural do governo vigente e na cultura nacional. Comprova a atuação e influência dos jesuítas no MEC, mesmo que não ocupassem lugar formal em sua estrutura, demonstrando a um só tempo a importância de Serafim Leite e dos jesuítas para o governo Vargas e evidenciando a estratégia da Igreja, que por intermédio dos jesuítas, tinha a missão da recristianização do povo e do Estado, e do fortalecimento da cultura, da identidade e da unidade nacional.

1.8 A DGEMN, O SPHAN E OS JESUÍTAS NO ESTADO NOVO PORTUGUÊS E BRASILEIRO (1937-1945)

1.8.1 Cerejeira e Salazar, Fé e Nação: o padroado moderno

As relações luso-brasileira estado-novistas vinham sendo construídas desde os primórdios dos anos 1930. Exemplos disso no plano histórico-cultural e do patrimônio eram as articulações em torno do Congresso Luso Brasileiro de História, do Instituto Luso Brasileiro de Alta Cultura, em 1937, da Exposição Histórica da Ocupação de 1937 e das Comemorações dos Centenários de Portugal e a Concordata de 1940 e o Acordo Cultural Luso Brasileiro de 1941. Os *loci* eram quase sempre instituições renomadas como a Academia Portuguesa de História, a Academia de Ciências de Portugal e a Academia Brasileira de Letras.

Salazar e Cerejeira eram amigos desde os tempos que lecionavam na Universidade de Coimbra, um lugar caro a Portugal, mas também aos jesuítas e salazaristas. No ano das comemorações dos centenários, fazia-se, por intermédio do Cardeal Cerejeira e de Oliveira

Salazar, a Concordata, acordo político histórico que selava a paz entre a Santa Sé e o Estado Português, abalada com a expulsão dos jesuítas por Pombal, passando pelas hostilidades liberais do século XIX e pela implantação da República nos primórdios do século XX. A Igreja voltou a ter liberdade de organização, recebeu de volta parte de seu patrimônio expropriado, logrou a introdução do ensino religioso nas escolas públicas, assim como no Brasil varguista, e subsidiou a ação missionária nas colônias e ex-colônias, papel histórico sendo devolvido aos padres jesuítas.

Figura 5 – Cerejeira e Salazar.



Fonte: Reprodução do Google

Figura 6 – Salazar e Cerejeira em visita à Exposição Histórica da Ocupação Portuguesa em 1937.



Fonte: Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Lisboa.

O Cardeal Cerejeira era altamente articulado nas relações com o Brasil, seja no Instituto Luso Brasileiro de Alta Cultura ou na Exposição Histórica da Ocupação Portuguesa, todas elas acompanhadas de Salazar. Vale lembrar que anos mais tarde, em 1958 e 1963, teve seu nome citado nas cartas trocadas entre Salazar e o Arcebispo de Natal, D. Marcolino Dantas, sobre a nova capital do Brasil, a Brasília de Lucio Costa, onde participou da inauguração como enviado do Papa João XXIII em 1960.

Figura 7 – Salazar e Cerejeira na Sessão Inaugural do Instituto Luso-Brasileiro de Alta Cultura em 1935.



Fonte: Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Lisboa.

Figura 8 – Salazar e Cerejeira na Sessão Inaugural do Instituto Luso-Brasileiro de Alta Cultura em 1935.



Fonte: Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Lisboa.

Segundo Brito (2011, p. 265), em trabalho que investiga a presença e o papel da religião nas Comemorações Centenárias de 1940:

o Duplo Centenário da Fundação e da Restauração de Portugal, em 1940 – comemorou se o oitavo centenário da Fundação e o terceiro da Restauração – inseriu -se, e aceitando as periodizações comuns, no momento de plenitude e de maior prestígio do Estado Novo, regime constitucionalmente formado em 1933. Embora este tenha sido o maior evento político-cultural do Estado Novo cada de 1930. Mas é, acima de tudo, o resultado último de um processo de reconfiguração do nacionalismo português, nas suas diversas matizes e actores.

Este autor continua a dizer que:

o Cardeal Patriarca de Lisboa, Gonçalves Cerejeira, entendeu o significado e alcance destes acordos, sublinhando explicitamente a ligação ao Duplo Centenário quando refere que “não podia o ano áureo das Comemorações centenárias da Fundação e da Restauração da Nacionalidade Portuguesa ter melhor pórtico de entrada que a assinatura da Concordata e do Acordo missionário (...) Um reintegra Portugal nas fontes da sua vida espiritual; e outro consagra-lhe a sua vocação missionária. De ambos os modos, é a Nação que interiormente se restaura, renova e lança no Ultramar à conquista cristã e portuguesa das almas (BRITO, 2011, p. 271).

Brito (2011, p.274) conclui, ainda, que:

as comemorações do Duplo Centenário de 1940 tiveram um pendor religioso bastante evidente. Nos discursos registou-se uma consequência de interesses que permitiu que o catolicismo tivesse um lugar de destaque, não só na revisão do percurso histórico da Nação como no presente imediato.

E assim, com fé, nação e património, selava-se o padroado moderno. Logo, o Cardeal Cerejeira era para Salazar o que o Cardeal Leme era para Vargas, ambos fortemente comprometidos com os jesuítas desde suas formações, atuavam na providência do protocolo que era a implantação do projeto internacional de aproximação da Igreja aos Estados, visando suas recristianizações, tendo como principais atores sua tropa de elite, os padres da Companhia. Significa também que o Estado português reconhecia em seu centenário, a importância histórica da Igreja, tendo como principais atores, os Cavaleiros da Ordem do Templo do Oriente, da Ordem de Cristo e da Companhia de Jesus em sua formação.

1.8.2 Patrimônio cristão nacionalista: a Igreja, os Estados Novos, a DGEMN e o SPHAN

A Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais (DGEMN) foi criada em 1929, com forte atuação no património português até o início da década de 1970. Segundo Ana Tostões, “a partir do final dos anos 20 a DGEMN teve um papel fundamental na difusão e afirmação da nova arquitetura referenciada às correntes internacionais do Movimento Moderno” (TOSTÕES, 2002, p. 190). A Agência Geral das Colónias (AGC) foi uma entidade

do Estado Novo fundada em 1924, dedicada à comunicação e divulgação do Império Colonial Português, e funcionou em complementaridade com o Secretariado Nacional de Informação (SNI) e sua função era organizar exposições e atividades publicitárias. O SNI era o organismo público responsável pela propaganda política, informação pública, comunicação social, turismo e ação cultural durante o regime do Estado Novo em Portugal; criado em 1933, desenvolveu uma ação importante na área das artes plásticas, cinema, teatro, dança, literatura com a instituição de prêmios. O Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN) era o órgão responsável pelo patrimônio brasileiro, foi criado no Estado Novo pela Lei nº. 378, em 1937, por Getúlio Vargas (1882-1954) e seu ministro da Educação e Cultura, Gustavo Capanema (1900-1985).

Segundo Cátia Matos (2019, p.179), a respeito do contexto português:

após a transição para um regime político republicano, que se pretendia laico, e com a publicação da Lei de Separação do Estado das igrejas em 1911, dá-se a grande fratura entre o Poder Político e a Igreja Católica. Neste período, os edifícios até então pertencentes à Igreja passaram a ser propriedade do Estado tendo sido, em alguns casos, adaptados para albergar serviços públicos. Após a instauração da Ditadura Militar (a 28 de maio de 1926), e em especial durante o Estado Novo (1933–1974), a Igreja Católica retomou a sua posição no panorama político, tendo recuperado alguns dos edifícios para sua posse; esta reaproximação refletiu-se no investimento público nos edifícios religiosos e no seu restauro.

Ainda de acordo com esta autora:

em 1933, após a consolidação de Oliveira Salazar no poder, a Igreja Católica vê a sua oportunidade de reestruturação interna e recristianização da sociedade portuguesa que teve o seu auge na introdução da doutrina e moral cristã como bases do ensino público. A Igreja Católica viu a sua posição na política portuguesa consolidada com a assinatura da Concordata e do Acordo Missionário entre o Governo Português e o Vaticano em 1940 (MATOS, 2019, p. 25).

Portanto, assim como ocorreu no Brasil, o *modus operandi* da Companhia de Jesus era a recristianização da sociedade por meio da inculcação da tradição cristã incrustada no ensino público, tarefa que os jesuítas executaram em Portugal desde os seus primórdios, na década de 1540. Vale lembrar que o ano de 1940 era muito especial para ambos, pois celebrava os centenários de Portugal e da Companhia de Jesus.

Em Portugal “a Igreja Católica foi merecedora de uma posição de privilegiado destaque durante o Estado Novo” (MATOS, 2019, p. 105), assim como no Brasil, no entanto, com foco de preservação do patrimônio nacional diferentes, bem porque a história de ambos os países é diferente; no caso português, era privilegiado o resgate da nacionalidade por meio do medieval românico e gótico e do manuelino, enquanto que no Brasil, eram o maneirismo e o barroco dos colégios jesuíticos entre outras edificações coloniais.

Conforme demonstra Cátia Matos (2019, p. 165):

as ações realizadas pela DGEMN no património religioso português foram no sentido do pensamento nacionalista do Regime. O período do Estado Novo destaca-se dos regimes antecessores pelo volume e aprofundados trabalhos de restauro levados a cabo pela DGEMN nos monumentos nacionais, pois o contexto político nacional e a sua relação com a Igreja Católica mantiveram uma influência direta no tratamento dedicado aos monumentos ligados à religião. O poder político utilizava a Igreja como meio de difundir a sua influência e amenizar a opinião pública quanto às decisões que tomava.

Assim como o SPHAN, a DGEMN era cristã nacionalista, e ambas as instituições privilegiaram os monumentos religiosos que resgatassem a nacionalidade tanto portuguesa quanto brasileira e, assim como Vargas, António Oliveira Salazar (1889-1970) utilizava o poder da Igreja para valer-se da sociedade tradicionalmente cristã à séculos, em ambos os países.

O enaltecimento de Portugal como uma grande nação colonizadora, ao lado da Companhia de Jesus durante os séculos de D. João III (1502-1557) a D. João V (1689-1750), atendia aos interesses econômicos, coloniais e religiosos da ditadura portuguesa estadonovista e salazarista. As relações entre Salazar e a Companhia de Jesus são bem claras, o primeiro era renomado militante da Acção Católica Portuguesa e a segunda foi beneficiada a retornar ao país após a Proclamação da República. Assim, o interesse de Salazar era apoiar o projeto da História da Companhia de Jesus no Brasil de Serafim Leite (1890-1969), para que reforçasse a capacidade civilizadora de Portugal enquanto potência colonial. A Companhia de Jesus tinha um projeto maior, que era escrever a história da antiga Assistência de Portugal, e parte de uma estrutura de defesa da atuação global dos jesuítas da Assistência Lusitana até a supressão, em 1773, na tentativa de fazer uma apologia às relações entre Portugal e a Companhia de Jesus como verdadeiros criadores e formadores da nacionalidade luso-brasileira (PEDRO, 2008) e seu património edificado.

José Eduardo Franco (2004, p.416) explica bem essa conjuntura histórica envolvendo os jesuítas e o Estado Novo Português. Segundo ele,

à medida que o regime republicano caminhou para o seu termo e se assistiu à afirmação e consolidação do regime ditatorial que ficou conhecido pelo nome de Estado Novo, os Jesuítas regressaram discreta e paulatinamente a Portugal. Um clima ideológico conservador e direitista insuflava o novo regime (...) os intelectuais da Companhia de Jesus apoiaram entusiasticamente e defenderam a edificação projectada de um Estado forte, cuja afirmação pretendia consubstanciar-se nacionalisticamente, mas recuperando como pilar ideológico fundamental o legado espiritual e moral do catolicismo, que tinha sido preterido pela República. A Igreja, em geral, e os Jesuítas, em particular, constituíram-se, em especial nas primeiras duas décadas do regime, como pólos difusores e inculcadores da propaganda ideológica do Estado Novo, não obstante os conhecidos, mas mais matizados, assomos da velha perspectiva 'regalista' de supremacia do Estado em relação à Igreja da parte do salazarismo.

Está, portanto, bastante claro que os jesuítas defenderam um Estado nacional forte e foram difusores e inculcadores da propaganda ideológica do Estado Novo português, nada diferente do que fizeram também no Estado Novo brasileiro. Tal como no SPHAN, a DGEMN estava interessada em “preservar exemplos de estilos arquitetônicos que apoiavam a agenda política do Estado Novo” (MATOS, 2019, p. 181).

Para José Eduardo Franco (2004, p.417):

em nome do serviço da restauração da “alma nacional” e da difusão da portugalidade no mundo, o regime ditatorial permitiu o regresso dos Padres da Companhia e das outras congregações religiosas. O Estado Novo começou por retirar força às leis anticongreganistas em vigor, consagrando, na Constituição de 1933, a abolição da legislação discriminatória por motivos religiosos. Mais tarde, a 12 de Maio de 1941, a situação jurídica da Companhia de Jesus é efetivamente regularizada, tendo sido esta reconhecida pelo Estado como uma corporação missionária com liberdade para prosseguir os seus fins ao serviço da missionação e da civilização, tendo em horizonte, como aspecto fundamental, o serviço do projecto colonial do regime nos territórios de Além-Mar.

Isso significa que, em troca da restauração da alma nacional e da portugalidade, os loyolanos tiveram liberdade para seus serviços de evangelização e civilização olhando para um passado colonial caro tanto a Portugal quanto em sua Além-mar, e que, inevitavelmente, respingaria no Brasil.

No Brasil, os intelectuais orgânicos da alta hierarquia católica também se reorganizaram após a implantação da República. Segundo Sérgio Miceli (2009, p. 18-19): “entre os pontificados de Pio IX (1792-1878) e Leão XIII (1810-1903), entre 1846-1903, o Vaticano concentrou recursos no revigoramento do trabalho missionário, nos incentivos à nacionalização do clero e da alta hierarquia em áreas colônias de missão”. Algumas das estratégias eram “regulamentar seus direitos a posse de um patrimônio e ampliar sua presença no sistema de ensino” (MICELI, 2009, p. 22), além de “reaver a parcela do patrimônio incorporada ao poder público. As duas primeiras décadas do regime republicano serão pontuadas por inúmeras pendências em torno das reapropriações de conventos, igrejas, residências, casas de misericórdia, sedes de irmandades e terras” (MICELI, 2009, p. 94-95).

Segundo esse mesmo autor,

a Igreja contribuiu muito para a unificação do sistema político republicano e para a manutenção da ordem social. A República Velha constituiu a fase áurea para a expansão dos colégios religiosos (...) a criação e gestão dos estabelecimentos de ensino primário, secundário, agrícola e profissionalizante converteram o aparelho eclesiástico no maior e mais importante empresário da rede de ensino privada, exercendo o controle sobre 70% das instituições atuantes no final dos anos de 1920 (MICELI, 2009, p. 154-157).

De acordo com ele, o mercado do ensino secundário constitui e alcança o mais dinâmico e rentável dos empreendimentos eclesiásticos no período (MICELI, 2009). E quem liderava a rede de ensino privada católica eram os jesuítas, aproveitando-se de sua hegemonia e pioneirismo durante os tempos coloniais, capitaneados pelo reitor do Colégio de Santo Inácio no Rio de Janeiro, homem forte da Companhia no Brasil e peça caríssima e fundamental no jogo político entre os anos de 1930 e 1945, o padre Leonel Franca (1893-1948). E dentro da Igreja, os inacianos foram profundamente privilegiados pelo padroado, que teria seu fim com a Proclamação da República e precisava se reestruturar para preencher essa lacuna especificamente no Governo Vargas, aproximando-se do poder e do Estado. O regresso inaciano em 1844 já era parte da estratégia de fortalecimento das relações entre Estado e Igreja, sabendo-se que as condições do padroado ainda existiam no Brasil e as revoluções assolavam a Europa.

Os jesuítas estavam na liderança da “aprendizagem do habitus corporativo” destacando nomes como João Batista Réus (1868-1947), Leonel Franca e D. Sebastião Leme da Silveira Cintra (1882-1942). “A Igreja Católica contribuiu para a organização intelectual e cultural do setor católico da classe dirigente através da fundação de instituições como o Centro Dom Vital, a revista *A Ordem*, a Confederação Católica e outras tantas obras militantes” (MICELI, 2009, p. 157).

Assim, “a Igreja Católica prestou colaboração direta ao trabalho político oligárquico assumindo desempenho de cargos executivos, parlamentares, partidários, através da militância na imprensa e em instituições culturais como academias e institutos” (MICELI, 2009, p. 158). Ora, pois, a colaboração direta ao trabalho político oligárquico era feita pelos jesuítas, estruturais no Governo Vargas. Vejamos o padre Leonel Franca, assumindo desempenho em altos cargos executivos como o Conselho Nacional de Educação (CNE), a mesma educação tida como caríssima aos padres da Companhia desde sua fundação, e que era estratégica no processo de requerimento do poder dos Estados Novos, tanto em Portugal quanto no Brasil, uma educação que priorizava o patrimônio nacional e a tradição da Igreja e, em especial, dos inacianos na formação dos estados nacionais ibero-americanos; tendo vínculos com parlamentares orgânicos à sua ideologia e causa, a exemplo de Francisco Campos e Gustavo Capanema, ambos advindos da pasta da educação; pela presença marcante da militância na imprensa e nos setores culturais, a exemplo de Jackson de Figueiredo e Alceu Amoroso Lima; pela atuação de intelectuais orgânicos em instituições como academias e institutos, a exemplo de Serafim Leite no MEC, SPHAN e INL de Capanema.

Ao consultar o Sistema de Informação para o Património Arquitectónico (SIPA), verificamos que edificações jesuíticas portuguesas foram tombadas ao longo do Estado Novo até os anos de 1980, além de muitos outros tantos que não foram tombados. Ao consultar o arquivo do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), vimos que no Brasil o patrimônio jesuítico teve destaque nas políticas patrimoniais desde os primórdios da agência, em 1937.

Portanto, o cristianismo ibero-americano era uma espécie de cristianismo nacional. Júlio Cayolla (1891-1975) era a ponte entre os padres loyolanos, representados por Serafim Leite, que atuava no SPHAN e Gustavo Capanema, ministro criador do MEC-SPHAN. Isso porque Cayolla e Serafim Leite eram operadores do plano de lusitanidade de António Salazar e António Ferro (1895-1956). Os jesuítas apoiaram ambos os Estados Novos, seja o português quanto o brasileiro, como parte de seu plano de afirmação e consolidação de poder por meio do cristianismo nacional que visava a aproximação do Estado nacional. Isso evidencia a importância da Igreja e, em especial, da Companhia de Jesus na consolidação das identidades de Portugal e do Brasil, bem como o papel de Serafim Leite como um intelectual orgânico estratégico nisso tudo.

1.8.3 Padre Serafim: um intelectual orgânico

Serafim Leite foi um ativista e um intelectual orgânico de ambos os Estados Novos, sensor e perseguidor de diversas individualidades da oposição. Em Portugal, era colaborador de Júlio Cayolla e, conseqüentemente, António Ferro, e de Araújo Jorge, embaixador do Brasil, atuando ativamente na Mocidade Portuguesa Feminina. Foi homenageado por sua obra seminal sobre a História da Companhia de Jesus no Brasil tanto na Academia Portuguesa de Letras quanto na Academia Brasileira de Letras. No Brasil, era sócio benemérito do Centro D. Vital, era também amigo de Getúlio Vargas, e colaborou com Gustavo Capanema, Rodrigo Melo Franco de Andrade (1898-1969), Sérgio Buarque de Holanda (1902-1982) e Lucio Costa (1902-1998), estes três últimos no SPHAN.

O padre Serafim Leite colaborava com todo intelectual conservador na época. Em Portugal, abriu espaço para discursos do militante nazi-integralista Gustavo Barroso, como é possível ver na fotografia abaixo (Figura 9), discursando na Academia de Ciências de Portugal em 1940.

Figura 9 - Gustavo Barroso, discursando ao lado de Serafim Leite na Academia das Ciências em Portugal.



Fonte: Arquivo Nacional da Torre do Tombo - Código de referência: PT/TT/EPJS/SF/001-001/0078/3349O. Data: 20/11/1940.

Este é um índice de que os jesuítas e as instituições tradicionais portuguesas trabalhavam pela manutenção da cooperação luso-brasileira entre 1930-1945. Vale lembrar que após o discurso pronunciado por Vargas a bordo do encouraçado Minas Gerais, em junho de 1940, considerado simpático aos países do Eixo, Gustavo Barroso voltou a felicitar Getúlio. Daí em diante, passou também a funcionar como intermediário entre Plínio Salgado, que se encontrava exilado em Portugal, e o governo. Ainda em 1940, participou da missão brasileira às comemorações do tricentenário da Restauração de Portugal, em Lisboa. Publicou Catálogo comentado da exposição histórica do Brasil nos centenários de Portugal, em 1940 (CPDOC, verbete).

No SPN-SNI, na AGC e, conseqüentemente, na DGEMN, o padre jesuíta Serafim Leite foi membro da comissão organizadora da Exposição Histórica da Expansão Portuguesa no Mundo, realizada em 1937, da Exposição Histórica da Ocupação, em 1938, e da Exposição do Mundo Português, em 1940, que segundo a Hemeroteca Municipal de Lisboa, teve o propósito de comemorar a data da fundação do Estado Português (1140), mas, também, e esse seria o objetivo primordial, de celebrar o Estado Novo, então em fase de consolidação, sendo o acontecimento político-cultural mais marcante do regime, associando os traços mais profundos do seu nacionalismo – autoritarismo, elitismo, paternalismo, conservadorismo – a um passado mítico legitimador do presente. Corolário de uma política de espírito, lançada na década anterior pelo audacioso diretor do Secretariado de Propaganda Nacional, António Ferro, assiste-se à

mais estreita conciliação da arte com a política no Estado Novo. Acontecimento nacional, prolongado em congressos, cerimônias e espetáculos vários, a exposição incluiu pavilhões temáticos relacionados com a história de Portugal, suas atividades econômicas, cultura, regiões e territórios ultramarinos, e teve presente o pavilhão do Brasil, o único país estrangeiro convidado. O Pavilhão dos Descobrimentos foi projetado pelo arquiteto português Carlos Ramos (1897-1969) e o Pavilhão Brasileiro projetado pelo também arquiteto português Raul Lino (1879-1974), ambos, por sua vez, tinham contato com o arquiteto brasileiro Lucio Costa.

Figura 10 - O ministro das colónias com alguns dos seus colaboradores na Exposição Histórica da Expansão Portuguesa no Mundo, sendo identificados no álbum, Quirino da Fonseca; capitão António José Caria; padre Serafim Leite; dr. Francisco Vieira Machado; Júlio Caiola; dr. Manuel Múrias.



Fonte: Arquivo Nacional da Torre do Tombo – Lisboa (PT) e Centro Português de Fotografia do Porto (PT), Código de referência pt/tt/epjs/sf/001-001/0046/1912l. data: 03-09-1937.

Na bibliografia das “Comemorações do Centenários” escrita por Eduardo Brazão e publicada na Revista dos Centenários, em 1940, a presença da elite eclesiástica portuguesa estava representada pelos intelectuais orgânicos jesuítas, a exemplo de obras como:

“A cultura do clero português no século XII” do padre Domingos Mauricio Gomes dos Santos; “A Companhia de Jesus e a Restauração de Portugal em 1640” do padre Francisco Rodrigues; “Os Jesuítas do Brasil na Restauração de Portugal” e “Luis Figueira do padre Serafim Leite” (...) A Agência Geral das Colónias – é magnífica a obra levada a efeito por esta instituição do Estado durante o período das comemorações e ficamo-la devendo a atividade e inteligência de Júlio Caiola e aos seus ilustres colaboradores nesse volume (...) Ao Congresso do Mundo Português e ao Congresso Luso-Brasileiro de História entre todos os estudos apresentados seja-

me permitido destacar o magnífico trabalho do grande historiador e padre jesuíta Francisco Rodrigues (REVISTA DOS CENTENÁRIOS, n. 24, 1940, p. 45,47 e 51).

Francisco Rodrigues (1859-1948) e Serafim Leite eram intelectuais orgânicos jesuítas e estado-novistas atuantes; o primeiro, escrevendo a história dos jesuítas em Portugal, e o segundo, no Brasil. A história da Companhia de Jesus em Portugal pode ser dividida em quatro fases diferentes: 1^a) 1540–1759; 2^a) 1829–34; 3^a) 1858–1910; 4^a) 1932 em diante. Da última fase, de 1932 aos dias atuais, Francisco Rodrigues (1883–1956), Serafim Leite (1890–1969), Domingos Maurício (1896–1978), Mário Martins (1908–90), António Leite (1911–2004), João Pereira Gomes (1917–2002), e Manuel Antunes (1918–85) foram os historiadores jesuítas mais ilustres desta geração (ROMEIRAS, 2017).

Como é possível ver na fotografia abaixo (Figura 11), Serafim Leite era colaborador estratégico de Júlio Cayolla, recebeu deste, em 1938, o grau de Comendador da Ordem de Santiago de Espada, Mérito Artístico, Científico e Literário por serviços intelectuais e acadêmicos prestados ao plano de lusitanidade e nacionalidade do Estado salazarista. No Brasil, foi condecorado pelo Estado Novo varguista com a comenda da Ordem do Cruzeiro do Sul, em 1940, pelos mesmos motivos.

No Brasil, Serafim Leite teve apoio do MEC, do SPHAN e do INL. Escreveu nas revistas do SPHAN sobre a arquitetura dos jesuítas no Brasil, colaborou no fornecimento de fontes e documentações, até então inéditas, trazidas do Arquivo Geral dos Jesuítas de Roma para os pesquisadores do SPHAN, dentre eles Lucio Costa e Sérgio Buarque de Holanda. Portanto, diante do exposto, é indubitável que o padre e historiador jesuíta Serafim Leite era o elo entre os Estados Novos de Portugal e do Brasil e de suas agências orgânicas de defesa e preservação do patrimônio histórico e artístico nacional, como a DGEMN e o SPHAN.

Em Portugal, Serafim Leite teve ajuda de Arthur Guimarães de Araújo Jorge, que, antes de ser embaixador de Portugal, entre 1936 e 1941, foi secretário do presidente Getúlio Vargas. Em 1941, ambos, Leite e Jorge, representaram o Brasil no Congresso Luso-Brasileiro de História, reunido em Lisboa (Figura 12??). Araújo Jorge era historiador e escritor, foi membro do Instituto de Coimbra e da Academia Portuguesa de História, além de sócio correspondente da Academia de Ciências de Portugal (CPDOC, verbete).

Figura 11 - O Ministro das Colónias com os seus colaboradores na Exposição Histórica da Ocupação, que ontem foram condecorados, sendo identificados no álbum, Manuel Peixoto; Amadeu Cunha; general Teixeira Botelho; dr. Francisco Vieira Machado; dr. Serafim Leite; Luís de Montalvor.



Fonte: Arquivo Nacional da Torre do Tombo – Lisboa (PT) e Centro Português de Fotografia do Porto (PT), Código de Referência PT/TT/EPJS/SF/001-001/0054/1361M. Data: 28-04-1938.

Figura 12 - O Embaixador do Brasil Araújo Jorge com Gustavo Barroso e outros convidados à festa em honra dos membros da Comissão Executiva do Brasil nas Comemorações Centenárias de Portugal.



Fonte: Arquivo Nacional da Torre do Tombo - Código de Referência: PT/TT/EPJS/SF/001-001/0079/0176P. Data: 27/01/1941.

Figura 13 – Araújo Jorge durante a cerimónia da bênção do terreno onde vai ser construído o Pavilhão do Brasil, na Exposição do Mundo Português.



Fonte: Arquivo Nacional da Torre do Tombo - Código de Referência: PT/TT/EPJS/SF/001-001/0072/5817N. Data: 16-12-1939.

Figura 14 - O Ministro da Educação Nacional durante a sua visita ao Pavilhão do Brasil, na Exposição do Mundo Português. Estão identificados com numeração no álbum: Navarro da Costa; Dr. Mário de Figueiredo; Dr. Araújo Jorge.



Fonte: Arquivo Nacional da Torre do Tombo - Código de referência: PT/TT/EPJS/SF/001-001/0077/31880. Data: 30/10/1940.

Portanto, com a benção da Igreja, os congressos realizados nesse período em instituições tradicionais portuguesas, o Congresso Luso-Brasileiro de História, a Exposição Histórica da Ocupação e a participação brasileira nas Comemorações dos Centenários de Portugal de 1940-41 foram os meios de legitimação teórica da ideologia que viria a se formalizar no Acordo Cultural Luso-Brasileiro, em 1941, tendo participação ativa e significativa dos jesuítas representados por Serafim Leite, do MEC de Capanema, no DIP de Lourival Fontes, com colaboração fundamental do embaixador Araújo Jorge e do intelectual nazi-integralista Gustavo Barroso.

1.8.4 O Plano de propaganda da Lusitanidade de António Ferro para o Brasil e o Acordo Cultural Luso-Brasileiro de 1941

As relações entre os Estados Novos salazarista e varguista vêm desde o início dos anos 1930. O Embaixador do Brasil, Araújo Jorge, era estratégia de Getúlio nas relações internacionais, que via em Portugal regime espelho e colaborador.

Figura 15 - Oliveira Salazar e Araújo Jorge, o Embaixador do Brasil, firmando o Protocolo no Acordo Comercial de 1933.



Fonte: Arquivo Nacional da Torre do Tombo – Lisboa. Código de referência: PT/TT/EPJS/SF/001-001/0081/1562P.

António Oliveira Salazar disse: “é que a arte, a literatura e a ciência constituem a grande fachada duma nacionalidade, o que se vê lá de fora” (CAMACHO, 2018, p. 36). Segundo esta autora:

no Portugal salazarista, os monumentos nacionais estariam ao serviço da propaganda ideológica do regime, no sentido em que seriam utilizados para confirmar a importância de certos momentos da história nacional de outras épocas, essencialmente da época medieval, com destaque para as lutas pela independência, a consolidação territorial, os descobrimentos e a restauração. Os monumentos nacionais que viriam a ser alvo de intervenções por parte da DGEMN eram em primeiro lugar objeto de uma seleção. Essa escolha era feita de acordo com a sua dimensão histórica, do conjunto de factos e acontecimentos a que estes estivessem associados. Desta forma, verificamos que a instância artística não se sobrepunha à sua instância histórica. O aproveitamento dos monumentos em projetos políticos é característico dos regimes de carácter autoritário, nos quais a degradação, o abandono e a ruína representam a desagregação da memória coletiva. Estes regimes irão aproveitar este espaço de ruína e vácuo, que incorporam os interesses das populações, como instrumentos e veículos ideológicos para impor o seu poder e a sua representação, através da destruição de camadas posteriores de história que não interessa preservar para a ideologia em causa (CAMACHO, 2018, p. 42).

Segundo Cardoso e Santos (2013, p.24):

as comemorações do Duplo Centenário da Fundação e da Restauração da Independência de Portugal em 1940 foram talvez o momento mais significativo e simbólico desse intercâmbio, que motivou um conjunto de visitas oficiais entre Portugal e Brasil. Entre essas visitas, algumas foram de carácter técnico-cultural, envolvendo também profissionais ligados ao património arquitetónico e, neste caso, funcionários da DGEMN ou do SPHAN. Curioso é constatar que apesar de serem muitas as diferenças no modo como cada regime abordava o património cultural do seu país, em muitas práticas de restauração dos seus monumentos, as semelhanças, ao

menos no que tocavam à busca de uma pureza original através das reconstruções ou à supressão de testemunhos de temporalidades indesejadas, foram muitas vezes evidenciadas.

E isso é um índice das relações de cooperação e colaboração entre a DGEMN salazarista e o SPHAN varguista, as comemorações dos Centenários da Fundação do Estado Português e da Restauração da Independência de Portugal, em 1940, e, consequência disso resultou o Acordo Cultural Luso-Brasileiro, que Ferro e Cayolla viajaram ao Brasil, em 1941, para firmar.

Embora a DGEMN e o SPHAN tivessem peculiaridades próprias e a arquitetura moderna atrelada ao património histórico tenha tomado caminhos diferentes em Portugal e no Brasil, segundo Tânia Ramos (2011, p.2):

ambos os governos Salazar e Vargas experimentaram nestes períodos uma relação direta entre poder político e arquitetura. E ambos os governos cercaram-se de intelectuais e arquitetos para promoverem a sua imagem (...) as duas pessoas com o maior número de conexões com arquitetos e com o património português são Lucio Costa e Rodrigo Melo Franco de Andrade. Mas as duas pessoas com maior capacidade de filtrar informações, em fazê-la circular ou não, e com maior capacidade de chegar aos outros são: Lucio Costa e Getúlio Vargas.

A DGEMN, como todo aparelho do Estado Novo, tinha seus tentáculos, e estava interligada diretamente a outros aparelhos do regime salazarista, tal como o Secretariado de Propaganda Nacional (SPN), o Secretariado Nacional de Informação (SNI) e a Agência Geral das Colónias (AGC). Encontramos no Arquivo Nacional da Torre do Tombo, em Lisboa, o Relatório do Chefe de Serviços de Informação do Secretariado da Propaganda Nacional relativo ao relevo dado pela imprensa ao Acordo Cultural Luso-Brasileiro. Contém um ofício e um “Texto do Acordo Cultural Luso-Brasileiro assinado em 4 de Setembro de 1941. O documento mostra a insatisfação de Tavares D’Almeida, chefe do Serviço de Informação de Imprensa do SPN do Estado Novo Português, com a não cooperação da Imprensa Portuguesa nas negociações do SPN-DIP sobre o Pacto Luso Brasileiro e, na viagem de Antônio Ferro ao Brasil, ao contrário do que fez a mesma imprensa brasileira, dando repercussão ampla. Reclama que apenas a Sociedade Nacional de Belas Artes repercutiu em Portugal. Esse documento traz a informação de que A Revista Atlântico, de Ferro e Fontes, tinha tanta importância que estava prevista nos artigos do Texto do Acordo Cultural Luso-Brasileiro, assinado em 4 de Setembro de 1941.

Encontramos no Arquivo Nacional da Torre do Tombo, em Lisboa, o “PLANO DE UMA Campanha de Propaganda de António Ferro (SNP-SNI), em toda a América e no Brasil em particular”, datado de 1940. Nele, grifamos o que dizia António Ferro:

Cultivar as relações íntimas com todos os escritores e jornalistas que disponham de força clara ou disfarçada (...) Procurar introduzir, ainda que a custo de pequenos

subsídios, obras portuguesas nas bibliotecas (...) promover traduções e representações de obras nacionais (...) organizar exposições do livro português de folclore e de arte (...) tornar conhecida através de monografias, conferências, projeções a História de Portugal, o nosso papel na História da Civilização, a dívida do mundo a Portugal, a nossa persistente grandeza imperial (...) levar a Portugal, de acordo com o SPN; elementos escolhidos no campo cultural cuja voz tenha na opinião pública, do país e do governo (...) aproveitar igualmente todos os pretextos para oferecer almoços, jantares e recepções (...) Plano para o Ministério da Educação Nacional do Brasil: organização de brigadas de cultura (...) organizar cursos de história portuguesa (...) o actual titular da pasta da educação, Dr. Gustavo Capanema, é um verdadeiro amigo nosso, entusiástico defensor de nossa tradição e nossa cultura. Torna-se urgente, na minha opinião, dar-lhe a alta condecoração que merece, convida-lo a vir a Portugal, mostrando-lhe, por todas as formas, o nosso reconhecimento e estimulando a continuar na sua campanha de lusitanismo que tanto nos interessa. Não é provável que lhe suceda outro ministério tão conscientemente nosso amigo e tão disposto a ajudar-nos. Devemos portanto, aproveitar a sua passagem pelo Ministério da Educação para tirar dela todo o partido possível.

Esse documento mostra como Serafim Leite cumpriu à risca o plano de Ferro, a exemplo dos prêmios e títulos que ele ganhou tanto em Portugal quanto no Brasil, e os almoços em sua homenagem. Gustavo Capanema também seguiu à risca o plano de António Ferro e é citado nele como sendo seu grande amigo e parte fundamental de seu plano para o Brasil e a América Latina. Serafim Leite e Gustavo Barroso favoreceram-se dos artigos do Acordo Luso-Brasileiro, do SPN/DIP de Ferro, Fontes e Capanema, na esfera dos estudos acadêmicos e folclóricos.

Outros documentos encontrados no Arquivo Nacional da Torre do Tombo detalham sobre o tempo de estada de António Ferro e Júlio Cayolla no Brasil. Partiram de Lisboa em 09 de julho e regressaram em 23 de dezembro de 1941. Em tempos de guerra mundial, esse pessoal atravessa o Atlântico para colocar em prática o plano luso que levaria a hegemonia no continente assinando o Acordo Cultural Luso Brasileiro, com fortes tendências e características autoritárias, conservadoras e fascistas.

A 5 de Julho de 1941, foi publicada no Diário do Governo uma Portaria que nomeava Júlio Cayolla para uma missão oficial ao Brasil que previa uma mostra da obra cultural realizada pela Agência das Colónias, relacionada com a chamada “política do Atlântico”. Com Cayolla viajara o responsável do Secretariado da Propaganda Nacional António Ferro, incumbido de chefiar uma embaixada para a promoção de contactos que habilitassem os dois Governos a colaborarem, nas áreas cultural e económica, e ao mesmo tempo agradecer a presença brasileira nos festejos dos Centenários (GARCIA, 2016, p. 355).

Araújo Jorge era o articulador político do governo varguista com o salazarismo, foi ele quem planejou e assegurou a viagem de António Ferro e Júlio Cayolla ao Brasil para a formalização do Acordo Cultural de 1941, como é possível constatar nas fotografias abaixo (Figuras 16 e 17)

Figura 16 - António Ferro, Araújo Jorge e Júlio Cayolla em partida para o Brasil.



Fonte: Arquivo Nacional da Torre do Tombo - Código de referência: PT/TT/EPJS/SF/001-001/0081/1487P. Data: 09/07/1941.

Figura 17 - António Ferro, ao desembarcar, abraçou o Araújo Jorge Embaixador do Brasil.



Fonte: Arquivo Nacional da Torre do Tombo - Código de referência: PT/TT/EPJS/SF/001-001/0083/0046Q. Data: 07/01/1942.

A fotografia abaixo, encontrada no Arquivo Getúlio Vargas do Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea da Fundação Getúlio Vargas (CPDOC-FGV), mostra o que Ferro e Cayolla foram fazer no Brasil. Nela, vemos Getúlio Vargas em meio à Lourival Fontes (1899-1967) (DIP) e António Ferro (SPN), ministros da propaganda dos Estados Novos brasileiro e português, ambos diretores da Revista Luso-Brasileira Atlântico, assinando o Acordo Cultural Luso-Brasileiro de 1941. Vale lembrar que em 1941 comemorava-

se ainda o IV Centenário da Companhia de Jesus. E isso é um índice das relações entre os governos Vargas e Salazar e evidencia as relações entre o SPN e o DIP.

Figura 18 - Getúlio Vargas e Lourival Fontes assistem o jornalista António Ferro, diretor do Secretariado da Propaganda Nacional, de Portugal, assinar convênio no Palácio do Catete, sede do governo brasileiro em 1941.



Fonte: CPDOC – FGV: Arquivo Getúlio Vargas foto 126.

Outras fotografias encontradas no Arquivo Gustavo Capanema do Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea da Fundação Getúlio Vargas (CPDOC-FGV) mostram Gustavo Capanema (ministro do MEC-SPHAN) em meio a Júlio Cayolla (AGC) e António Ferro (SPN-SNI) em almoço no Automóvel Clube, promovido pelo escritor português Cayolla em 02 de setembro de 1941; e na inauguração de exposição sobre o livro português, assim como mandavam os protocolos do “Plano duma lusitanidade para o Brasil” de António Ferro. O Acordo Cultural Luso-Brasileiro era um protocolo do “Plano duma lusitanidade para a América e o Brasil”, instrumentos que visavam fortalecer os estados nacionais europeus autoritários, fascistas e antidemocráticos que disputavam espaço com as democracias liberais europeias e norte-americana no continente americano. Essas imagens evidenciam a aplicação do plano de lusitanidade de Salazar e Ferro, os resíduos do Acordo Cultural Luso Brasileiro de 1941, onde Capanema fazia parte desse plano, além de serem índices das relações entre o Estado Novo português e brasileiro, entre o SNI-SPN e o MEC-SPHAN.

Os locais de reuniões e encontros dessa “cooperação atlântica e cultural luso-brasileira” eram quase sempre lugares de afirmação de poderes simbólicos das elites dominantes, como a

Academia Portuguesa de História em Lisboa, o Automóvel Clube do Rio de Janeiro (lugar histórico onde promover um almoço era sinônimo de refinado status social, palco de significativos acontecimentos políticos, sociais, econômicos e culturais), o Real Gabinete Português de Leitura no Rio de Janeiro, a Academia Brasileira de Letras sediada no Rio de Janeiro, o Jóquei Clube do Rio de Janeiro entre outros.

Figura 19 – Gustavo Capanema e outros durante almoço no Automóvel Clube promovido pelo escritor português Julio Caiola, 1941.



Fonte: CPDOC – FGV Arquivo Gustavo Capanema GC foto 224.

Figura 20 – Gustavo Capanema e António Ferro por ocasião da inauguração de exposição sobre o livro português. 08 dez 1941.



Fonte: CPDOC-FGV - Arquivo Gustavo Capanema foto 236.

Figura 21 – Gustavo Capanema, António Ferro e outros durante a sessão comemorativa do 1º aniversário da Associação dos Amigos de Portugal no Real Gabinete Português de Leitura. Data de produção: 19 ago. 1941.



Fonte: CPDOC - FGV Arquivo Gustavo Capanema foto 220.

Logo, os meios para essa colaboração foram a Exposição Histórica da Expansão Portuguesa no Mundo, realizado em 1937; a Exposição Internacional de New York, em 1939, onde o Pavilhão Português foi liderado por António Ferro e Júlio Cayolla; a Exposição do Mundo Português, em 1940; a Revista Atlântico (1942-1944); a DGEMN; o INL; o MEC; o SPHAN e a imprensa luso-brasileira da época.

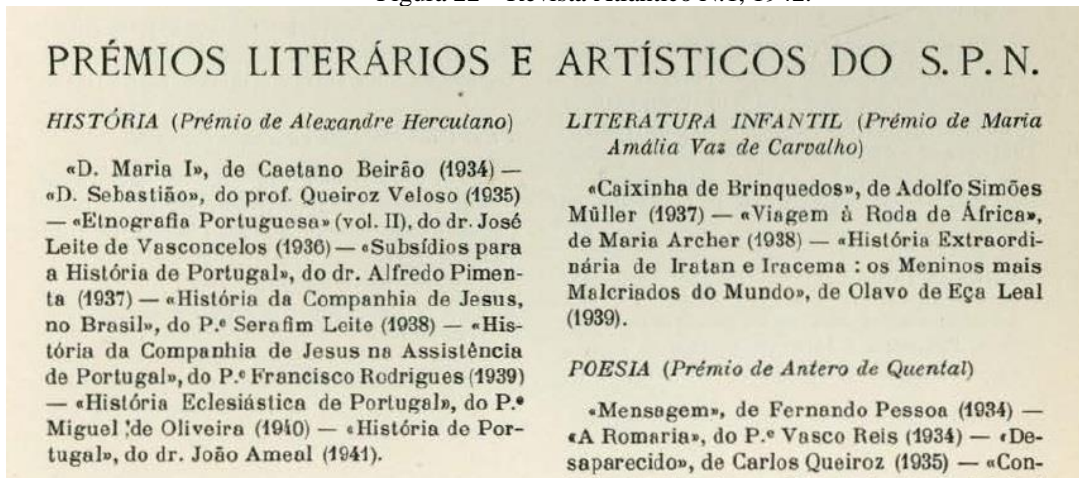
1.8.5 A Revista Atlântico de António Ferro (SPN-SNI) e Lourival Fontes (DIP): 1942-1944

O modernismo nesse período, tanto no Brasil quanto em Portugal, esteve profundamente aliado ao fascismo; porém, preferimos acreditar que muitos modernistas em início de carreira artística viam nos meios uma oportunidade, e, talvez, assim tenham sido “cooptados”. A isso, tomemos como exemplo a “cooperação atlântica” por meio da Revista Atlântico, revista Luso-Brasileira dirigida por António Ferro e Lourival Fontes, que nos tempos iniciais teve colaboração de nomes como Mario de Andrade (1893-1945), Carlos Drummond de Andrade (1902-1987), Manuel Bandeira (1886-1968), Alceu Amoroso Lima, Getúlio Vargas, entre outros.

Em pesquisa realizada na Hemeroteca Digital Municipal de Lisboa, constatamos que os jesuítas são citados quatorze vezes entre os anos de 1942 e 1944, sendo três citações na primeira

revista, de 1942, onde Serafim Leite e Francisco Rodrigues e suas obras são destacados por ganharem o Prémio Literário e Artístico do SPN; sete citações no número 02, de 1942; uma citação no número 03, de 1942; e três citações no número 06, de 1945, quase sempre relacionadas a grandes feitos do passado e importância dos loyolanos para a fabricação da memória tradicional tanto em Portugal quanto no Brasil. A revista Atlântico era uma forma de cooptação do movimento moderno luso-brasileiro por parte dos Estados Novos português e brasileiro, com atuação implacável dos padres da Companhia.

Figura 22 – Revista Atlântico N.1, 1942.



Fonte: Hemeroteca da Biblioteca de Lisboa (PT).

Portanto, os Estados Novos salazarista e varguista tinham relações e acordos de cooperação. A Igreja, sob liderança dos loyolanos, sua tropa de choque, teve um papel fundamental na estruturação política e patrimonial de ambos os regimes. As relações estabelecidas no final do anos 1930 e selada na primeira metade dos anos de 1940 entre a DGEMN e o SPHAN, capitaneadas por António Salazar e Getúlio Vargas, operadas pelos padres jesuítas Serafim Leite, Francisco Rodrigues, D. Leme e Leonel Franca e costuradas por António Ferro (SPN-SNI), Júlio Cayolla (AGC), Lourival Fontes (DIP), Gustavo Capanema (MEC-SPHAN), Rodrigo Melo Franco de Andrade (SPHAN) e Lucio Costa (SPHAN) fizeram com que ambas as agências orgânicas se organizassem, articulassem, ajudassem, colaborassem e se reconhecessem mutuamente, seja pela história ou pela política, seja pelo patrimônio histórico e artístico nacional ou pelos poderes simbólicos da política de preservação patrimonial.

1.8.6 Portinari nas Revistas Atlântico e nas Comemorações dos Centenários de Portugal

Este subcapítulo foi sugerido e orientado pela Professora Dra. Ana Tostões durante nosso estágio de Mobilidade Internacional no Instituto Superior Técnico de Lisboa, em 2022. No Brasil, basta uma varredura nos arquivos do Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC) e encontraremos fotografias das notáveis presenças de Getúlio Vargas e Gustavo Capanema nas exposições de arte de Cândido Portinari, que, de uma forma ou outra, eles ajudaram a fazer. Em Portugal, basta uma varredura nos arquivos da Revista Atlântico dos Estados Novos da Hemeroteca de Lisboa e encontraremos o destaque dado a Portinari, logo no primeiro exemplar de 1942, a obra “Fumo”.

E, assim como o “Café”, o “Fumo” tem corpos e membros grandes, fortes e robustos. É a exaltação à força e a grandeza, da cultura do fumo e seu ciclo, do povo e do Brasil, ao mesmo tempo em que denunciava a pobreza, a desigualdade social e a opressão que assola esse povo mestiço que carregou nas costas com mãos, braços, pernas e pés fortes ambas as nações, Portugal e Brasil. A ideia de grandeza e sofrimento de um povo laborioso para com sua nação interessava tanto ao salazarismo quanto ao getulismo. Pois é, também, a exaltação à força e a grandeza de Portugal que formou o Brasil e legitimação de ambos os Estados Novos. Os sentimentos e paixões históricas, tradicionais e nacionais de Portinari o aproximavam de homens como Ferro, Fontes e Capanema.

No entanto, sobre a obra “Fumo”, há uma observação interessante a fazer: no caso da revista Atlântico, era um esboço do que viria a ser a obra final que está nos afrescos do MEC de Lucio Costa e Cia. Na revista Atlântico ele está mais figurativo e no MEC está mais abstrato, mais geometrizado. Há, no entanto, uma diferença crucial entre os dois, justamente o homem que emerge do primeiro plano colhendo o café, e que no trabalho final não está mais lá, e sim figurando o primeiro plano de costas.

Ainda nesse exemplar da Revista Atlântico tem um desenho de Portinari que ilustra um poema intitulado “Eterno Tédio” de Adalgisa Nery, poetisa modernista e jornalista brasileira, cónjuge de Lourival Fontes. Trata-se de uma mulher nua, triste, cabisbaixa, solitária, desesperançosa e entediada. Traços de um desenho modernista que ilustra uma poesia que também transmite sentimentos e emoções da mulher, dita moderna, de um dos editores da revista, o sensor e conservador Lourival Fontes. Esse talvez tenha sido o dilema central da relação entre o modernismo e o autoritarismo: como almejar ser modernista contribuindo para uma autoritária e conservadora tradição?

Na Revista nº 02, em artigo de Carlos Queiroz, poeta modernista português, intitulado “Ilustradores Modernos Portugueses: a propósito de uma exposição”, Portinari é citado como um grande ilustrador moderno e expõem-se as relações entre o modernismo português e brasileiro.

Figura 23 - Fumo: desenho para um dos afrescos do Ministério da Educação e da Saúde – Cândido Portinari.



Fonte: Atlântico: Revista Luso-Brasileira. (Dir. FERRO, António; FONTES, Lourival). Rio de Janeiro-Lisboa: Edição SPN e DIP, nº 01, 1942.p.89. Hemeroteca Digital de Lisboa.

Figura 24 - Desenho de Portinari para ilustrar poema de Adalgisa Nery.



Fonte: Atlântico: Revista Luso-Brasileira. (Dir. FERRO, António; FONTES, Lourival). Rio de Janeiro-Lisboa: Edição SPN e DIP, nº 01, 1942.p.107. Hemeroteca Digital de Lisboa.

Ainda nesse exemplar, Portinari é citado nas notas do corpo editorial da revista:

Cícero Dias, o autor do óleo: Mulher na Janela, que igualmente reproduzimos fora do texto, é um dos maiores pintores brasileiros. Depois de Cândido Portinari, de que demos, no primeiro número, a reprodução de um desenho para um afresco, nenhum outro pintor estaria mais indicado do que Cícero Dias para representar, nas páginas desta revista, a Arte viva do Brasil (ATLÂNTICO, 1942, p. 369).

Pode-se notar que Portinari era tido como o maior representante da arte viva moderna brasileira pelos editores da revista e sua obra era vista como a cereja do bolo dos Estado Novistas.

No terceiro exemplar, de 1942, Portinari é citado no artigo intitulado “Alguns Pintores Brasileiros Modernos (Excertos de uma conferência)” de António Pedro, pintor, poeta, ficcionista, dramaturgo, encenador e ensaísta modernista português, vendo “na obra de Portinari, morro de favela com sua angústia mística ou plantio de café com sua resignação fatalista e negra” (ATLÂNTICO, 1942, p. 177).

No terceiro exemplar, de 1942, em “Notas do Secretário”:

seria injusto, no entanto, esquecer algumas telas que vimos no pavilhão de Belém, em 1940. Referimo-nos, especialmente, a Cândido Portinari. O que dêle se expôs nessa altura não chegava, claro, para avaliar por completo a extensão e a qualidade própria da sua obra. Ela é tão variada de expressões e de formas que só uma exposição pessoal e de conjunto poderá trazer-nos noção exacta do artista brasileiro que é, no dizer de Mário de Andrade, «o mais moderno dos antigos». O nosso público pôde, de facto, fazer uma idéia de Cândido Portinari pelos dois quadros que figuraram no pavilhão do Brasil da exposição do Mundo Português: o célebre Café e o retrato da mãe do artista, embora essas duas telas admiráveis representassem, apenas, duas faces do talento polimorfo daquele que é, hoje, o émulo de Diego Rivera. É natural, porém, que o nosso público (falo daqueles para quem a pintura é qualquer coisa de essencial) tenha perguntado se Portinari não seria uma manifestação do génio plástico italiano - brasileiro, apenas, pela circunstância de ter nascido no Brasil, obediente ao imperativo do sangue florentino, reflectindo só nos motivos, como o do Café, o meio geográfico do país a que pertence, fiel, pelo sangue, a uma cultura artística multissecular. A apresentação dessas duas telas parece ter obedecido ao propósito de mostrar que há dois pintores em Portinari: o retratista, com tôdas as virtudes clássicas da perfeição no desenho, do equilíbrio na composição e da harmonia nas côres; o pintor de assuntos brasileiros, com a liberdade de expressão da Arte moderna, quer no desenho, quer na composição dos quadros, quer na associação insólita das côres. Uma verdade que Portinari se desdobra em dois artistas diferentes e quasi opostos, se tivesse duas personalidades: a do herdeiro de uma cultura pictórica, que êle é pelo sangue, e a do homem do Novo Mundo, ainda natural, que êle é pelo meio em que se criou. Seria absurdo, porém, atribuir a sua duplicidade de processos a puro virtuosismo de italiano, porque, na realidade, se trata de um caso de desdobramento da personalidade, menos voluntário e menos consciente do que aquêle nosso conhecido, do poeta Fernando Pessoa, multiplicando-se em criações distintas, de «êle mesmo» e de três heterónimos. Portinari, apesar de tão inteligente, nunca pensou, talvez, no seu caso; nunca sentiu, pelo menos, a necessidade de o explicar. Mas quem o conhece, quem conviveu com o grande pintor, sabe que êle nunca distingue o que faz por ser de êle próprio» ou de outra personalidade sua. Estou certo de que, para Portinari, há só um Portinari, que pinta como o género ou o tema exige: clássico no retrato, porque não há noção mais clássica, em pintura, que a da fisionomia humana; revolucionário, naquilo em que o moderno se opõe ao clássico, quando pinta a terra e o povo do Brasil. Portinari compreendeu que as pequenas cidades do interior, as cenas da vida popular, os morros do Rio-de-Janeiro, os tipos de negros e de mulatos, os aspectos da agricultura, do pastoreio ou da mineração, tudo quanto constitui a sua galeria de quadros ou os seus afrescos de pintor do Brasil, exigia um processo livre de pintura e, mais do que isso, uma visão livre de pintor (ATLÂNTICO, 1942, p. 205-206).

As notas do Secretário das Revistas Atlântico trazem uma leitura de Portinari, dizendo que sua obra é extensa, de variadas expressões e de formas e de alta qualidade, dotado de equilíbrio nas composições e um trato harmônico com as cores, e de uma visão e um processo de criação livre, classificando Portinari como sendo pintor e desenhista e o mais moderno dos artistas tradicionais nos assuntos brasileiros. E Portinari era isso tudo mesmo, salvo um detalhe:

a liberdade para criar suas obras famosas foi dada pelo Estado Novo brasileiro, onde ele era o queridinho do ditador, do censor, dos padres, dos intelectuais orgânicos, do diretor da revista e do movimento moderno brasileiro, cooptada pelo binômio estado-igreja, afinal, tantos outros artistas livres não tiveram tal promoção.

No quarto exemplar, de 1943, Portinari é citado no texto intitulado “Esquemas das Artes no Brasil” de Santa Rosa, ilustrador e crítico de arte brasileiro que trabalhou com Portinari nos anos de 1930:

o nome de Portinari é em tôda a América consagrado como um dos maiores artistas do seu tempo. A qualidade de sua obra e a sua influência no meio artístico brasileiro reconduziram a pintura à sua nobreza e à autenticidade de meios plásticos que o post-impressionismo havia desvirtuado até à cópia da natureza. A sua riqueza de técnica, dominando todos os meios, criou um caminho áspero e de sabedoria, que é um dos maiores exemplos para os novos artistas. Restaurando o conceito da pintura, no Brasil, Portinari resume tôda a história da pintura brasileira, constituindo um padrão único e admirável. (ATLÂNTICO, 1943 p. 143).

Lucio Costa também é citado nesse mesmo artigo, por Santa Rosa, dizendo que:

no Rio, o arquitecto Lúcio Costa, profundo conhecedor da nossa arquitectura, foi um dos pioneiros dêsse grande movimento renovador, formando um grupo dentre o qual se destacou o arquitecto Oscar Niemeyer Soares Filho, hoje o nome mais em evidência pelas suas notáveis realizações. O edifício do Ministério da Educação e Saúde, projectado por êsse homogêneo grupo e que tanta discussão provocou pela sua arrojada concepção, é um marco dos novos caminhos por onde trilha a arte brasileira. Outros nomes ainda são notados, entre os quais os de Fernando Saturnino de Brito, Atílio Correia Lima, Afonso Reidy, Aldary Toledo e outros (ATLÂNTICO, 1943, p. 175).

No primeiro volume da nova série, de 1946, Portinari é citado como dotado de “consagrado valor plástico” (ATLÂNTICO, 1946, p. 105). No primeiro volume da terceira série, de 1949, é dito que “Portinari é vanguarda da arte moderna” (ATLÂNTICO, 1949, p. 85). Isso é um índice de que, tanto no Brasil quanto em Portugal a arte e a arquitetura moderna se completavam nos Estados Novos luso-brasileiro.

Segundo Luciene Lehmkuhl, o “Café”, de Portinari, na Exposição do Mundo Português, foi um agente catalisador do neorrealismo em Portugal. Segundo ela:

o pintor brasileiro Cândido Portinari, com seu quadro Café, aparece na historiografia portuguesa como o agente catalisador do neo-realismo, movimento artístico da arte portuguesa na década de 1940 (...) o pintor é considerado introdutor do neo-realismo no território português (...) O aparecimento da sua pintura Café, na exposição de 1940, é lembrado na bibliografia como a primeira possibilidade de acesso a uma obra neo-realista no país (...) havia um ambiente favorável à apreciação do quadro de Portinari, tanto pelos críticos do regime, que buscavam uma arte engajada às questões sociais, das quais o Café se apresentava como portador, quanto por aqueles que, compactuando com o regime na missão de dar corpo ao Império Português, buscavam nas narrativas e simbolizações a possibilidade de construir uma visualidade do Portugal de 1940, na qual do Brasil vislumbrava-se o papel de herdeiro exemplar” (LEHMKUHL, 2021).

Portinari teve relações próximas e influenciou nomes do neorrealismo português, como Mário Dionísio, Joaquim Namorado, José Cardoso Pires, Afonso Ribeiro, Alves Redol, Ferreira de Castro, Lima de Freitas e Júlio Pomar. A ligação dos neorrealistas portugueses com Portinari vem pelos signos do social, do humanitário e do mostrar a realidade sem filtros.

Raquel Henriques Silva (2018), logo após assumir a direção do Museu do Neo-Realismo, resolveu abrir a questão neo-realista a um contexto internacional. Segundo ela, o Neo-Realismo foi um movimento cultural com fortíssima componente política, uma vez que nos anos 1930 e 1940 a maioria de seus membros fundadores eram simpatizantes do Partido Comunista Português e conspirava contra o Estado Novo salazarista (SILVA, 2018). O que nos chama a atenção no texto de Raquel é que ela diz que “estabelecia-se assim uma espécie de teatro dos enganos que levou José-Augusto França a considerar que o quadro de Portinari, na Exposição do Mundo Português, fora ‘curioso cavalo de Tróia no meio das festividades oficiais’. Ora, então, toda a relação institucional e pessoal de Portinari com Vargas e Capanema, homens que o ajudaram a se promover, também teria sido um “cavalo de Troia”?

Para Raquel Henriques Silva (2018, n.p):

os jovens neo-realistas ou interessados na arte moderna terão ido expressamente ver o quadro no que era para eles o território ideológico inimigo. O jornal O diabo publicou um importante artigo sobre o artista e a obra, mencionando a sua presença no Pavilhão do Brasil, mas, futuramente, tanto a biografia de Portinari como as narrativas sobre o sólido relacionamento do artista com intelectuais portugueses omitem totalmente este facto.

José-Augusto de França (1991, p.94-99) diz que o modernismo em Portugal já nasceu morto, e pela Exposição Salazarista de 1940. Ele classifica a questão da participação do Café de Portinari como “inesperada (...) era então o modernismo de 10, 20 e 30, falecido ante as forças da situação definida na magna Exposição de 1940”.

Segundo Lehmkuhl (2004, p.11):

os anos 40 foram marcados por ações de descontentamento com os rumos tomados pela arte portuguesa. Artistas e intelectuais, descontentes com o apoio estatal e com a opção por uma “atualização moderna” em detrimento do “modernismo”, organizaram exposições e fizeram manifestações na imprensa, marcando posição contrária aos artistas modernos apoiados pelo Estado salazarista (...) porém (...) os neorrealistas acabaram se sujeitando a censura em prol do seu projeto de transformação social (...) Claro está que havia um ambiente favorável à apreciação do quadro de Portinari, tanto pelos críticos do regime, que buscavam uma arte engajada às questões sociais, das quais o Café se apresentava como portador, quanto por aqueles que compactuando com o regime na missão de dar corpo ao Império Português, buscavam nas narrativas e simbolizações a possibilidade de construir uma visualidade do Portugal de 1940.

Portanto, e concordando com Lehmkuhl (2004), “tornar real a própria realidade” é o que aproxima Portinari ao movimento neorrealista português. E pintar e ou desenhar a realidade numa abstração geometrizada e deformada era o que aproximava Portinari do modernismo

brasileiro. Mas também, temas históricos nacionalistas que tratavam de uma cultura imperialista e colonialista como foi o açúcar, o fumo, o ouro, e o café era o que aproximava Portinari dos Estado-novistas, mesmo com todas as críticas cifradas ou veladas a isso.

E assim como Lucio Costa, Carlos Drummond de Andrade, entre outros, Portinari agradou tanto a direita quanto a esquerda, e, soube tirar proveito disso. Mas agora a ordem é inversa, é tempo de descolonizar. Será que Portinari queria assim?

1.9 O GOVERNO VARGAS E O PATRIMÔNIO JESUÍTICO: O SPHAN E O MUSEU DAS MISSÕES

O Decreto de novembro de 1937, que criava o SPHAN, no artigo nº 1 da Constituição define o conceito do SPHAN como sendo “(...) o conjunto dos bens móveis e imóveis existentes no país e cuja conservação seja de interesse público, quer por sua vinculação a fatos memoráveis da história do Brasil, quer por seu excepcional valor arqueológico ou etnográfico, bibliográfico ou artístico”. No artigo 9º, diz:

(...) o tombamento compulsório se fará de acordo com o seguinte processo” diz se a impugnação for oferecida dentro do prazo assinado, far-se-á vista da mesma, dentro de outros quinze dias fatais, ao órgão de que houver emanado a iniciativa do tombamento, a fim de sustentá-la. Em seguida, independentemente de custas, será o processo remetido ao Conselho Consultivo do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, que proferirá decisão a respeito, dentro do prazo de sessenta dias, a contar do seu recebimento. Dessa decisão não caberá recurso.

No artigo 25, esclarece que:

(...) O Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional procurará entendimentos com as autoridades eclesásticas, instituições científicas, históricas ou artísticas e pessoas naturais ou jurídicas, com o objetivo de obter a cooperação das mesmas em benefício do patrimônio histórico e artístico nacional.

É o que ocorre com a Companhia de Jesus, pioneira no processo de civilização do Brasil. Foi o que ocorreu com o processo da Igreja do Carmo de Olinda, onde Gilberto Freyre foi o conselheiro consultivo do SPHAN. Papel de Rodrigo de Mello e Franco como podemos ver na fotos de Erich Hess com a Sr. Sobral proprietária da Igreja da Camandaroba de Laranjeiras (SE). A arte e a arquitetura dos jesuítas tem valor porque os modernos se inspiravam em sua estética, função, plasticidade e história. Isso significa as relações entre modernidade e tradição.

O Decreto-lei n. 2077, de março de 1940, assinado pelo presidente Vargas e o ministro Capanema, cria em São Miguel, Estado do Rio Grande do Sul, o Museu das Missões, no local onde existia a antiga redução jesuítica de São Miguel dos séculos XVII e XVIII, para a “(...) finalidade de reunir e conservar as obras de arte ou de valor histórico relacionadas com os Sete

Povos das Missões Orientais, fundado pela Companhia de Jesus”. O artigo 2º diz que “(...) o Museu das Missões será instalado na construção executada especialmente para esse fim pelo Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, reconstituindo uma das seções dos antigos alpendrados que formavam a praça do Povo de São Miguel”. O artigo 3º diz que o projeto da organização do Museu das Missões será elaborado oportunamente pelo Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.

Fica nítida a importância dada pelo SPHAN ao patrimônio jesuítico, criando um museu só para conservar as obras de arte deixadas pelos antigos padres inicianos. O SPHAN, por meio de Lucio Costa, reconstitui a tipologia dos alpendres jesuíticos para o Museu. Na verdade, todo o projeto do Museu das Missões foi feito pelo SPHAN e por seu arquiteto e funcionário, Lucio Costa.

Isso revela a importância do patrimônio jesuítico para o SPHAN. Os jesuítas representavam o pensamento católico, autoritário, tradicional que culminaria em Vargas como a solução da implantação da modernidade no Brasil. São Miguel localiza-se nas proximidades de São Borja, onde nasceu Vargas, e as raízes do fenômeno do desenvolvimentismo começam no Governo do Estado do Rio Grande do Sul, em 1928, Tendo os jesuítas como força política determinante no rumo do Estado Vargas em relação às políticas culturais. Uma modernidade que busca a tradição. O SPHAN, tal como o MEC, era um vínculo com a imagem de Vargas, o presidente herói, o político que traduziu uma fórmula de relacionamento entre Estado e sociedade, um tipo de pacto que, conduzindo o país à modernidade econômico-social, afinava-se com as tradições de nossa mentalidade patriarcal à qual a ideia do mito jesuítico estava associada.

O Governo Vargas e a Companhia de Jesus colaboraram-se mutuamente. Os jesuítas atuaram intensamente no governo Vargas pelo viés político-cultural e educacional. Isso é um índice de que os jesuítas estavam enraizados na fundação do mito de origem da educação da Era Vargas.

O SPHAN, aparelho do MEC, pode ser enquadrado no que Ângela de Castro Gomes diz ser “(...) uma implementação de um sistemático e sofisticado esforço de propaganda, combinado a políticas públicas inovadoras, especialmente nos campos social e cultural” (GOMES, 2012). Um patrimônio que se amparava na busca do colonial e da tradição, não podia estar fora da construção do Estado Moderno no Brasil do qual Getúlio Vargas foi o idealizador e promotor e cujo legado termina em meados dos anos 1960.

O MEC e o SPHAN eram vínculos com a imagem do mito do presidente herói. A ideia do mito jesuítico associado à imagem de Vargas e que tem nas Missões Jesuíticas um poder

simbólico, fazendo parte da memória e do imaginário coletivo de gerações passadas, dentre elas as do próprio Getúlio. Portanto, as Missões, tiveram uma grande contribuição na carreira de Lucio Costa.

Figura 25 – Solenidade da instalação das Faculdades Católicas com a presença do pe.Leonel Franca, S.J. e então presidente Getúlio Vargas. Data: 15/3/1941 e Getúlio Vargas e comissão de construção do campus da PUC-Rio, Pe.Pedro Belisário Velloso, S.J., e Condessa Pereira Carneiro. Data: 1951.



Fonte: Núcleo de Memória da PUC-RJ - Acervo de Fotos do Projeto Comunicar, Números dos documentos cg0049_044 e cg0049_045.

Gustavo Capanema, como se sabe, tinha aliança com a Igreja católica, uma das principais responsáveis pela sua plataforma política e sua chegada ao poder, logo, sua relação com a tropa de elite da Igreja não seria surpreendente. Ademais, ela é visível no documento encontrado no CPDOC – FGV-RJ, Arquivo Gustavo Capanema, uma correspondência entre Gustavo Capanema e Venceslau Brás Pereira Gomes, que, tratando da homenagem do governo à Companhia de Jesus, defesa do litoral brasileiro, felicitações e pedidos diversos, agradece, no telegrama de 1940 “(...) a nobre atitude do Governo do Brasil aos inolvidáveis serviços que a Companhia de Jesus tem prestado ao nosso caro Brasil”.

E no terceiro tomo de sua História da Companhia de Jesus no Brasil, intitulado Norte: Fundações e Entradas - séculos XVII – XVIII, de 1943, o padre jesuíta Serafim Leite agradece o MEC de Capanema dizendo, na página I:

o Instituto Nacional do Livro, do Ministério da Educação, incumbiu-se da publicação dos Tomos III e IV da obra História da Companhia de Jesus no Brasil, consagrada ao Norte do Brasil. A menção aqui deste fato significa um direito, e é simultaneamente grata homenagem do Autor Serafim Leite ao Ministério da Educação do Brasil, tão nobre e dignamente regido pelo Dr. Gustavo Capanema (LEITE, 1943, p. 1).

Todos os tomos de História da Companhia de Jesus de Leite têm agradecimentos ao MEC de Capanema, sem falar no uso de fotografias de fotógrafos do SPHAN, prova disso é o quinto tomo, subtítulo Da Baía ao Nordeste – Estabelecimentos e assuntos locais – séculos XVII – XVIII, de 1945, no Apêndice G, em Estampas e Gravuras, na página 600, Leite credita

as pesquisas ao SPHAN e todas as gravuras e obras de arte da Igreja da Baía, Giquitaia, Belém da Cachoeira e Tomar de Geru, segundo ele:

procedendo as fotocópias desta benemérita repartição oficial brasileira, que sob a cultíssima direção do Dr. Rodrigo M.F de Andrade, tanto nos secundou na parte técnica deste sector das nossas pesquisas. Também nos deu valiosos esclarecimentos o Dr. Lucio Costa, cujo estudo A Arquitetura dos Jesuítas no Brasil é o mais completo e quase inédito assunto, no que se refere a América, na parte portuguesa da Companhia de Jesus.

Algumas fotografias usadas por Leite já haviam sido usadas por Lucio Costa em sua *Arquitetura dos Jesuítas no Brasil*, assim como fotografias do patrimônio jesuítico já restaurado pelo SPHAN, como, por exemplo, as fotos do Colégio de Paranaguá, Rio de Janeiro e do Pará. No sexto tomo de Leite, subtítulo *Do Rio de Janeiro ao Prata e ao Guaporé – Estabelecimentos e assuntos locais séculos XVII – XVIII*, de 1945, no Apêndice E, na página 602, intitulado “A Cooperação Brasileira”, publicada anteriormente pelo “Jornal do Commercio” do Rio de Janeiro, em 7 de setembro de 1945, abrindo a seção de “Várias Notícias”, Leite diz que:

como nos Tomos III, IV e V, também neste, VI, as gravuras dos monumentos da Companhia de Jesus no Brasil de outrora, que não levam expressa a origem do Arquivo donde procedem, são do SPHAN. E são quase todas. Esta valiosa colaboração lhe deve este livro; e o autor deve mais ainda – a maneira fidalga com que a realizou o seu sábio diretor Dr. Rodrigo de Melo Franco de Andrade.

Mas afinal, que interesses existiam por detrás das relações entre o historiador jesuíta e o SPHAN de Rodrigo Melo Franco e Lucio Costa? Ora, se partirmos do pressuposto de Michel de Certeau (2002), curiosamente um historiador jesuíta, o SPHAN era o lugar de produção da operação historiográfica, afinal, segundo ele:

toda pesquisa historiográfica se articula com um lugar de produção socioeconômico, político e cultural. Existe um saber histórico dentro de um lugar. Entre o saber e o lugar se ajustam os enquadramentos das pesquisas. O lugar torna-se uma arena dentro de um jogo hierárquico, de interesses ideológicos e políticos nacionais. E o produto é o livro de história (lê-se texto histórico) que se enuncia num conjunto de práticas do estudo particular que é reconhecida pelo “lugar” e pelo público que o recebe. Ele nos fala que “o estudo histórico está muito mais ligado ao complexo de uma fabricação específica e coletiva do que ao estatuto de efeito de uma filosofia pessoal ou à ressurgência de uma ‘realidade’ passada. É o produto de um lugar (CERTEAU, 2002).

O MEC e o SPHAN eram os lugares de produção socioeconômica, política e cultural onde existia um saber e que tornou-se uma arena dentro de um jogo hierárquico de interesses ideológicos e políticos nacionais, onde o produto final disso foi o tombamento do patrimônio e as Revistas do SPHAN.

Noticiada no *Correio da Manhã* (RJ), em 17 de agosto de 1938, uma exposição do SPHAN junto ao MEC sobre as realizações e os trabalhos de preservação e tombamento e, entre

elas, dava-se destaque às Missões Jesuíticas do Rio Grande do Sul e a Ponte dos Jesuítas do Guandu no Rio de Janeiro. Isso significa que dentre os trunfos do SPHAN na época estava o destaque e a exposição do patrimônio jesuítico. Noticiados no *Correio da Manhã* (RJ), em 27 de junho de 1939, os trabalhos do SPHAN junto ao MEC sobre as realizações para preservação das Missões Jesuíticas do Rio Grande do Sul e sobre a criação do Museu das Missões. A imprensa da época noticiou a preservação das ruínas de São Miguel e a construção do Museu das Missões pelo SPHAN e Lucio Costa, como fez o *Diário Carioca*, em 1938, evidenciando a importância da salvaguarda do patrimônio; patrimônio esse que era vendido como moderno e que buscava na tradição colonial dos jesuítas um dos seus marcos iniciais de atuação.

Mas, qual o papel dos jesuítas nisso tudo? Leite era colaborador de Vargas, do MEC, do SPHAN e, segundo o precioso argumento defendido por Pedro (2008), ele era agente do projeto jesuítico de escrever sua história e defender a ação colonizadora e civilizadora entre 1549 e 1759. Ele é, portanto, um símbolo da atuação dos jesuítas na historiografia brasileira dos anos 30, 40 e 50 e um índice da relação e da ligação entre o MEC e o SPHAN estado-novista com os padres da Companhia.

Mas, por quê? Porque o enaltecimento de Portugal como uma grande nação colonizadora, ao lado da Companhia de Jesus durante os séculos de Dom João III a Dom João V, atendia aos interesses econômicos, coloniais e religiosos da ditadura militar portuguesa dos anos 1930, então liderada por Oliveira Salazar. As relações entre Salazar e a Companhia de Jesus são bem claras: o primeiro era renomado militante da Acção Católica Portuguesa e a segunda foi beneficiada a retornar ao país após a Proclamação da República. Assim, o interesse de Salazar era apoiar o projeto da História da Companhia de Jesus no Brasil, de Leite, para que reforçasse a capacidade civilizadora de Portugal enquanto potência colonial (PEDRO, 2008).

Santos (1997) partilha dessa mesma opinião dizendo que “(...) a ideologia estado-novista pretendia criar um homem novo, construído a partir do binômio educação e trabalho, capaz de ter conhecimento e técnica” (p.80). Esta ideologia tem um simbolismo consoante com as propostas sobre o resgate do passado. E um projeto civilizador e racionalizador que resgata o passado de uma educação católica como instrumento para a construção de um homem novo, obrigatoriamente esbarraria na Companhia de Jesus, porque “(...) se deve aos jesuítas os primeiros esforços civilizadores” (BAZIN, 1983, p. 24). D. João III privilegiou os jesuítas no processo colonizador lusitano. No *Regimento de 1548*, D. João III ordena a Tomé de Souza para: “(...) dar ordem e maneira com que melhor e mais seguramente se possam ir povoando para nossa Santa Fé (...) e somente pagarão o dízimo à Ordem de Nosso Senhor Jesus Cristo”.

Ou seja, *deus, ordem, e centralização* estavam em nossa primeira carta magna, além da Companhia de Jesus, é claro.

Outro fator que deve ter chamado a atenção dos modernos dos anos de 1930 e 1940, na busca da tradição, foi que os jesuítas constituem nossa antiguidade e nossa *antiguidade é moderna*. Jean Lacouture (1993, p.14) defende que os jesuítas são proto-modernos, podendo ser considerados um dos inventores da modernidade, segundo ele, ao referir-se a Inigo Lopez de Oñaz y Loyola, mais conhecido como Inácio de Loyola, fundador dos jesuítas, diz que “sua Idade Média, por muito sublime que fosse, recua perante a afirmação conjugada da ciência e de uma nova sociabilidade. Empenhado no humanismo em que julga descobrir uma via de acesso às almas, Loyola transforma-se num precursor dos tempos modernos”. Sem falar que o século XVII, posto por alguns autores como as origens das raízes da modernidade, foi sem dúvida o século jesuítico, e se um dos conceitos do que seja o modernismo é a ideia de criar novos mecanismos, tecnologias, objetos, e utensílios capazes de facilitar a vida da população, vale lembrar que “(...) até 1759 os inicianos estiveram à frente nas técnicas e tecnologias no Brasil (VARGAS, 2001). Logo, faz sentido pensar que um estado que queria usar a memória da nação para legitimar o simbolismo de sua identidade tal como fez o getulismo, ao questionar sobre as origens do Brasil, obrigatoriamente esbarraria nos modernos companheiros de Jesus, que introduziram as premissas iniciais da cultura brasileira.

Segundo Segawa (2004), um dos problemas que interessou particularmente a Lucio Costa foi o de “(...) verificar em que medida a arquitetura moderna poderia tirar proveito das lições da arquitetura colonial luso brasileira. Seduzido pelo caráter perfeitamente funcional e lógico da arquitetura civil daquela época, julgou que certos procedimentos então utilizados podiam ser adaptados as construções atuais” (NOBRE *et al.*, 2004, p. 15).

(...) a preocupação com as soluções funcionais e os volumes claramente definidos, característicos de suas primeiras obras, era um retorno consciente aos valores permanentes que havia descoberto na arquitetura luso-brasileira dos séculos XVII e XVIII, da qual em contrapartida rejeitava o que era pura decoração (BRUAND, 2002, p. 72).

“O uso das técnicas e dos materiais tradicionais se dá, não apenas por motivos estéticos, mas, sobretudo, por representar solução funcional para os problemas da construção” (CAVALCANTI; LAGO, 2005, s/p.), a exemplo do “[...] concreto armado que renova a pedra em termos de tecnologia” e pode ser perfeitamente usado com elementos de madeira e de barro.

No que tange à arquitetura colonial, e aqui destacamos a arquitetura jesuítica, segundo Cerávolo (2010, p. 174 e 185): “Costa propõe no âmbito projectual, reinterpreta-la e no âmbito do SPHAN, preserva-las e reinterpreta a tradição construtiva mais pura e primitiva

propriamente brasileira (...) Lucio Costa formula do ponto de vista conceitual uma teoria no âmbito do movimento moderno que dá suporte a ação do SPHAN até a década de 1950”. Segundo Bruand (2002, p.123), “(...) Lucio Costa é fundamentalmente um clássico, como o foi seu mestre Le Corbusier”, e assim, igualmente são, os padres jesuítas. O culto de todos à razão, e a preocupação com a forma e o equilíbrio arquitetônico, o orgânico-funcional, o plástico-ideal, a simplicidade, harmonia, sobriedade, austeridade, como Lucio mesmo dizia, era a marca da arquitetura dos jesuítas no Brasil (COSTA, 1941). Logo, o SPHAN buscou a fusão e a junção entre o moderno e a tradição entre os anos de 1937 e 1960, e o patrimônio jesuítico e os anos entre 1549-1759 como parte da identidade nacional desse período.

Já pensar o patrimônio jesuítico hoje envolve uma ressignificação, envolve pensar numa atualização da ação institucional sobre esse patrimônio consagrado. Significa pensar a herança jesuítica de modo integrado, como parte de um amplo projeto de catequese e colonização. Hoje, essa unidade deve ser procurada não nas suas características arquitetônicas, mas, antes, pela sua ligação com o simbolismo do trabalho de catequese realizado pelos jesuítas na colônia portuguesa da América, entendido como fundamental para o processo de ocupação do território colonial. Recuperação da sua dimensão histórica, pela reinserção desses bens no contexto histórico e no quadro das relações sociais em que foram produzidos; recuperação da sua dimensão simbólica, pela análise do simbolismo da arquitetura jesuítica para o trabalho de catequese da Companhia de Jesus; e o trabalho de catequese que estava sendo “retomado” através da volta do ensino religioso que reivindicaram junto ao MEC. A (re)valorização do patrimônio cultural jesuítico prega a necessidade da recuperação da sua dimensão simbólica, nesse caso, chamando a atenção para o simbolismo da arquitetura em quadra, que era parte integrante do processo de catequese/colonização da Companhia, correspondendo aos princípios morais e ideológicos da Ordem. É a tradução material dos objetivos políticos e ideológicos daqueles que o adotaram. Valorizar o simbolismo da arquitetura em quadra é uma forma de (re)valorizar esses vestígios materiais do patrimônio cultural jesuítico escapando das armadilhas criadas pelo valor tradicionalmente utilizado de autenticidade (CHUVA, 2008).

1.10 O EDIFÍCIO DO MEC E OS JESUÍTAS (1936-1945)

O MEC foi um projeto de Vargas, da Igreja e dos jesuítas, era parte da estratégia de D. Sebastião Leme e Leonel Franca visando à consolidação do poder na República. Leonel Franca venceu a guerra da educação e era quem dava as diretrizes na Reforma Campos. Francisco Campos, o primeiro-ministro da Educação de Vargas e padrinho de Lucio Costa na ENBA (RJ),

estava altamente articulado com o padre jesuíta Leonel Franca em torno do Conselho Nacional de Educação. Gustavo Capanema, segundo ministro da Educação de Vargas, padrinho e amigo de muitos como Rodrigo Melo e Franco de Andrade e Carlos Drummond de Andrade, foi colocado no poder pela Igreja, portanto, também pelos jesuítas, sua tropa de elite na vanguarda dos acontecimentos, e que, arbitrariamente, escolheu Lucio Costa para projetar o edifício sede do MEC. O próprio Lucio Costa foi influenciado por Leonel Franca, segundo Alceu Amoroso Lima. Os jesuítas eram agentes do SPHAN, órgão subordinado ao MEC, Lucio Costa tinha relações diretas com o padre e historiador jesuíta Serafim Leite.

Assim sendo, onde estão expressas as ideias que consolidaram a concepção da Companhia de Jesus pelo seu fundador, Inácio de Loyola, em 1534, como a escolástica aristotélico-tomista medieval, misturada ao *modus parisiense* que originou a *Ratio Studiorum*, reeditado no Brasil nesse período pelo padre Leonel Franca e entregue tanto a Vargas quanto a Capanema, no edifício do MEC?

1.10.1 O Edifício do MEC e a Nova Monumentalidade

Segundo o próprio Lucio Costa (1995, p. 437): “em 1936 os arquitetos que lutaram pela adequação arquitetônica as novas tecnologias construtivas foram os mesmos que se empenharam com Rodrigo Mello e Franco no estudo e salvaguarda do permanente testemunho de nosso passado autêntico”. Lucio era talvez o principal deles e aqui, aparece um *link* com a questão da monumentalidade, negada pelos arquitetos modernos, e que reaparece nas discussões posta nos 9 Pontos sobre a nova monumentalidade, ou seja, o monumento agora aparece integrado entre arquitetura e urbanismo. Posto isso, Cerávolo (2010) defende que essa nova monumentalidade já está presente em Costa desde o prédio do MEC, em 1936, e também na aplicação deste sobre o patrimônio, como fez em São Miguel das Missões, em 1937. No mesmo sentido de Giedion (1959), Guerra Neto (2010, p.105) declara que o prédio do MEC é um Monumento no sentido da Nova Monumentalidade. Uma arquitetura cívica que é igual ao monumento: “(...) o prédio do MEC é protótipo monumentalizado”, seu programa é a monumentalidade.

Sobre os conteúdos das representações do prédio do MEC, Guerra Neto (2010, p.96) diz que “(...) é preciso admitir, no entanto, que essas alusões a tradição são abstratas, fragmentárias e ambíguas, que sua decodificação exige esforço e familiaridade com essa tradição”.

Em depoimento, falando do Edifício do MEC, Lucio Costa diz: “este edifício começou com uma carta do Ministro da Educação, Gustavo Capanema, dirigida a mim encomendando

um projeto para o edifício sede para o novo Ministério da Educação (...) eu então organizei um grupo de arquitetos”⁶.

Henrique Mindlin (1999, p.218-219) diz que

o Edifício do Ministério da Educação é o símbolo mais importante da arquitetura moderna no Brasil, e a primeira aplicação, em escala monumental, das ideias de Le Corbusier (...) rigorosa disciplina plástica aplicada a cada componente (MINDLIN, 1999).

Comas (2010, p.78-89) destaca o ano de 1936 e o MEC como marco inicial da arquitetura moderna via racionalismo europeu corbuseano até 1957. Diz que:

o MEC é um dos prédios mais significativos do século XX o Pilotis aproximam-se das palafitas em encosta, a estrutura independente de concreto armado aproxima-se da estrutura em madeira velada por taipa de sebe ou por grandes caixilharias contínuas ora envidraçadas ora treliçadas, assimiláveis sem dificuldades ao pano de vidro e ao brise-soleil. O Ministério é tomado por uma solução exemplar de linguagem formal moderna e internacionalmente válida, mas da história da arquitetura enquanto tradição construtiva racional e nacional dela derivando sua emblematicidade expressiva.

Corroborando com isso Lauro Cavalcanti (2010, p.112-113), dizendo que o prédio do MEC representava um ministério cuja finalidade era forjar um novo homem, um novo cidadão de um Estado Novo e “apontavam semelhanças estruturais entre as casas tradicionais sob estacas e o pilotis, a estrutura de madeira das casas coloniais e o esqueleto de concreto armado, as grandes extensões caídas da arquitetura tradicional e a pureza do novo modo de construir”.

Guerra Neto (2010, p.90-91) diz que:

Capanema queria um prédio que retratasse a instituição que dirigia, por ele pensada como instrumento de um projeto cultural, visando preparar, compor e aperfeiçoar o homem brasileiro destinado a viver pela nação, nela integrado de corpo e alma; por extensão o prédio deveria ser também um retrato da nacionalidade que se edificasse nova, mas acentado sobre o patrimônio herdado do passado.

1.10.2 A cruz, o T e o L

O risco do prédio do MEC tem a forma da cruz, do T, e do L. Nas fachadas envidraçadas, nas caixilharias contínuas, no cruzamento dos pilotis com a plataforma que estrutura os andares acima, e ou nos cubículos de suas repartições, a cruz se revela e completa o traço do edifício. A cruz é estruturante na arquitetura de Lucio Costa, ela está presente no desenho que ele faz em seu texto *Lei das Resultantes Convergentes*, a união entre o micro, o macro e o lúdico é a cruz, representada pelo desenho como a cruz do homem, “e a natureza, que através de seu estado lúcido, que somos nós, revela o lado oculto e virtual” (COSTA, 1994, p. 92), logo, a cruz é a

⁶ Disponível em <<https://www.youtube.com/watch?v=M6XJJQ24okk>> acessado em 31.10.2018.

natureza do homem, o ponto de convergência com o universo e que desenvolve a tecnologia, e essa tecnologia trabalha em função da natureza da cruz, ou seja, do homem, e, nesse quesito, ele converge com o significado da cruz inaciana, a cruz do aristotélico-tomismo do homem em busca de deus.

Lucio tinha consciência da importância histórica não só do edifício do MEC, mas, também, do seu entorno, exemplo disso seria a secular Igreja de Santa Luzia, presente no centro histórico do Rio de Janeiro desde os primórdios da cidade. Mindlin (1999, p.219) diz que “perto do Ministério da Educação está a antiga Igreja de Santa Luzia, mostrada no frontispício. A visão conjunta desses dois edifícios, o antigo e o novo, mostra a atmosfera na qual se desenvolve a arquitetura moderna no Brasil”. Lucio certamente previu o reflexo da história nas fachadas envidraçadas do edifício do MEC e ou a contemplação da relação de ambos no espaço, o moderno e o colonial na paisagem urbana.

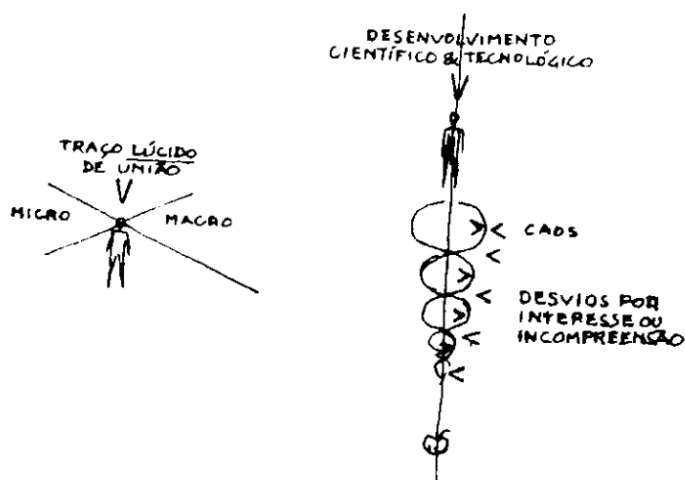
Quanto ao T misturado ao L, certamente é uma influência tipológica de Le Corbusier, no entanto, vale lembrar que o L remonta também ao risco e ao traço tanto dos antigos colégios jesuítas coloniais e de suas fazendas e engenhos de açúcar, ouro, gado e ou, posteriormente, às fazendas cafeeiras imperiais. A cruz e o L são marcantes não só na arquitetura de Lucio Costa, como na arquitetura inaciana. Os pavilhões em L estão presentes na história da arquitetura colonial brasileira, assim como na segunda fase da arquitetura jesuítica no Brasil, que são as casas e os colégios em pavilhões e ou cubículos em L, articulados ou não em torno de um pátio (1615-1759), afinal, Bruand (2002, p.93) reconheceu que “o prédio do MEC de 1936 tratava-se de um retorno ao espírito da tradição dos séculos XVII e XVIII, quando a sobriedade das linhas mestras da composição não era alterada pela profusão ornamental”, e a sobriedade do século XVII foi jesuítica por excelência.

Figura 26 – A Igreja de Santa Luzia refletida na janela em fita do Edifício do MEC. Centro do Rio de Janeiro (RJ).



Fonte: Fotografia de Rogério Entringer, 2010.

Figura 27 – Desenho sobre a Lei dos Resultantes Convergentes.



O desenvolvimento científico e tecnológico não é o oposto da natureza, mas a própria natureza que, através de seu estado lúcido — que somos nós — revela o lado oculto, virtual.

Fonte: IPHAN. Revista. n. 23. Brasília. 1994.

Figura 28 – Uma cruz de luz na fachada envidraçada do Edifício do MEC.



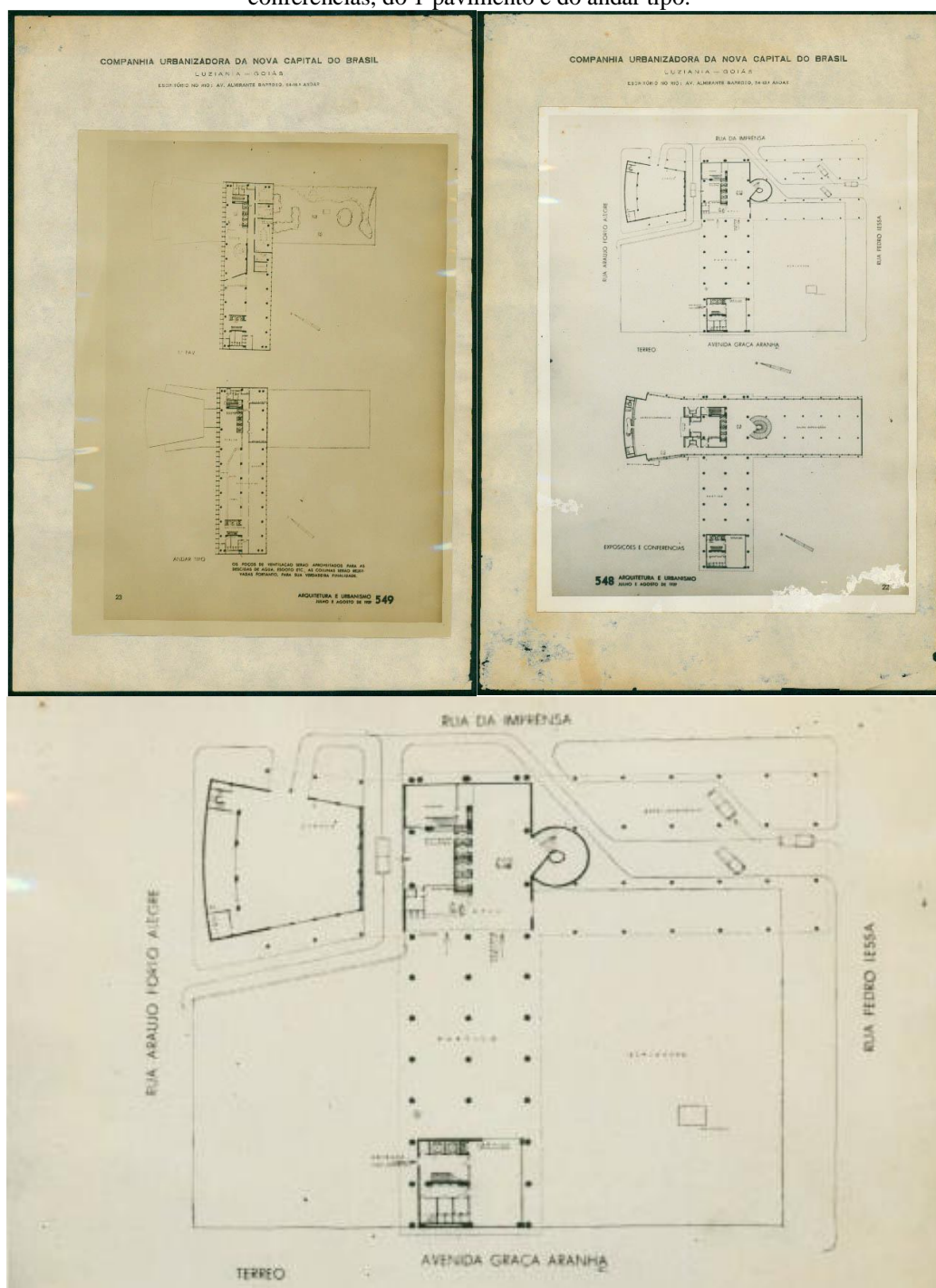
Fonte: CPDOC – FGV – Rio de Janeiro – Arquivo Gustavo Capanema. Classificação: GC foto 496. Aspectos do edifício-sede do Ministério da Educação e Saúde, bem como dos seus arredores. Data: entre 1937 e 1956.

Figura 29 – A torre e a cruz de cúpula da Igreja de Santa Luzia e ao fundo a cruz do risco da fachada livre e das janelas em fita do Edifício do MEC. Centro do Rio de Janeiro (RJ).



Fonte: Fotografia de Rogério Entringer, 2010.

Figura 30 - Ministério da Educação e Saúde - Plantas do térreo, do andar para exposições e conferências, do 1º pavimento e do andar tipo.



Fonte: Instituto Antônio Carlos Jobim e Casa de Lucio Costa (RJ). Autores: Lucio Costa, Oscar Niemeyer, Affonso Eduardo Reidy, Jorge Moreira, Carlos Leão, Ernani Vasconcellos. Data: 1930-1939.

1.10.3 Espaço aberto: interstício entre o pátio e a praça

O espaço livre é o ponto chave do Edifício do MEC; tem função de reunir, articular, liberar, fluir; foi pensando integrado ao centro histórico da cidade, um vão livre com função de fluxo contínuo em que pessoas passam, uma sensação de liberdade, de atalho que favorece o caminho do transeunte da cidade.

Sobre os conteúdos das representações do prédio do MEC, Comas (2002, p.132) nos revela que no plano do projeto anterior feito por Lucio Costa constava um pátio, e que no projeto realizado existe “entre ala real e ala virtual, o pátio original se reintroduz duplicado e unificado pelo vazio central dos pilotis” (p. 132), que o edifício do MEC tem “disposição dos blocos e espaços abertos sobre a quadra” (p. 130), e que “os painéis de azulejos recordam as escadarias e os claustros luso-brasileiros” (p. 138).

Comas chama o edifício do MEC de um “palácio praça”, e diz mais:

o MESP é um híbrido, que procura fundir as virtudes da organização à volta de um pátio com as do bloco frente ao espaço aberto: as dum Palazzo Campidoglio e as do Palazzo della Cancelleria, da Stoa e do Fórum, do Paço Imperial carioca e do Palácio dos Governadores ouro-pretano. O resultado é um espaço aberto que se situa num interstício entre o pátio e a praça puros, guardando algo do fechamento do primeiro e algo da abertura do segundo, tanto quanto um bloco escavado para estabelecer permeabilidade entre adro e pátio (COMAS, 2002, p. 140).

Vale acrescentar que, Giacomo della Porta (1532-1602), mestre renascentista maneirista que ficou encarregado de terminar os trabalhos de Michelangelo na Piazza Campidoglio junto ao Palazzo Senatorio, é o mesmo que terminou os trabalhos de Giacomo Barozzi Vignola (1507-1573) trabalhando na Igreja El Gesù, a sede dos jesuítas em Roma.

Bruand (2002, p.81), ao falar sobre a contribuição de Le Corbusier à valorização dos elementos locais à equipe brasileira na execução do MEC, diz que:

mais importante ainda foi o interesse de Le Corbusier pelo emprego do granito cinza e rosa, extraído das montanhas que circundam o Rio de Janeiro. Fez ver sua qualidade e beleza, recomendando seu emprego tanto para o piso do pátio quanto para o revestimento das empenas do edifício.

Ora, então o pátio era objeto de interesse, ou pelo menos foi, por parte da equipe de Lucio Costa.

Vale lembrar que Capanema se opôs a Le Corbusier na escolha do local do terreno que seria edificada a nova sede do MEC; Le Corbusier queria beira-mar, local onde encontra-se hoje o MAM-Rio, e Capanema queria no Castelo (COMAS, 2002). Lucio contraria Le Corbusier e constrói o edifício do MEC na Esplanada do Castelo, local do antigo Morro do Castelo demolido junto ao antigo Colégio dos Jesuítas de Santo Inácio, onde “tradição clássica

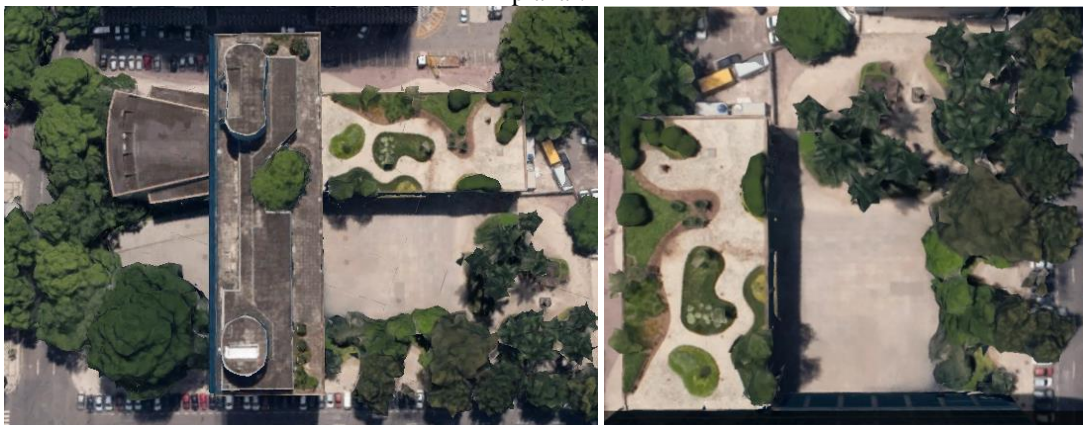
e tradição moderna interagem com a geografia e a história local, gerando novos elementos de arquitetura, novos elementos e esquemas de composições, novos tipos arquitetônicos” (COMAS, 2002, p. 139).

Figura 31 – Espaço livre do MEC, espaço de passagem.



Fonte: Fotografia de Rogério Entringer – Rio de Janeiro, 2010.

Figura 32 – Espaço livre do MEC, terraço jardim e jardim térreo se completam visualmente de forma planar.



Fonte: Imagem do Google Earth.

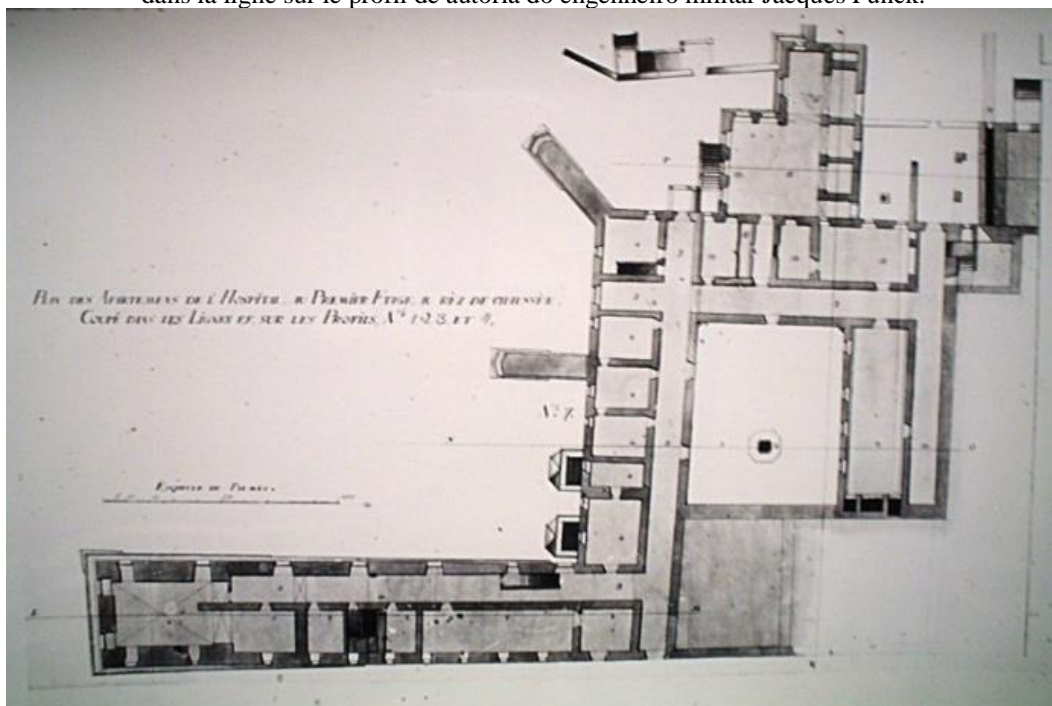
E se o MEC era uma articulação entre o Estado Novo e a Igreja, e o SPHAN, aparelho de ambos, priorizando a tradição da Igreja ao longo da história brasileira, os jesuítas eram uma questão a ser levada em conta, afinal, foram pioneiros no ensino brasileiro desde 1549 a 1759. A Revista A Ordem, edição 70, de 1936, tem um artigo de Serafim Leite que escreve sobre “Os primeiros professores do Brasil”. Vale lembrar que Serafim Leite era um agente do projeto jesuítico brasileiro; isso evidencia o papel histórico e pioneiro dos jesuítas no ensino e na formação da nacionalidade, significando a busca da tradição na modernidade, o moderno ensino dos jesuítas na modernidade brasileira; e isso nos leva a estabelecer uma relação possível entre o edifício do MEC e antigo Colégio dos Jesuítas do Rio de Janeiro, porque algumas recorrências tipológicas, mesmo que diferentes, existem entre eles.

Como já dito, o edifício do MEC foi construído em região onde existia o antigo colégio dos jesuítas, no alto do Morro do Castelo, demolido na reforma urbanística dos anos 1920, e símbolo da fundação e da formação histórica do Rio de Janeiro. Ambos, o antigo colégio de Santo Inácio e o prédio do MEC, tinham a mesma vista privilegiada para a Guanabara, podendo ser vista tanto dos pátios e das torres da igreja, no caso do colégio, quanto do terraço jardim e/ou do alto da torre envidraçada do edifício do MEC.

Nas plantas (Figura 33), deixadas pelo engenheiro Militar Jacques Funck por ordem do Marquês do Lavradio, em 1769, encontradas no Serviço de Documentação da Marinha – Mapoteca e Divisão de Obras Raras (RJ), é possível ver como era o antigo colégio do Morro do Castelo dez anos depois da expulsão dos jesuítas do Brasil. São projetos que visavam aproveitar o antigo colégio como hospital militar. Plantas do colégio dos jesuítas representam a “marca” de sua arquitetura, como dizia Lucio Costa, ou seja, a austeridade, sobriedade, severidade, linearidade, harmonia, simetria, ordem, função e estabilidade. Representa o risco

de Francisco Dias e seu maneirismo quinhentista “ultramoderno”, segundo Lucio Costa. Representa a tipologia das casas pátios mediterrâneas.

Figura 33 - Plan de l’Apartement le plus bas de l’Hospital au Premier Etage rez de chaussée, coupe dans la ligne sur le profil de autoria do engenheiro militar Jacques Funck.



Fonte – Arquivo Lavradio. Serviço de Documentação da Marinha – Mapoteca e Divisão de Obras Raras – Rio de Janeiro.

Fotografias encontradas no Museu Histórico Nacional (RJ) feitas na década de 1920 servem para reconstituir a história da arquitetura existente no Morro do Castelo, do antigo colégio dos Jesuítas demolido nos anos 1920 (Figura 34). Também mostram o risco austero, sóbrio, geométrico, linear, típicos do maneirismo quinhentista do arquiteto jesuíta Francisco Dias. A escolha estratégica de ocupação do sítio e implantação de cidades jesuítas no Brasil levava em conta defesa e transporte. Os colégios igrejas residências, habitações coletivas em quadra com pátios centrais eram típicas dos jesuítas na formação do Brasil. Parte do coração do Rio colonial havia sido arrancado. Lucio Costa condena, segundo Serafim Leite, o arrasamento do Morro do Castelo. Mas o risco austero, sóbrio, geométrico, linear, típicos do maneirismo quinhentista jesuíta, está presente também na arquitetura moderna de Lucio Costa.

Figura 34 - Vistas do Rio de Janeiro pelo fotógrafo Mozart Augusto Soares, RJ, 1922 e Igreja dos Jesuítas no Morro do Castelo cuja fotografia é de autoria desconhecida.



Fonte - Museu Histórico Nacional – Rio de Janeiro – RJ Nº reg.: 89.22.1.1 a 89.22.1.163, Procedência: ALico59 021.767 a 021.929; e Número do documento: 038.696 - 548k.

E aqui colocamos uma tese: se os jesuítas estavam por detraz da idealização e viabilização do MEC e na fabricação de um novo poder simbólico a partir da tradição, o prédio do MEC faz alguma referência à arquitetura jesuítica colonial, mesmo esta sendo velada ou filtrada por princípios de abstração, fragmentação ou ambiguidade, em sintonia com uma sensibilidade moderna e uma sensibilidade ao moderno.

Segundo Tirapeli (2020, p. 18), “Lucio Costa tinha o programa jesuítico como uma totalidade urbanística, arquitetônica e ornamental”, isso significa a influência dos jesuítas em Lucio Costa, em um programa moderno que integra urbanismo, arquitetura e as artes em geral, tal como foi realizado no prédio do MEC.

Faz sentido pensar nisso porque o anteprojeto liderado pela equipe de Lucio Costa propunha um pátio para o MEC. Bruand diz isso: “a colocação do bloco do salão de conferências no exterior e não mais no interior do pátio, embora ainda no eixo de simetria do edifício” (2002, p. 83), porém, Le Corbusier, em sua proposta, “estava convencido de que o monobloco era a solução mais apropriada que a disposição clássica de várias alas em torno de um pátio” (BRUAND, 2002, p. 84), como havia proposto a equipe de Lucio Costa.

Vale acrescentar, também, que espaços abertos entre o pátio e a praça, e/ou colégios e edifícios organizados à volta de um pátio com os blocos frente a um espaço aberto foram realizados pelos jesuítas na América do Sul desde 1549, sendo que muitas cidades no Brasil e no mundo nasceram desses espaços abertos entre o pátio e a praça dos colégios, aldeamentos e fazendas jesuítas, de norte a sul, de leste a oeste; e as que não nasceram, receberam deles seus

planos e ações de desenvolvimento, seja civil, religioso ou militar. Destacamos algumas cidades fundadas pela Companhia de Jesus na América: Salvador (BA), em 1549; São Paulo (SP), em 1554; Nova Almeida (ES), entre 1557 e 1610; Anchieta (ES), em 1561; Niterói (RJ), em 1573; Aldeia de Carapicuíba (SP), em 1580; Guarapari (ES), em 1585; Trancoso (BA), em 1586; Itaporanga D'Ajuda (SE) e Santo Inácio (PR), na segunda metade do século XVI; São Pedro da Aldeia (RJ), em 1617; São Nicolau (RS), em 1626; São Borja (RS), em 1682; Itacoatiara (AM), em 1683; São Miguel das Missões (RS), em 1687; São Luiz Gonzaga (RS), em 1687; São Lourenço das Missões (RS), em 1690; Viçosa do Ceará (CE), em 1695; São João Batista (RS), em 1697; e Santo Ângelo (RS), em 1706; Caborca, em 1688, no México; Loreto (em 1686), San Ignacio de Moxos (em 1689), San Javier (em 1691), San Borja (em 1693), San Pedro de los Canichanas (em 1697), Concepción (entre 1708-09) e Trinidad e San Joaquin (em 1709), na Bolívia; San Ignacio Guazú (em 1609), Encarnación (em 1615), San Cosme y Damián (em 1632), no Paraguai; e San Carlos (em 1631) e Santo Tomé (em 1683), na Argentina.

Segundo Tirapeli (2020, p.333-334):

em 1941, Lucio Costa, o idealizador de Brasília, escreveu o primeiro estudo amplo sobre o legado dos jesuítas: *A Arquitetura dos Jesuítas no Brasil*. Lucio Costa soube unir os estudos da arquitetura antiga com a modernidade brasileira, que despontava. Seu olhar sobre as adaptações construtivas jesuíticas levou-o a dialogar com simplicidade primordial sobre uma construção de *civitas* em território e terreno impregnados de vazio, apontou a dialética entre passado e modernidade, adaptações dos sistemas jesuíticos ao território vazio e as buscas dos arquitetos modernos brasileiros daquela década. Em resumo, o urbanista reconheceu a singularidade da obra jesuítica nas reduções e cidades da então nascente nação brasileira nos trópicos.

Lucio sabia da importância do renascimento e maneirismo italiano nas influências da arquitetura portuguesa e luso-brasileira. Segundo Custódio (2017, n.p):

os jesuítas não tinham, na Europa, experiência na construção de povoados, mas tradicionalmente repetiam um mesmo tipo de ocupação de quarteirões urbanos onde inseriam sua igreja, a casa paroquial e uma escola, edificações que geralmente eram estruturadas ao redor de pátios, cercados por galerias.

A América, tanto para os portugueses quanto para os espanhóis, era uma espécie de transição da cruzada medieval para a renascentista e “a la moderna”. O espaço aberto que se situa num interstício entre o pátio e a praça do MEC é o ponto de encontro, assim como era nas cidades jesuíticas sul-americanas, com tipologia híbrida entre o renascimento vitruviano e as aldeias guaranis. E embora o projeto urbanístico do império ultramarino luso não fosse o mesmo de Espanha, a Companhia utilizou essa tipologia urbanística em colégios, fazendas e aldeamentos que deram origem a cidades.

Figura 35a – Stoa de Atenas (160–138 a.C), Praça Campidoglio de Roma (1536-1546), Palácio da Cancellaria de Roma (1489-1513), Paço Imperial do Rio de Janeiro (1738) por J.B. Debret.



Fontes: Google e Wikipédia.

Figura 35b - Palácio dos Governadores de Ouro Preto (1741) e Palácio das Nações de Genebra (1937).



Fontes: Fotografia de Rogério Entringer, 2013 e Google, Wikipédia.

Figura 36 – Plano de São Miguel das Missões (1756); Plano da Missão de Candelaria, 1759, Paraguai; Planta da antiga fazenda dos jesuítas de Santa Cruz transformada em Imperial Fazenda de Santa Cruz (1848), Mapa de Conrado Jacob de Niemeyer; Colégio dos Reis Magos, Serra-Nova Almeida (ES); Pátio do Colégio de São Paulo.



Fonte: Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, número 1033420fo11; Biblioteca da Cidade Universitária de Madrid; Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, documento ARC.025,07,016 (recorte do autor) e Fotografias de Rogério Entringer, 2012.

O Edifício do MEC foi o espaço do Ministério do “Homem Cordial”, no mesmo sentido do conceito criado por Sérgio Buarque de Holanda em *Raízes do Brasil* (HOLANDA, 1999), ou seja, o ministério das amizades, dos sentimentos pessoais, do familismo, do jeitinho cordial, da disciplina e da ordem abençoada pela Igreja. O terreno onde foi construído o MEC é uma quadra, e se Lucio Costa tem como vetor para a identidade das raízes da arquitetura brasileira a relação entre o renascimento, maneirismo, jesuitismo e o barroco, faz sentido pensar que o espaço térreo e o espaço livre do Edifício do MEC têm em sua tipologia mistura de tipologias advindas dessa relação entre o clássico e o anticlássico; a praça coberta tem a tipologia da Stoa de Atenas, o terraço jardim pode ter como influência os jardins renascentistas, maneiristas e barroco, misturado ao racionalismo moderno corbusiano.

Visualmente, de forma planar, o terraço jardim parece completar o espaço livre abaixo dele, ou seja, o jardim e a praça coberta. A parte coberta do espaço livre, com seus pilotis, tem

a tipologia tanto da Stoa de Atenas quanto do Palácio de Centrosoyuz, e/ou dos corredores dos colégios e/ou dos aldeamentos inacianos. No entanto, se o prédio do MEC “adquire a forma de uma superestrutura de conotações náuticas” (COMAS, 2002, p. 130), corbusiana, lembra a estilização da forma de um navio colonial lusitano ancorado na Baía da Guanabara, numa alusão às caravelas que trouxeram Mem de Sá, Manoel da Nobrega e seus jesuítas para fundar a cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro, mas também as caravelas portuguesas que aportaram nas baías brasileiras.

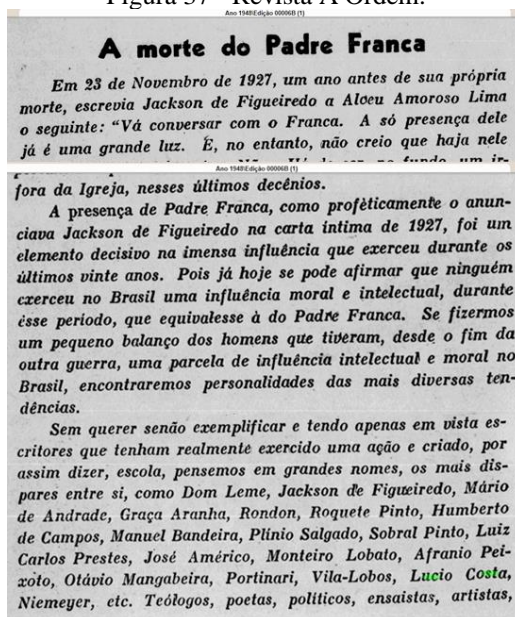
Na Revista A Ordem, edição nº 68, do ano de 1948, Alceu Amoroso Lima e Gustavo Corção escrevem um editorial em homenagem à morte do padre Leonel Franca, colocando grandes nomes da época sob sua influência direta, entre tantos, Lucio Costa. Isso significa que os jesuítas influenciaram o mestre moderno, mais que isso, significa que o aristotélico-tomismo e a *Ratio Studiorum*, a razão e a regra dos jesuítas, podem estar presentes nos pátios de Lucio. Isso é um indicativo da junção entre a modernidade dos jesuítas e a modernidade de Costa.

Drummond (1982, p.12) fala de Lucio Costa nos tempos do SPHAN em uma crônica intitulada “*Lucio Costa na Repartição*”, publicada pelo Jornal do Brasil, em 4 de março de 1982, dizendo que “parecia querer mesmo se ocultaram de todos e de tudo, até do nome de Lúcio Costa”. Essa crônica escrita por Drummond sobre Lucio Costa refere-se às comemorações dos oitenta anos do arquiteto e evidencia um lado pouco falado e estudado de Lucio Costa, o lado sombra e silencioso, uma pessoa enigmática, misteriosa e extremamente reservada, assim como foram suas relações com a Igreja e seus jesuítas.

Portanto, onde estão os poderes simbólicos dos jesuítas no edifício do MEC? A resposta estaria nos espaços de um pensamento arquitetônico em que havia uma superioridade branca europeia na matriz da formação étnico-cultural do Brasil” (TAVARES, 2022, p.12), ou seja, o tratamento eurocêntrico e colonizador dado por Lucio Costa em relação aos povos originários e aos africanos escravizados.

O MEC foi um projeto da Igreja por meio dos jesuítas, Lucio identifica o período que engloba o renascimento até barroco, passando pelo maneirismo como sendo o vetor das raízes da arquitetura brasileira (COSTA, 1941), logo, ele sabia da importância da arquitetura dos jesuítas durante esse período, em especial, aquela quinhentista, austera e severa da contrarreforma italiana que passou por Portugal antes de chegar ao Brasil. Por fim, de uma mistura entre renascimento, maneirismo, barroco, a arquitetura dos jesuítas e o moderno corbusiano é feito o MEC e o resultado de seu espaço livre é o espaço da nova e moderna *Ratio Studiorum*, tão cara aos jesuítas, e revisitada por Leonel Franca entre 1930-1948, mesmo que seja velado e oculto.

Figura 37 - Revista A Ordem.



Fonte: Hemeroteca digital da Biblioteca Nacional (1948, pp.03 e 04).

CAPÍTULO 2 LUCIO COSTA E OS JESUÍTAS NA ACADEMIA SPHAN (1937-1946)

2.1 AS REVISTAS IHGB, A ORDEM, CULTURA POLÍTICA, SPHAN E OS JESUÍTAS: ANOS 1940

2.1.1 A Revista do IHGB e os jesuítas

A Companhia de Jesus atuava no IHGB iniciando os trabalhos historiográficos que exaltariam os jesuítas e prepararia seu poder triunfante na educação e sua participação na política nacional que se consolidaria anos depois no Estado Novo. Um índice do poder simbólico que envolve a construção do mito jesuítico na identidade nacional.

Simone Domingos (2009, p.167) diz que:

o nascimento da pesquisa histórica no Brasil deu-se no IHGB. Uma história que definida e nacional tinha como perspectiva “estabelecer um projeto historiográfico” organizador dos recursos e procedimentos para se escrever a história da nação. Dentre esses “exemplos”, para vários sócios-fundadores, destaca-se o desempenho dos “missionários” jesuítas, tanto na tarefa de “civilização” dos indígenas, tornando-os não apenas aptos ao mercado de trabalho mas, também, cidadãos da jovem nação, quanto na atuação unificadora frente às ameaças internas e estrangeiras, no passado, como as invasões francesas. Assim, o desempenho dos loyolanos cumpre o seu papel de experiência vivida capaz de sugerir alternativas para ações no presente e futuro.

Portanto, o nascimento da pesquisa histórica no Brasil deu-se no IHGB visando estabelecer um projeto historiográfico para escrever a história da nação. Destaca-se o papel dos jesuítas na formação da nacionalidade e que o desempenho dos jesuítas cumpre o seu papel de experiência vivida capaz de sugerir alternativas para ações no presente e futuro, portanto, o passado para legitimar o presente e vive versa, a importância dos jesuítas na história do Brasil e na formação da nacionalidade como memória patrimonial a ser preservada.

Para Simone Domingos (2009, p.166):

de acordo com Temístocles Cezar, buscava-se no século XIX a cientificidade como forma de se alcançar a história, ao mesmo tempo em que se fazia uso político deste saber. Através das publicações sobre a Companhia de Jesus, um tema bem presente no periódico, percebemos que o passado colonial foi revisitado não apenas para contar a história da nação, mas também para amparar os debates em torno de questões vigentes durante o Império do D. Pedro II. O passado era lido em função das necessidades do presente.

Sugerindo o uso político na forma de se construir a história, já que durante o segundo reinado os jesuítas coloniais foram revisitados para contar a história da nação, onde o presente imperial foi legitimado por meio dos poderes simbólicos do passado.

Ainda de acordo com Simone Domingos (2009, p.170):

A razão mais evidente pela qual os jesuítas passaram a ser uma preocupação dos sócios do IHGB era o fato de terem atuado de diversas formas –seja ajudando na composição do território, como catequistas ou empreendedores– desde os primórdios da história do país. Os loyolanos não apenas participaram ativamente, como também

produziram textos, ou melhor, cartas preciosas e comprobatórias do passado colonial. Havia ainda relatórios de autoridades coloniais sobre o desempenho jesuítico nas missões, memórias sobre a administração de propriedades gerenciadas pelos religiosos que foram doados e transcritos na RIHGB. Esta documentação retomava projetos, soluções e encaminhamentos lançados nos séculos passados e que dialogavam com aquilo que o Instituto estava discutindo através das memórias contemporâneas. As re-interpretações do passado da Ordem Inaciana contavam tanto com defesas irrestritas dos jesuítas quanto com críticas mais ácidas.

Contudo, a relação entre o IHGB e os jesuítas na construção de uma historiografia que os exaltassem como fundamentais no patrimônio nacional não era somente apreços, houve um tempo, principalmente nos primórdios da República, em que eles não eram considerados tão fundamentais assim. Segundo Simone Domingos (2009, p.173):

Suas restrições se remetiam ao poder acumulado nas mãos dos jesuítas. Esse comando exercido pela Ordem Inaciana foi interpretado, posteriormente na RIHGB, como um governo paralelo incompatível com as expectativas da nação brasileira. A aplicação do modelo catequético para a civilização e cidadania dos indígenas tornou-se inviável, e mais, impossibilitou que a própria Ordem Inaciana fosse parte constitutiva do projeto nacional, já que não compartilhava dos anseios comuns da nova pátria, ou seja, não tinha um sentimento de pertencimento e, por isso, os *loyolanos* eram como Estrangeiros... e embora desejasse ser o porta-voz da história oficial, o IHGB não transmitiu um discurso monolítico. Ao contrário, as publicações sobre a Ordem Inaciana nos permitiram notar que, ao longo dos anos, as interpretações sobre os religiosos foram diversas, possibilitando um rico debate. Se nos primeiros momentos da RIHGB, a discussão sobre o desempenho jesuítico, estimulada pelo Cônego Januário da Cunha Barbosa, produziu opiniões majoritariamente favoráveis, principalmente no que se refere à catequese, tal postura se modificou e, na década de 1870, as interpretações já estavam mais divididas, com a presença expressiva de um discurso com traços anti-jesuítas nas páginas da Revista.

Com o advento da República, os jesuítas no IHGB do final do século XIX eram vistos como estrangeiros e não compartilhavam os anseios da nova pátria, a medida em que os novos poderes simbólicos nacionais republicanos negavam os poderes simbólicos nacionais imperiais.

Para Manoel Salgado Guimarães (1988), quando a tarefa de construção da nação colocava-se como prioritária, envolvendo o processo de integração física do território e a discussão relativa às origens da nação, significa pensar o lugar das populações indígenas no projeto em construção, definindo um saber sobre estes grupos, para ser tornado memória, a fixar e a transmitir. Os estudos sobre as experiências jesuíticas no trabalho com os indígenas ganharão prioridade na Revista, valendo-se dessa experiência histórica para a implementação de um processo de civilização capaz de englobar também as referidas populações.

Assim como no SPHAN, o agente da Companhia de Jesus atuante no IHGB era o padre Serafim Leite. Segundo afirmam Flávio Ruckstadter e Oriomar Skalinski (2017, n.p):

Os quatro trabalhos de Serafim Leite publicados na revista do IHGB se constituem em fontes para a análise sobre as interpretações elaboradas acerca da presença e participação dos jesuítas na colonização do Brasil, na primeira metade do século XX. A partir delas, verificou-se certa sintonia com os discursos presentes no interior da

revista do instituto desde o século XIX. Em termos de permanências, podemos apontar a preocupação em utilizar a história como mestra da vida: para Serafim Leite, o conhecimento do passado tem claramente uma função político-pedagógica já que serve à educação dos homens do presente a partir dos exemplos de outros tempos e sociedades.

Portanto, Serafim Leite atuou no IHGB construindo uma história de legitimação dos jesuítas na formação da nacionalidade e fez do IHGB um veículo para a exaltação de uma historiografia jesuítica da história do Brasil. Para o padre, o passado pedagógico jesuítico servia claramente a uma função político-pedagógica dos homens do presente, tanto que fizeram de sua experiência no IHGB as estacas a serem batidas anos mais tarde no SPHAN.

Para Flávio Ruckstadter e Oriomar Skalinski (2007, n.p):

fazem parte dos debates intelectuais que a partir dos anos de 1930, tinham preocupações políticas claramente práticas, tais como com as questões indígena e da ocupação do interior do Brasil. O projeto de marcha para o Oeste do governo Vargas é exemplar nesse sentido. Tratar e exaltar o protagonismo dos jesuítas na formação da nação brasileira, na educação dos índios e na conquista do território é parte integrante, portanto, daquilo que Eliane Dutra (2012) definiu como um projeto que visava formar uma consciência nacional, abasileirar o Brasil, estudá-lo em todos seus aspectos e problemas, tornando-o mais conhecido para ser mais amado.

Exaltar o protagonismo dos jesuítas na formação da nação brasileira, na educação dos índios e na conquista do território são partes integrantes de um projeto que visava formar uma consciência nacional, abasileirar o Brasil, onde a educação e a conquista do território eram poderes simbólicos do projeto varguista de construção da nacionalidade. Portanto, a memória patrimonial jesuítica era estrutural no varguismo, principalmente pelo viés da educação. Assim sendo, o IHGB e sua Revista foram espaços de construção da nação, onde as publicações de Serafim Leite tiveram a função de mostrar o papel da Companhia de Jesus na construção da nação (RUCKSTADTER; SKALINSKI, 2017).

2.1.2 Os Jesuítas na revista A Ordem

As revistas A Ordem e SPHAN publicavam escritos dos mesmos intelectuais. A A Ordem, em sua seção sobre recomendações de revistas e livros, indicava sempre que possível a revista do SPHAN. A Ordem era um veículo que contribuía com o projeto de poder do governo Vargas e dos jesuítas no Brasil.

A edição 00121 de 1.942 da revista A Ordem, na seção que indica livros de aprofundamento para seus leitores, entre outros, recomendava a revista do SPHAN nº 5 de 1.941 e o “excelente” artigo de Lucio Costa sobre a Arquitetura dos Jesuítas no Brasil (A

ORDEM, 1942, p. 365). Ambas as revistas eram instrumentos do aparelhamento do Estado por Vargas. Isso mostra as relações entre as revistas, católica e do patrimônio, convergindo num tema em comum, a Arquitetura dos Jesuítas no Brasil. Os católicos consideravam Lucio Costa um arquiteto de referência e seu texto sobre a arquitetura dos inicianos contribuiu com o projeto jesuítico brasileiro e com a estratégia da Igreja de recristianizar o povo e o estado por meio da educação, elegendo seus poderes simbólicos que legitimavam a identidade nacional tanto cristã quanto estado novista.

Na edição 3 1.948 da A Ordem, o nome de Lucio Costa aparece na Seção “Registros & Comentários”:

a nova arquitetura do prédio do MEC é a mais notável expressão da renascença cultural no Brasil...seu trabalho é expressão da madureza cultural...esse surpreendente grupos de arquitetos modestos e de falar simples...preocupados com as raízes da cultura nativa...Estes artistas souberam evitar os excessos nacionalistas aproveitando a experiência estrangeira e não se perdendo no passado brasileiro...Tal sabedoria é precisa se se conhece o trabalho do SPHAN sob a direção do ilustre arquiteto e arqueólogo Lucio Costa, que estuda, conserva e realça o patrimônio contribuindo de maneira definitiva para a cultura e a educação dos arquitetos brasileiros (A ORDEM, 1942, p.227).

Portanto, o prédio do MEC de Lucio Costa e a arquitetura moderna foram bem aceitos pela Igreja, mais uma vez demonstrando a convergência entre as revistas católica e do patrimônio num tema em comum, a simplicidade, ou seja, a mesma modéstia dos inicianos que os arquitetos modernos souberam imergir na cultura nativa, no povo, no clima e nas tradições.

Leonel Franca, Sérgio Buarque de Holanda, Dom Sebastião Leme e Alceu Amoroso Lima publicavam na A Ordem e, exceto Dom Sebastião, também na revista do SPHAN. Os jesuítas, por intermédio de Leonel Franca, tinham controle da revista A Ordem. Alceu foi profundamente influenciado por Jackson de Figueiredo, pelo padre Leonel Franca e pelo Cardeal Dom Leme, atendia aos interesses da Igreja, era diretor da A Ordem e um dos nomes chave na articulação política dos cristãos leigos com o Governo Vargas.

2.1.3 A Revista Cultura Política, a arquitetura moderna e a arquitetura dos jesuítas

A Revista Cultura política circulou de 1941 a 1945 e fazia parte do aparato cultural criado pelo Estado Novo para difundir a ideologia oficial para o conjunto da sociedade, além de relatar minuciosamente as realizações governamentais e fazer propaganda do regime. Dirigida por Almir de Andrade (CPDOC), era a revista oficial diretamente vinculada ao Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP).

Segundo Boris Fausto (1999, p.376):

nas várias manifestações dirigidas ao grande público ou nas páginas de publicações da Revista Cultura Política, destina a um círculo mais restrito, o Estado Novo procurou transmitir sua versão da história do país. No âmbito da história mais recente, ele se apresentava como a consequência lógica da Revolução de 1930. Fazia um corte radical entre o velho Brasil desunido, denominado pelo latifúndio e as grandes oligarquias, e o Brasil que nasceu com a revolução. O Estado novo teria realizado os objetivos revolucionários, promovendo através da busca de novas raízes, da integração nacional e a entrada do Brasil nos tempos modernos.

De acordo com Ângela de Castro Gomes (1996, p. 147), “durante os três primeiros anos de publicação da seção (1941-43), os temas mais recorrentes são: pacto colonial, missões religiosas (jesuítas), ação bandeirante, questões de fronteiras e movimentos separatistas.”

Na Revista Cultura Política,

o quadro não surpreende ao evidenciar a predominância de artigos sobre os períodos colonial e imperial, conforme a tradição que aconselha o distanciamento no tempo como forma de alcançar a objetividade. O que cabe notar, no caso dessa seção, é a nítida concentração de textos sobre a Colônia e o destaque neles dado aos temas “Jesuítas/índios” e “movimentos nativistas”, envolvendo 13 dos 21 textos do total (GOMES, 1996, p. 190).

Para Ângela de Castro Gomes (1996, p. 210), durante o Estado Novo,

Jesuítas, índios, negros escravos ou não, bandeirantes, soldados, brancos senhores, literatos, imperadores, presidentes e deputados, todos integravam-se no enredo que culminava na grandeza e na unidade da pátria. Esta era uma história gloriosa, sem diversidades e desigualdades, que glorificava os heróis e não se esquecia do povo comum. Era, nesse sentido, uma história político-militar e uma história econômica e social, abrangendo aspectos até da vida cotidiana dos brasileiros.

Na edição 00021 de 1.942 da Cultura Política, o Museu das Missões é notícia. Diz a revista que foi construído com a finalidade de

reunir e conservar as obras de arte ou de valor histórico relacionadas com os Sete Povos das Missões Orientais fundadas pela Companhia de Jesus naquela região do país, museu construído com o aproveitamento do material das próprias ruínas... o conhecido arquiteto e estudioso de história da arte Lúcio Costa, escreveu admirável artigo sobre a arquitetura jesuítica no Brasil (CULTURA POLÍTICA, 1942, p. 334-335).

Noticiar Lucio Costa e seu artigo sobre a Arquitetura dos Jesuítas de forma tão considerável demonstra que o poder simbólico dos jesuítas interessavam à Revista Cultura Política, reforçando a contribuição do mesmo com a construção e a manutenção do poder simbólico dos jesuítas na legitimação da identidade nacional dos grupos que compunham a base de apoio ao Estado Novo e a formação cultural do novo homem dito moderno.

Lucio Costa e seu artigo sobre a Arquitetura dos Jesuítas foi citado nove vezes na Cultura Política e o padre Serafim Leite vinte e nove vezes, uma revista cujo corpo editorial tinha relações estreitíssimas com Vargas e Capanema. Serafim Leite tinha livre acesso seja no Catete ou na Associação Brasileira de Letras (ABL) e atuava nas relações internacionais entre

Portugal e Brasil. Também era o agente dos jesuítas no processo de elevação e afirmação do poder da Companhia que foi suprimido no final do século XVIII.

A revista *Cultura Política* era instrumento de poder e controle do Estado Novo, um índice das relações entre o Governo Vargas e os Jesuítas pelo viés do ensino e da cultura e preferência pelo poder simbólico dos jesuítas como identidade nacional moderna pelo Estado Novo.

O artigo de Lúcio Costa sobre a Arquitetura dos Jesuítas no Brasil foi amplamente divulgado pela imprensa e muito elogiado à época devido a importância do tema; exemplo disso seria o artigo intitulado “Clássicos Espontâneos” de José Lins do Rêgo publicado na edição 286 de 15 de julho de 1942 do jornal *A Manhã* (RJ), onde o artigo de Lucio é citado como “magnífico ensaio e que o ensaísta viu nela uma das mais antigas e autênticas expressões conhecidas da arte brasileira” (*A MANHÃ*, 1942, p. 4).

O mesmo jornal *A Manhã* na edição de 9 de agosto desse mesmo ano, novamente deu destaque ao artigo de Lucio Costa por meio do texto escrito por Manuel Bandeira intitulado “As artes plásticas no Brasil” mencionando que

a aptidão dos índios brasileiros para as artes plásticas está provada pela intuição artística do Sr. Lucio Costa que viu a mão do índio nos púlpitos arrojados na Igreja de Santo Alexandre do Pará, intuição comprovada pelo documento descoberto pelo sábio padre Serafim Leite...e que a obra dos jesuítas representam o que temos de mais antigo...e que nossa antiguidade é a justaposição de traços renascentistas e barrocos” (*A MANHÃ*, 1942, p. 18).

A antiguidade brasileira é a justaposição entre o renascimento, ou melhor, o renascimento tardio, dito maneirismo, e o barroco, presente na arquitetura dos jesuítas e objeto de estudos para fins de tombamentos de Lucio Costa no SPHAN-DPHAN. E o significado intrínseco disso são as relações entre Lucio Costa e Serafim Leite na pesquisa daquilo que Costa considerava o moderno antigo para legitimar o moderno da época, ou seja, o moderno jesuítico.

2.1.4 A Arquitetura dos Jesuítas nas revistas do SPHAN (1937-1945)

O Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN) abre sua série de revistas estampando na capa de seu primeiro exemplar, de 1937, um desenho de Luís Saia da Igreja dos Jesuítas de São Pedro da Aldeia, um dos símbolos da formação histórica do Rio de Janeiro.

Nessa edição, Godofredo Filho em artigo intitulado Seminário de Belém da Cachoeira da Bahia, destaca “(...) o aspecto severo, rude da expressão do conjunto” (*REVISTA SPHAN*,

1937, p.105). Godofredo Filho exalta a importância da Companhia de Jesus e sua arquitetura na formação histórica do Brasil quando diz que “(...) não só na orla marítima, nas velhas cidades clássicas da colônia floresceu o gênio arquitetônico da Companhia” (REVISTA SPHAN, 1937, p.101). Ainda evidencia que a escolha do lugar por parte dos jesuítas para a implantação de seus núcleos construtivos eram voltados à pedagogia e ao ensino próprio da Companhia, quando refere-se ao Seminário de Belém da Cachoeira: “(...) o local, pela sugestão do silêncio e agreste solitude, não poderia ser melhor para que o escolhesse a pedagogia jesuíta”.

Ao afirmar que “(...) uma verdadeira universidade religiosa do Brasil colonial floresceu ali, naquele seminário de almas, o grande viveiro clássico das letras greco-latinas, a mais famosa escola de formação de nossas elites diretoras” (REVISTA SPHAN, 1937, p.104), Godofredo justifica o pioneirismo jesuítico e sua *Ratio Studiorum* no ensino brasileiro. Por fim, o autor fecha seu artigo evidenciando a importância do patrimônio histórico deixado pelos jesuítas coloniais ao mencionar que o Seminário e sua Igreja “(...) vale como um símbolo perfeito, relíquia que se não foi no grande naufrágio do resto” (REVISTA SPHAN, 1937, p.107).

Já o artigo intitulado A Igreja de São Francisco Xavier em Niterói publicado por Noronha Santos destaca o partido das construções dos inicianos coloniais, dizendo que “(...) aparência de cela claustal foram comumente construída pelos jesuítas em suas casas com paredes de grandes dimensões e pesadas portas” (REVISTA SPHAN, 1937, p.140).

Esse volume também traz um documentário fotográfico (há indícios de que foi feito pelo fotógrafo Erich Hess) da Igreja de São Pedro da Aldeia (RJ), destacando que “(...) sua fachada simples, pura, equilibrada e de boas proporções, são tipicamente derivada da arquitetura popular do Mediterrâneo” (REVISTA SPHAN, 1937, p.122).

Por fim, no artigo intitulado Documentação Necessária, o senhor Lucio Costa comenta que “(...) o engenhoso processo de que são feitas a arquitetura colonial – barro armado com madeira – tem qualquer coisa do nosso concreto-armado” (REVISTA SPHAN, 1938, p.34). O mesmo parece estar na busca da tradição lusitana colonial para justificar a evolução da arquitetura moderna no Brasil quando refere-se a essa como “(...) a procura não intencional de um equilíbrio plástico diferente” (REVISTA SPHAN, 1937, p.38).

Passando para o ano de 1938, Alberto Lamego publicou no volume 2 da revista um artigo intitulado Solar do Colégio (Campos dos Goytacazes - RJ) onde diz que a arquitetura dos jesuítas “(...) evoca o severo lineamento e a indobrável disciplina de Loyola, geometrizando pela sua rigidez dogmática a rebelde consciência do selvagem” (REVISTA SPHAN, 1938, p.22). Lamego afirma que o pátio interno é “(...) sólido, ladrilhado perpetuando o espírito

monacal de outrora”. Ainda defende a importância histórica dos jesuítas ao mencionar que: “(...) prova de tacanhíssima parcialidade e de completa ignorância dos nossos grandes historiadores, é o contestar-se a formidável influência do primitivo jesuíta na cimentação da nacionalidade brasileira” (REVISTA SPHAN, 1938, p.24).

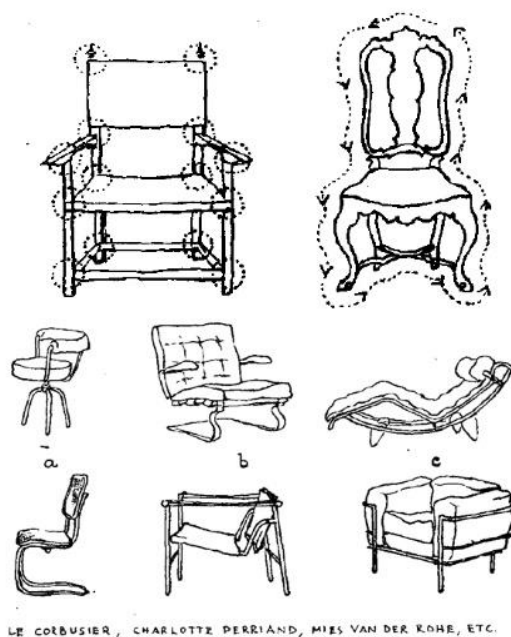
A Capela de São José do Genipapo (BA) também foi destaque no volume 2, ao ser definida por Romulo Barreto de Almeida como “(...) ao gosto jesuítico, é severa” (REVISTA SPHAN, 1938, p. 226).

No volume 03 de 1939, Lucio Costa publica artigo intitulado Evolução do Mobiliário Luso-Brasileiro, onde cita e desenha mobiliários luso-brasileiros setecentista e os compara aos dos mestres modernos europeus como Le Corbusier e Mies Van der Rohe. Segundo Lucio Costa:

como nosso mobiliário seguiu sempre de perto, a evolução do móvel europeu e deverá portanto, tradicionalmente, ainda agora, acompanhar as transformações produzidas pela técnica contemporânea, o que caracteriza aos poucos exemplos atuais de peças concebidas com espírito verdadeiramente moderno que se distinguem pela leveza, assim como o mobiliário setecentista, uma estabilidade perfeita e proporções ajustadas ao corpo (REVISTA SPHAN, 1939, p, 160-161).

Assim como o mobiliário dos mestres da vanguarda moderna europeia, o mobiliário jesuítico colonial também era leve, simples, estável e, assim como suas construções, era concebido segundo as proporções humanas.

Figura 38 – Desenhos de Lucio Costa sobre o Mobiliário Luso-brasileiro Setecentista e sobre o Mobiliário das vanguardas Europeias Modernas.



LE CORBUSIER, CHARLOTTE PERRIAND, MIES VAN DER ROHE, ETC.

Fonte: Revista do SPHAN, 03 de 1939.

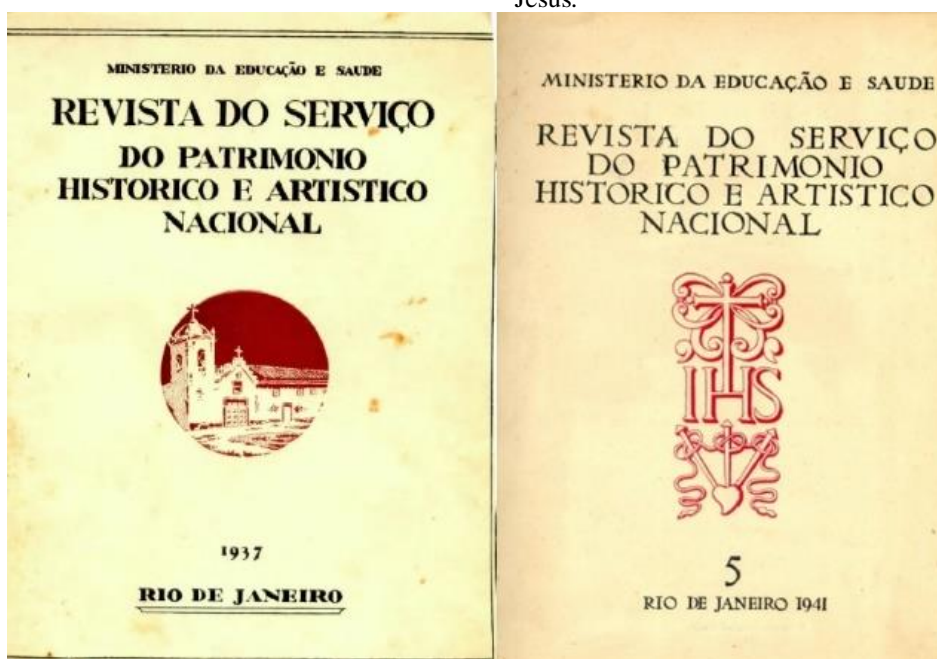
Na revista 04 de 1940, o artigo de Alberto Lamego intitulado Os Sete Povos das Missões não esconde também sua admiração e seu apreço pelo ditador do Brasil daquele tempo, bem como a exaltação ao Museu que seria construído pelo SPHAN encomendado ao arquiteto Lucio Costa quando diz:

agora que o grande estadista Getúlio Vargas que dirige a nação faz reviver das cinzas do passado os dias gloriosos dos Sete Povos das Missões, considerando monumentos históricos as suas igrejas em ruínas, determinando, por decreto, a sua restauração e a organização de um museu, na de São Miguel, para guarda das relíquias esparsas a elas pertencentes, que o tempo ainda não destruiu (SPHAN, 1940, p.56).

Vale lembrar que Alberto Lamego havia estudado em dois colégios jesuítas, o Colégio Campolide em Lisboa (Portugal), e o Colégio Saint Michel em Bruxelas (Bélgica).

Nesse volume aparece também o artigo de Maria de Lourdes Pontual intitulado A Sacristia da Catedral da Baía e A Posição da Igreja Primitiva dizendo que essa é dotada de uma “(...) elegância sóbria” (REVISTA SPHAN, 1940, p.201). Pontual, que era funcionária do SPHAN e seu nome aparece em grande número nos processos de tombamentos desse período, descreve que o “(...) partido seguido pelos jesuítas é em quadra” (REVISTA SPHAN, 1940, p.202), além de ressaltar a importância histórica dos jesuítas na fundação de Salvador e na formação da Bahia desde os tempos de Tomé de Souza e Nóbrega quando construíram o colégio da Bahia com “(...) pedras e cal” (REVISTA SPHAN, 1940, p.201).

Figura 39 – Desenhos de Luís Saia da Igreja de São Pedro da Aldeia e Símbolo da Companhia de Jesus.



Fonte: Revistas do SPHAN, 01 de 1937 e 05 de 1941.

Ainda nesse volume aparece o artigo de David Carneiro sobre o Colégio dos Jesuítas de Paranaguá (PR) que fala do “(...) gosto pela pobreza” (REVISTA SPHAN, 1940, p.382) na construção do claustro e destaca duas fotografias do pátio (há indícios de que seja do fotógrafo Erich Hess) e também a importância histórica dos padres jesuítas coloniais na formação histórica e territorial do Paraná.

A revista número 05, de 1941, traz explícito na capa o símbolo dos jesuítas. Em artigo sobre as Capelas Antigas de São Paulo, Sérgio Buarque de Holanda destaca a importância dos jesuítas na formação histórica do território paulista e diz que a Capela Santo Antônio de São Roque (SP) é de “(...) gosto jesuítico que o Sr. Lucio Costa descobriu em alguns de seus ornamentos” (REVISTA SPHAN, 1941, p.116).

Nesse volume aparece o artigo de Lucio Costa intitulado A Arquitetura dos Jesuítas no Brasil onde todo o patrimônio jesuítico tombado entre 1938 e 1941 está presente nesse texto e mesmo o patrimônio a ser tombado nos anos seguintes até 1946 já está listado e discutido por ele. Sobre a arte e os monumentos coloniais Lucio Costa diz que os dos jesuítas “(...) é, contudo, uma das mais significativas e se devêssemos resumir, numa só palavra, qual o traço marcante da arquitetura dos padres, diríamos que foi a sobriedade” (REVISTA SPHAN, 1941). Quando fala sobre os pátios, diz que estes são “(...) modestos e que falta devido ao espírito ativo da Companhia a atmosfera de sossego e de recolhimento e que o pátio de Paranaguá é diferente de todos os demais pátios pelo seu aspecto sombrio e pesado de praça-forte” (REVISTA SPHAN, 1941). Ao citar o programa jesuítico, Lucio diz que é “(...) servido por vários pátios, tudo murado, muro que se continuava para os fundos das construções, abraçando a enorme área ocupada” (REVISTA SPHAN, 1941).

Na Revista 06 de 1942 aparece artigo do historiador e padre jesuíta Serafim Leite sobre o Colégio de Santo Alexandre e a Igreja de São Francisco Xavier de Belém do Grão Pará. Nele, Serafim Leite fala sobre o programa, o partido e as técnicas construtivas empregadas no Colégio de Belém desde os primórdios. Segundo ele:

uma parede da banda do mar, um pátio da banda da cidade, um muro que cercava o quintal, cerca importante para separar o Colégio das ruas e do bulício, e para poderem repousar os missionários que voltavam de suas missões, casa coberta de telhas, o pátio cercado de um muro de taipa de pilão com suas varandas ao redor sobre colunas, no pátio tudo se faz em breve tempo, o colégio é feito em quadra com muros de pedras e cal (REVISTA SPHAN, 1942, p. 226-227).

Quando Serafim Leite fala do pátio do Colégio de Belém, diz que: “(...) fora de seu recolhimento se aglomeravam oficinas, carpintaria” (REVISTA SPHAN, 1942, p.229) etc,

muito similar ao que Lucio Costa e Maria de Lourdes Pontual dizem sobre o programa e o partido jesuítico nas revistas anteriores.

Nesse volume existe ainda um artigo de Ayrton Carvalho intitulado O uso da Pedra na Arquitetura Religiosa do Nordeste onde descreve o uso das pedras como materiais construtivos dos jesuítas coloniais e também enaltece “(...) o arquiteto Lúcio Costa, no valioso trabalho escrito quando das comemorações do centenário da Companhia de Jesus, que distribuiu em quatro períodos os altares construídos, no Brasil, até o século passado” (REVISTA SPHAN, 1942, p. 279).

O artigo de Serafim Leite intitulado Aldeia dos Reis Magos publicado na edição 08 de 1944 destaca a importância dos jesuítas na formação histórica do território do Espírito Santo e o preciso e refinado conhecimento de Lucio Costa sobre a arquitetura dos padres inacianos quando menciona: “a igreja dos Reis Magos e a Residência anexa é “(...) bem composto” conjunto segundo Lúcio Costa” (REVISTA SPHAN, 1944, p. 210).

Como podemos constatar acima, a arquitetura dos jesuítas é recorrente nas revistas do SPHAN entre 1937 e 1945. Uma arquitetura cujo programa e partido é em quadra com pátio central sóbrio, despojado, modesto, austero, severo, rude, pobre de ornamento externo, simples, linear, de madeira, pedra, cal, areia e barro que significa o multifuncional moderno, o espaço de recolhimento, a durabilidade e o peso de uma arquitetura que é um ícone na história da arquitetura no Brasil, um índice da importância histórica dos jesuítas na formação do Brasil e um símbolo da memória do patrimônio. Uma arquitetura da aculturação, inculturação, conquista, domínio e conversão. Uma arquitetura do aristotélico-tomismo escolástico e da *Ratio Studiorum* revisitados nos anos de 1930 e 40. Logo, é válido argumentar que a produção escrita sobre a arquitetura dos jesuítas era um saber produzido pelo SPHAN estado-novista e uma narrativa do patrimônio na legitimação da nação moderna.

O claustro que se transformou em pátio jesuíta era o coração da arquitetura, o centro de tudo, o espaço e elemento centralizador e distribuidor. A quadra com o pátio foram escolhidos como partido e programa da Arquitetura do Regimento *de 1548*, porque este simboliza e representa a primeira forma de centralização do Brasil. *De Ratione Aedifitiorum* significa Da Razão e ou Regra da Edificação, e *Ratio Studiorum* significa Razão e ou Regra de Estudos, a cruz da razão geométrica aristotélica, vitruviana e tomista significa regra, a linha reta regra, logo, a arquitetura deveria responder a essa função de regerar. Era o espaço regrado para a aplicação da razão de um código pedagógico de leis que regem o processo ensino-aprendizagem. O claustro que virou pátio com os jesuítas simboliza a relação intrínseca entre a arquitetura e as ideias aristotélico- tomistas, ou seja, ao ocupá-lo, o sujeito contemplava o

significado da cruz, que era a convergência para o centro. A cruz do homem em busca de seu interior. O indivíduo ao praticar os Exercícios Espirituais, aliava o pensamento lógico e racional de raiz aristotélica com a fé cristã, que se completaria com o voltar-se para dentro, para o centro, para o arquétipo do paraíso, para o coração da arquitetura e de si mesmo. Ele é o espaço principal de entrada e articulador de todo o conjunto, e quando a porta principal do colégio está aberta, o signo do espaço multifuncional moderno salta à visão. É a materialização da concepção de universo aristotélica-tomista onde a geometria é comum, o quatro é representado pelo retângulo. Um não à decoração supérflua, e um sim a sobriedade, a severidade, a austeridade e a modéstia para obter proporção da centralização, da harmonia e a representação do divino (ENTRINGER, 2015).

O pátio jesuíta significa o modesto, o severo, o sóbrio, o austero, o espaço fechado e murado de pedras que reúne, agrupa, circula, articula e recolhe de forma multifuncional e moderna. Borges (2004, n.p) diz que:

ao voltar-se para si, em recolhimento, a Companhia propunha o voltar-se para o mundo, uma vez que ao jesuíta não interessa o recolhimento e o isolamento do claustro, mas a ostensividade e a publicização como meio para converter pagãos e hereges. Desse modo, ocorre um deslocamento em relação à aquisição da santidade: esta não se daria mais pela mediação da instituição (o monastério), mas viria em consequência dos exercícios que o devoto praticasse individualmente.

O espaço do recolhimento é indispensável e exposto nos Exercícios Espirituais Inacianos. Segundo o padre, historiador, e colaborador de Costa no SPHAN, Serafim Leite (1993, p.158):

o princípio prático dos exercícios era individual, era preciso que houvesse um lugar, um espaço, uma arquitetura em que os Exercícios Espirituais fossem aplicados, e a escolha do sítio para implantação dessas casas eram fundamentais para pôr em prática os exercícios, daí a escolha pelo isolamento, o retiro, a meditação e a contemplação, a busca interna do eu com Deus.

E embora Costa tivesse dito em seu texto sobre a arquitetura dos jesuítas que “(...) falta devido ao espírito ativo da companhia a atmosfera de sossego e de recolhimento”, ele talvez entendesse que o pátio jesuítico era moderno, porque embora aberto, multiuso e centro principal de suas atividades, quando voltava a ser fechado era restrito tais como os pátios das ordens medievais. O pátio jesuíta além de centralizar, reger e organizar, é sagrado, ordena, é racional e uma figura geométrica perfeita. Entre 1549 e 1759 os jesuítas o utilizaram porque conquista, defende o território, é uma arma, uma forma de controle social, reduz, segrega, confina, recolhe, dá segurança, educa, e foi o centro do lócus e da base operacional da conquista e do domínio

do território. Ora, isso tudo interessa ao Estado Novo, pois legitimava o presente pelo passado e também os usos que se fizeram no passado para aplicação ao presente.

Mas porque as revistas do SPHAN vendiam o recolhimento sóbrio e moderno dos pátios, ou o espírito severo e austero dos jesuítas? Certamente porque é universal e funcional, aplicável em qualquer clima e em qualquer lugar, porque ilumina e aquece, tanto o coração da arquitetura ou de quem o adentra e o circula; mas também porque Leonel Franca estava adaptando a antiga *Ratio Studiorum* aos tempos modernos. Porque tanto para Leonel Franca como para Lucio Costa, o aristotélico-tomismo e a *Ratio Studiorum* servem a função do requerido novo homem humanístico moderno e ideal do Estado Novo, aquele controla suas emoções, que obedece, que estuda, que trabalha, e que, comportado e satisfeito, se recolhe.

Quanto aos materiais, técnicas e tecnologias construtivas dos jesuítas, o uso de argamassa com cal vem das arquiteturas árabes e mudéjares presentes na Espanha e em Portugal. Construía-se com pedras e madeiras encontradas no lugar. Recorriam a tradição ibérica de construções populares, misturado ao conhecimento técnico e tecnológico dos índios e ao mesmo tempo aproveitando o trabalho como estratégia de educação e conversão. Isso tornavam os jesuítas autônomos e autossustentáveis em matéria-prima construtiva, vernacular e orgânica.

Construía-se com pedra, cal, barro e madeira porque são materiais resistentes, duros, pesados, simples, fáceis, rápidos e econômicos. O modo de produção era voltado a estratégia de aculturação e inculturação, por isso era extrativismo e cooperação. Esses materiais são ícones das técnicas e tecnologias construtivas na história do Brasil, um índice da relação entre tradição e modernidade, um símbolo da aculturação, inculturação, durabilidade, simplicidade, sustentabilidade e economia. Significa a importância do conhecimento da história da técnica e tecnologia construtiva colonial. A pedra, a madeira e o barro eram sagrados tanto para os índios quanto para os jesuítas, e no caso dos inicianos era uma alegoria ao gênesis bíblico. Logo, é válido argumentar que era preciso conhecer, pesquisar e estudar as primeiras técnicas e tecnologias construtivas na história do Brasil para legitimar o patrimônio, para o processo de tombamento e restauração e até mesmo para construir uma arquitetura moderna que sofria influência dos trabalhos do SPHAN.

Os jesuítas foram importantes na História do Brasil pela formação dos lugares, dos territórios, das cidades e da arquitetura, o pioneirismo no projeto civilizador dos atuais estados brasileiros como Bahia, Espírito Santo, Pará, Rio de Janeiro, São Paulo, Paraná, Rio Grande do Sul e o valor de sua arte e de sua arquitetura era para o SPHAN uma relíquia e uma genialidade. Isso significa a importância dos Jesuítas para o MEC e SPHAN na preservação do patrimônio

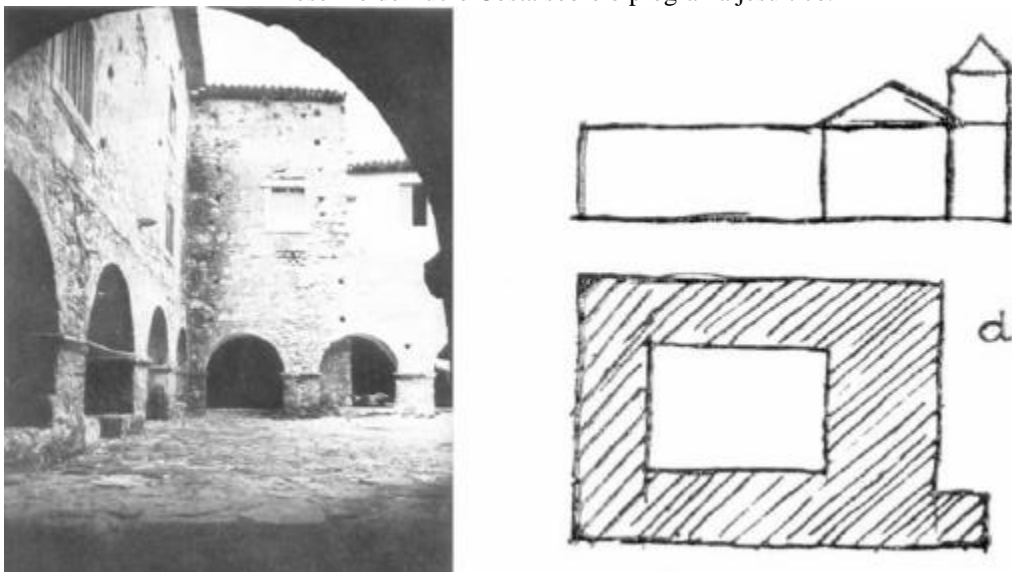
e uma exaltação a Vargas e o seu Estado Novo. A Companhia de Jesus é um ícone na história da arquitetura, um índice de importância e um símbolo do patrimônio da nação.

Portanto, é válido argumentar que nas revistas do SPHAN entre 1937 e 1945 a arquitetura jesuítica se destaca em relação a outros patrimônios edificados de caráter civil, militar, rural e até mesmo religioso. As revistas dão destaques aos patrimônios que representam a formação histórica da nacionalidade de norte a sul do Brasil e os patrimônios jesuítas caíram como uma luva. Lucio Costa é citado sempre que possível em artigos da revista. Assim, a arte e a arquitetura dos jesuítas tiveram eficácia na narrativa da nação e como mito fundador da ideologia do SPHAN estado-novista.

Mas qual a importância de Lucio Costa para as revistas? Segundo Rubino (2002, p.08), Lucio Costa “(...) foi peça fundamental nas definições da política de salvaguarda da memória nacional, ele elegeu o que tombou, como cuidar e como explicar a obra tombada e incarnou o papel de intelectual total do SPHAN”. Ou seja, o uso da tradição para justificar o moderno, o equilíbrio entre o plástico colonial e o moderno, o papel do historiador, e os valiosos trabalhos escritos nas revistas.

Os materiais, as técnicas e tecnologias construtivas dos jesuítas coloniais e o seu concreto armado moderno, ou os cotejos entre os mobiliários dos mestres europeus modernos com o patrimônio colonial ibérico nas revistas em 1939, o especialista e o perito em história da arquitetura, em especial, a jesuítica, e sua forma de tombamento e preservação. Lucio Costa é um ícone na arquitetura brasileira, um índice da relação entre tradição e modernidade, história e movimento moderno, um símbolo do conhecimento, da perícia e da preservação. Isso significa a influência e poder de Costa, o historiador, o arquiteto, o perito, o pesquisador e o restaurador do SPHAN.

Figura 40 – Fotografia de Erich Hess da Arcada e pátio do antigo Colégio dos Jesuítas de Paranaguá e Desenho de Lucio Costa sobre o programa jesuítico.



Fonte: Revistas do SPHAN, 04 de 1940 e 05 de 1941.

Lucio Costa atesta a modernidade dos jesuítas, ao afirmar que:

foi precisamente esse estilo sóbrio e de formas geométricas definidas, de Herrera em Madri e de Terzi em Lisboa, estilo ali, então, “ultramoderno” e que destoava violentamente da atmosfera local, saturada ainda de reminiscências manuelinas e platerescas, que veio para o Brasil quinhentista, trazido de primeira mão - novo em folha - pelo arquiteto Francisco Dias, colaborador de Terzi na construção de São Roque (REVISTA SPHAN, 1941).

É claro que o mestre moderno se dedicaria ao estudo da Companhia de Jesus, porque foram os primeiros agenciadores e os pioneiros na introdução de uma arquitetura moderna no Brasil. Constituem nossa antiguidade e nossa antiguidade é moderna. Logo, Costa era uma espécie de ideólogo no processo de construção da identidade e um agente decisivo nos tombamentos, nas pesquisas e nos escritos teóricos do SPHAN.

2.2 LUCIO COSTA E A ACADEMIA SPHAN: ENTRE A HISTÓRIA E O MOVIMENTO MODERNO NA INVENÇÃO E NA CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE DA NAÇÃO PELA MODERNIDADE

Lucio Costa era excelente arquiteto, urbanista e brilhante teórico, tendo sido o responsável pelo casamento dialético entre o velho e o novo que deu o caráter singular da arquitetura brasileira. Para Lucio Costa, ser moderno era “[...] conhecer a fundo o passado, ser atual e prospectivo (CAVALCANTI; LAGO, 2005).

Segundo Carlos Martins (2000, p.376):

na concepção de Lucio Costa, que se consolidará como a matriz teórica hegemônica ao longo dos anos quarenta e cinquenta, a arquitetura moderna, antes de ser anti-histórica, é o instrumento de religamento com o “verdadeiro espírito da arquitetura tradicional brasileira”. Na tradição arquitetônica do projeto modernista, a identidade não se busca no passado mas que se inventa, se projeta no futuro.

Para Ana Luiza Nobre (2004, p.127):

ao fundir ali as perspectivas do arquiteto e do historiador, Lucio Costa impôs-se o duplo compromisso de projetar nosso futuro e construir nosso passado. E por dar como certa a existência de uma formação cultural primordial, em larga medida transfigurada ou abafada no decorrer do tempo, porém capaz de expressar a identidade brasileira fez da sua longa atuação no SPHAN um meio de recuperá-la por meio de um conjunto de práticas de natureza simbólica revestida de uma autoridade delegada, desde primeira hora, por um governo decidido a investir no projeto de construção da nacionalidade pela via da produção cultural.

Já Silvana Rubino (2002, p.17), afirma que “(...) os homens do SPHAN, dentre eles Lúcio Costa, pensaram com história”. Puppi (1994, p.124) concorda dizendo que “(...) a forma de estudo histórico reveste de autoridade o programa da arquitetura moderna: Lucio Costa projeta-o na história, reinterpretando-a e reescrevendo-a. Tal estratégia revela-se eficaz, e o arquiteto militante fará larga fortuna como historiador”. Silva Telles (1989, p.79), também se posiciona mencionando que: “(...) Lúcio reivindica é um sentimento de brasilidade constituído pela história”.

Para Santos (1997, p.91), “(...) a obsessão pela invenção de uma tradição é parte integrante do imaginário modernista que domina a Academia do SPHAN”. Segundo Puppi (1994, p.141-142), era a “construção de uma cultura nacional capaz de conciliar a modernidade com a tradição, e agente da construção da cultura nacional, uma espécie de defesa conservadora das glórias passadas, desse projeto cultural nacionalista, a história está na base do edifício teórico de Lucio Costa”.

Conforme Puppi (1994, p.129)

mesmo raciocínio aplicado a prática profissional, Lucio Costa transpunha as tarefas da pesquisa histórica e da preservação do patrimônio. Ao lado da contribuição imediata do estudo da arquitetura tradicional a arquitetura moderna, julgava imperativo que a pesquisa e a preservação acompanhassem os mesmos princípios da nova arquitetura.

Comas também concorda que a arquitetura de Lucio Costa “(...) é usualmente considerada em função das ideias de uma modernidade assente na tradição e de uma nacionalidade” (NOBRE; KAMITA; CONDURU, 2004, p.19).

Para Silva Telles (1989, p.76 e 89) são “(...) os valores da tradição construtiva da colônia — a simplicidade, a harmonia e a austeridade — que deveriam reger o sentido e a intenção do

projeto moderno Lúcio pretende que a consciência aflorada do passado possa conferir sentido ao presente”.

A história de um grupo humano é sua memória coletiva, porque dá-lhe um sentido de identidade (FONTANA,1998). Segundo Eric Hobsbawm (2000, p.17)

(...) a história é a matéria prima para as ideologias nacionalistas. O passado é um elemento essencial nessas ideologias. Se não há nenhum passado satisfatório, sempre é possível inventá-lo. O passado legítimo, fornece um pano de fundo mais glorioso a um presente que não tem muito que comemorar.

Complementa Le Goff (1990, p.15) que “(...) cada época fabrica mentalmente a sua representação do passado histórico”. E Lucio Costa ajudou a fabricar seu tempo.

O modernismo, por exemplo, movimento revolucionário que ditava regras na época e que se inseria ideologicamente tanto nos intelectuais do MEC quanto nos do SPHAN, é um movimento fundamental de uma redefinição, de uma nova imagem da cultura brasileira no século XX. Era o reinventar, os princípios da cultura brasileira para o momento presente, sendo um projeto estético fundamentalmente nacional, no qual era exaltada a herança da península ibérica, o iberismo como um projeto político e algo que se constrói para viabilizar a ordem moderna e constitutiva da nação existente (ROCHA, 2012).

Por isso que “(...) temos que desmontar e desconstruir a Era Vargas, período histórico peculiar e de extraordinária importância para se pensar o contemporâneo. Fazer da questão ibérica um instrumento intelectual ainda interessante para se pensar o Brasil de hoje” (NOGUEIRA, 2003). E Lúcio Costa era o homem cordial ibérico a negociar nossa modernização entre o rural colonial e o moderno urbano.

O SPHAN era subordinado ao MEC e, segundo Wisnik (2007, p.170), “o aparelho de Estado, constituiu uma política de patrimônio”. O SPHAN representou bem isso. Os chamados patrimônios históricos e artísticos têm nas modernas sociedades a função de representar simbolicamente a identidade e a memória da nação. Durante esse período, o SPHAN norteou sua política pelas noções de tradição e de civilização, dando especial ênfase à relação com o passado. Essa apropriação do passado era concebida como um instrumento para educar a população a respeito da unidade e permanência da nação (CPDOC-FGV).

Segundo Santos (1997, p.78), “(...) a Academia SPHAN nasce ancorada na ideia básica que é o registro da nação”. Rubino (2002, p.8) corrobora argumentando que “(...) o SPHAN iniciou os tombamentos de bens que fazem parte da narrativa da nação”. Guerra Neto (2002, p.114) também partilha dessa mesma informação de que “(...) ao se buscar no passado a legitimidade do presente, a equipe do SPHAN desencadeia uma ação preservacionista que,

privilegiando a história, dignifica a tradição como patrimônio, e forma a própria essência de nação”. Acrescentamos aqui, que não só Lucio Costa foi peça fundamental no avanço conservador, religioso, industrial e moderno e na política de salvaguarda da memória e identidade, mas dois outros personagens de grande importância compõem a equipe: Serafim Leite, o historiador, historiógrafo e ideólogo da Igreja e do Estado atuando via SPHAN, e Leonel Franca, padre e professor jesuíta, vice-reitor do Colégio Santo Inácio, reitor e um dos fundadores da PUC-RJ e sua *Ratio Studiorum* modernizada atuando na Universidade.

2.3 LEITE E LUCIO: A HISTÓRIA E A ARQUITETURA DOS JESUÍTAS NO BRASIL

Para Paulo Santos (1951, p.53), sobre a arquitetura dos jesuítas no Brasil é preciso ver o artigo de Lúcio Costa “o mais importante trabalho escrito sobre o assunto”, defendendo que existe uma marca, uma identidade na arquitetura dos padres. Ao referir-se à História da Companhia de Jesus no Brasil de Serafim Leite, Paulo Santos (1951, p.223) diz ser essa “obra capital, das mais importantes já escritas sobre a atuação dos jesuítas entre nós”.

O texto de Lucio Costa sobre a Arquitetura dos Jesuítas contribui com o projeto jesuítico brasileiro e com a estratégia da Igreja de recristianizar o povo e o estado por meio dos intelectuais e da educação elegendo seus poderes simbólicos que legitimavam a identidade nacional tanto cristã quanto estado novista.

Tanto Lucio quanto Leite, tiveram repercussão de seus trabalhos na imprensa dos anos 1940, a exemplo do Jornal do Commercio (AM), Diário Carioca (RJ), Correio da Manhã (RJ), Jornal do Brasil (RJ), Jornal A Manhã (RJ), Diário de Notícias (RJ) e A Noite (RJ).

O Correio da Manhã em 1939 publicava propaganda de editoras enfatizando a obra História da Companhia de Jesus no Brasil de Serafim Leite como obra destacada, atual e mais vendida e procurada. Ou seja, dentro dos intelectuais de modo geral, os jesuítas estavam na vanguarda nesse período.

Leite foi um historiador, pesquisador, escritor e padre jesuíta português. Segundo Pedro (2008), foi o primeiro pesquisador a ter acesso aos documentos deixados pelos antigos jesuítas sobre o processo de colonização da América portuguesa, no *Archivum Societatis Iesu Romanum*, o arquivo central dos jesuítas em Roma; o mesmo arquivo que Marc Bloch (2001, p.62) solicitou que seus acervos fossem abertos “aos profanos, cuja falta faz com que tantos problemas da história moderna permaneçam [para sempre] desesperadamente obscuros”.

Entre 1933 e 1950, Leite escreveu na Europa e no Brasil, seis tomos sobre a História da Companhia de Jesus no Brasil publicados entre 1938 e 1950 com autorização do Vaticano. No

terceiro tomo intitulado Fundações e Entradas - séculos XVII – XVIII de 1943, em seu capítulo denominado Cidade de Belém do Pará, Leite escreve sobre o Colégio de Santo Alexandre e suas oficinas de pintura e escultura e sobre a Igreja de São Francisco Xavier. Também há na página 222 uma citação a Lucio. Vale lembrar que parte desse capítulo foi publicada de forma inédita um ano antes pela revista do SPHAN n.º 6 de 1942.

No quinto tomo intitulado Da Baía ao Nordeste – Estabelecimentos e assuntos locais – séculos XVII – XVIII de 1945, consta na página XXV, o texto A Arquitetura dos jesuítas no Brasil de Lucio nas referências bibliográficas utilizadas. No capítulo V ao falar sobre a Igreja do Colégio da Bahia e sobre seus arquitetos e construções, diz:

em 1723 doirou-se a Capela de Nossa Senhora da Conceição e ornou-se com a imagem de Nossa Senhora bem-feita. E colocou-se a imagem de São Francisco de Régis no seu altar. Fala-se em reedificação dos altares e uma nova construção de altares nesse período.

Em nota a isso, afirma que:

esta reedificação é a chave que explica a diversidade de factura deste e do altar que fica em frente, onde há, na composição arquitetônica atual, a marca evidente dos séculos XVI, XVII e XVIII, como o nota e discute Lucio Costa, A Arquitetura dos Jesuítas no Brasil.

No capítulo VIII, na página 195, Leite cita o Seminário de Belém da Cachoeira e quando discorre sobre os elementos da frontaria primitiva, cita A Arquitetura dos Jesuítas no Brasil de Lucio. Já no capítulo XVI sobre Sergipe de El-Rei, Leite fala da Igreja de Tomar de Geru que com sua “(...) obra de talha, é patrimônio nacional, obra mestiça e vigorosa dos fins do século XVII” e em nota, na página 327, novamente cita Lucio.

No capítulo IX quando fala do Real Colégio de Olinda na página 422, diz que: “parece ser, quanto a sua arquitetura, a mesma que construiu o Ir. Francisco Dias, concluindo Lucio Costa pela identificação, constituindo-se desta maneira, a única igreja jesuítica quinhentista com pedigree ainda existente no Brasil”.

No sexto tomo intitulado Do Rio de Janeiro ao Prata e ao Guaporé – Estabelecimentos e assuntos locais séculos XVII – XVIII de 1945, novamente nas referências bibliográficas utilizadas, consta na página XIX, A Arquitetura dos jesuítas no Brasil de Lucio.

No capítulo I, quando fala do Real Colégio das Artes do Rio de Janeiro, ao referir-se à demolição do Morro do Castelo, diz na página 23, citando Lucio em nota, que a “(...) demolição foi feita com desamor, e sem os cuidados que no caso se impunham”. Sobre os altares do púlpito da igreja do colégio, cita novamente, na página 24, Lucio em nota, dizendo ser este “(...) de estilo apurado e aspecto escolar verdadeiramente jesuíticos”. O capítulo III sobre a Aldeia dos

Reis Magos no Espírito Santo é o mesmo publicado anteriormente e de forma inédita pelo SPHAN na revista n.º8 de 1944, citando Lucio em ambos sobre o “(...) bem composto conjunto arquitetônico” que este representa. No capítulo IV chamado No Campo dos Goytacazes, ao comentar sobre os remanescentes artísticos da Igreja de Santo Inácio e Residência de Campos dos Goytacazes, Leite cita Lucio em nota na página 89. No capítulo V chamado Aldeias do Triângulo Fluminense novamente cita Lucio em nota na página 111, dizendo: “(...) a Igreja de São Lourenço dos Índios, reconstruída em 1767 é hoje objeto de veneração do povo de Niterói, monumento nacional onde se conservam alguns objetos do período jesuítico, de importância para a história da arte no Brasil”. Ainda falando sobre a Igreja de São Lourenço dos Índios cita Lucio em nota na página 122, dizendo essa ser de “(...) construção muito pura, tanto do ponto de vista técnico como plástico, onde se vê, na sua forma mais rudimentar o partido de três naves”. Menciona também que o SPHAN a restaurou e publicou fotos do estado atual na revista n.º1 de 1937. Sobre a Igreja de São Pedro de Cabo Frio (hoje São Pedro da Aldeia) afirma que essa tem seu “(...) partido em três naves” citando Lucio em nota na página 150.

Nesse mesmo tomo, discorrendo sobre São Paulo e as Aldeias de Sua Majestade, Leite cita Lucio em nota, na página 231, ao falar da Capela de São Miguel, dizendo ser essa “(...) de aspecto leve e gracioso considerada uma das mais antigas e autênticas expressões conhecidas da arte brasileira”. No capítulo XIII ao mencionar a Igreja do Colégio de São Paulo, Leite cita Lucio em nota, nas páginas 392 e 393, dizendo que seus “(...) dois altares laterais e painéis vindos de Roma que infelizmente não souberam conservar são publicados por Lucio Costa em fotografia”.

No capítulo X quando fala sobre Santos, cita Lucio em nota, na página 434 dizendo:

da Igreja do Colégio de São Vicente construída pelo padre Leonardo Nunes, e inaugurada a 1 de Janeiro de 1552 procede a atual Matriz de São Vicente embora os vãos e o frontão datem do século XVIII e o revestimento, a cobertura, o côro, etc tenham sido recentemente desfigurados, é bem possível que o seu arcabouço ainda seja o mesmo daquela primeira Igreja e escreve Lucio Costa A Arquitetura dos jesuítas no Brasil na Revista do SPHAN que nota também nela que “quatro colunas e um sacrário, trabalhados no estilo característicos dos altares jesuíticos do primeiro período”. Lucio Costa dá as razões de sua opinião, que não sendo suficientes para uma certeza, fundamentam contudo a possibilidade, que sua própria competência de arquiteto e historiador da arte robustece.

Leite foi também um importante colaborador do SPHAN de Capanema, Rodrigo Melo Franco e Lucio. Na revista n.º6 de 1942, nas páginas 226 e 227, no artigo sobre o Colégio de Santo Alexandre e a Igreja de São Francisco Xavier de Belém do Grão Pará, Leite fala sobre o programa, o partido e as técnicas construtivas empregadas desde os primórdios, sempre

ancorado nos depoimentos manuscritos de nomes como Manoel da Nóbrega, José de Anchieta, Leonardo Nunes, Francisco Dias, entre outros, dizendo que:

uma parede da banda do mar, um pátio da banda da cidade, um muro que cercava o quintal, cerca importante para separar o Colégio das ruas e do bulfício, e para poderem repousar os missionários que voltavam de suas missões, casa coberta de telhas, o pátio cercado de um muro de taipa de pilão com suas varandas ao redor sobre colunas, no pátio tudo se faz em breve tempo, o colégio é feito em quadra com muros de pedras e cal.

Ainda nesse artigo, em nota 54, na página 240, ao dirigir-se a estudos mais aprofundados sobre o colégio de Santo Alexandre, refere-se a Lucio comentando que:

tal estudo ainda está longe de se realizar com pleno conhecimento de causa. Os diversos elementos, arquitetura, escultura, pintura, mobiliário, artes decorativas e aplicadas, que o hão-de constituir, apenas se começam agora a inventariar. Mas já se iniciou com brilho e seriedade. Prova disso, entre outros, é o artigo de Lucio Costa, A Arquitetura dos Jesuítas no Brasil, escrito com admirável competência crítica e publicado aqui mesmo, no número anterior da Revista do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, magnificamente ilustrado por obra e graça desse mesmo Serviço.

Em seu artigo na revista do SPHAN n.º8 de 1944 sobre Aldeia dos Reis Magos de Santo Inácio, fica claríssimo a forma como Leite faz uma história da arquitetura contada mais pelo viés dos fatos e acontecimentos do que pela arquitetura propriamente dita. Os temas tratados nesse artigo são: Residência dos Reis Magos e a Igreja de Santo Inácio de Índios Tupinanquis; Redução de Índios Aimorés; Entrada aos Índios Paranaubis (Mares Verdes) do Alto Rio Doce (Minas Gerais); Os Índios Pataxós; Período de prosperidade e missões ao norte da Capitania. Esse artigo destaca a importância dos jesuítas na formação histórica do território do Espírito Santo e na página 210, como já dissemos acima, evidencia o preciso e refinado conhecimento de Lucio sobre a arquitetura dos padres inacianos quando diz: “(...) a igreja dos Reis Magos e a Residência anexa é “bem composto” conjunto segundo Lucio Costa”.

Em 1953, Leite lança a obra Arte e Ofícios dos Jesuítas no Brasil (1549-1760), e como não poderia deixar de ser, ao comentar sobre sua bibliografia, nas páginas 13 e 15, diz:

alguns estudos desde então se publicaram sobre a arte dos Jesuítas no Brasil e houve tempo em que se falava muito de “estilo jesuítico”, nem sempre com base no conhecimento conjugado dos monumentos e da história. Assiste-se, felizmente, a renovação destes tendo por centro os Serviços do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional do Brasil, que quão útil a causa da história da arte; salienta-se o notável trabalho de conjunto do Dr. Lucio Costa sobre a Arquitetura.

Lucio, por sua vez, foi um homem cuja obra leu sua cultura, foi um dos fabricantes de um Brasil modernista com plasticidade, estética, ética, afinidades eletivas com Le Corbusier, misturado a ideologia e estética no pensamento - um arqueólogo da modernidade baseado nas tradições (NOBRE, CONDURU, LEONÍDIO e KAMITA, 2004). Lucio também foi um

historiador, o próprio Leite atribui isso a ele como já relatamos acima, mas um historiador que tem o Estado como obra de arte e uma arquitetura como repetição de uma promessa (NOBRE, CONDURU, LEONÍDIO e KAMITA, 2004) e representação disso. Lucio era especialista e perito em história da arquitetura, em especial, a jesuítica, e em sua forma de tombamento e preservação. Lucio é um ícone na arquitetura brasileira, um índice da relação entre tradição e modernidade, história e movimento moderno, um símbolo do conhecimento, da perícia e da preservação. Tais características determinaram a influência e o poder de Lucio, o historiador, o arquiteto, o perito, o pesquisador e o restaurador do SPHAN, que segundo Rubino (2002, p.8), “foi peça fundamental nas definições da política de salvaguarda da memória nacional, ele elegeu o que tombar, como cuidar e como explicar a obra tombada e incarnou o papel de intelectual total do SPHAN”.

Lucio, em sua *A Arquitetura dos jesuítas no Brasil*, texto seminal publicado na Revista do SPHAN n.º5 de 1941 pauta suas argumentações sobre a arquitetura dos jesuítas nos documentos históricos trabalhados primeiramente por Leite, como as cartas do período colonial de Tomé de Sousa (1553), Manoel da Nóbrega, Leonardo Nunes (1552), Pero Rodrigues (1597), Bettendorff, Mem de Sá, a Gramática de Anchieta (1595), Fernão Cardim (1585). A Crônica de Bettendorff escrita em 1698 que Lucio cita em *Arquitetura dos Jesuítas no Brasil* vem a ele por meio da História da Companhia de Jesus no Brasil de Leite.

Lucio se interessou por essas cartas porque nelas Leite descreve técnicas, materiais, programas e partidos usados pelos padres durante os primórdios. Lucio acolhe essas informações e quando escreve sobre o programa e o partido em sua *Arquitetura dos Jesuítas no Brasil* diz:

tem de novo feito um claustro de pedra e cal e no quarto da parte de Leste, fica a igreja e a sacristia; a igreja é razoável, bem-acabada, com seu coro, é bastante por agora para a terra, e bem ornada de ricos ornamentos [...] O outro quarto da parte do Sul tem por cima a capela e enfermaria de boa grandura, por baixo despensa e adega. O quarto da parte do Poente tem 19 câmaras: nove por cima e por debaixo dez com as janelas grandes que fazem cruz nos corredores. O quarto da parte de Nordeste tem sete câmaras por cima e seis por debaixo: todas são forradas de cedro, e amplas, os portais de cantaria, e é edifício bem acomodado, exceto que está por aperfeiçoar e forrar os corredores e guarnecer.

Ora, isso parece familiar ao que Leite descreve sobre o programa e o partido de uma construção jesuítica, a quadra com pátio central e suas distribuições de acordo com as finalidades e necessidades. Lucio atribui autoridade a Leite nos estudos sobre a arte e a arquitetura dos jesuítas e o cita em seu artigo. Segundo Lucio, Leite precisava as datas. Há recorrências entre Lucio e Leite também na escolha da arquitetura a ser narrada e descrita e também nos usos das fotografias do SPHAN como as do Colégio de Olinda, da Bahia, de Belém, da Igreja de Tomar

de Geru (SE), do antigo e demolido Colégio de Santo Inácio do Rio de Janeiro, dos colégios de São Paulo, Santos e São Vicente, da antiga Fazenda Conceição e da Igreja de Santo Inácio de Campo dos Goytacazes (RJ), das igrejas de São Pedro da Aldeia na atual região dos lagos e São Lourenço dos Índios em Niterói, ambas no Rio de Janeiro e das Aldeias de Reritiba e dos Reis Magos no Espírito Santo.

Menezes traz um dado importante ao relatar que “(...) no texto de Lucio Costa, sobre a arquitetura dos jesuítas, encontrou citações dos jesuítas José de Anchieta e padre Baltazar Teles, bem como de Leite, largamente usado não só por Lucio como em vários outros trabalhos do SPHAN” (CHUVA, 2008, p.19).

Como vimos, o texto *Arquitetura dos Jesuítas no Brasil* de Lucio e os tomos da *História da Companhia de Jesus no Brasil* de Leite estão comprometidos e interlaçados. O significativo dessas relações é que ambos convergem nas descrições e interpretações dos partidos, programas, técnicas, tecnologias. Lucio parece fornecer documentos e conhecimentos arquitetônicos a Leite que em troca fornecia documentos e conhecimentos históricos a Lucio.

2.3.1 Entre o Positivismo e o Formalismo: uma história da arquitetura pelo viés da história e da história da arte

Leite tinha em sua operação historiográfica a tradição e a metodologia do positivismo da escola metódica. A escola metódica é aquela que a historiografia é por essência *événementielle*, conforme designaram Simiand e Lacombe. Se apoiava em fatos, grandes nomes e heróis, uma história narrativa e do acontecimento. O trabalho do historiador era a coleta dos fatos, tradicional, que teve sua influência na história no século das luzes, do enfoque resolutamente progressista, razão e ciência, que constituiu a evolução dos progressos, que teve em Fustel de Coulanges o vetor de que a história não é uma arte, é uma ciência pura, como a física ou a geologia, e visa unicamente encontrar fatos e descobrir verdades (TÉTART, 2000), que legitimava no final do século XIX e início do XX um historiador com compromisso rankeano, uma história linear, factual, elitista, biografista, a serviço da moralidade da república e da ordem (FALCON, 1997).

A escola metódica queria impor uma investigação científica afastando qualquer especulação filosófica e visando a objetividade absoluta no domínio da história. Pensava em atingir seus fins aplicando técnicas rigorosas respeitantes ao inventário das fontes, à crítica dos documentos, à organização das tarefas na profissão. Foi a fundação da *Revista Histórica* por Monod e Fagniez em 1876 que marcou a constituição dessa escola histórica. Nomes como

Langloius e Seignobos deram contribuição decisiva para a constituição de uma história científica. Para os metódicos a história não passa de aplicação de documentos, é o que defendia Bourdeau: a história é a ciência dos desenvolvimentos da razão (BOURDÉ e MARTIN, 1983). Era a história historizante que só dava atenção aos documentos escritos, aos testemunhos voluntários, decretos, cartas, relatórios etc., acentuava o fato singular verificado num tempo curto e privilegia os fatos políticos, diplomáticos e militares. Curiosamente, Marc Bloch via no ano de 1681 com a *De Re Diplomatica* de Babillon onde a crítica dos documentos de arquivos foi definitivamente fundada, onde a dúvida se torna examinadora eliminando boatos, a origem da “escola metódica dos historiadores profissionais, muitas vezes chamada positivista, porque se esclarece mais se virarmos para os eruditos dos finais do século XVII e início do XVIII do que se nos debruçarmos nos escritos de Comte” (BOURDÉ e MARTIN, 1983, p.61). A escola metódica reina até a década de 1940, mas no Brasil, sempre tardio, ainda tinha espaço e filiados.

Leite faz interpretações das fontes jesuíticas e antijesuíticas em uma narrativa uniforme, mudando personagens, fatos, regiões, séculos, critério político, moral e ideológico em defesa dos inicianos e defende-se a si mesmo como um biógrafo dos jesuítas. Isso são contribuições da escola metódica francesa predominante no século XIX, a mesma que descrevemos acima, propondo a história como verdade objetiva, imutável e que refletia fielmente os fatos documentados do passado com datas, homens e uma investigação rigorosa dos acontecimentos (PEDRO, 2008).

Lucio, por sua vez, classifica obras arquitetônicas e artísticas de acordo com evolução e ordem cronológica. Beata (2003, p.42 e 43) diz que Lucio tinha “(...) uma visão positivista e ideia da progressão das formas” e que propunha um “método evolutivo de análise do objeto arquitetônico”. Pessoa (1999, p.16 e 17) corrobora com isso dizendo:

a linha evolutiva da arquitetura e das artes era sua questão básica e está presente na Arquitetura dos Jesuítas no Brasil onde lança uma periodização de retábulos até hoje empregada pelos estudiosos do assunto e que “suas ideias de classificações tipológicas norteiam as escolhas que vão constituir nosso patrimônio tombado nos anos 30,40 e 50.

Tanto Leite quanto Lucio fazem uma história da arquitetura pelo viés da história e da história da arte. Leite defende que arte é arquitetura e vice-versa e parece ser partidário de uma metodologia racional, lógica entre essas relações. Em *Artes e Ofício dos Jesuítas no Brasil de 1953*, na página 37, Leite menciona que:

a presente classificação segue em parte a divisão tradicional, em parte uma conveniência pragmática. A Arquitetura é uma das Belas Artes, mas também, sob o aspecto das artes da construção, a primeira. Por outro lado, o ser Farmacêutico, dentro dos serviços de saúde, é mais ciência do que arte; e o ser Administrador de Engenho não se pode classificar facilmente como ofício manual. Entre elementos assim heterogêneos, o que

importa, como método de trabalho, é que constem numa ordem que não seja a da confusão desconexa.

Lucio, por sua vez, tinha uma formação diferente de Leite, não era um historiador de formação, mas um arquiteto, conheceu a história da arquitetura por meio da história da arte, e não era por menos, afinal, é no interior da história da arte que a história da arquitetura irá se desenvolver, tanto é que a primeira geração de historiadores da arquitetura como Adolf Behne, Nikolaus Pevsner, Emil Kaufmann, Vincent Sully, Reynier Banhaus e Siegfried Giedion vem da esfera da história da arte. Grande parte dessa primeira geração de historiadores da arquitetura tiveram influência de Heinrich Wölfflin, tais como Behne, Pevsner e Giedion. Este último na primeira parte de seu Espaço, Tempo e Arquitetura reconhece ser um discípulo de Heinrich Wölfflin tendo aplicado seu método sobre os estilos em suas obras, partindo do conceito de evolução dos estilos (GIEDION,1959).

Alguns dos historiadores da arte que irão influenciar a primeira geração dos historiadores da arquitetura são Konrad Fiedler com a visão de história da arte como conhecimento do mundo, Alois Riegl com a investigação do conceito de estilo entendendo os princípios construtivos dos estilos e seus processos formais, Wilhelm Worringer com a visão de essência espiritual e finalmente Heinrich Wölfflin com a metodologia de estudo comparativo e análise visual dentro do esquema dos símbolos formais, tais como o linear e pictórico, a forma fechada e forma aberta, unidade e multiplicidade, superfície e profundidade, luminosidade e claro escuro.

As escolas de Viena (Visibilidade Pura), Londres (Instituto Warburg) e Hamburgo influenciaram a primeira e a segunda geração de historiadores da arquitetura com a visão de que o historiador da arquitetura tende dar significado a arquitetura, ou seja, propor significados.

A arquitetura é a fronteira entre a construção e a arte. É a arquitetura a mais construtiva das artes, sendo estilo, obra/objeto, contexto/influência, origem e gênio/autor as preocupações da história da arquitetura do século XIX e isso irá influenciar historiadores como Fergusson, Fletcher, Choisy e Hamlin.

Vale lembrar que para os formalistas “(...) a arte é linguagem das formas e cores” (ARGAN e FAGIOLO, 1994, p.91). A modernidade arquitetônica é vista entre tradição e pura visualidade - a forma, os sistemas de sinais representativos. Wölfflin procurou reduzir os sistemas de sinais representativos a categorias como já descrevemos acima, onde cada categoria corresponde ao seu oposto considerando os rumos da arte em representação e expressão, clássica e anti-clássica, mundo mediterrâneo e mundo nórdico. Worringer propõe esquematização semelhante mas em grandes áreas étnicas em que as formas representativas

manifestam o conhecimento de uma realidade (ARGAN e FAGIOLO, 1994). Este também concebia a cultura artística centrada na dialética e antítese entre conceitos de clássico e anticlássico, mundo antigo e greco-romano e o românico e gótico medieval numa distinção por áreas geográficas como o mundo mediterrâneo e a relação clara e positiva com a natureza e o mundo nórdico, onde a relação com a natureza é misteriosa e hostil.

Para Roberto Conduru, o referencial teórico de Lucio é eclético, segundo ele:

essa história evolucionista, calçada nos conceitos de “espírito da época” e “espírito do povo”, é evidentemente filiada ao historicismo de ascendência hegeliana. Em “Considerações sobre a arte contemporânea” podem ser encontradas outras referências teóricas de Lucio Costa: a menção explícita da “acuidade intelectual do Sr. Eugenio D’Ors” e as vinculações implícitas e óbvias a Heinrich Wölfflin, na diferenciação entre “forma aberta e forma fechada” e a Wilhelm Worringer, na polaridade entre a “concepção estática da forma e a concepção formal dinâmica”, entre as culturas mediterrânea e nórdica (NOBRE, KAMITA, LEONÍDIO e CONDURU, 2004, p.273).

Conduru diz que as fontes utilizadas por Lucio ora são conservadoras ora são de renovação, segundo ele:

Auguste Choisy, cuja vinculação intrínseca entre técnica construtiva e forma arquitetônica é fundamental em sua produção escrita e arquitetural. Choisy remete a formação em arquitetura na Escola Nacional de Belas Artes, enquanto Wölfflin e Worringer derivam da influência da teoria da visualidade pura nos estudos realizados no SPHAN, gerada pela atuação de Hannah Levy (NOBRE, KAMITA, LEONÍDIO e CONDURU, 2004, p.273).

Corroborar Margareth da Silva Pereira dizendo que: “[...] “a arquitetura pictórica” de Wölfflin é tão amplamente exercitada por Lucio Costa em tantos exemplos” (NOBRE, KAMITA, LEONÍDIO e CONDURU, 2004, p.242).

Lucio fala de estilos artísticos, faz uma história cronológica dos estilos. No artigo A Arquitetura dos Jesuítas no Brasil propõe uma metodologia de leitura de uma obra de arquitetura que tem muito dos formalistas: 1) Imposições do meio físico e social, e o programa (as finalidades dela e as necessidades de natureza funcional a satisfazer); 2) Técnica (materiais e o sistema de construção adotados); 3) Partido (de que maneira, com a utilização desta técnica, foram traduzidas, em termos de arquitetura, as determinações daquele programa); 4) Comodulação e a Modenatura (qualidades plásticas do monumento). De Wölfflin herdou o trato com os estilos, de Worringer a relação com o meio e a natureza e de Gidion as preocupações funcionais e as categorias de sistemas de sinais representativos wolfflinianos aplicados à arquitetura.

Assim, Leite e Lucio fizeram uma História da Arquitetura da Companhia de Jesus no Brasil oscilando entre o formalismo e o positivismo e essa mistura seria incompreensível fora do Brasil, afinal, os formalistas, principalmente os que derivavam da Escola de Viena,

opunham-se aos mecanicismos técnicos, práticos e funcionais que os metódicos positivistas consideravam ser a arte e a arquitetura, pelo contrário, para os formalistas a arte e a arquitetura eram resultados mais complexos de expressões visuais e de sinais representativos.

2.3.2 A operação historiográfica no MEC-SPHAN: nacionalismo e biografia do Estado-Nação

Como dissemos anteriormente, todos os tomos de História da Companhia de Jesus de Leite tem agradecimentos ao MEC de Capanema e o uso de fotografias de fotógrafos do SPHAN sendo que algumas delas já haviam sido usadas por Lucio em sua Arquitetura dos Jesuítas no Brasil. O MEC e o SPHAN eram os lugares de produção sócio econômico, político e cultural onde existia um saber e que se tornou uma arena dentro de um jogo hierárquico, de interesses ideológicos e políticos nacionais, onde o produto final disso foi o tombamento do patrimônio e as revistas do SPHAN. Lucio levou para o SPHAN parte de sua formação da ENBA- RJ (Escola Nacional de Belas Artes do Rio de Janeiro) onde a França era referência para a identidade patrimonial e que no Brasil foca a arquitetura tradicional. Arquitetura nacional e preservação vem da França e a tradição francesa de preservação é a de restauração – história e projeto – que influenciou a ENBA. Assim, a história está na formação dos arquitetos modernos. E vale lembrar que a ENBA derivava da Academia Imperial de Belas Artes, que nasceu da antiga Escola Real de Ciências, Artes e Ofícios, fundada por D. João VI e entregue à tutela Da Missão Artística Francesa em 1816. Os jesuítas têm uma participação muito forte na história e na tradição da França moderna, e como já dissemos acima, *la Compagnie de Jésus* foi fundada em Montmartre em 1534, especificamente na Capela dos Mártires, por estudantes da Universidade de Paris.

A bibliografia produzida pelo SPHAN era utilizada nos cursos de arquitetura nos anos 30 e 40. Lucio era Diretor da Divisão de Estudos e Tombamentos do DPHAN (Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional), “(...) as suas lições, aprendidas por gerações de arquitetos, serão na verdade ministradas por esparsos artigos em jornais e revistas e pela colaboração na Revista do Patrimônio, fundamentando a historiografia brasileira da arquitetura” (PÊSSOA, 1999, p.15).

E o que o Estado Novo tem a ver com isso? Ora, esse estava interessado na legitimação da construção e implementação de sua ideia de nação, e que não surpreende, pois sabemos que o uso da história como serva do poder, do Estado e da Nação ocorreu muitas vezes ao longo dos tempos. Na Idade Média, para os cronistas dos séculos XIV e XV, a história é serva do

poder e os príncipes não podem passar sem os serviços dos historiógrafos de exaltar e defender sua razão. Mais tarde, a partir do século XV, tanto o fato quanto a história dá cada vez mais testemunho de aspirações coletivas e torna-se o veículo privilegiado do sentimento nacional (BOURDÉ; MARTIN, 1983, p.28). Froissart inaugura uma historiografia burguesa e aristocrática, politizada, feita por homens vivendo frequentemente na companhia dos príncipes que exaltam o passado dinástico e forjam seu legítimo direito, defendendo suas pretensões territoriais. São os “(...) historiadores da corte” (TÉTART, 2000, p.51).

No século XVII “(...) a história é enquadrada e vigiada pela monarquia, é a glorificação dos soberanos, o academicismo, a ortodoxia, e limitavam a liberdade de agir e de escrever, eram os “(...) historiógrafos do rei” (TÉTART, 2000, p.65). Durante a pressão cultural da Contra Reforma os clérigos reaparecem vigorosamente no teatro da história, e “(...) Bossuet, o defensor da providência foi formado pelos jesuítas” (TÉTART, 2000, pp.65, 66 e 67).

Mais tarde Michelet está em busca de uma história épica e visionária, carnal e educativa, na qual o Povo e a Pátria têm os papéis principais, querendo favorecer uma identificação entre a história da França e o homem do presente, artesão da democracia. Celebrando a França como uma personalidade quase mítica e um modelo, promove a ideia do poder da história e de sua grande causa final: o triunfo da liberdade republicana. Desse modo, pretende, mesmo que seja lido sobretudo pelas elites, falar ao povo e do povo, matriz da nação e seiva do sentido da História que conduz à democracia republicana e patriótica. Michelet faz da história um instrumento de leitura da providência racional do mundo, o grande historiador do século do advento republicano (TÉTART, 2000).

O primeiro século XIX dos historiadores “(...) permite à sociedade francesa representar para si mesma sua história na continuidade, fundar a identidade nacional e delinear a ideia de uma República justificada pela história” (TÉTART, 2000, p.85). Na Escola Metódica “o historiador científico, profissional e republicano acredita ser o agulhão da consciência social e política do cidadão, e desempenhar assim um papel na vida cívica” (TÉTART, 2000, p.103).

A obra de Leite é herdeira de uma tradição historiográfica na qual a História é concebida como a biografia do Estado-nação e cujo discurso coloca os jesuítas como nada menos do que copartícipes da fundação desse Estado-nação. Barra diz que “(...) esse discurso influenciou a atuação do SPHAN nos seus primeiros tempos” (CHUVA, 2008, p. 61 e 75).

Leite e Lucio produziram trabalhos com uma escrita da história que parece ter muito em comum com Ernest Lavisse e o nacionalismo francês na operação historiográfica, onde a tarefa do historiador ou do arquiteto historiador era “(...) formar republicanos conscientes e soldados valentes” (BOURDÉ; MARTIN, 1983, p.110) para uma historiografia de combate.

Como já dissemos acima, tanto os seis tomos da História da Companhia de Jesus no Brasil de Leite, quanto A Arquitetura dos Jesuítas no Brasil de Lucio tem como fontes principais de interpretação os manuscritos e as cartas deixados pelo primeiros padres e as fotografias das edificações remanescentes. No que tange às fotografias, Leite as aborda apenas de forma ilustrativa, já Lucio usou-as para auxiliar nos estudos de reparos e preservação. No entanto, os dois convergem para o uso da fotografia como objetividade, prova, testemunho e documento, o corte e o congelamento dado pelo obturador fotográfico na fatia do tempo deixando seu índice de que aquele referente realmente existiu.

Leite fez uma história da arquitetura pelo viés da história, reconstituiu a história da arquitetura remanescente dos jesuítas coloniais e as comparou com a documentação das cartas jesuíticas. Lucio fez uma história da arquitetura pelo viés da história da arte e uma apologia da arquitetura dos jesuítas no Brasil. Disse na revista do SPHAN que ela é “(...) obra singular criada pelo gênio colonizador e sobre a tutela dos padres” e que nos “(...) conjuntos dos monumentos de arte é uma das mais significativas”. Ambos fizeram uma historiografia de combate, um contra o antijesuitismo e o outro em favor da tradição para a criação da modernidade, que curiosamente, “(...) em pleno período da “guerra santa” pela construção do MEC, Lucio parte, encarregado por Rodrigo de Melo Franco de Andrade, para fazer o reconhecimento das ruínas das Missões Jesuíticas do Rio Grande do Sul” (PÊSSOA, 1999, p.16).

Como dissemos anteriormente, Leite que representava a Companhia de Jesus e Lucio o SPHAN, um braço do MEC estado-novista, colaboram-se mutuamente, tinham interesses em comum, trocaram teorias, documentos e conhecimentos: um estava interessado no patrimônio e sua restauração, o outro em meios para solidificação do projeto de sua Companhia, ambos convergiram na historiografia, que construía a identidade de um estado-nação onde, numa amórfica e eclética mistura, o positivismo e o formalismo foram os métodos para ler, escrever e implementar isso.

Lucio em especial, fez o inverso, usou os historiadores modernos da arquitetura moderna para metodologicamente e teoricamente ler a arquitetura religiosa colonial e a partir disso criar o moderno, e isso não é de se espantar, afinal, o modernismo no Brasil foi às avessas como disse Sophia Telles (2010), “(...) um problema formal, um lugar sem espaço para sua aplicação, um projeto estético, um olhar modernista para dentro e para o interior, que legitima a tradição da unidade territorial”, um dos objetivos da Era Vargas.

Ao que tudo indica, o uso de uma política patrimonial na construção e na legitimação da identidade da nação varguista pela tradição, era buscar o aristotélico-tomismo dos jesuítas,

que com suas quadras e seus pátios, signos da estrutura e da longa duração, porque estão presentes desde 1549, foram respaldados pelo Regimento de 1548, o primeiro projeto racionalizador para colonizar as terras lusitanas na América, entregue por D. João III a Tomé de Sousa, e empreitado à primeira Companhia urbanizadora do Brasil: a Companhia de Jesus.

Logo, tanto a História da Companhia de Jesus no Brasil de Leite, quanto A Arquitetura dos Jesuítas no Brasil de Lucio podem ser considerados produtos institucionais de um projeto maior que era escrever a história da antiga Assistência de Portugal da Companhia de Jesus, partindo de uma estrutura de defesa da atuação global dos jesuítas da Assistência lusitana até a supressão em 1773; uma biografia da arquitetura dos inacianos na tentativa de conter a historiografia antijesuítica; uma apologia às relações entre Portugal e a Companhia de Jesus como verdadeiros criadores e formadores da nacionalidade brasileira e seu patrimônio edificado; uma narrativa da construção da legitimação da identidade nacional estado-novista dentro do SPHAN e que atendiam aos interesses varguistas.

2.4 SÉRGIO BUARQUE, LUCIO COSTA E SERAFIM LEITE: A HISTÓRIA, AS RAÍZES E A ARQUITETURA DOS JESUÍTAS NO BRASIL

O MEC, onde o INL era agregado, foi um projeto de Vargas, da Igreja e dos jesuítas, era parte da estratégia de D. Sebastião Leme e Leonel Franca visando a consolidação do poder na consolidação da República.

Gustavo Capanema, segundo ministro da Educação de Vargas, foi colocado no poder pela Igreja, portanto também pelos jesuítas, sua tropa de elite na vanguarda dos acontecimentos. Estava altamente articulado com o padre jesuíta Leonel Franca em torno do Conselho Nacional de Educação. Sérgio foi nomeado por Capanema como sendo o diretor de edição e, posteriormente, diretor do INL e contribuía com o SPHAN. Os jesuítas eram agentes do SPHAN, órgão subordinado ao MEC e Lucio Costa tinha relações diretas com o padre e historiador jesuíta Serafim Leite.

Sérgio era amigo de Mario de Andrade, Alceu Amoroso Lima e Rodrigo Melo e Franco, integrou o movimento moderno dos anos 1920 e também foi amigo de Serafim Leite, o padre e historiador jesuíta. Em todos os seus livros referenciou a Companhia de Jesus na formação da história e da história da arquitetura brasileira.

2.4.1 O Ministério do Homem Cordial

Raízes do Brasil de Sérgio Buarque de Holanda é um livro que explica pela história social da cultura a herança da tradição ibérica e defende que o Brasil tem predisposição a regimes autoritários, atingindo em cheio a Era Vargas, afinal, de um lado legitimava nossa tradição conservadora, religiosa cristã e militar, o casamento entre a batina e a farda, e por outro lado, fazia uma crítica histórica a isso. No capítulo intitulado *O homem cordial*, Sérgio cria o conceito de *homem cordial* no qual, segundo ele, é uma característica formadora de nova mentalidade e de nossa nacionalidade. Segundo Sérgio Buarque de Holanda (1999, p.39):

entre espanhóis e portugueses a moral do trabalho representou um fruto exótico. Não admira que fossem precárias, essa gente, as ideias de solidariedade. A bem dizer, essa solidariedade, entre eles, existe somente onde há vinculação de sentimentos mais do que relações de interesse – no recinto doméstico ou entre amigos. Círculos forçosamente restritos, particularistas e antes inimigos que favorecedores das associações estabelecidas sobre plano mais vasto, gremial ou nacional.

Com o conceito de *homem cordial*, Sérgio Buarque (1999, p.141) mostra que “o Estado não é uma aplicação do círculo familiar e, ainda menos, uma integração de certos argumentos, de certas vontades particularistas, de que a família é o melhor exemplo...Só pela transgressão da ordem doméstica e familiar é que nasce o Estado”, e prossegue dizendo que no Brasil, desde os primórdios, “a escolha dos homens que irão exercer funções públicas faz-se de acordo com a confiança pessoal que mereçam, e muito menos de acordo com suas capacidades próprias” (HOLANDA, 1999, p.146). E assim, conclui:

a exaltação dos valores cordiais e das formas concretas e sensíveis da religião, que no catolicismo tridentino parecem representar uma exigência do esforço de reconquista espiritual e da propaganda da fé perante a ofensiva da Reforma, encontraram entre nós um terreno de eleição e acomodaram-se bem a outros aspectos típicos de nosso comportamento social (HOLANDA,1999, p.151).

Vale lembrar que a tropa de elite da Igreja contra a Reforma eram os padres jesuítas, que aliás, nasceram para isso.

Lucio Costa (2014, p.834) destaca no seu entendimento, a essência do conceito do *homem cordial* de Sérgio Buarque:

por meio do “homem cordial”, Buarque de Holanda não buscou destacar nem a generosidade, nem a inocência dos brasileiros. Tampouco se trata de uma gentileza no sentido de uma simpatia ritualizada. Buarque de Holanda entende por “cordialidade” a tentativa constante de personalizar todas as interações interpessoais: em primeiro plano devem estar os sentimentos, não o anonimato da ordem legalizada que promete tratar a todos como iguais. O “homem cordial” quer ser chamado pelo primeiro nome – de preferência, por um diminutivo com “nhô” ou “nhá” – e não quer ser tratado como apenas mais um entre milhões de cidadãos. Ele corresponde a um sistema político no qual apenas amizades e lealdades pessoais são relevantes, porque

as decisões tomadas sob influência das emoções não precisam seguir uma lei ou uma argumentação universal; sua justificativa é sempre pessoal e particular.

Logo, o *homem cordial* é moralismo, arbitrariedade e familismo, assim como pregava o padre Leonel Franca em seus escritos, uma tentativa constante de personalizar todas as interações interpessoais, um sistema político no qual apenas amizades e lealdades pessoais são relevantes; foi assim nas raízes do caudilhismo ibérico nos primórdios da colônia, foi assim na Era Vargas, seja no gabinete de Capanema e nos cubículos do Colégio de Santo Inácio.

Segundo Vinícius Carvalho (2012, pp.548 e 550)

“Sergio Buarque de Holanda fora convidado pelo Diretor Geral do INL, e seu amigo, o gaúcho Augusto Meyer, para chefiar a Seção de Publicações tendo a oportunidade de fazer a vez de editor, decidindo sobre traduções, sugerindo, aprovando ou dispensando publicações e buscando parcerias com casas editoras privadas (...) e a biografia de Anchieta foi editada pelo INL sob a chefia de Sérgio Buarque de Holanda”.

Isso é um índice da linha adotada pelo corpo editorial ou mesmo pelo INL, ou seja, a exaltação dos jesuítas como um poder simbólico na criação da identidade e do patrimônio na Era Vargas.

O INL onde Sérgio progrediu de diretor de edição a futuro diretor da instituição, era ligado ao MEC de Capanema, que foi peça estratégica no xadrez da Igreja e dos padres da Companhia na aquisição do poder via educação no governo Vargas. Não era por menos a indicação de Sérgio, afinal, era amigo de Jackson de Figueiredo, um bastião do ativismo católico cooptado e reformado pelo jesuíta Leonel Franca que foi motivo de um artigo escrito por Sérgio para a revista *A Ordem* (1929, p.264):

não é difícil situar e destacar a personalidade de Jackson de Figueiredo entre as mais relevantes de sua geração...Em traços ligeiros, sua atitude espiritual poderia ser definida como um esforço tenaz e consciente para a afirmação da ordem e para a exaltação do bom senso. Aceitou-se solenemente as convenções e os padrões tradicionais. Acreditou com fervor que a vida merece ser vivida. Nunca o atormentou o pensamento de que nossa existência neste mundo possa ser um sonho ou uma comédia.

Sérgio também foi amigo de Alceu Amoroso Lima, outro que foi cooptado e reformado por Leonel Franca e Jackson de Figueiredo. A relação de amizade e diletantismo entre Alceu Amoroso Lima e Sérgio Buarque termina quando Alceu rumo para o ativismo católico, exemplo disso seria a carta escrita por Alceu a Sérgio Buarque chamada “Adeus à Disponibilidade” de 1928 publicada na revista *A Ordem* edição 1 e 2 de 1929 após a morte de Jackson de Figueiredo. Segundo Antônio Carlos Villaça em artigo intitulado “Quarenta Anos de Crítica” publicado na edição 4A de 1959 da revista *A Ordem*: “Adeus à Disponibilidade”, esse adeus de Alceu, que por certo muito lhe custou, como observara em 1943 o Padre Leonel Franca: “Devia de lhe ter

custado imenso renunciar de todo ao diletantismo sem compromissos de seus primeiros anos e dizer sempre adeus à disponibilidade”” (VILLAÇA, 1959, p.25).

2.4.2 Sérgio Buarque e os Jesuítas nas Raízes do Brasil

No primeiro capítulo de *Raízes do Brasil* intitulado *Fronteiras da Europa*, quando discorre sobre as origens da mentalidade ibérica, Sérgio Buarque de Holanda logo menciona os padres da Companhia de Jesus, e, não obstante, é a única ordem religiosa citada no capítulo, isso porque a obediência funcionava como fundamento da disciplina:

o mérito pessoal, quando fundado em tais virtudes, teve sempre importância ponderável. Semelhante concepção é que, prolongada na teologia, iria ressuscitar, em pleno século XVI, a velha querela do pelagianismo, encontrando sua manifestação mais completa na doutrinação molinista. E nessa polêmica iria ter o papel decisivo, contra os princípios predestinacionos, uma instituição de origem nitidamente ibérica, a Companhia de Jesus, que procurou impor seu espírito ao mundo católico, desde o Concílio de Trento (HOLANDA, 1999, p.37).

A Companhia de Jesus era o síntese da nova mentalidade moderna europeia, a marca da ordem e da disciplina, e assim lhe foi destinado o Brasil, para ordená-lo e discipliná-lo, servindo como uma luva para o ministério cordial de Capanema que almejava ordem e disciplina. E por isso, a tropa de elite da Igreja que estava por detrás de Capanema, deveria ser exaltada como formadora das “raízes” do Brasil.

Ainda no capítulo sobre *Fronteiras da Europa*, Sérgio Buarque de Holanda versa sobre as raízes da arquitetura brasileira, em especial sobre a casa peninsular e seu pátio aplicado aos trópicos:

A casa peninsular, severa e sombria, voltada para dentro, ficou menos circumspecta sob o novo clima, perdeu um pouco de sua aspereza, ganhando a varanda externa: um acesso para o mundo de fora. Com essa nova disposição, importada por sua vez da Ásia oriental e que substituía com vantagem, em nosso meio, o tradicional pátio mourisco, formaram o padrão primitivo e ainda hoje válido para as habitações europeias nos trópicos” (HOLANDA, 1999, p.47).

A varanda e o pátio estão presentes na história da arquitetura brasileira desde os primórdios, e vale lembrar que esses elementos foram largamente utilizados pelos padres da ibérica Companhia de Jesus na primeira e na segunda fase da arquitetura jesuítica no Brasil. O uso do pátio pelos inicianos desde o nascimento de sua arquitetura é reconhecer a importância do pátio na identidade da arquitetura ibérica.

No capítulo *O Semeador e o Ladrilhador*, Sérgio Buarque discorre sobre o espírito da expansão quinhentista portuguesa, e destacamos em especial, a fundação de cidades como

instrumento de dominação, o zelo urbanístico dos castelhanos e o trinfo completo da linha reta que ordena e disciplina:

com efeito, a habitação em cidades é essencialmente antinatural, associa-se a manifestações do espírito e da vontade, na medida em que opõe à natureza. Para muitas nações conquistadoras, a construção de cidades foi o mais decisivo instrumento de dominação que conheceram” (HOLANDA, 1999, p.95).

Assim, a Companhia de Jesus foi a companhia urbanizadora especial dos impérios ultramarinos ibéricos.

Para o ladrilhador espanhol,

a construção da cidade começaria sempre pela chamada praça maior...A forma da praça seria a de um quadrilátero...A praça servia de base para o traçado das ruas...Assim, a povoação partia nitidamente de um centro; a praça maior representa aqui o mesmo do cardo e do decumanus nas cidades romanas – as duas linhas traçadas pelo *lituus* do fundador, de norte a sul e de leste a oeste, que serviam como referência para o plano futuro da rede urbana. Mas, ao passo que nestas o agrupamento ordenado pretende apenas reproduzir na terra a própria ordem cósmica, no plano das cidades hispano-americanas, o que se exprime é a ideia de que o homem pode intervir arbitrariamente, e com sucesso, no curso das coisas e de que a história não somente acontece, mas também pode ser dirigida e fabricada. É esse pensamento que alcança a sua melhor expressão e seu apogeu na organização dos jesuítas em suas reduções. Estes não só introduziram na cultura material das missões guaranis, fabricando cidades geométricas, de pedra lavrada e adobe, numa região rica em lenho e paupérrima em pedreiras, como o estenderam até as instituições” (HOLANDA, 1999, p.97 e 98).

Comparando os ibéricos com os antigos, Sérgio chega a dizer que espanhóis eram gregos e portugueses fenícios no processo de colonização e construção de cidades na América, exceto a Companhia de Jesus, que aplicou a linha reta da regularidade, da ordem e da disciplina em toda ela.

E no que tange ao modo de vida nas missões, assim como fez o poeta Carlos Drummond de Andrade com os colégios inacianos, Sérgio Buarque faz uma crítica a *Ratio Studiorum*, a metodologia pedagógica dos jesuítas:

deixando de lado toda aquela rústica e especiosa pedagogia em que se procura disfarçar o serviço forçado do gentio em benefício de senhores particulares, é impossível desprezar a sentença cabal que se lavra contra o sistema dos padres. Anjos, não homens, é o que pretendem realmente fabricar os inacianos em suas aldeias, sem conseguir, em regra, nem uma coisa, nem outra. Ainda nos dias de hoje é essa, sem dúvida a mais ponderável crítica que se poderá fazer ao regime das velhas missões jesuíticas” (HOLANDA, 1999, p.127).

2.4.3 O espaço do Homem Cordial

Sérgio Buarque e Lucio Costa foram contemporâneos, homens da mesma geração e ambos altamente comprometidos com o movimento modernista. O traço ibérico e o *homem*

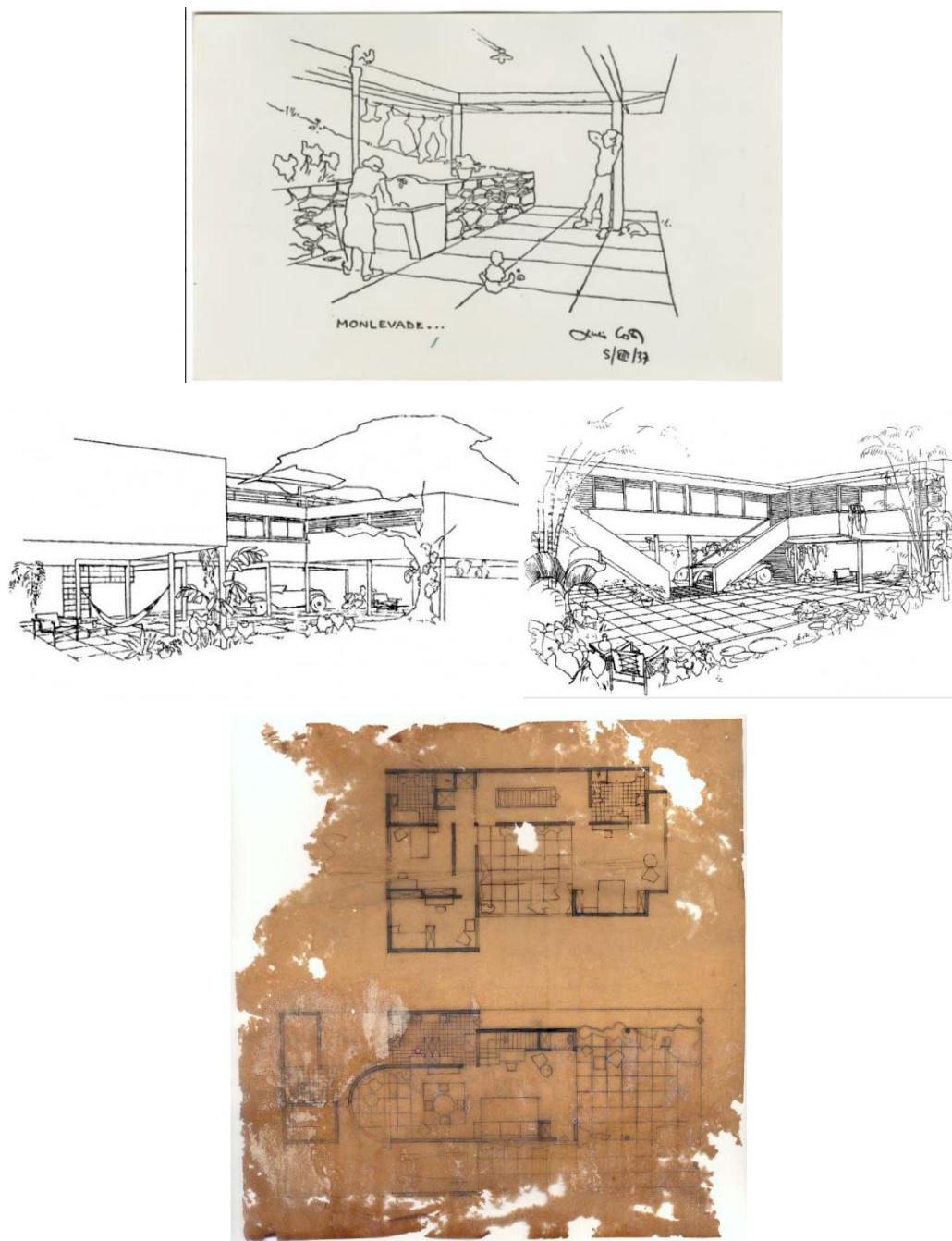
cordial na formação da nacionalidade brasileira presente em Raízes do Brasil de Sérgio Buarque de Holanda interessa a Lucio Costa para compreender as raízes da arquitetura brasileira. Foi assim tanto no trabalho de Lucio no SPHAN quanto em sua arquitetura, a exemplo de Monlevade, nos desenhos das Casas sem Dono, no Edifício do MEC onde a cordialidade começou com Francisco Campos frente a sua indicação na ENBA (RJ), depois com Capanema no concurso do edifício do Ministério, no Museu das Missões onde a cordialidade foi novamente Capanema e Rodrigo de Melo e Franco, na casa Barão de Saavedra onde o amigo foi o Barão de Saavedra, na casa Hungria Machado onde o amigo foi o banqueiro e empresário Argemiro Hungria Machado, na casa Heloísa Marinho onde os amigos foram a própria Heloísa Marinho e seu pai Roberto Marinho de Azevedo e na casa Pedro Paulo Paes de Carvalho onde o amigo cordial também foi o próprio Pedro Paulo, médico que trouxe a vida as filhas de Lucio Costa. Em certo sentido, o homem e o amigo cordial atua até hoje, porque está impregnado nas raízes culturais das cordialidades e moralidades brasílicas.

Segundo Cláudio Ribeiro (2010, n.p):

a nação construída pelo SPHAN era a da “transmissão cordial da barbárie... Ao invés de ruptura e transformação, há conciliação e manutenção: nada mais cordial... A contradição moderna se diminui perante a manutenção cordial... A estratégia eficaz do IPHAN em construir simbolicamente a memória passa por ter preenchido uma das propriedades cordiais mais destacadas... Em Documentação Necessária, Lucio Costa quer ressaltar a importância de se estudar o casario civil das cidades para que não apenas se compreenda melhor a produção do espaço arquitetônico de determinada época, como também para que se aprimore a arquitetura contemporânea... postura cordial de Lucio Costa perante a compreensão histórica do espaço”.

Na arquitetura residencial de Lucio Costa destacamos os desenhos da Casa sem Dono dos anos 1930. A Casa sem Dono é uma espécie de prelúdio do que Lucio faria em sua obra entre 1936-1945, uma mistura da máquina de habitar racionalista corbusiana com a tradição brasileira, advinda do renascimento, do maneirismo, do jesuitismo e do barroco, espaço que gerou o *homem cordial* brasileiro. O pátio superior da Casa sem Dono tem tipologia do pátio jesuíta quinhentista colonial. O pátio barroco mineiro ou mesmo os pátios cafeeiros neoclássicos estão presentes na tipologia do pátio e área livre do primeiro pavimento. A área livre da Casa sem Dono já prenunciava a área livre do MEC. Um espaço para o moralismo, o familismo e a cordialidade. A Casa sem Dono parece ser concebida a partir do conceito do *homem cordial* de Sérgio Buarque de Holanda, usando uma modernidade cordial que dava continuidade nos poderes simbólicos do passado cordial.

Figura 41 – Monlevade, Pilotis das casas, Lucio Costa, 1937.



Fonte: Instituto Tom Jobim e Casa de Lucio Costa, documento III_C_03-03855_L; Casa Sem Dono nº2 e nº3, 1930, Lucio Costa. Fonte: Vitruvius e Casa sem dono 1: anteprojeto, plantas, 1930. Fonte: Instituto Tom Jobim e Casa de Lucio Costa, documento nº III A 27-01108 L. Atualmente encontra-se na Casa de Arquitectura – Centro Português de Arquitectura, Matosinhos, Portugal.

2.4.4 Sérgio e Leite

Serafim Leite, Sérgio Buarque de Holanda, Gustavo Capanema e o INL convergiam no que tange a tradição como identidade nacional moderna. Reportagem de A Noite (RJ) de 13 de janeiro de 1943 traz informações sobre as relações entre Serafim Leite e sua obra História da Companhia de Jesus no Brasil e o INL editado e depois dirigido por Sérgio Buarque de Holanda, além de significar as relações entre Sérgio com Serafim e sua Companhia. Lembramos que todos os tomos da História da Companhia de Jesus no Brasil de Serafim Leite foi publicado pelo INL em parceria com a editora portuguesa Portugália.

Havia relações entre Sérgio Buarque de Holanda com o MEC de Capanema e com o projeto cultural e nacional do Estado Novo. Noticiado no Correio da Manhã (RJ) em 1937, que Sérgio Buarque de Holanda era promovido pelo Ministério da Educação de Capanema, priorizou seu discurso sobre a nacionalidade e apoiou fortemente sua publicação, demonstrando as relações entre ambos com o mesmo interesse na causa da nacionalidade. Noticiado no Correio da Manhã (RJ) em 17 de janeiro de 1940 o Sr. Sérgio Buarque de Holanda para chefe da seção de Bibliotecas do INL, mais uma vez evidenciando as relações de Sergio Buarque com o MEC de Capanema e com o projeto cultural e nacional do Estado Novo.

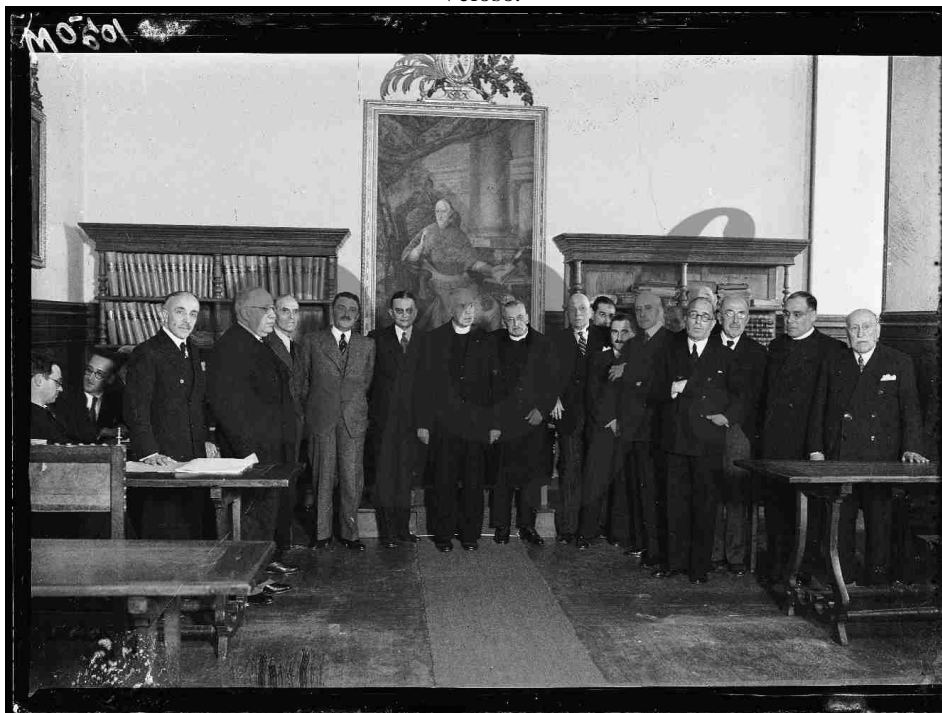
A atuação dos jesuítas no MEC era feita pelas relações entre Leonel Franca, Serafim Leite e Gustavo Capanema. A importância de Serafim Leite e dos jesuítas para o governo Vargas foi muito grande, ele era agente na estratégia da Igreja, que por intermédio dos jesuítas, tinha a missão da recristianização do povo e do Estado, no fortalecimento da cultura, da identidade e da unidade nacional. Assim, sua obra prima, História da Companhia de Jesus no Brasil não podia deixar de ter o apoio fundamental do INL. A reportagem de Sérgio Buarque de Holanda publicada na edição 5559 de 8 de dezembro de 1940 do Diário de Notícias (RJ) em sua coluna “Vida Literária”, comenta sobre “As Novas Cartas Jesuíticas” trazidas à tona pelo padre Serafim Leite. Sérgio Buarque diz nesse artigo que os jesuítas tiveram “ação considerável e decisiva na nossa formação nacional”, ou seja, um modernista reconhecendo a tradição dos jesuítas na formação da nacionalidade. Sérgio Buarque de Holanda dedicou atenção especial as pesquisas, textos e livros de Serafim Leite. Os documentos trazidos por Serafim Leite eram fundamentais para o entendimento dos primórdios do período colonial brasileiro, suas fontes trazidas diretamente dos arquivos da Companhia foram essenciais para historiadores como Sérgio Buarque. Portanto, o movimento e a historiografia moderna tinha relações, apoio e colaboração da Igreja, em especial dos jesuítas e os considerava fundamentais e decisivos na formação da nacionalidade.

Sérgio Buarque de Holanda, assim como Lucio Costa, vê nas Cartas Jesuíticas importantes e reveladoras fontes de informações sobre a história do Brasil colonial, em especial a dos jesuítas, que até então era carente. Este dedicou parte de sua coluna no Diário de Notícias (RJ) para escrever sobre As Cartas Jesuíticas de Serafim Leite, como fez na reportagem de 16 de dezembro de 1940 em artigo intitulado “S.I (Societas Iesu)”.

Leite era um intelectual atuante nas relações entre os jesuítas e os governos Vargas e Salazar. Isso pode ser constatado nas fotografias encontradas no Arquivo Nacional da Torre do Tombo de Lisboa. Em uma delas, datada de 1937, Leite aparece ao lado do ministro das colônias com alguns dos seus colaboradores como Quirino da Fonseca, Capitão António José Caria, Dr. Francisco Vieira Machado, Júlio Caiola, Dr. Manuel Múrias na Exposição Histórica da Expansão Portuguesa no Mundo. Em outra fotografia, datada de 1938, Leite aparece com algumas das personalidades que assistiram à 1ª reunião da Academia Portuguesa da História, na Torre do Tombo, dentre eles, Araújo Jorge embaixador do Brasil. É o binômio militar-religioso tradicional na formação histórica de Portugal. Serafim Leite representava os jesuítas nos debates e encontros acadêmicos junto a autoridades políticas tanto do Estado Salazarista quanto Getulista, visando evidenciar a importância dos inicianos na formação do estado português e suas relações com a colonização do Brasil e a potência ibérica imperial ultramarina que foi Portugal. E isso é um índice das relações entre Portugal e Brasil no plano da cultura, sua participação e colaboração no MEC e no SPHAN.

Junto com Serafim Leite, Araújo Jorge, embaixador de Portugal, fazia a articulação cultural, história e património, com Portugal, enfatizando essa como potência colonizadora e junto dos jesuítas, formadora nas raízes da nacionalidade brasileira. Leite, Araújo Jorge trabalhavam na articulação entre o patrimônio histórico brasileiro e português, entre os estados nacionais autoritários modernos varguista e salazarista. Os jesuítas deram apoio a Franco e Salazar na luta contra as revoluções comunistas e ajudaram estes a reestabelecer e reconstruir o estado nacional ibérico moderno.

Figura 42 - Algumas das personalidades que assistiram à 1ª reunião da Academia Portuguesa da História, na Torre do Tombo. Identificados no álbum: dr. Laranjo Coelho; Afonso de Ornelas; Fontoura da Costa; Conde de Tovar; Araújo Jorge (Embaixador do Brasil); dr. António Garcia Ribeiro de Vasconcelos; dr. José Maria Rodrigues; dr. Jordão de Freitas; dr. Manuel Múrias; dr. Damião Peres; dr. Júlio Dantas; Augusto Botelho da Costa Veiga; dr. Silva Carvalho; dr. Serafim Leite; dr. Queirós Veloso.



Fonte: Arquivo Nacional da Torre do Tombo – Lisboa (PT), Código de Referência PT/TT/EPJS/SF/001-001/0053/1050M. Data: 02-04-1938.

Serafim Leite não tinha influência só entre o pessoal do SPHAN, mas ao que tudo indica, também entre os historiadores e em especial Sérgio Buarque de Holanda, o mesmo que

“estivera em torno da mesa de Rodrigo de Melo Franco de Andrade ao lado de Lucio Costa e que formava um grupo articulado que tinha seu projeto de modernidade calcado na ideia de “civilização”, o que significava participar do rol das nações modernas considerando especificidades que distinguiria o ser brasileiro” (LOPES; VELLOSO; PESAVENTO, 2006, p.300).

Sérgio cita Leite dezesseis vezes em três de seus livros mais importantes: *Raízes do Brasil*, *Caminhos e Fronteiras* e *Visão do Paraíso*. Primeiro em *Raízes do Brasil* publicado em 1936, 1947 e 1955, livro que tem dívida com a influência da nova história social dos franceses, a sociologia da cultura dos alemães e a certos elementos da teoria sociológica e etnológica inéditos em 1936. Nasceu sob o signo do Estado Novo e sua fórmula rígida e conciliatória que encaminhou as transformações das estruturas econômicas pela industrialização e consequentemente a modernização.

No capítulo *O Semeador e o Ladrilhador*, ao falar sobre a implantação dos estabelecimentos gráficos no Brasil, Sérgio cita Leite dizendo que em todas as principais

idades da América espanhola havia esses estabelecimentos, e que somente no ano de 1747 surge no Rio de Janeiro a oficina de Antônio Isidoro da Fonseca, que no ano seguinte seria fechada por ordem do rei. Sérgio Buarque de Holanda (1999, p.202 e 203) diz em nota que:

Recentemente, compulsando documentos inéditos da Companhia de Jesus, pôde apurar entretanto Serafim Leite que entre os livros da biblioteca do Colégio dos Jesuítas do Rio de Janeiro “havia alguns impressos na própria casa por volta de 1724”. Com isso, ficaria estabelecida a primazia cronológica dos jesuítas no estabelecimento das artes gráficas na América portuguesa. Primazia a quem não se deve contudo atribuir extraordinária importância se, conforme comenta o ilustre historiador, esses livros eram compostos “para uso privado do colégio e dos padres. Serafim Leite, História da Companhia de Jesus no Brasil, VI (Rio de Janeiro, 1945).

Em *Caminhos e Fronteiras*, publicado em 1945 e 1956, Sérgio faz uma história do cotidiano baseado nos bandeirantes do século XVII e nas monções do século XVIII, explicando os princípios do povo paulista como sendo sertanejo instável moldado pelo meio, pela mistura indígena e pela interioridade territorial, pela aculturação das técnicas e tecnologias indígenas e defende a tese de um acultramento às avessas, que partia do português para o índio.

No primeiro capítulo chamado Índios e Mamelucos, no subcapítulo intitulado Do Peão ao Tropeiro, ao falar sobre a presença de cavalos no Brasil, na página 128 cita Serafim Leite e seus documentos trazidos dos arquivos dos jesuítas. No terceiro capítulo chamado O Feio e a Teia, no subcapítulo intitulado Redes e Redeiras cita novamente na página 246 documentos trabalhados por Serafim Leite sobre o uso de redes e tipoias no processo de formação do povo paulista. Sérgio constrói muitos dos seus capítulos amparados nas Novas Cartas Jesuíticas publicadas por Leite em 1940.

Em *Visão do Paraíso*: os motivos edênicos no descobrimento e colonização do Brasil publicado em 1959, Sérgio desloca-se na contramão dos estudos históricos realizados à época em que a moda era o ensaísmo econômico-social marxista que predominava. Tal obra é considerada uma antecipação no Brasil do que apareceria na França somente a partir dos anos 1960 com a historiografia das mentalidades que havia sido anteriormente preconizada por Lucien Febvre. A grande contribuição desse livro foi mostrar por meio das lendas e crenças que desde os primórdios da colonização associavam a imagem do Novo Mundo a ideia inspirada na ideologia da Idade Média de que o paraíso terrestre eram os trópicos e era possível alcançá-lo.

No prefácio da segunda edição, Sérgio Buarque de Holanda (2000, p.XXV) admite que Leite é seu amigo, baseado nas ideias escolásticas e aristotélico-tomistas e de nomes como Boaventura, Soares, Cornélio, Lapede e do padre Antônio Vieira, diz que:

os jesuítas teorizavam que a América seria o Paraíso na terra e mais precisamente no Brasil”, diz também que sobre isso ampara-se nos “documentos da Biblioteca Nacional Vittorio Emanuele cujo fundo é constituído pela antigo Colégio Romano e ali os pôde ler o padre Serafim Leite e dele nos dar notícia bem como “as microfilmagens que fiz

vir de Roma baseado nos dados que a respeito publicou o benemérito historiador da Companhia no Brasil e meu prezadíssimo amigo.

A interação entre Sérgio e Leite era tão intensa que “(...) em 1954 na ocasião do IV centenário da cidade de São Paulo e incentivado por Sérgio Buarque de Holanda, Serafim Leite publica *Cartas dos primeiros jesuítas no Brasil*” (UCHOA e BARBOZA, 2008).

No capítulo 12 intitulado *América Portuguesa e Índias de Castela*, Sérgio cita o segundo tomo de *História da Companhia de Jesus no Brasil* em nota dizendo que Leite “[...] considera o Regimento de Tomé de Sousa como documento básico, verdadeira carta magna do Brasil e sua primeira constituição tendente a unificação jurisdicional já com os elementos aptos para uma colonização progressiva” (LEITE, p.396). Vale lembrar que o Regimento de 1548 foi quem institucionalizou a Companhia de Jesus no processo de colonização do Brasil.

Visões do Paraíso tem um dívida enorme para com Serafim Leite podendo isso ser constatado em suas referências bibliográficas (HOLANDA, 2000, p.413) onde constam as obras *Cartas dos Primeiros Jesuítas do Brasil de 1548*; os dez tomos da *História da Companhia de Jesus no Brasil de 1548 a 1950*; *Nóbrega e a fundação de São Paulo de 1554*; *Novas Cartas Jesuíticas de 1548*; *Antônio Rodrigues: Soldado, Viajante e Jesuíta Português na América do sul do século XVI de 1548* e *Uma Grande Bandeira Paulista Ignorada de 1548*.

2.4.5 Sérgio e Lucio

Já na sua primeira grande obra *Raízes do Brasil*, Sérgio Buarque já dava destaque a arquitetura colonial e em especial a dos jesuítas, cuja a função era atrelada à forma, onde a linha e o ângulo reto eram monumentais e ordenadores (HOLANDA, 1999).

Sérgio e Lucio publicam na mesma revista do SPHAN número 05, de 1941, que traz explícito na capa o símbolo dos jesuítas. Em artigo sobre as Capelas Antigas de São Paulo, Sérgio destaca a importância dos jesuítas na formação histórica do território paulista, enfatizando que a Capela Santo Antônio de São Roque (SP) é de “(...) gosto jesuítico que o Sr. Lucio Costa descobriu em alguns de seus ornamentos” (REVISTA SPHAN, 1941, p.116).

Em nota citando Serafim Leite e os documentos jesuíticos, Sérgio explica que o lugar onde hoje conhecemos como São Miguel em São Paulo já tinha esse “[...] nome São Miguel constado na *Informação da Província do Brasil* escrita aparentemente em 1585 onde se lê que os padres da Companhia tinham a seu cargo as aldeias de N.S da Conceição de Pinheiros e outra intitulada São Miguel” (REVISTA SPHAN, 1941, p.106). Ao falar da formação histórica de São Paulo, Sérgio utiliza as cartas jesuíticas trazidas do Arquivo dos Jesuítas de Roma e

divulgadas com ineditismo no Brasil pelo padre Serafim Leite como as Cartas de Anchieta, os tratados de Fernão Cardim e os anais de Antônio Vieira.

Sérgio, nesse artigo, parece ser contratado para dar uma explicação história ao ano de fundação dos lugares e das capelas de São Paulo, o que interessava o SPHAN no seu processo de tombamento. Segundo Sergio Buarque, a aldeia de São Miguel esteve primeiramente em posse dos jesuítas e só depois, por volta de 1716 é transferida aos padres Capuchinhos, a aldeia de Carapicuíba esteve sob os cuidados da Companhia de Jesus e Embu também se iniciou pelos jesuítas. Sérgio não faz uma história da arquitetura, faz uma história dos lugares amparados em datas e acontecimentos a partir das documentações de Leite.

Lucio Costa em seu artigo sobre a Arquitetura dos Jesuítas parece ter algumas dúvidas referente as capelas de Voturuna e de Santo Antônio em São Roque:

primeiro o tipo mais singelo, que teria sido o das capelas rudimentares dos primeiros tempos e no qual a capela-mor e a nave constituem um mesmo corpo de construção dividido convencionalmente em duas partes por um arco "cruzeiro". Essa forma primária, hoje muito rara, é a que vamos encontrar na já referida capela de Santo Antônio, do segundo século, que, apesar da invocação e do fato de ser uma capela particular, não deixa contudo de ser, também, uma capela de inspiração e de gosto jesuíticos, conforme teremos ocasião de verificar depois. E ainda, possivelmente, na de Voturuna, de que só resta a parte correspondente à capela-mor, cujo retábulo - uma versão de sabor popular dos nobilíssimos retábulos jesuíticos do primeiro período - é, por essa mesma razão, uma peça de valor excepcional (COSTA, 1941, p.129).

Lucio Costa (1941, p. 54) continua dizendo que:

se essas peças, de estilo apurado e de aspecto tão scholar - verdadeiramente jesuíticas - parecem com efeito proceder de Portugal, outro tanto não se poderá dizer das interessantíssimas versões populares seiscentistas desses mesmos retábulos, agora identificadas pelo SPHAN em São Paulo, Estado que tem fama de ser pobre em arte colonial, mas que ainda conserva despreocupadamente - como joias de família, sem valor - os dois "únicos" exemplares do gênero existentes no país. São eles os dois retábulos das capelas já referidas de N. Sra. da Conceição, de Voturuna e de Santo Antônio, está no Município de São Roque, inventariadas ambas pelo Sr. Mario de Andrade para o SPHAN, desde 1937, mas que só recentemente puderam ser examinadas mais de perto pela Seção Técnica deste Serviço, até então empenhada no estudo de material de outras regiões. Na composição do de Voturuna, foi simplesmente aproveitado o desenho dos frontões de coroamento dos retábulos originais, transferindo-se engenhosamente o nicho, do corpo inferior do retábulo, corpo este no caso inexistente, para a parte central do frontão. Os pormenores de perfilatura e de ornamentação também reproduzem, de memória, os ornatos e perfis dos modelos portugueses, vendo-se, porém, entre as frutas amarradas por uma faixa - motivo europeu então na moda e já encontrado no frontão do retábulo da igreja de São Lourenço dos Índios e que encontraremos ainda, mais tarde, nos vestígios da cantaria da igreja de Santo Ângelo das Missões, no Rio Grande do Sul, - dois minúsculos abacaxis.

Lucio Costa, (1941, p. 66) também comenta que:

entretanto, é num dos altares laterais da igreja do antigo Colégio de Campos que a presença do nosso índio se manifesta, não apenas na maneira mais ou menos tosca de fazer ou de interpretar os modelos europeus usuais, como é o caso de Belém do Pará,

ou mesmo, em parte, os de Voturuna, São Roque, Reis Magos e Geru, mas no próprio risco e na invenção do pormenor, senão mesmo até na técnica da talha.

Sérgio parece corroborar historicamente com a afirmação de Lucio Costa em seu artigo sobre a Arquitetura dos Jesuítas de que a Capela de Voturuna tem em seu interior um certo gosto jesuítico: “(...) como assistiram nas imediações os jesuítas, administradores de Arassariguama, é possível supor que com eles estivessem em relações constantes os moradores de Voturuna, em sua maioria índios e mestiços” (REVISTA SPHAN, 1941, p.120).

No artigo intitulado O “Pátio do Colégio” sobre as origens da cidade de São Paulo, publicado em 1954 por ocasião de seu IV centenário, Leite exalta o papel dos jesuítas na formação histórica de São Paulo dizendo que a cidade nasceu do pátio do colégio dos jesuítas:

São Paulo foi um escola...uma quadra perfeita...Nóbrega junto com Tomé de Sousa lançaram as bases unificadoras do Brasil. A expulsão dos jesuítas em 1760 foi um golpe no coração de São Paulo e de seus fundadores que despediam a caminho do mar, fazendo o caminho contrário a sua fundação (LEITE, 1954).

São Paulo foi uma escola em quadra com um pátio perfeito de padres professores que vinham do litoral subindo a Serra de Paranapiacaba com a ajuda dos índios, para, numa área no alto do planalto, na confluência de rios, fundar um lugar que seria estratégico para a expansão do interior do Brasil. Serafim cobra esse papel jesuíta enquanto colonizador, arquiteto, professor e urbanizador nas comemorações sobre a fundação da cidade de São Paulo.

Os anos 1930 e 1964 no Brasil estão conectados, e podemos considerá-los pertencentes a Era Vargas e suas consequências. Os jesuítas tinham um projeto para o Brasil e faziam parte da estrutura da Era Vargas. Curiosamente, Sérgio publica seus mais importantes livros nesse período tal como *Raízes do Brasil* (1936) e *Visão do Paraíso* (1959). Nos anos 30 e 40 estava colaborando com o SPHAN e publicando sobre a arquitetura colonial, em especial a jesuítica, em suas revistas, defendendo a importância histórica da Companhia de Jesus na formação da nacionalidade, em especial em São Paulo. Assim como Leite e Lucio, Sérgio Buarque fazia uma historiografia preocupada com as origens da nação. Uma historiografia que se dizia moderna, mas disforme a isso, afinal, o historiador comprometido com a revolução francesa da historiografia interagiu, trocava informações, ideias, teorias e documentos com o historiador metódico do antigo regime e que deveria ser combatido.

Sérgio Buarque de Holanda não só colaborou com o SPHAN mas foi um dos constituintes na implantação de uma ideia de nação justificada pela história. Assim como Lucio, Sérgio valeu-se dos documentos inéditos trazidos dos jesuítas para os pesquisadores brasileiros, grande parte deles cartas e manuscritos deixados pelos primeiros inicianos. Sérgio parecia

autenticar pela história os monumentos tombados pelo SPHAN como vimos nas interlocuções com as questões de Lucio sobre Voturuna e Santo Antônio.

Sérgio reconhece a importância dos jesuítas na formação do Brasil. E para entender os jesuítas no processo de colonização ele recorre a Leite. Sérgio foi um dos pilares da construção do modernismo, especialmente na historiografia brasileira, mas busca a história colonial para legitimar a modernidade.

Logo, e como não poderia deixar de ser, afinal é uma estrutura de longa duração no Brasil, a Igreja católica apostólica romana participou e colaborou no processo de invenção e construção da modernidade no Brasil, seja pelo viés dos historiadores, dos arquitetos, dos historiadores da arquitetura, ou dos arquitetos historiadores da arquitetura, e fez isso via Companhia de Jesus.

No artigo intitulado “Missionário e Viajante” publicado na edição 5818 de 12 de outubro de 1941 do Diário de Notícias (RJ), Sérgio Buarque de Holanda dedicou atenção especial às pesquisas, textos e livros de Serafim Leite, ou seja, os documentos e fontes trazidos por Serafim Leite diretamente dos arquivos da Companhia eram fundamentais para o entendimento dos primórdios do período colonial brasileiro. O movimento e a historiografia moderna tinham relações, apoio e colaboração da Igreja, em especial dos jesuítas.

A estratégia da Igreja de atrair os intelectuais para o projeto de recristianização passava pela construção da unidade e da identidade nacional. O modernismo busca na Igreja parte da identidade nacional para legitimar e fundamentar sua estética, contribuindo para as relações entre o movimento moderno e os jesuítas.

Os jesuítas sempre estiveram presentes nas obras de Sérgio Buarque de Holanda. Sérgio sabia que os padres da Companhia seriam indispensáveis na história das *raízes do Brasil*, de suas *monções*, seus *caminhos e fronteiras* com suas *cobras de vidro*. Logo, os jesuítas contribuíram com a pesquisa da nova e moderna historiografia colonial brasileira e que, obviamente, deveria incluí-los.

O historiador e vanguardista moderno Sérgio Buarque de Holanda reconheceu a importância da Companhia de Jesus nas Raízes do Brasil, buscou a tradição para legitimar sua modernidade, ajudando na construção da identidade nacional brasileira via modernismo. Assim como Lucio Costa, Mario de Andrade, Carlos Drummond, Cândido Portinari entre outros, foi cooptado por Capanema como estratégia dos jesuítas D. Sebastião Leme, Leonel Franca e Serafim Leite visando a criação da unidade e da identidade nacional a partir da tradição da Igreja na formação do Brasil, uma estratégia que era parte de projeto maior de poder da Igreja na República e no governo Vargas.

Sérgio então também foi um *homem cordial*? Se foi não podemos afirmar, mas que aceitou a cordialidade afirmamos plenamente, por estratégia política, ou de sobrevivência, ou uma forma que encontrou de levar seu trabalho adiante. Prova é que, entre 1936 e 1945, período que compreende ao recorte de pesquisa dessa tese, Sérgio Buarque publicou *Raízes do Brasil* (1936), foi diretor de publicações do INL (1939), viajou para aos Estados Unidos a convite da Divisão de Relações Internacionais do Departamento de Estado (1941), assumiu o cargo de diretor da Divisão de Consulta da Biblioteca Nacional (RJ) e publicou *Cobra de Vidro* (1944) e, por fim, foi eleito presidente da seção do Distrito Federal da Associação Brasileira de Escritores e publicou *Monções* (1945). Período bastante ativo e que fez a base de sua brilhante carreira, com uma pequena ajuda dos amigos cordiais, é claro. Assim, aceitando colaborar com MEC de Capanema, no INL, na Biblioteca Nacional e no SPHAN, Sérgio, acabou caindo na classificação de *homem cordial* que ele mesmo havia criado.

2.5 O MOVIMENTO MODERNO E A TRADIÇÃO DA IGREJA

2.5.1 Literatura e Arquitetura Moderna: Drummond e pátio dos Jesuítas

2.5.1.1 No meio do caminho a fria Friburgo...

Dispensamos aqui apresentações sobre Carlos Drummond de Andrade (1902-1987), o mestre da poesia moderna brasileira e um dos maiores nomes da poesia e da literatura de língua portuguesa de todos os tempos, recortando, na sua vida e na sua obra, suas relações com os jesuítas, seja nos tempos do colégio Anchieta, seja com os intelectuais orgânicos jesuítas que estavam à frente do MEC-SPHAN misturando-se a seus intelectuais.

Drummond teve uma relação muito peculiar com a Companhia de Jesus. Expulso do Colégio Anchieta, em Nova Friburgo (RJ), por “insubordinação mental”, uma vez que escrevia suas poesias nas aulas de ensino religioso, Drummond jamais escondeu a decepção pela injustiça a que fora submetido. Em entrevista à IHU On-Line, pós ser questionado sobre que relações percebe entre teologia e a obra poética de Drummond, o teólogo Alex Villas Boas diz:

Drummond fez uma experiência de Deus ainda muito novo, e passou por uma amarga expulsão do Colégio Anchieta. O que mais fascinava Drummond no Colégio eram os jesuítas, pela sua aura de intelectualidade em sua busca de conhecimento. O jovem Drummond, ou Carlito, como era chamado, mergulhou no universo jesuíta, aceitando plenamente os valores e as normas do colégio e da instituição, bem como do catolicismo, comungando e confessando quase diariamente. Dedicou-se exemplarmente à sua vida intelectual, chegando a ganhar, em 1918, várias medalhas de “general” por destaque nos estudos. Entretanto, por um desentendimento com

um professor de gramática, é expulso do Colégio por “insubordinação mental”, porque escrevia poesias nas aulas de ensino religioso, que era quando mais se sentia inspirado. Tal expulsão o abalou profundamente. Perto dos 17 anos, Drummond declara: “Perdi a fé. Perdi tempo. Sobretudo, perdi a confiança na justiça dos que me julgavam” (entrevista em 1941 à Revista Academia). O jovem Drummond viveu uma época difícil em que o cristianismo era marcado por grave acento racionalista, que nem mesmo a Companhia de Jesus conseguiu escapar. Neste momento, o jesuíta é muito mais reconhecido por “homem de estudo”, como disse o padre Joseph de Guibert em sua *La Spiritualité de la Compagnie de Jésus* (1953), do que como um místico. Consequentemente, *Perinde ac Cadaver* (obedece como cadáver) de Santo Inácio, que deve ser visto como uma docilidade à ação do espírito, foi visto como intolerância e autoritarismo. Drummond escreve isso em um poema chamado Recusa, no livro Boitempo, quando ruminava os acontecimentos do passado, já em fase idosa. E ainda lembrava dessa expressão e de tudo que o marcou. Em uma entrevista, próximo de sua morte, chegou a dizer que, se não tivesse sido expulso do Colégio, teria sido jesuíta. Se seria ou não, é outra coisa, mas esta afirmação ao final da vida não me parece gratuita, e pode revelar muito o drama vivido entre um desejo e sua impossibilidade, por uma injustiça. Tudo isso marca profundamente a visão de Drummond sobre Deus. A poesia irônica de Drummond tem em sua raiz uma alteração de percurso da “devoção à decepção”, de sua poesia devota, como escreveu em Retiro Espiritual: “a santidade é meu destino”. Seus primeiros escritos são no Colégio Anchieta e falam sobre Deus, fé, esperança e tudo isso se encaminha para uma experiência de derrota, uma derrota, porém, não marcada pela sua incapacidade pessoal – pois era jovem exemplar no colégio jesuíta – mas sim pela falta da liberdade que lhe foi dada e pelo sentimento de justiça que lhe foi negada. No momento em que isso acontece na vida de Drummond, Deus é visto como a razão de seu viver, na imitação da vida dos santos e da vida de Cristo (lia a Imitação de Cristo diariamente). Porém, para o poeta, desde sua expulsão, a autonomia da vontade humana e a soberania da vontade de Deus entram num erosivo processo de ruptura quando os que agiram em nome da vontade de Deus também carregaram o signo da injustiça em sua vida, exigindo do poeta a ressignificação de Deus e da razão de seu viver. Aqui nasce a percepção poética de Drummond, em que coloca na ironia toda a contradição entre o discurso e o vivido. A mesma classificação que alguns deram a Jorge Luiz Borges, eu daria a Drummond, de um teólogo ateu. A poesia drummondiana experimenta o que diz, como a Teologia jamais deveria se esquecer, pois sempre será legítima como ato segundo de uma relação teologal primeira⁷.

Segundo Pedro Drummond, neto do poeta, “os jesuítas mandaram que se retratasse, senão seria expulso. Ele se retratou — e foi expulso. Drummond se sentiu traído. Meu avô disse que foi um ato tipicamente jesuíta. Nos anos 1980, no aniversário do colégio, ele foi convidado, mas recusou: “Não vou voltar a um lugar do qual fui expulso.””⁸

No poema *No meio do Caminho* de 1928, Drummond diz:

No meio do caminho tinha uma pedra
 Tinha uma pedra no meio do caminho
 Tinha uma pedra
 No meio do caminho tinha uma pedra
 Nunca me esquecerei desse acontecimento
 Na vida de minhas retinas tão fatigadas

⁷ Entrevista que o teólogo Alex Villas Boas concedeu por e-mail à IHU On-Line sobre as relações entre Teologia e Poesia e o pensamento poético teológico de Carlos Drummond de Andrade. Disponível em: <http://www.ihuonline.unisinos.br/artigo/4040-alex-villas-> Acesso em: 15 de mai. 2020.

⁸ SILVEIRA, Cristiane. No meio do caminho tinha o Aurora Collegial. Disponível em <http://www.viladeutopia.com.br/no-meio-do-caminho-tinha-o-aurora-collegial/> Acessado em 20.05.20.

Nunca me esquecerei que no meio do caminho
 Tinha uma pedra
 Tinha uma pedra no meio do caminho
 No meio do caminho tinha uma pedra.

A pedra foi um acontecimento em seu caminho, algo que Drummond jamais apagou de sua memória. A pedra seria tanto o professor de gramática do colégio jesuíta quanto as pedras que ele via quando transitava pelas ruas das cidades históricas de Minas; é também uma pedrada na gramática literária conservadora, afinal, “o jovem poeta já brigava com a gramática acadêmica” (Documentário O poeta das Sete Faces, 2002) e por toda a sua vida fez poesia anticonvencional.

Na *Fria Friburgo* publicado em *Boitempo – esquecer para lembrar*, poemas como *Fim da Casa Paterna*, *Primeiro Dia*, *Segundo Dia*, *Terceiro Dia*, *Pavão*, *Marcas de Gado na Alma*, *Verso Proibido*, *Recusa*, *Inventor*, *Punição*, *Discursos*, *Adeus ao Colégio*, *Certificados Escolares*, *Primeiro Colégio*, *Fim da Casa Paterna* e *Figuras*, enxovalham suas memórias dos tempos do colégio Anchieta.

No poema *Fim da Casa Paterna*, Drummond de Andrade (2017) diz:

Risos perguntando, maliciosos
 no pátio de recreio, imprevisível
 A fisionomia indecifrável
 dos padres professores.
 Vou dobrar-me
 à regra nova de viver.
 Ser outro que não eu.

Esse poema narra o pequeno Drummond saindo da casa de sua família que o interna no colégio dos jesuítas de Nova Friburgo, revelando o que viu por lá – os indecifráveis padres no pátio que ensinará as regras inacianas: despir-se de sua primeira vida e de toda a sua essência para renascer sendo outro, na fé, na honra e na glória dos Companheiros de Jesus que lhe inculcará nova vida, regrada, obediente, sofrida e austera onde os cubículos e o pátio são os espaços edificadas para tudo isso.

Já em *Primeiro Dia*, Drummond de Andrade (2017) diz:

Resumo do Brasil no pátio de areia fina.
 Sotaques e risos estranhos.
 Continente de almas a descobrir
 palmo a palmo, rosto a rosto,
 número a número,
 ferida a ferida.
 Mal nos conhecemos, a palavra-mistério
 na pergunta-sussurro
 é pedrada na testa:

— Você gosta de foder?

Também um poema revelador, destacamos os trechos “pátio” e “número a número” pois remetem a características essenciais do método pedagógico dos inacianos. Todos são alunos numerados, como que suas vidas fossem reduzidas a série e tudo isso no espaço principal do colégio jesuíta, o pátio, onde reúnem-se, confinam-se, doutrinam-se, inculcam-se, agrupam-se, recolhem-se, enumeram-se e reduzem-se. O pátio é o espaço criado para a aplicação da *Ratio Studiorum*, o espaço do aristotélico-tomismo do século XVI revisitado no XX.

No *Segundo Dia*, Drummond de Andrade (2017) diz:

Sou anarquista. Declaro honestamente.
 (A tarde vai cerzindo no recreio
 o pano de entrecortada confissão.)
 Espanto, susto. Como?
 O quê? Por quê? Explica essa besteira.
 A solução é a anarquia. Sou
 anarquista. Nem de longe vocês captam
 o sublime anarquismo. Sou.
 Com muita honra. Mas vocês, que são?
 Vocês são uns carneiros
 de lã obediente.
 Zombam de mim. Me vão: Anarquista
 a-nar-quis-tá a-nar-quis-tá-tá!
 (Medo de mim, oculto em gozação?)
 O bicho mau, o monstro repelente
 conspurcando o jardim de Santo Inácio.
 Avançam. Topo a briga. Me estraçalho
 lutando contra todos. Furor mil.
 Morro ensanguentado. Não. Não mato algum
 nem me tocam sequer.
 Negro e veloz, chegou a tempo
 o Padre, e me salva do massacre,
 porém não do apelido: o Anarquista.

Um poema maculador, Drummond revela o seu apelido, o anarquista, que foi dado pelos padres professores. Orgulha-se de manchar os jardins do pátio, o coração da arquitetura de Santo Inácio e de ser diferente das ovelhinhas numeradas. Insultado pelos colegas e por seus superiores por ser um aluno difícil de doutrinar, desafiava a regra e a obediência tão caros a pedagogia jesuítica, denunciando uma pedagogia que violentava, vigiava, punia e que resultava na aplicação de *bulling*.

Marcas de Gado na Alma corrobora com *Segundo Dia*, nele Drummond de Andrade (2017) diz:

Bicanca, Sapo Inchado, Caveira Elétrica,
 Pistola Dupla, Zé Macaco, Apara Aí,
 Quisira,
 Marreco,

Massa Bruta...
 Ainda bem que o apelido de Anarquista
 tem certa dignidade assustadora.
 Isso consola?

Aqui, Drummond denuncia os secretos *bullings* atribuídos pelos professores padres para marcar suas ovelhas ou como queria Drummond, “seus gados”. Uns eram vistos como obesos, outros como patos, macacos, caveiras, sapos, e por aí se vai, cada um com seus gentis apelidos atribuídos. Em meio a tanta mesmice, regularidade, massificação e brutalidade, Drummond sentia-se até orgulhoso pelo apelido de anarquista, que, comparado aos dos outros do rebanho, era sofisticado. Um poema que mostra conspurcando como eram tratados os pupilos, a clientela na carteira de clientes dos Companheiros de Jesus.

No poema *Terceiro Dia*, Drummond de Andrade (2017) diz:

Mamãe, quero voltar
 imediatamente.
 Diz a Papai que venha me buscar.
 Não fico aqui, Mamãe, é impossível.
 Eu fujo ou não sei não, mas é tão duro
 este infinito espaço ultrafechado.
 Esta montanha aqui eu não entendo.
 Estas caras não são caras da gente.
 E faz um frio e tem jardins fantásticos mas sem
 o monsenhor, o beijo, a crisandália
 que são nossos retratos de jardim.
 hora de banho madrugadora
 de chuveiro gelado, todo mundo.
 E faz um frio... a caneta está gelada.
 Não te mando esta carta
 que um padre leria certamente
 e me põe de castigo uma semana
 (e nem tenho coragem de escrever)”

Outro poema denúncia, que berra, um apelo, um suplício, poema medo, que alerta como é o espaço fechado para a disciplina rígida, fria, dura e sofrida, uma espécie de disciplina pós-medieval que se achava atual, uma nova idade média numa modernidade média.

Em *Pavão*, Drummond de Andrade (2017) diz:

A caminho do refeitório, admiramos pela vidraça
 o leque vertical do pavão
 com toda a sua pompa
 solitária no jardim.
 De que vale esse luxo, se está preso
 entre dois blocos do edifício?
 O pavão é, como nós, interno do colégio.

Esse é um poema crítico, auto crítico e zombador, o pavão é belo, de repertório múltiplo e refinado, vive em local lindo e privilegiado, é poderoso e intocável, mas, é preso, carente de liberdade, assim como são os alunos dos jesuítas presos nos blocos dos edifícios e ou em seus pátios. Assim são também suas colegiais autoridades.

No poema *Verso Proibido*, Drummond de Andrade (2017) diz:

Há os que assobiam Meu Boi Morreu,
os que cantarolam Luar do Sertão.
O 48, da Divisão dos Médios,
embala o pensamento repetindo:
Santo Inácio de Loiola,
fundador desta gaiola
Vai distraído pelo pátio.
Escutam-no, levam-no à cafua.
Em vão tenta explicar
que o verso não é seu,
é de todo mundo,
é de ninguém.
Fica em solidão o tempo necessário
para aprender, contrito,
que com Santo Inácio não se brinca
nesta gaiola.

Nesse poema Drummond relata o pátio do colégio, local construído para a numeração e a seriação para argumentação da doutrina e da conversão, e que segundo ele, uma gaiola, uma prisão. E avisa que se não entrar na ordem, na rigidez e na disciplina, conhecerá a punição, da tropa de elite do capitão, Santo Inácio, sábio e poderoso, herdeiro e guardião da maior honra e glória de Deus.

Em *Punição*, Drummond de Andrade (2017) diz:

“74, fique de coluna.”
Lá vou eu, de castigo, contemplar
por meia hora o ermo da parede.
Meia hora de pé, ante o reboco,
na insensibilidade das colunas
de ferro (inaciano?) me resgata.
Eis que eu mesmo converto-me em coluna,
e já não é castigo, é fuga e sonho.
Não me atinge a sentença punitiva.
Se pensam condenar-me, estão ilusos.
A liberdade invade minha estátua
e no recreio ganho o azul distância.

Aqui narra seu número na seriação do colégio, era 74, dialoga e evidencia a parede, as colunas e o reboco da arquitetura do colégio como espaço do castigo, da frieza, da força e da dureza da arquitetura inaciana, assim como sua proposta pedagógica que é inspirado nos Exercícios

Espirituais de seu fundador, misturando um aristotélico-tomismo escolástico com *modus parisienses* e que em 1599 resultaria na famosa e poderosa *Ratio Studiorum*.

Em *Discursos*, Drummond de Andrade (2017) segue defenestrando:

Chegam os padres de Paris.
São festejados com discursos.
Fazem anos os padres importantes.
Envolve-os o aroma de discursos.
Convalescem os padres de sombrias
pneumonias duplas.
Em discursos a alta se proclama.
Que fizeram de imenso?
Chegaram,
aniversariaram,
enfermaram,
escaparam.
A oratória celebra estes prodígios
em tropos sublimes. Como falam
bonito meus colegas.
Que anástrofes, metáforas, perífrases,
que Cíceros, Demóstenes e Ruis.
Na aula de Português eles nem tanto.
Mas é soltar o verbo, e jorram
estrelas em forma de vocábulo
para saudar nossos amados guias.
O espírito da eloquência
baixa de não sei onde e lhes inspira
rasgos terreaux de Mont'Alverne.
É pena: ainda não vi
ninguém fazer um discursinho mesmo chocho
ao Irmão Falcão, enaltecendo
a grata, oportuna cervejinha
por ele fabricada.

Esse poema relata as virtudes e os vícios dos padres, escancara como os Dez Mandamentos se esbarram nos Sete Pecados Capitais, mostra a vida eloquente, culta, viajada, cosmopolita, erudita, engenhosa dos padres professores jesuítas com seus vetores clássicos e neoclássicos, mas também a vida mundana, pecadora, fofqueira e orgulhosa.

No poema *Recusa*, Drummond de Andrade (2017) diz:

Não entendo, não engulo este latim:
Perinde ac cadaver.
“Você tem que obedecer como um cadáver.”
Cadáver obedece?
Tanto vale morrer como viver?
Para isso nos chamam, nos modelam?
Bem faz Padre Filippo:
cansado de obedecer, vai dar o fora
para viver no mundo largo
a fascinante experiência de só receber ordens
do seu tumultuoso coração.

É o poema da recusa a obediência, é a libertação da marcação, dos rótulos, é a exaltação ao eu interior, divino e absoluto, a verdadeira vontade, seguir seu próprio caminho ouvindo a voz do coração, e não das opiniões alheias que não corroboram, pelo contrário, reprimem, fazem valer uma autoridade e uma moralidade divina que não tem ou não são merecedores disso, afinal “como pode um padre falar do inferno sem ter nunca estado lá”, e assim como disse no poema *Inventor*, vivem “Entre Deus, que comanda, e guris, que obedecem, e aulas a dar” (ANDRADE, 2017)”.

Dividido em três partes, no poema *Adeus ao Colégio*, Drummond de Andrade (2017) diz:

I

Adeus, colégio, adeus, vida
vívda sob inspeção,
dois anos jogados fora
ou dentro de um caldeirão
em que se fritam destinos
e se derrete a ilusão.
Já preparo minha trouxa
e durmo na solidão.
Amanhã cedo retiro-me,
pego o trem da Leopoldina,
vou ser de novo mineiro.
Da angústia a lâmina fina
começa a me cutucar.
É uma angústia menina,
ganhará forma de cruz
ou imagem serpentina.
Sei lá se sou inocente
ou sinistro criminoso.
Se rogo perdão a Deus
ou peço abrigo ao Tinhoso.
Que será do meu futuro
se o vejo tão amargoso?
Sou um ser estilhaçado
que faz do medo o seu gozo.

II

Nada mais insuportável do que essa viagem de trem.
Se me atirassem no vagão de gado a caminho do matadouro
talvez eu me soubesse menos infeliz.
Seria o fim, e há no fim uma gota de delícia,
um himalaia de silêncio para sempre.
Não quero ouvir falar de mim.
Não quero eu mesmo estar em mim.
Quero ser o barulho das ferragens me abafando,
quero evaporar-me na fumaça,
quero o não querer, quero o não quero.
Como custa a chegar o chão de Minas.
Será que se mudou ou se perdeu?
Olho para um lado. Para outro.
O esvoaçar de viuvez
no todo preto da senhora à esquerda,
no preto dos vestidos, das meias e sapatos
de duas mocinhas de olhos baixos,
não tão baixos assim. Essa os levanta,

cruza com os meus, detêm-se. O luto evola-se.
 É um dealbar no trem tristonho,
 sonata em miosótis, aragem na avenca
 súbito surginte
 em jarra cristalina.
 Cuidados meus, desgraças minhas,
 eia, fugi para bem longe.
 O idílio dos olhos vos expulsa,
 como expulso fui eu, ainda há pouco,
 de outra forma — que forma? nem me lembra.
 Vem do céu a menina e a ele me leva,
 leves, levíssimos os dois.
 Palavra não trocamos: impossível
 mãe presente.
 E para que trocá-las, se nem sei
 se vigoram palavras nesta esfera
 diáfana, a que me vejo transportado?
 Nem ideia de amor acode à mente,
 que o melhor de amar não é dizer-se,
 nem mesmo sentir-se: é nos abrir
 a mais sublime porta subterrânea.
 Estou iluminado
 por dentro, no passado,
 no futuro mais longínquo
 e meu presente é não estar no tempo
 e alçar-me de toda contingência.
 De banco de palhinha a banco de palhinha,
 entre fagulhas de carvão
 fosforescentes na vidraça,
 entre conversas e pigarros,
 diante do chefe de trem que picota bilhetes,
 torna-se a vida bem não desgastável
 se a menina sorri
 quase sem perceber que está sorrindo.
 Nem a irmã reparou. Mas eu colhi
 a laranja de flores deste instante
 que vou mastigando como um deus.
 Foi preciso sofrer por merecê-la?
 Agora que a alcancei, não deixo mais
 este comboio, este sol...

III

Por que foi que inventaram
 a estação de Entre Rios?
 E por que se exige aqui baldeação
 aos que precisam de Minas?
 Já não preciso mais. Vou neste trem
 até o infinito dos seus olhos.
 Advertem-me glacialmente:
 “Tome o trem da Central e vá com Deus”.
 Como irei, se vou sozinho e sem mim mesmo,
 se nunca mais, se nunca mais na vida
 verei essa menina?
 Expulso de sua vista
 volto a saber-me expulso do colégio
 e o Brasil é dor em mim por toda parte.

Esse poema é uma espécie de retrospectiva da memória do que viveu e experimentou no Colégio Anchieta dos jesuítas em Nova Friburgo (RJ) e, ao contrário de uma metodologia

pedagógica que verifica a vontade do aluno, instruindo-o ao conhecimento que parte dele próprio, o efeito da *Ratio Studiorum* foi nocivo a Drummond, trouxe lhe, como narra o poema, uma vida vivida sob inspeção, dentro de um caldeirão, que se fritam destinos e derrete a ilusão, angústia em forma de cruz, sinistro, medroso e criminoso. Foi “expulso no escuro com seus certificados escolares” (ANDRADE, 2017) do colégio em nome de Deus, fazendo surgir dentro de si um sentimento de um Brasil de dor por toda a parte, uma dor de longa duração, que aqui padece desde as remotas quadras com seus pátios quinhentistas.

A poesia de Drummond foi crítica voraz da religião, talvez seja reflexo da forma como o espelho da religião foi introduzido em sua vida. Outro poema de cruel crítica religiosa foi *O padre, a moça*, onde o padre furta e moça e foge, negro amor, “o padre diabo em forma de gente sagrado”, o padre que possui sexualmente a moça, “levando o Cristo e o Crime no alforje”, “levando outras meninas para o negro destino na escuridão da batina, é noite de padre”, a moça que diz: “Padre, me roubaste a donzela ou fui eu que te dei o que era dável?” (ANDRADE, 1962). O poema denuncia o amor proibido, mundano e criminoso entre uma moça e um negro padre. O amor não é uma propriedade e deve ser livre de preceitos religiosos, morais e sociais construídos. É como que, mesmo de forma cifrada e velada, Drummond questionasse os mesmos homens que o expulsaram do colégio por insubordinação, afinal, quer insubordinação maior que essa, violar o voto de castidade e provar que mesmo na escola de seus iniciados os companheiros de Jesus apresentam falhas, e a falha te afasta do divino e comunga com o demasiadamente humano.

2.5.1.2 Figuras do Selo de Minas: nos tempos do SPHAN

Idealizado por Francisco Campos e Gustavo Capanema, que eram agentes dos jesuítas Cardeal D. Leme e Leonel Franca, principais responsáveis pela instrumentalização da educação como ferramenta no processo de conquista da unidade e da identidade nacional como forma de manutenção do poder da Igreja e da própria ditadura Vargas, o SPHAN era um aparelho do Estado ligado ao MEC. Nos tempos de Drummond no SPHAN, destacamos os poemas *Figuras*, *Em Evocação de Mariana*, *Em Estampas de Vila Rica*, *São Francisco de Assis*, *Ausência de Rodrigo*, *Pico do Itabirito* e duas crônicas, *Lucio Costa na Repartição* e *Lucio Costa e o papal mágico*.

No poema *Figuras*, Drummond de Andrade (2017) diz:

Capanema, o estudante
três vezes estudante, e completo.

O completo vadio,
 ignoro se sou. Sei que não sei
 estudar, e isto é grave. Jamais aprenderei.
 Vou rasgando papéis pelo pátio varrido.
 Todos riem baixinho. Volto-me, pressentimento.
 Atrás de mim Padre Piquet vem, passo a passo,
 pousa em meu ombro a punição.

Drummond deveu muito a Capanema. Em 1930, Drummond assume a chefia de gabinete do então chefe da Secretaria de Interior e Justiça de Minas Gerais, seu amigo de infância nos pátios, e, como descreve o poema, ao contrário de Drummond era regrado, obediente e disciplinado. Permanece com o amigo mineiro quando este assume o Ministério da Educação e da Saúde Pública (MESP), passando então a ocupar a chefia do gabinete ministerial até 1945, quando então, findado o período de Capanema à frente da pasta, ocupa-se à equipe do SPHAN, dirigido por outro amigo, Rodrigo Melo e Franco de Andrade, o mesmo que anteriormente o havia indicado para trabalhar na Secretaria de Educação de Minas Gerais em Belo Horizonte, como chefe da Seção de História – função subordinada diretamente a Lucio Costa, por onde se aposentaria em 1962.

Em *Em Evocação de Mariana*, Drummond de Andrade (2006, p.75) diz: “A Igreja era grande e pobre. Os altares, humildes”, uma narrativa da característica pobre, austera que marcou a arquitetura religiosa barroca luso-brasileira. No poema *Em Estampas de Vila Rica*, em *São Francisco de Assis*, Drummond diz:

Não entrarei, senhor, no templo, seu frontispício me basta.
 Mas entro, senhor, me perco
 Na rósea nave triunfal
 Porque tanto baixar o céu?
 Perdão, senhor, por não amar-vos

Esse poema atesta sua descrença, seu ceticismo religioso, ao mesmo tempo em que comunga com a memória e história da arquitetura religiosa que fez Minas Gerais.

O poema *Ausência de Rodrigo*, Drummond de Andrade (2015) diz:

Onde está, onde estará Rodrigo
 O dos entalhadores pintores pedreiros
 José Manuel Raimundo elisiário simplesmente
 Retirados por sua mão prospectora
 Do bolor dos códigos
 De mortas confrarias?
 Dele não há notícia melodiosa
 Em Alguma parte de Alcântara ou Sete Povos?

Aqui Drummond se dedica ao amigo dos tempos de adolescente, companheiro que o ajudou a prosperar na carreira, seja de poeta, seja de tombador, deixando claro que o patrimônio jesuítico, representado pelos Sete Povos da Missões (RS), era não só o ponto de partida das ações do SPHAN, mas a “menina dos olhos de Rodrigo”. Isso evidencia a importância das Missões para a construção da modernidade brasileira.

Figura 43 – Carlos Drummond de Andrade, Rodrigo Melo Franco de Andrade e Gustavo Capanema.



Fonte: Arquivo do IPHAN.

No poema *Pico do Itabirito*, Drummond de Andrade (2017) diz:

Mas eis que salta o Conselho
dos homens bons da DPHAN,
no caso mete o bedelho
e na brisa da manhã.

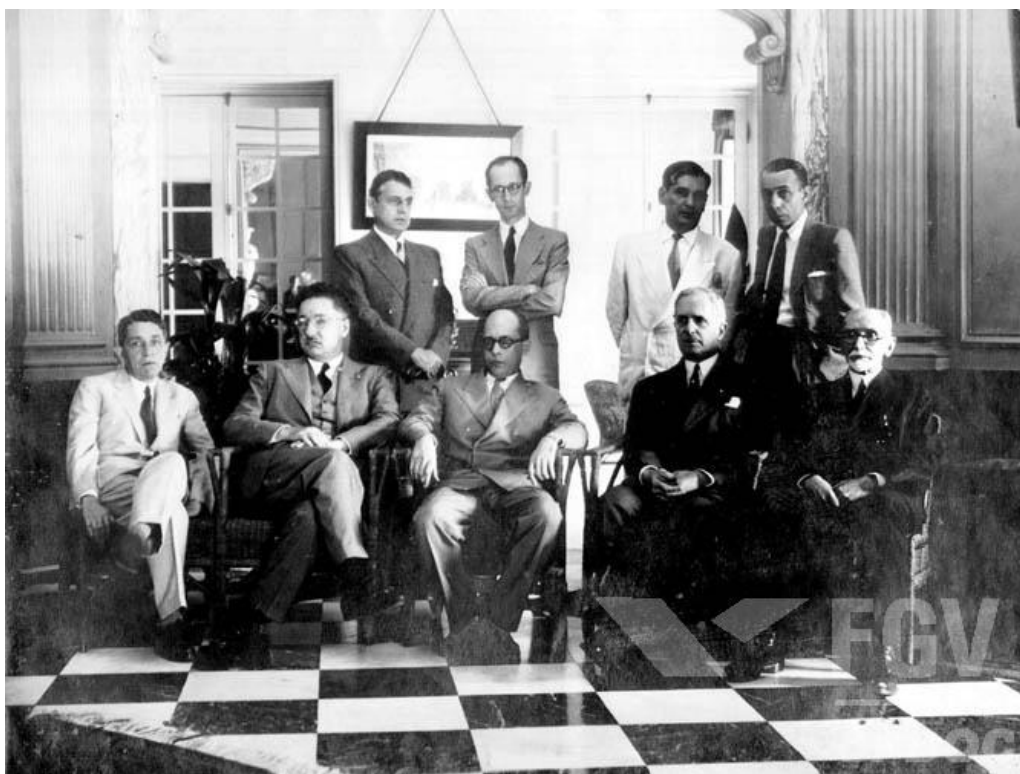
Esse poema remete ao seu trabalho no DPHAN, sintetizando parte da busca de Rodrigo e Lucio no barroco mineiro como parte da construção da brasilidade moderna.

Drummond fala de Lucio Costa nos tempos do SPHAN em uma crônica intitulada “*Lucio Costa na Repartição*” publicada pelo Jornal do Brasil em 4 de março de 1982 dizendo o seguinte:

Trabalhei cerca de 12 anos ao lado de Lúcio Costa, num canto de sala do Ministério da Educação...dirigir-me um olhar quase silencioso...Pouco nos falávamos, mas nós entendíamos bem. Lucio não tinha hora para chegar ou sair. Dizia-se mais um

consultor de Rodrigo M.F de Andrade, diretor do PHAN, do que um burocrata responsável pela Divisão de Estudos e Tombamento. Eu era seu subordinado, como chefe da seção de história...em geral preferia manter-se ao silêncio - que eu respeitava como se respeita o silêncio das igrejas...parecia querer mesmo se ocultaram de todos e de tudo, até do nome de Lúcio Costa. (JORNAL DO BRASIL, ed. 326, 1982, p. 12).

Figura 44 - Gustavo Capanema, Carlos Drummond de Andrade e Rodrigo Melo e Franco e outros no Jockey Clube por ocasião de banquete oferecido a Fred Soper, diretor da Fundação Rockefeller, 16 de março de 1940.



Fonte: CPDOC – FGV – Arquivo Gustavo Capanema. Classificação: GC foto 184.

Em outra crônica intitulada “*Lucio Costa e o papel mágico*” publicado no dia 09 de março de 1982 no Caderno B do Jornal do Brasil, Drummond se diz espantado com a surpresa nada costumeira de Lucio Costa ao mostrar-lhe o que Drummond chamou de “rabisco que pulsava”, que nada mais era do que o plano da nova capital federal:

Parecia o mais vago dos homens...ele era um observador sagaz do mundo e da vida brasileira em particular...sua inclinação natural para a penumbra, o bastidor, a ocultação de si mesmo...No mais, que o deixem viver sossegado, reflexivo, quase uma sombra, na retaguarda dos que brilham e adoram brilhar com luz própria ou de empréstimo. Este nobre e humilde senhor não quer que o aborçam. Será que estou aborrecendo com estas lembranças do corredor onde trabalhávamos juntos e calados? (JORNAL DO BRASIL, ed. 331, 1982, p. 2).

Essas crônicas escritas por Drummond sobre Lucio Costa referem-se às comemorações dos oitenta anos do arquiteto moderno nacional e evidenciam um lado pouco falado e estudado de Lucio Costa, o lado sombra e silencioso, uma pessoa enigmática, misteriosa e extremamente reservada, assim como foram suas relações com a Igreja e seus jesuítas; e também sobre os

“papeis mágicos” de Lucio, e quem pudera dizer melhor sobre eles são os concorrentes para o concurso do projeto para a execução do edifício do Ministério da Educação e o projeto de Brasília.

Segundo apontam Frajndlich e Romero (2019, n.p):

a noção iluminista de nacionalismo, imbuída na universalidade cultural defendida por Costa, Drummond e demais membros equipe de Rodrigo Melo, foi o fio condutor dos trabalhos técnicos conduzidos pelo SPHAN com vistas a um projeto conciliador em âmbito nacional que envolvia a Igreja. Dessa forma, ao compartilhar suas noções de vanguarda, os autores colaboraram na construção de nexos entre modernidade e religiosidade via política patrimonial. Cabe analisar os sintomas estéticos que a presença da religiosidade imprime nas manifestações artísticas desses autores.

Para Romero (2020, p.31):

o campo estético também foi palco de conciliações. Tomando literatura e arquitetura como exemplos paradigmáticos, nota-se a presença de um vocabulário religioso no seio da geração modernista, mesmo quando o discurso aponta para uma oposição às instâncias religiosas. O texto aborda a produção de alguns dos principais expoentes da literatura modernista, tais como Mario de Andrade e Carlos Drummond de Andrade, e suas implicações frente ao panorama moralista do Estado.

Prossegue Romero (2020, p.64) dizendo que:

a superficialidade da cultura brasileira comprometida com as elites imprimir-se-ia na política do SPHAN, em 1937: no embate entre romantismo nacionalista e iluminismo universalista, o passado deveria ser revisitado e, a partir dele, uma nova narrativa construída que atendesse aos requisitos de tradição nacional que interessava a grupos específicos, entre eles a Igreja. Incluído nessa cultura conciliatória, o modelo teórico proposto por Lucio Costa não apenas compõe a matriz iluminista do pensamento nacional como transforma a arquitetura moderna no produto apoteótico dessa formulação. Na prática, os intelectuais que marcaram presença nos aparelhos institucionais do período Vargas foram aqueles que se submeteram às regras do campo político vigente. Ou seja, replicaram, em diferentes níveis, a habilidade política de Capanema para firmarem se num campo social dominado por elites. Essa característica é comum a Drummond, Lucio Costa, Rodrigo Melo Franco de Andrade e até mesmo ao comunista Oscar Niemeyer: divergências e militâncias não se fizeram públicas – ao menos não ostensivamente. O grito de angústia e insatisfação ficou restrito ao campo artístico, situação que tem em Drummond sua maior demonstração, e o Estado soube absorver o conteúdo deste campo na medida de sua conveniência. Mais do que uma adequação ideológica, os principais e mais atuantes nomes do modernismo brasileiro souberam adequar-se aos objetivos institucionais das elites, inclusive da Igreja.

Figura 45 – Crônica de Drummond intitulada “Lucio Costa na Repartição”.

Drummond

LÚCIO COSTA NA REPARTIÇÃO

Freqüentemente surpreendia, pois se esperava que ele tivesse esse ou aquele ponto-de-vista, que parecia ser o mais evidente e o mais afeiçoado à sua linha intelectual. Mas ele vinha com alguma coisa totalmente nova, fundamentada com rigor, que nos forçava a considerar aspectos imprevisos do problema. Às vezes chocava, pela novidade da colocação; depois, ruminando o texto após mais de uma leitura, o que



Lucio Costa em 1944

Fonte: Jornal do Brasil. ed.326 de 03 de março de 1982, p.12. Arquivo do Jornal do Brasil - Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional (RJ).

Enfatiza Romero (2020, p.116 e 117) de que:

para Capanema, a presença de autores como Carlos Drummond e Mario de Andrade nas políticas públicas estava apoiada não só em afinidades pessoais, como também na própria escassez de técnicos capacitados para colocar em prática os planos da pasta. Do lado dos intelectuais, existia o risco de protagonizar a traição de sua função em favor dos projetos políticos em curso. Alguns dos autores, especialmente Drummond, transpareceram em suas obras artísticas a angústia dessa condição, a consciência de que “a mão está suja”. A arte, para Drummond, deveria abarcar um componente moral: uma missão, fundada em valores superiores. A arte aponta para uma transcendência. Nos textos do poeta mineiro, bem como nos textos de Mario de

Andrade, há tentativas de subversão aos valores católicos. No entanto, tais tentativas esbarram na concepção transcendente da arte: o desconforto pela constatação do rompimento um compromisso moral.

Para Marcia Chuva (2003, p. 114 e 115):

intelectuais de peso que moldaram o patrimônio histórico e artístico brasileiro, como Lucio Costa, Rodrigo Melo Franco de Andrade e Carlos Drummond de Andrade – embora consagrados por outras vias de reconhecimento e inserção social – tendo em mãos seus passaportes para a modernidade – atuaram decisivamente dentro do governo Vargas, especialmente no Estado Novo. Esses intelectuais tornaram-se, a um só tempo, funcionários dedicados do SPHAN, onde consolidaram todo um pensamento acerca do patrimônio histórico e artístico brasileiro... Nomeá-los “modernistas” não seria suficiente... para alguns modernistas, as características regionais eram sinal de atraso e obstáculo à atualização da cultura brasileira e, para outros, ao contrário, eram depositárias da verdadeira identidade. Rodrigo Melo Franco de Andrade, Carlos Drummond de Andrade e Lucio Costa identificavam-se profundamente entre si, pela crença na universalidade – e, conseqüentemente, na origem comum – da cultura e da arte, sendo este um ponto crucial na concepção de nação que se consagrou no Brasil a partir do SPHAN.

Rufinoni (2014, p.248) destaca um posicionamento escancarado de Drummond sobre a questão da identidade e da nacionalidade, em carta a Mário de Andrade em 1924:

Reconheço alguns defeitos que aponta no meu espírito. Não sou ainda suficientemente brasileiro. Mas, às vezes, me pergunto se vale a pena sê-lo. Pessoalmente, acho lastimável essa história de nascer entre paisagens incultas e sob céus pouco civilizados. Tenho uma estima bem medíocre pelo panorama brasileiro. Sou um mau cidadão, confesso. É que nasci em Minas, quando devera nascer (não veja cabotinismo nesta confissão, peço-lhe!) em Paris. O meio em que vivo me é estranho: sou um exilado. E isto não acontece comigo, apenas: “Eu sou um exilado, tu és um exilado, ele é um exilado”. Sabe de uma coisa? Acho o Brasil infecto. Perdoe o desabafo, que a você, inteligência clara, não causará escândalo. O Brasil não tem atmosfera mental; não tem literatura; não tem arte; tem apenas uns políticos muito vagabundos e razoavelmente imbecis ou velhacos. Entretanto, como não sou nem melhor nem pior do que os meus semelhantes, eu me interesso pelo Brasil. Daí o aplaudir com a maior sinceridade do mundo a feição que tomou o movimento modernista nacional, nos últimos tempos: feição francamente construtora, após a fase inicial e lógica dos falsos valores. Carta de 22 de novembro de 1924”.

Por fim, Rufinoni (2014) conclui que assim foi Drummond no SPHAN, e em toda a sua poesia, viveu “o drama entre arte engajada, a busca da concepção nacional” e a crítica impiedosa à Igreja e sua metodologia pedagógica que ajudou a forjar a nacionalidade brasileira.

2.5.1.3 Na Revista A Ordem, um Ode a Jackson de Figueiredo, A máquina do Mundo

A revista A Ordem indicou, exaltou e propagandeou o grande poeta moderno Carlos Drummond de Andrade. Assim, os poemas de Drummond, ex-aluno dos jesuítas, foram parar nas páginas da revista A Ordem, ligada ao centro D. Vital, preconizada pelo jesuíta D. Leme onde outro jesuíta, Leonel Franca, era o censor maior da revista liderada pelos intelectuais

orgânicos jesuítas. Uma grande ironia. Em *Ode a Jackson de Figueiredo* Drummond diz: “Como estes, eu me sinto pobre na pobreza de não ser tido dos teus Jackson” (A ORDEM, 1955, p.77).

Um de seus consagrados poemas, *A Máquina do Mundo*, foi escolhido e publicado com destaque na dição 5B de 1949. Assim, Drummond que teceu, mesmo que velado, severas críticas aos jesuítas em seus poemas, colaborava com o projeto da Igreja de aparelhar a educação por meio do patrimônio e da identidade nacional para manutenção do poder no governo Vargas. Porém, mesmo sendo o poeta nacional da ditadura varguista nunca perdeu o engajamento de sua poesia, advinda do seu ser e das profundezas de sua individualidade.

A primeira impressão que temos de Drummond é de que parece ter sido uma pessoa triste, e aqui, assumindo a responsabilidade de ousar dizer, com todo respeito é claro, que se revela para nós também como cético e reprimido. Quis ser um jesuíta mas não tinha requisitos para isso, falhou, pelo bem da poesia, no quesito disciplina, tão caro à formação dos inicianos, visto por eles como um anarquista e insubordinado mental.

A arquitetura dos colégios jesuíticos bem como seus pátios foi objeto da poesia de Drummond ao longo de sua vida e sua obra. Não era por menos, o pátio marcou e marca a vida de alunos inicianos desde o século XVI, é o coração da arquitetura jesuítica, foi projeto com um significado: do aristotélico-tomismo revisitado, dos Exercícios Espirituais, resultando na *Ratio Studiorum*, uns dos primeiros métodos pedagógicos modernos. Michel Foucault, em entrevista para *The Cultural Studies Reader*, London, Routledge e publicada na revista do IPHAN número 23 de 1994 intitulada *Espaço e Poder*, elegeu padres como figuras-chave das configurações políticas que envolvem a dominação, pessoas nas quais o poder transita no campo das relações de poder. Nesse caso, os arquitetos jesuítas são figuras-chave no projeto da “intenção liberadora de vigiar e punir, o espaço religioso, enquanto um espaço de xenofobia, espaço que regula o sono, a refeição, o banho e percebe-se que tudo isso foi programado desde os tempos mais remotos” (IPHAN, 1994, p.144). Aqui vemos na ótica de Foucault que a arquitetura inicianiana é uma arquitetura disciplinar com uma tecnologia confessional, assim como foram as quadras com seus pátios para as *Ratios*, e que tanto o arquiteto Francisco Dias que foi responsável pela criação da identidade da arquitetura jesuítica no Brasil, quanto os padres obreiros tinham uma “intenção liberadora” em seu projeto em quadra com pátio central, uma arquitetura do “vigiar e punir”. Assim como coloca Foucault (2009), a educação moderna adentra, vigia e pune o corpo e a alma, uma pedagogia essencialmente religiosa em que o indivíduo deixa de ser o que é e renasce em uma nova vida, de penitência, subordinação, humilhação, provação, disciplina, ordem, austeridade, sobriedade, martírio, obediência

irrestrita aos seus superiores. Assim como foi durante a implantação para os filhos da aristocracia em seus pátios dentro de suas quadras desde 1549 até os primórdios do século XX, tempo em que Drummond a experimentou, sendo referência para “figuras” como Capanema, Rodrigo Melo e Franco, Francisco Campos, Alceu Amoroso Lima, todos educados na estratégica de poder de Leonel Franca e D. Leme durante a era Vargas, uma educação conservadora que iria formar cidadãos novos a partir do prisma da tradição da religião visando a aquisição da tão sonhada unidade e identidade nacional.

Figura 46 – D. Leme assiste Carlos Drummond de Andrade discursar durante cerimônia por ocasião da Semana da Criança, 1943.



Fonte: CPDOC – FGV – Arquivo Gustavo Capanema: Classificação: GC foto 306.

Talvez, a contribuição maior que Drummond tenha dado a Lucio Costa nos tempos de trabalhos conjuntos no SPHAN em busca de uma identidade moderna que voltava às tradições, sem dúvida, é sua experiência vivida no pátio jesuíta.

Hoje, a poesia de Drummond é estudada, afirmada, reconhecida e exaltada pelos jesuítas. Exemplo disso é o curso promovido pelo Centro Loyola de Belo Horizonte (MG) sobre a “temática do amor e da questão social presente em sua obra” conforme divulgado na matéria disponível em <https://www.jesuitasbrasil.org.br/2017/05/31/poesia-de-drummond-e-destaque-no-centro-loyola-de-bh/> Acessado em 20.05.20.

Assim, os jesuítas marcaram indelevelmente a vida de Drummond, desde a pedra no meio do caminho na *Fria Friburgo*, até o poeta consagrado e funcionário nacional do MEC e do SPHAN, um índice explícito das tramas entre modernidade e tradição.

2.5.2 Pintura e Arquitetura Moderna: Portinari e a escola dos Jesuítas

2.5.2.1 A catequese, 1941

Aqui dispensaremos apresentações sobre o menino de Brodósqui que descobriu Paris, que fez nome em São Paulo, que atuou na Escola Nacional de Belas Artes, que consagrou-se internacionalmente com o movimento moderno – um “pintor deformista com seus Picassos revisitados, sua pintura monumental, sua militância política e sua poética realista” (FABRIS, 1996); no entanto, tentaremos sintetizar todas essas características atribuídas ao mestre modernista recortando um tema recorrente em sua pintura modernista religiosa: os padres da Companhia de Jesus.

Começaremos pelo mural em têmpera feito por Cândido Portinari (1903-1962) para a Fundação Hispânica da Biblioteca do Congresso em Washington, nos EUA. Nesse mural, Portinari trabalha com os planos. Tem composições nos tons terra, rosa, cinza, azul, ocre, verde, branco, preto e vermelho. Sua textura é áspera, característica da pintura mural. No primeiro plano vemos uma cabaça, um baú, um curumim amarrado a um rolo de corda, um padre jesuíta em meio a três índias e outro padre jesuíta segurando um curumim, tudo isso em fisionomias vincadas e sombrias. No segundo plano vemos um pilão azul, a escola jesuíta, uma escada, outro padre jesuíta segurando a mão de outro curumim, um touro, uma cerca que corta o quadro dando-lhe profundidade, dimensão e separando o terceiro do quarto plano. No quarto plano, ao fundo, vemos o mar azul, três embarcações e três ocas de formas triangulares.

Uma índia veste o xadrez da ocidentalização e da colonização das Américas. Uma luz toma conta do pátio, o centro da quadra cercada. A cerca simboliza a geometrização e a racionalização do Novo Mundo. A linearidade, a simplicidade, a sobriedade da arquitetura da escola. Os tons negros se tornam cinzas e azuis. A luz do espírito santo na vestimenta preta e austera dos inacianos toma conta da cena central. A luz dos trópicos transforma a austeridade e a sobriedade do preto jesuítico em cinza, ou no azul refletido do mar. O cinza simboliza a compostura, solidez e estabilidade, características do espírito jesuítico. O simbolismo da escada está totalmente relacionado com a relação entre o céu e a terra que aparece como um suporte imaginativo da ascensão espiritual. A escola foi como uma escada, foi tanto uma ascensão divina quanto uma ascensão para alcançarem o objetivo da conquista, do domínio e da conversão, seja do território, seja da alma dos gentis e, conseqüentemente, o poder nas Américas. A catequese estava envolvida na arte do convencimento dos jesuítas retirando dos

índios seus filhos para tutelaram em nome dos reis ibéricos, demonstrando a importância do colégio jesuíta para a formação da nacionalidade latino-americana.

A corda simboliza ligação, vínculo, união, sobretudo quando possui um ou mais nós, significando uma ligação com as forças ocultas do universo, ou seja, a ligação histórica das Américas com os jesuítas e a Igreja, o vínculo e a ligação das crianças indígenas com as escolas jesuítas. A cerca do colégio restringe, confina, agrupa, reúne, prende, limita, regra, domina e doutrina. A cabaça é um recipiente, receptáculo, considerado símbolo feminino por vezes associado ao útero materno, ou seja, simboliza os jesuítas tirando os filhos das índias em nome do povoamento cristão nas Américas. O pilão tem em seu movimento vertical de vaivém comparado ao eixo do mundo que representa o eixo vertical da cruz, expressando assim a união das coisas celestes às coisas do mundo. O touro do Guernica de Pablo Picasso que foi para Portinari uma espécie de divisor de águas, representava a brutalidade e as trevas, e transpondo isso para a América, representa a brutalidade e as trevas que os jesuítas conquistaram, dominaram e converteram os silvícolas, uma brutalidade em todos os aspectos. O método do convencimento em si já é brutal, é elemento estruturante na modernidade de Inácio de Loyola, o fundador da Companhia de Jesus (1534). A cidade alta e a cidade baixa, referem-se a implantação e fundação das cidades. As três embarcações, simbolizam as primeiras naus que chegaram com Tomé de Souza trazendo os primeiros jesuítas para fundar Salvador, os primeiros colégios e as primeiras cidades. O balanço causado pelo jogo de paralelas das naus, do terreno e da cerca do colégio, um vai e vem tanto da esquerda quanto da direita. O azul simboliza tanto a calma, a tranquilidade, a serenidade, a harmonia e a frieza típicos dos padres jesuítas quanto a monotonia e depressão dos indígenas no processo de colonização. Os tons terra estão associados a significados como natureza, ao conforto e a simplicidade, a terra, estabilidade e confiança, o velho, o conservador, o moralista e o ultrapassado, a terra trabalhada, uma alusão a terra conquistada.

O colégio simboliza o poder da instrução, da educação e do código pedagógico dos jesuítas e seus Exercícios Espirituais. A geometria moderna em razão da tradição. A importância da catequese atrelada à *Ratio Studiorum* e o poder simbólico dos jesuítas para a formação da América. Mesmo que cifrado, Portinari não deixa de fazer uma crítica a atuação dos jesuítas no processo de aculturação e inculturação das Américas: no mural é possível entender que os padres tomaram dos índios vossas crianças.

Figura 47 – A Catequese, 1941, têmpera, Cândido Portinari.



Fonte: Reprodução de Fundação Hispânica da Biblioteca do Congresso, Washington, D.C.

2.5.2.2 O Retrato de Luiz Figueira, 1942

Esse é um retrato em carvão do padre jesuíta Luiz Figueira (1576-1643) para ilustração do livro do historiador jesuíta português Serafim Leite (1890-1969) em sua obra que conta a história da Companhia de Jesus no Brasil em vários tomos. O padre Luiz Figueira foi autor de uma das primeiras gramáticas da língua tupi denominada *Arte da Língua Brasilica* impressa em 1621. Estudado por Serafim Leite, teve um papel destacado nas missões do norte, sendo o primeiro jesuíta a adentrar a Amazônia.

Segundo Livia Pedro (2008), Serafim Leite foi o primeiro pesquisador a ter acesso aos documentos deixados pelos antigos jesuítas sobre o processo de colonização da América portuguesa, no *Archivum Societatis Iesu Romanum*, o arquivo central dos jesuítas em Roma. Era agente do projeto jesuítico de escrever sua história e defender a ação colonizadora e

civilizadora entre 1549 e 1759; sendo sua obra *História da Companhia de Jesus no Brasil* uma intenção de reforçar a capacidade civilizadora de Portugal e dos jesuítas enquanto potência colonial.

Figura 48 – Retrato do padre jesuíta Luiz Figueira feito por Cândido Portinari, 1942.

**Foi o primeiro jesuíta
que penetrou a Amazônia**

Como Cândido Portinari reconstituiu a fisionomia do Padre Luiz Figueira — Os 3º e 4º volumes da “História da Companhia de Jesus no Brasil” — O padre Serafim Leite, em entrevista à NOITE, agradece a valiosa intervenção do Instituto Nacional do Livro

(Texto na 6ª página)

A 40 KM

MOSCOU, 13 (U. P.) — Urgente — Informa-se oficialmente que o Exército russo renovou sua ofensiva no setor de Veliki-Luki, na frente central, e avançou 160 quilômetros ao sudeste dessa praça recentemente conquistada, com que se situou agora a quarenta quilômetros de Smolensk, chave de todo o sistema defensivo alemão naquela frente.



O padre Luiz Figueira, segundo o retrato ideado por Cândido Portinari

Fonte: Reprodução de A Noite (RJ) edição 11108 de 1943. Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional (RJ).

O desenho leva em conta a organicidade do carvão tão importante como ferramenta no processo de conquista, domínio e conversão do território por parte dos padres da Companhia, e em diversos aspectos que englobam desde o processo ensino-aprendizagem a geração de energia. O padre tem olhar firme e convicto, assim como são os iniciados nos pátios da Companhia, homem de traje e traços simples e marcas de expressão facial sofrida devido a vida

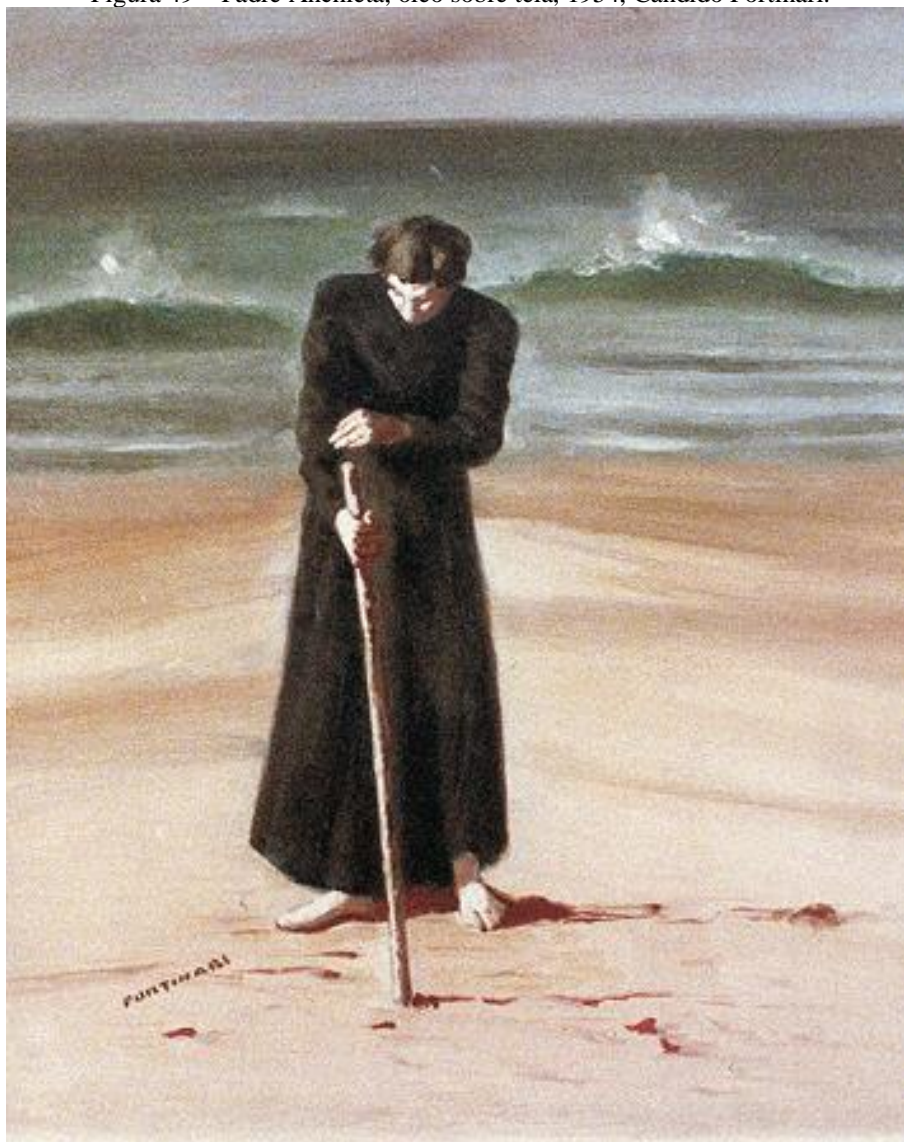
austera dos primórdios do período colonial. O desenho, produto de uma intervenção do INL que na época era dirigido por Sérgio Buarque de Holanda, outro modernista preocupado com o jesuitismo na formação da nacionalidade com o objetivo de legitimar a identidade do movimento moderno na historiografia, sob auspícios maiores de seu ministro Gustavo Capanema, significa a contribuição de Portinari na afirmação do poder simbólico que a Igreja exerce no Brasil desde 1500.

2.5.2.3 Padre Anchieta, 1954

Não mais no Estado Novo, no entanto ainda no governo “democrático” de Vargas (1951-54), no ano de 1954, que por coincidência é ano da morte de Getúlio e IV Centenário da fundação da cidade de São Paulo, outro mote jesuítico aparece como tema de sua arte, o óleo sobre tela do padre jesuíta José de Anchieta (1534-97) compondo o poema *A virgem na praia*. Nele vemos a geometria dominando a composição do quadro. O triângulo é estruturante em toda a pintura. Pontos triangulares estruturam o corpo do padre, entre suas pernas, seus pés e o cajado, e entre os pontos na areia. Dois triângulos formam a base do busto e do braço de Anchieta. Vemos pontos triangulares na areia. Vemos também um triângulo entre os pontos das duas ondas no mar e do cajado na areia. Duas ondas dão equilíbrio ao quadro, e junto ao horizonte efêmero que marca a areia da praia e do mar, cortam o quadro ao meio e dividem os planos. O horizonte dos mares verdes com o céu divide o segundo do terceiro plano.

O terceiro plano é abstração em tons sombrios, é imensidão, incerteza, solidão e prisão. Representa a austeridade e a sobriedade de Anchieta e o espírito de sua Companhia. A batina preta jesuítica que desbotada e surrada torna-se um preto amarronzado. Cifrados, o braço forma um esquadro e as pernas um compasso, e com esquadro e compasso, a geometria jesuítica se fazia moderna no Brasil. Preso na imensidão da areia da praia e do mar. Anchieta ficou refém dos tamoios em Iperoig em garantia a Cunhambebe que partiu com Manuel da Nóbrega até São Vicente com o fim de negociar o armistício da Confederação dos Tamoios. Segura um cajado simbolizando o pastoreio, não de ovelhas, mas dos índios das areais dos litorais tropicais e também o cajado como forma de consolo em momentos difíceis da vida, assim o fez para escrever o poema *A virgem* nas areais de Iperoig. O ideal neotemplário presente nas Constituições da Companhia parece confortá-lo, afinal, a morte em combate é gloriosa.

Figura 49 – Padre Anchieta, óleo sobre tela, 1954, Cândido Portinari.



Fonte: Reprodução de PADRE Anchieta. In: ENCICLOPÉDIA Itaú Cultural de Arte e Cultura Brasileiras. São Paulo: Itaú Cultural, 2020. Disponível em: <<http://enciclopedia.itaucultural.org.br/obra38274/padre-anchieta>>. Acesso em: 09 de Mai. 2020. Verbete da Enciclopédia. ISBN: 978-85-7979-060-7

A arte jesuítica do convencimento está presente nessa obra assim como no mural da Catequese nos EUA. Anchieta era exímio na arte do convencimento e assim, de fala mansa, convenceu os tamoios a se renderem. Até hoje os descendentes dos tamoios dizem que o padre Anchieta foi um traidor, prometeu aos tamoios uma paz que poucos anos depois foi quebrada, resultando no fim da Confederação, no extermínio dos índios envolvidos no conflito e selando a vitória dos portugueses com a ajuda dos jesuítas e tupiniquins na conquista do litoral. Garantiu-se, assim, a sobrevivência do Colégio de São Paulo e do Colégio do Rio de Janeiro, que, localizado ao alto do Morro do Castelo, torna-se a sede da cidade recém fundada por Mem de Sá mudando definitivamente os rumos da colonização.

Isso tudo significa modernidade e tradição, a geometria moderna buscando sua legitimação histórica, a importância dos jesuítas na formação da nacionalidade, o papel dos padres inicianos nas negociações com os indígenas e nas guerras coloniais que garantiram o território. A importância do poder simbólico dos jesuítas na criação da identidade moderna.

2.5.2.4 Entre o modernismo, o nacionalismo e o cristianismo

Os trabalhos de Portinari nesse período são frutos do Estado Novo, e como sabemos, os jesuítas que estavam por detrás de Capanema eram os agentes na Igreja na estrutura do governo Vargas. Exalta o tempo e a memória da longa duração, resgata o passado remoto do Brasil e com isso afirmava os símbolos tradicionais da formação da nacionalidade. Confirmava o poder simbólico dos jesuítas na formação do Brasil e do Estado Novo, legitimava a modernidade estado-novista com a modernidade do Regimento de 1548 considerado a primeira forma de modernização do Brasil e empreitado aos padres da Companhia. O tempo colonial, era o tempo presente nos anos de 1940. Seus desenhos dessa época são articulações da memória cultural social do passado colonial brasileiro. É surpreendentemente sólida a aliança entre memória coletiva e identidade nacional (VILLAS BÔAS, 2016). Portinari afirma-se enquanto artista modernista sob a tutela do Estado autoritário e benfeitor varguista, e como

“sábio articulador de suas possibilidades profissionais, percebe que um novo mecenato – o estatal – surgia com o avançar dos anos de 1930, e que o nacionalismo modernista, com o qual vinha progressivamente se afinando, tomava conta desse novo filão. A partir de 1933, aprofunda seu contato com Mário de Andrade. Os retratos perdem espaço para composições voltadas a problemas de fundo nacional” (TÉO, 2014).

Portinari sempre esteve ligado à Igreja, seja pelos diversos temas religiosos, mas acima de tudo pelo seu envolvimento com o movimento moderno que inegavelmente pegou carona com o superior geral dos jesuítas no Brasil e reitor do Colégio de Santo Inácio do Rio de Janeiro, Leonel Franca (1893-1948). Assim, delinea o processo histórico da arte religiosa católica na arte moderna brasileira (BOVO, 2018). Portinari, assim como Cardeal Leme (1882-1942), Jackson de Figueiredo (1891-1928), Alceu Amoroso Lima (1893-1983), Mário de Andrade, Manuel Bandeira (1886-1968) e Lucio Costa (1902-1998) orbitava na constelação Leonel Franca. Na Revista A Ordem edição nº 68 do ano de 1948 Alceu Amoroso Lima, o mesmo que disse que “Portinari foi o maior gênio de nossa pintura” (BOVO, 2018), e Gustavo Corção (1896-1978) escrevem um editorial em homenagem a morte do padre Leonel Franca, colocando

grandes nomes da época sob sua influência direta, entre tantos, Cândido Portinari. Isto é, os jesuítas influenciaram o mestre moderno.

Figura 50 – A Divina Pastora, 1944, por Cândido Portinari na Casa Barão de Saavedra, Corrêas, Petrópolis (RJ).



Fonte: Fotografia de Rogério Entringer, 2020.

Portinari acompanhou em grande parte os mestres cariocas da arquitetura moderna, a exemplo do mural *A Divina Pastora* de 1944 na sala de jantar da Casa Saavedra, projetada por Lucio Costa para o barão Thomaz Óscar Pinto da Cunha Saavedra, militar português, monarquista, oficial da Ordem de Cristo em Portugal e Comendador da Ordem do Cruzeiro do Sul no Brasil e para sua mulher a baronesa Carmen Saavedra, que após a perda de um filho, foi benemérita e fundadora de um colégio moderno no Rio de Janeiro em 1940 chamado de Colégio Padre Antônio Vieira, que levava tanto o nome de um padre jesuíta quanto a inspiração de seu projeto pedagógico. Outros exemplos seriam os murais na Igreja da Pampulha entre 1944 e 1945 projetada por Oscar Niemeyer (1907-2012) e os azulejos e murais do edifício do MEC no centro do Rio de Janeiro no final dos anos 30.

A relação de Capanema com os padres jesuítas defendendo seus poderes simbólicos é flagrante, exemplo disso seria uma carta enviada a Cândido Portinari, datada de 7 de dezembro de 1942, anexada aos documentos trabalhados por Simon Schwartzman, Helena Bomeny e

Vanda Ribeiro Costa (2000, p.364), onde, ainda na fase de construção do edifício do MEC Capanema diz:

no salão de conferências, a melhor idéia ainda é a primeira: pintar num painel a primeira aula do Brasil (o jesuíta com os índios) e noutra, uma aula de hoje (uma aula de canto). Peço-lhe que faça os necessários estudos e perdoe desde já as minhas impertinências. Creia no grande apreço e afetuosa estima do seu amigo.

Téo (2014, p.13) corrobora com isso dizendo que:

junto dos murais que compunham o ciclo econômico, Gustavo Capanema pediu a Portinari que preparasse também outras duas obras de grandes dimensões para o auditório do edifício. As obras deveriam representar dois momentos decisivos na formação histórica do Brasil: o processo de colonização (marcado pela chegada de Tomé de Souza e os jesuítas em 1549) e o Estado Novo. O tema da educação deveria ser privilegiado, e a música – mais especificamente o ensino musical – seria o elemento comum entre os dois motivos: no primeiro caso, as aulas de música oferecidas pelos missionários aos índios; no segundo, a visão da nação como um grande coro orfeônico. É importante lembrar que estas obras eram encomendas, produtos de um diálogo rígido com os ideais do ministro. Capanema mobilizou uma ampla gama de intelectuais, artistas e políticos em torno do edifício do Ministério da Educação e Saúde, atuando de maneira às vezes excessivamente ativa no direcionamento estético dos projetos ligados a esta obra monumental, como fica sugerido na leitura de sua correspondência com figuras do período envolvidas em seus projetos. A preocupação estética assume, em suas mãos, um sentido fortemente político.

Isso mostra a busca moderna da tradição, a importância dos jesuítas na história da educação, afinal, foram eles a ministrar a primeira aula no Brasil, e que comparavam o tempo moderno presente dos anos 1942 ao tempo moderno colonial de 1549. Mais que isso, lança uma possível tese da presença do poder simbólico dos jesuítas nas ideias que edificaram o MEC e sua arquitetura.

Um cubismo à brasileira que, diferente das vanguardas europeias, pautou-se em temas tradicionais mesmo rompendo com as técnicas tradicionais da pintura, em favor de um estado autoritário, religioso e modernizante. Os temas jesuíticos foram recorrentes nas pinturas religiosas modernas de Cândido Portinari. O mestre moderno deu destaque aos padres da Companhia assim como fez o Papa Paulo III (1468-1549), o rei D. João III (1502-1557), Getúlio Vargas (1882-1954) e Gustavo Capanema (1900-1985). Portinari foi um dos artistas e intelectuais cooptados pela Igreja como estratégia para o projeto de recristianização, para a construção da unidade e da identidade nacional.

Mais um índice da busca do modernismo na Igreja para legitimar e fundamentar sua estética bem como a ideia de nacionalidade, dos jesuítas como mito fundador do modernismo, o moderno dos jesuítas para legitimar a estética moderna. A modernidade no Brasil teve as bênçãos da Igreja e, assim como outros mestres modernistas como Mario de Andrade, Carlos

Drummond de Andrade (1902-1987), Sérgio Buarque de Holanda (1902-1982) e Lucio Costa, mostra a contribuição de Portinari ao projeto de poder dos jesuítas e da Igreja no Estado Novo.

Figura 51 - Gustavo Capanema, Cândido Portinari e outros durante almoço oferecido a esse último no Jockey Clube, 1941.



Fonte: CPDOC – FGV – Arquivo Gustavo Capanema: Classificação: GC foto 223.

Figura 52 - Gustavo Capanema, Getúlio Vargas e outros visitam a exposição de Cândido Portinari no Museu Nacional de Belas Artes, 1943.



Fonte: CPDOC – FGV – Arquivo Gustavo Capanema: Classificação: GC foto 290.

No entanto, a arte de Portinari não pode e não deve ser reduzida a encomendas do mecenato Vargas, Leonel Franca e Gustavo Capanema. Téo (2014, p. 13 e 14) diz que:

a doutrina da disciplina do governo Vargas, o racionalismo progressista carregado de apelo social da elite política paulista, a fragmentação ideológica do Modernismo, e o nacionalismo obrigatório em todas as correntes foram sublimados pelo pintor de forma que, ao realizar encomendas, mais do que atender às exigências estatais ou privadas que lhe eram postas, deixava vestígios importantes para a sua crítica, sem aceitar a estética do *Novo Mundo*, tampouco a política do Estado Novo. O diálogo com correntes diversas não significa, entretanto, ausência de posicionamento. A revolução moderna, para Portinari, não vem de cima para baixo. Tampouco seria fruto do caldeirão racial que oferecia o tempero da mestiçagem como essência do sabor nacional. Os eventos importam menos do que o trabalho que os torna possíveis.

Corroborava Ana Carolina Arêdes (2015, p.65) dizendo que:

Portinari realizou alguns trabalhos que se enquadravam na vertente de uma narrativa com ênfase nos grandes acontecimentos, elegendo heróis, aqueles considerados os impulsionadores e condutores do desenvolvimento da nação, mas buscava fugir dos estereótipos impostos e imprimir em suas obras sua leitura histórica particular, que, na maior parte das vezes, privilegiava os marginalizados.

Annateresa Fabris (2005, p.79) também comenta que “no conjunto dos “ciclos econômicos” (Ministério da Educação e Saúde), Portinari demonstra como é possível “narrar uma história” sem aderir à visão oficial, e sim apresentando uma visão crítica da sociedade brasileira contemporânea a partir de um tema nuclear como o trabalho”.

E mesmo com temas que afirmavam o poder simbólico da Igreja e de sua tropa de elite, os jesuítas que, sob a liderança do Cardeal Leme e de Leonel Franca, aparelhavam o MEC, o SPHAN estado-novista e o movimento moderno, Portinari “declarou-se ateu, ao mesmo tempo em que era capaz de realizar uma arte religiosa tão sublime” (BOVO, 2018), e não deixou de fazer sua crítica ao jesuitismo, mesmo que velado, deixando assim sua arte livre, como a arte deve ser.

2.5.2.5 Fotografia e Arquitetura: Lucio, Hess, Graeser e os fotógrafos do SPHAN

No que tange as relações entre Lucio Costa e os fotógrafos do SPHAN que fotografaram a arquitetura jesuítica é preciso destacar o que a fotografia representava para Lucio Costa:

a fotografia é, para mim, um mundo desconhecido e a simples vista da sua aparelhagem me inspira respeito e temor. É pois como leigo que me atraem as imagens registradas pelas máquinas antigas, e que aprecio a foto-documento ou o instantâneo onde o acaso intervém e fixa para sempre um momento único que não poderá jamais ser reconstituído exatamente igual (FONSECA e CERQUEIRA in LIMA, MELHEM e CUNHA, p.13).

Isso mostra que a objetividade fotográfica, enquanto documento, prova, testemunho, reconstrução da memória e da história era um instrumento de pesquisa importante para Lucio Costa na preservação do patrimônio. Sabemos que entre os anos de 1937-1945 os fotógrafos Erich Hess e Silvanísio Pinheiro fotografaram a arquitetura jesuítica em Sergipe e na Bahia. Nota-se que durante os primórdios da fase heroica do IPHAN, Erich Hess foi quem mais fotografou o patrimônio edificado pelos jesuítas. Hess fotografou em Sergipe, na Bahia, no Espírito Santo, no Rio de Janeiro, no Paraná e no Rio Grande do Sul. Há mais três fotógrafos que clicaram o patrimônio jesuítico, sendo ele Silvanísio Pinheiro em Sergipe e na Bahia, Herman Graeser vulgo Germano fotografou em São Paulo, e Edno Pacheco fotografou o Rio Grande do Sul. O próprio Lúcio Costa, relaciona fotógrafos que teriam contribuído com o SPHAN, destacando “(...) o notável Pinheiro e o simpático Erich Hess, disposto a voar fosse para onde fosse” (COSTA, 2016, p.01).

E como “(...) o bom arquiteto é um fotógrafo em espírito, mesmo quando não o é de fato, pois ele se desloca mentalmente em torno de seu edifício ainda imaginário e avalia todos os pontos de vista possíveis” (VASQUEZ in LIMA, MELHEM e CUNHA, 2008, p.78), Erich Hess – um dos primeiros fotógrafos contratados pelo SPHAN – recebeu do arquiteto Lucio Costa, desenhos com detalhes de monumentos a serem fotografados (GRIECO, 2015), muitos deles jesuíticos.

Fonseca e Cerqueira (in LIMA, MELHEM e CUNHA, p.15-24-26), relatam mais detalhadamente as relações entre Lucio Costa e os fotógrafos do SPHAN:

a produção e a divulgação desse saber fotográfico era considerada tão importante quanto os próprios tombamentos ou obras, pois era sobre esses conhecimentos que assentava toda a prática do órgão. Eram as fotografias que viabilizavam os estudos dos bens culturais espalhados pelo Brasil, objetos de análise para tombamento. A documentação fotográfica também se tornou imprescindível para fins de estudo das obras de conservação e restauração propostas pelo SPHAN, bem como para a verificação dos trabalhos executados e, ainda, instrumentos de consulta e pesquisa por parte dos técnicos do Serviço e pesquisadores do patrimônio cultural brasileiro. Desde 1937, os funcionários e os fotógrafos contratados pelo SPHAN contribuíram para a

sua proteção oficial, mas, sobretudo, construindo uma memória fotográfica da cultura brasileira. Muitos tombamentos eram feitos baseados na análise destas fotografias, dada a dificuldade de acesso às diversas localidades do Brasil e, por vezes, às limitações financeiras, que impediam os técnicos de irem a campo. Daí a importância da prática fotográfica naquele momento, funcionando como um instrumento que aproximava os técnicos do SPHAN dos bens arquitetônicos encontrados no Brasil, a serem tombados ou restaurados. Os fotógrafos, geralmente, recorriam aos arquitetos locais que os acompanhavam e orientavam o trabalho fotográfico. Em 1949, Lucio Costa, no plano de trabalho, indicava que os trabalhos de levantamento fotográfico deveriam ser realizados pelos próprios técnicos do SPHAN a partir de treinamentos com fotógrafos profissionais orientados pelas próprias regionais. Além disso, dizia Lucio Costa que cada distrito deverá possuir um aparelho Leica, ou similar, completo, e contratar com fotógrafo competente, um curso prático de fotografia com o propósito de fazer de cada um dos funcionários técnicos da repartição um fotógrafo habilitado, capaz de fazer a sua própria documentação nas viagens de reconhecimento, pesquisa ou inspeção.

Foto-documento, instantâneo, momento único, máquinas Leica, anos 30 e 40, são indícios de que uma possível influência de Henry Cartier-Bresson chegou até o Brasil, assim sendo, é válido argumentar que Lucio Costa ajudou a construir um olhar sobre a fotografia de arquitetura no SPHAN e também a construir uma fotografia moderna que foi instrumento e parte da elaboração da identidade nacional entre os anos de 1937 e 1945.

Figura 53 – Fotografia de Erich Hess da Torre do Seminário de Belém da Cachoeira, BA, e Fotografia de Silvanísio Pinheiro da Sacristia da Igreja dos Jesuítas de Salvador, 1940.



Fonte: Revistas do SPHAN 01 de 1937, 4 de 1940, e Arquivo do IPHAN, Documento fotográfico F002995.

Figura 54 – Fotografia de Erich Hess da Torre da Igreja da Residência dos Reis Magos, Serra, Espírito Santo (ES)



Fonte: Arquivo do IPHAN - Fotografia P&B; 23,8 x 17,5 cm Número do documento F008892.

Na fotografia de Erich Hess da Torre da Igreja da Residência dos Reis Magos - Serra, (ES), vê-se uma foto técnica, frontispício e fachada principal, igreja e residência. Aparece também o maneirismo dos jesuítas com sua geometria, sobriedade, austeridade, forma e função, horizontalidade, regularidade e linearidade, significando a importância na formação histórica do Espírito Santo. Essa fotografia atendia às diretrizes dadas pelo SPHAN para fotografar o patrimônio, servia de material de estudos e de preservação e integrava o arquivo fotográfico do SPHAN moderno que era composto pela história. Mais que isso, atendia à invenção da arquitetura moderna que Lucio Costa propunha ao Brasil.

Em outra fotografia de Hess da Igreja e Residência dos Reis Magos - Serra (ES) sendo restaurada em 1944, vemos a restauração, parte do pátio, plano de tomada de cima para baixo, uma fotografia planar e o rio Reis Magos ao fundo. Hess fez essa fotografia da torre da Igreja. A restauração revela as técnicas, tecnologias e materiais nos sistemas de cobertura da arquitetura jesuítica (telhas e madeiramento). O pátio aristotélico-tomista jesuítico e o rio Reis Magos ao fundo, símbolo da estratégia de ocupação do sítio na implantação e fundação de cidades pelos jesuítas no Brasil colonial como foco, demonstrando a importância dessa simbologia para a política patrimonial do SPHAN na construção da modernidade.

Figura 55 – Fotografia da Igreja e Residência dos Reis Magos, Serra, Espírito Santo (ES) sendo restaurada em 1944.



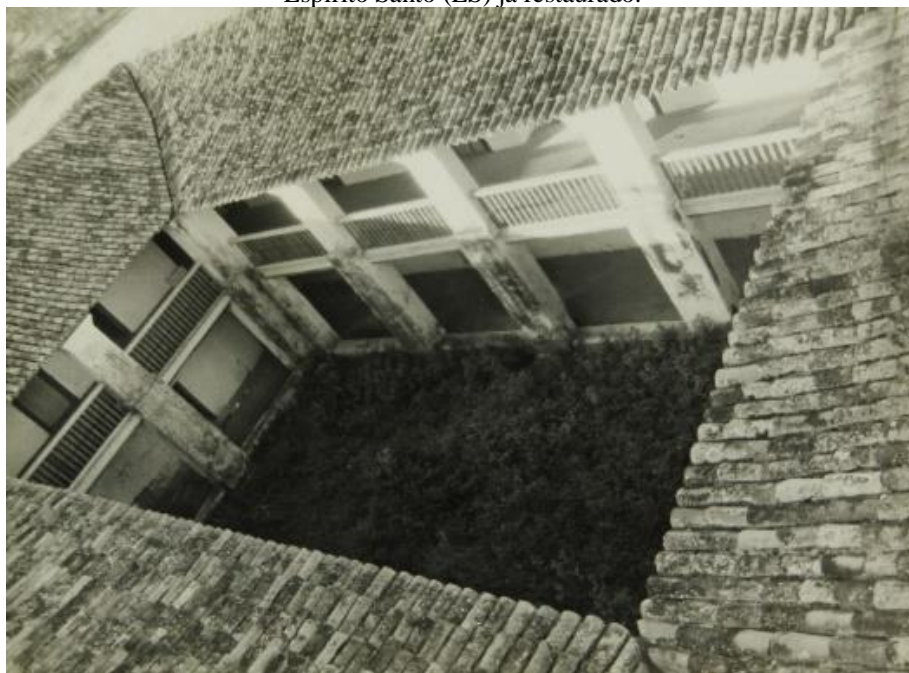
Fonte: Arquivo do IPHAN - Fotografia P&B. Número do documento F008858.

Em mais um Plongée fechado de Hess, do pátio do colégio dos Reis Magos (ES) com o rio Reis Magos como ponto de fuga, vemos o telhado com telhas capa canal, pilares de alvenaria de pedra com cal e óleo de baleira, o guarda corpo de madeira, dois pisos, caiado, pisos de madeira, frente ao mar, tudo isso bem restaurado. Tais elementos demonstram a importância do pátio aristotélico-tomista jesuítico para os estudos e para a política patrimonial do SPHAN. Significa também propaganda cultural visual e material produzida pelo SPHAN.

A foto de Hess da Igreja da Assunção e pátio anexo de Anchieta (ES) feita em 1940 é mais uma imagem técnica seguindo as diretrizes do SPHAN, trazendo a residência e seu pátio anexo com suas técnicas e tecnologias extrativistas e seus materiais como granito e pedras de rios, óleo de baleia, marisco triturado e areia devidamente restaurados. Hess criava um arquivo

fotográfico para o SPHAN, registrando os estudos de preservação das técnicas e tecnologias utilizadas pelos jesuítas coloniais. Destaca-se a importância em preservar um poder simbólico que eram os pátios aristotélicos-tomistas e todo o significado que o envolve, presente também na tipologia das casas de Lucio Costa, como a casa Barão de Saavedra e Casa do Zelador do Museu das Missões. Isso significa a influência da cultura mediterrânea na arquitetura moderna.

Figura 56 – Fotografia de Erich Hess da Igreja e Residência dos Reis Magos, Serra, Espírito Santo (ES) já restaurado.



Fonte: Arquivo do IPHAN. Número do documento F090679A.

Figura 57 – Fotografia de Erich Hess da Igreja da Assunção e pátio anexo, ES, Erich Hess, Data – 1940.



Fonte: Arquivo do IPHAN, Números dos Documentos F008601 e F008602.

A fotografia da arquitetura jesuítica de Laranjeiras (SE), feita por Hess em 1939 e escolhida por Lucio Costa para compor seu ensaio sobre a Arquitetura dos Jesuítas no Brasil em 1941, mostra detalhe da porta, a madeira, a geometria, austeridade e sobriedade do maneirismo jesuítico. Mostra também símbolos, sinais e mão de obra indígena, resultado do

processo de aculturação e inculturação. A madeira, a linearidade, a geometria, a sobriedade e a austeridade interessa Lucio Costa e sua arquitetura.

Figura 58 – Fotografia de Erich Hess de Laranjeiras, Sergipe (SE, 1939).



Fonte: Arquivo do IPHAN, Número do documento F024592.

A fotografia feita por Hess da Casa de residência e Igreja do Colégio ou Tejupeba - Fazenda Iolanda - Itaporanga D'Ajuda (SE) em 1939 também mostra uma foto técnica seguindo as diretrizes do SPHAN, exceto o cachorro que aparece na imagem. Essa foto foi escolhida por Lucio Costa para compor seu ensaio sobre a *Arquitetura dos Jesuítas no Brasil* em 1941. Tudo indica que queriam criar um arquivo para as imagens do patrimônio histórico deixado pelos jesuítas. Mostra como era a forma de habitação social, seus riscos e suas tecnologias construtivas tais como a madeira, varanda, a geometria, austeridade e sobriedade do maneirismo jesuítico. Isso significa que a habitação social jesuítica era um signo que interessava a construção da memória e da política patrimonial do SPHAN. A função e a forma das habitações dos jesuítas era uma tipologia presente na arquitetura de Lucio Costa.

Na foto de Hess feita em 1942 sobre a Casa de residência e Igreja do Colégio ou Tejupeba - Fazenda Iolanda - Itaporanga D'Ajuda, Sergipe (SE) vê-se o segundo piso da varanda do pátio e suas estruturas construtivas de madeira e barro. Tipologia presente nos pátios da casa Saavedra e Hungria Machado. O signo aristotélico-tomista do pátio jesuítico estava presente nas narrativas construtivas e visuais e mesmo no arquivo moderno do SPHAN e da arquitetura de Lucio Costa.

Figura 59 – Fotografia de Erich Hess da Casa de residência e Igreja do Colégio ou Tejupeba - Fazenda Iolanda - Itaporanga D'Ajuda, Sergipe (SE, 1939).



Fonte: Arquivo do IPHAN, Número do documento F024505.

Figura 60 – Fotografia de Erich Hess da Casa de residência e Igreja do Colégio ou Tejupeba - Fazenda Iolanda - Itaporanga D'Ajuda, Sergipe (SE, 1942) e Fotografia da Casa Hungria Machado, atual Embaixada da Rússia no Rio de Janeiro.



Fonte: Arquivo do SPHAN Número do documento F024515; e Grupo de Estudos Obras Completas de Lucio Costa – Uniritter <http://dspace.uniritter.edu.br/xmlui/handle/123456789/1>

Figura 61 – Auto Retrato de Erich Hess com Rodrigo de Melo e Franco e militares na Fortaleza de Santa Cruz – Niterói – RJ – 1939 e Fotografia de Erich Hess de Lucio Costa com Rodrigo de Melo e Franco e militares na Fortaleza de Santa Cruz – Niterói – RJ – 1939.



Fonte: IPHAN/ACI/RJ. Série Inventários; IPHAN - Instituto Tom Jobim - ACI/RJ Número do documento VII A 02-02334 L.

Embora com pouco contato, Hess e Lucio tiveram uma relação intrínseca. Em seu autorretrato, Hess estava com Rodrigo de Melo e Franco, Lucio Costa e militares na Fortaleza de Santa Cruz, Niterói – RJ em 1939. A sobriedade, a austeridade, a geometria, a funcionalidade, a ordem, a estabilidade da arquitetura militar portuguesa interessa o SPHAN e Lucio Costa na aplicação de sua arquitetura. Mostra os militares colaborando com o SPHAN. Bem provável que o enigmático Lucio Costa tenha feito essa foto já que Hess ocupa o seu lugar em foto anterior feita pelo fotógrafo judeu alemão. Mostra as relações entre Lucio Costa e Erich Hess, e como este último era influente em suas relações e parece ser um agente fotográfico importante na construção da imagem visual do SPHAN e de seu arquivo. Na outra foto, Costa ocupa o lugar que na fotografia anterior Hess ocupava. Mostra as relações entre Lucio Costa, Rodrigo Melo e Franco e Erich Hess. Hess era influente em suas relações e parece ser um agente fotográfico importante na construção da imagem visual do SPHAN e de seu arquivo. Mostra também as forças armadas de um Estado Nacionalista, autoritário com intelectuais e autoridades criadores do patrimônio e da arquitetura moderna.

Germano Graeser também foi um importante fotógrafo colaborador do SPHAN. Mário de Andrade, em carta de 1941 escrita em papel timbrado do MEC e da 6ª Região do SPHAN (São Paulo - Matogrosso), diz: “as fotos de Embu são simplesmente admiráveis”. Mario admira o trabalho de Graeser ao ponto de pedir-lhe considerações, enquanto fotógrafo profissional, sobre suas fotografias, feitas enquanto fotógrafo amador. Embu era patrimônio jesuítico e simboliza a formação histórica do povo de São Paulo. Graeser foi um agente importante para o SPHAN enquanto fotógrafo, mas não só, “Graeser muito influente no SPHAN de São Paulo, chegou a substituir lugar do superintendente” (COSTA, 2015).

Graeser foi um fotógrafo peculiar na história do IPHAN, considerado grande profissional por Lucio Costa e Rodrigo de Melo e Franco (COSTA, 2015). O patrimônio jesuítico forma grande parte do acervo fotográfico moderno do SPHAN.

A fotografia abaixo de Germano Graeser, publicada no artigo de Lucio Costa na Revista do SPHAN de 194, é objeto de discussão entre os artigos de Lucio Costa, Serafim Leite, e Sérgio Buarque sobre a data de fundação da Capela de São Miguel em São Paulo. A preocupação com um discurso historiográfico da arquitetura jesuítica converge entre os intelectuais da academia do SPHAN. A prioridade em estudar para restaurar o patrimônio jesuítico colonial era parte instrumental do SPHAN na construção da identidade nacional varguista. A moderna Academia SPHAN estava profundamente comprometida com a moderna Companhia de Jesus.

Figura 62 – Fotografia de Germano Graeser da Capela de São Miguel (SP)



Fonte: IEB – USP.

A fotografia do Púlpito da igreja jesuítica de Embu, São Paulo (SP) de Germano Graeser é técnica segundo diretrizes do SPHAN, do detalhe de obras de arte e arquitetura de interior como o Púlpito com o símbolo dos jesuítas. Mostra a madeira com alvenaria de barro. Mostra a formação histórica de São Paulo. É a foto da capa do artigo de Lucio Costa sobre a *Arquitetura dos Jesuítas no Brasil*. Evidencia a austeridade e sobriedade da arquitetura dos jesuítas, que segundo Lucio é a marca que distinguem os padres da Companhia de outras ordens religiosas. Integra o arquivo de imagens coloniais do patrimônio moderno, sendo um índice de que os jesuítas possuíam signos e poderes simbólicos que interessam à construção do novo homem do Novo Estado.

Figura 63 – Fotografia de Germano Graeser do Púlpito da igreja jesuítica de Embu, São Paulo (SP).



Fonte: Arquivo do IPHAN Número do documento F042814.

Outra foto de Graeser de muita importância para os estudos de Lucio Costa e presente em seu artigo sobre a arquitetura dos inicianos é a da Terça decorada da capela da antiga aldeia de Carapicuíba. Nela vemos telhas de barro capa canal, caibros, vigas, ripas, estrutura construtiva do telhado, modo de produção extrativismo colonial. Vemos também a marca da mão de obra indígena, a presença do processo de aculturação e inculturação entre jesuítas e os silvícolas na formação histórica de São Paulo. Sendo essa foto resultado de estudos, arquivos, restauração e difusão do patrimônio jesuítico pelo patrimônio moderno.

Figura 64 – Fotografia de Germano Graeser de São Miguel - São Paulo (SP).



Fonte: Arquivo do IPHAN Número do documento F042801

Figura 65 – Fotografia de Germano Graeser da Terça decorada da capela da antiga aldeia de Carapicuíba – SP.



Fonte: Arquivo do IPHAN Número do documento - F022313

Figura 66 – Fotografia de Germano Graeser do Frontispício da antiga aldeia de Carapicuíba, São Paulo (SP).



Fonte: Arquivo do IPHAN Número do documento F120023

Na fotografia de Graeser do frontispício da antiga aldeia de Carapicuíba, São Paulo (SP) vemos uma foto técnica da fachada principal, conforme as diretrizes do SPHAN. A importância de Carapicuíba para a formação de São Paulo. Capela objeto de discussão entre Serafim Leite, Lucio Costa e Sergio Buarque de Holanda. Mostra a importância da praça na arquitetura e no urbanismo jesuíta para o SPHAN.

A fotografia de Graeser sobre a coluna do Altar mór da antiga igreja Matriz de São Vicente do antigo colégio dos jesuítas e seus símbolos foi publicada no artigo de Lucio Costa sobre a *Arquitetura dos Jesuítas no Brasil*. Também foi mencionada por Serafim Leite quando cita Lucio Costa e a importância do SPHAN em preservá-la por meio da fotografia. Mais uma fotografia que compõe o arquivo fotográfico jesuítico-colonial do patrimônio moderno.

Outra foto de Graeser de muita importância é do detalhe do pátio aristotélico-tomista, patrimônio jesuítico restaurado. O patrimônio jesuítico depois da expulsão em 1759 ficou “aos cuidados” dos franciscanos, logo houveram alterações. Vemos formas lineares, simetria, estabilidade, regularidade, harmonia, ângulos retos, sobriedade, austeridade. Técnicas e tecnologias coloniais nas estruturas do telhado e alvenaria tais como madeira, cal e barro. Pátio com residências é uma influência ibérica e mediterrânea. Pátio aristotélico-tomista era um

signo que interessava o Estado Vargasista e o SPHAN na construção da identidade nacional e também uma tipologia visual presente nas casas de Lucio Costa entre 1936-1942.

Roger Keesing “[...] mostrou que a cultura pode ser, entre outras coisas, um modo de mascarar e sustentar poderes e privilégios, de ocultar a exploração e a opressão. Apontou também que é preciso sempre perguntar quem cria e define os significados culturais e com que finalidade” (CARDOSO; VAINFAS, 1997, p.49). Ora, senhores, quem mascarava e sustentava poderes e privilégios e ocultava a exploração e a opressão era a máquina estatal autoritária, católica, industrial, que amórfica, se intitulava moderna, sendo o MEC e o SPHAN quem criava e definia os significados culturais para essas finalidades. Os intelectuais do SPHAN tinham um poder que podemos classificá-lo como sendo “[...] o poder visto como objeto da investigação/produção histórica e o poder enquanto agente instrumentalizador da própria oficina da história, com o que o conhecimento histórico se converte em seu objeto” (FALCON, 1997, p.97).

Figura 67 – Fotografia de Germano Graeser do Altar mór coluna da antiga igreja Matriz de São Vicente – SP.



Fonte: Arquivo do IPHAN Número do documento F024280

Figura 68 – Fotografia de Germano Graeser de Embu - São Paulo (SP), 1947.



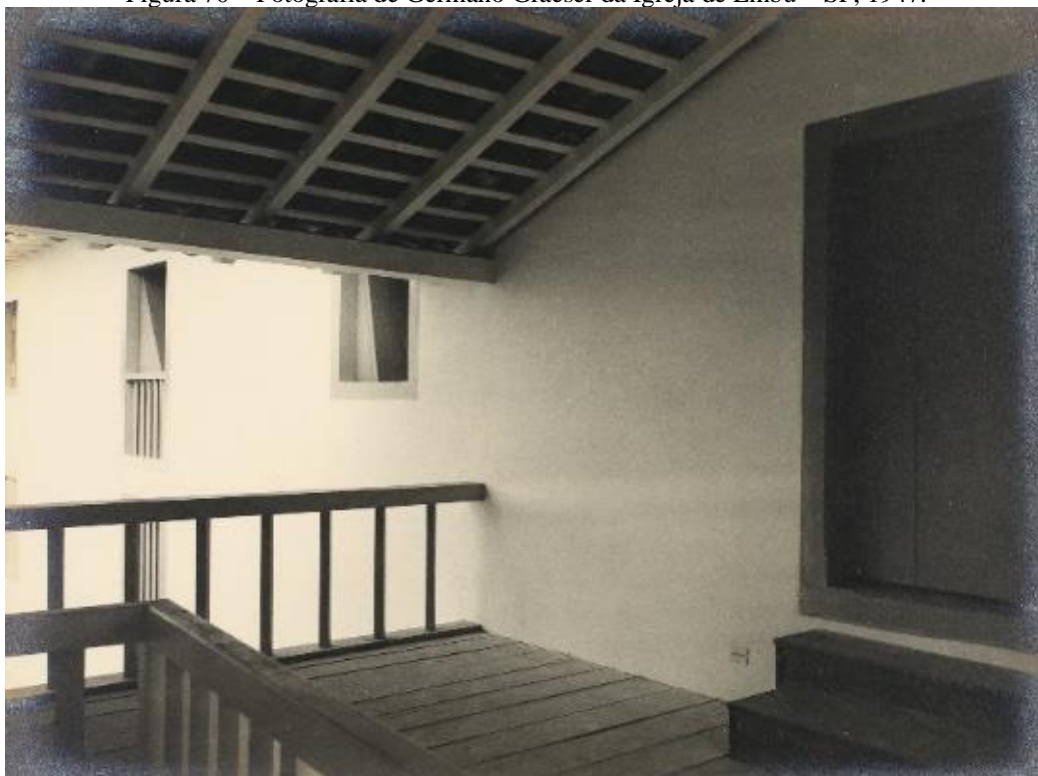
Fonte: Arquivo do IPHAN. Número do documento F022607

Figura 69 – Fotografia de Germano Graeser do Pátio interno da Igreja de Embu – SP, 1947.



Fonte: Arquivo do IPHAN. Número do documento F02261.

Figura 70 – Fotografia de Germano Graeser da Igreja de Embu – SP, 1947.



Fonte: Arquivo do IPHAN. Número do documento F022631.

É preciso levantar o véu, a batina ou a farda da história pois “[...] toda pesquisa historiográfica se articula com um lugar de produção sócio econômico, político e cultural e “existe um saber histórico dentro de um lugar” (CERTEAU, 2002, p. 62), esse lugar era o SPHAN. Entre o saber e o lugar se ajustam os enquadramentos das pesquisas. O lugar (SPHAN) torna-se uma arena dentro de um jogo hierárquico, de interesses ideológicos e políticos nacionais (Estado Novo, Industrialização e a Igreja Católica) e o produto final são os tombamentos da maior parte do patrimônio jesuítico e as revistas do SPHAN entre 1937 e 1945, que se enuncia num conjunto de práticas do estudo particular que é reconhecida pelo lugar e pelo público que o recebe.

Lucio teve um traço singular do campo arquitetônico brasileiro, pois, ao mesmo tempo que revoluciona as formas de vanguarda, funda um instituto para preservação das formas pretéritas. Deve-se a Lucio Costa o estabelecimento de uma relação estrutural e dialética entre a arquitetura do presente e do passado, como por exemplo, o Museu das Missões em 1937. Assim, o antigo “[...] passa a ser objeto de restaurações que fazem questão de não esconder as intervenções modernas” (CAVALCANTI; LAGO, 2005).

Barra diz que para Rodrigo Melo Franco de Andrade, diretor do SPHAN, o Brasil era não apenas o seu território e sua população, mas também, e principalmente, a “obra de civilização” que nele vinha sendo desenvolvida desde os começos da colonização portuguesa.

Como relatamos acima, os jesuítas foram os pioneiros na chamada “civilização” do Brasil. Fica claro entender então porque dentre os primeiros tombamentos e os escritos das primeiras revistas realizados pelo SPHAN muitos eram jesuítas e porque entre 1937 e 1945 foi o período em que mais se tombou edificações jesuítas.

A importância de Rodrigo para o SPHAN-DPHAN-IPHAN, que quando começa a trabalhar escolhe como prioridade as Missões Jesuítas do atual Rio Grande do Sul, idealizou a Academia, a continuidade da política do órgão articulada a história, é convidado por Capanema para ser diretor do SPHAN a pedido de Mario de Andrade, o SPHAN foi um projeto político-cultural (CERÁVOLO, 2010)

O patrimônio materializava essas narrativas (CHUVA, 2008, p. 62-69). Ora, se as revistas do SPHAN, sob a consulta de Lúcio Costa e grande parte de seus intelectuais ou funcionários, estava envolvida e divulgando os signos do patrimônio jesuíta e dando destaque aos inicianos, o seu diretor, Rodrigo Melo Franco de Andrade não poderia estar fora dessa empreitada. O índice disso seria a fotografia de Erich Hess feita em 1939 da Igreja da Camandaroba de 1734 e que pertenceu aos padres da Companhia nas planícies de Laranjeiras (SE), tombada em 1943, e inscrita sob número 207 no livro Histórico e 272-A no Livro de Belas Artes.

Nessa fotografia aparece, em primeiro plano, as estruturas construtivas, os barrotes, escadas, guarda-corpos, caibros e pilares de madeira, a arcada de pilares clássico de pedra, areia e barro caiados bem ao gosto jesuíta; e no centro e no fundo aparecem sentados numa janela-conversadeira e num contraluz difuso e suave que irradia e entra pelo centro do arco romano clássico, Rodrigo Melo Franco de Andrade com quem supomos ser a Sra. Sobral, proprietária da Igreja da Camandaroba.

Mas porque o interesse, a prioridade e a urgência de Rodrigo Melo Franco de Andrade na Igreja da Camandaroba? Porque o diretor do SPHAN se deslocaria de seu gabinete no Rio de Janeiro para ir até o interior de Sergipe? Seria porque Rodrigo recebeu apenas cartas dos proprietários da Igreja dizendo que haviam recebido suas notificações mas não autorizado o tombamento (como informa o processo de tombamento do SPHAN nº0299-T-41)? Acreditamos que não só isso, mas também o interesse em tomar o patrimônio de quem estava no centro e por detrás do governo Vargas, do Ministério da Educação e da Cultura de Capanema e do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional de Rodrigo Melo Franco de Andrade e Lúcio Costa, ou seja, os jesuítas e sua Companhia.

Como vimos, numerosos foram os artigos que tratavam do patrimônio de origem jesuíta. Segundo Menezes:

para os intelectuais do SPHAN, a contribuição dos jesuítas à formação da nacionalidade e de nosso território deveria ser valorizada através da arquitetura. O que deveria ser protegido como legado da Companhia de Jesus para a memória do Brasil era o seu modo de construir (CHUVA, 2008, p. 13-27).

Prossegue Chuva (2008, p.16 e 34) dizendo que:

o artigo de Lucio Costa, publicado pela revista na década de 1940, é um exemplo do que se buscava com a Revista, ou seja, a relação entre a agência de proteção do patrimônio e os resquícios da presença jesuítica se deu pela eleição de símbolos que contassem a história da nação e refundassem seu mito de origem pela influência do movimento modernista.

Logo, é válido argumentar que, no Brasil, a modernidade, talvez pela nossa herança portuguesa colonial, teve que pedir as bênçãos da Igreja e os intelectuais do SPHAN, dentre eles, Lucio Costa, utilizaram os signos dos jesuítas para permitir à sociedade estado-novista representar a si mesma, legitimar a pioneira arquitetura moderna, fundar a identidade nacional e delinear a ideia de uma República justificada pela história.

Figura 71 – Fotografia de Erich Hess de Rodrigo Melo Franco de Andrade com quem acreditamos ser a Sra. Sobral proprietária da Igreja da Camandaroba em Laranjeiras, SE, 1939.



Fonte: Arquivo do IPHAN, documento número F024606.

**CAPÍTULO 3 OS PÁTIOS DE LUCIO COSTA E DOS JESUÍTAS NO SPHAN DO
ESTADO NOVO (1937-1945)**



3.1 LUCIO COSTA E A ARQUITETURA COLONIAL: ENTRE DIAMANTINA E AS MISSÕES

Segundo Pêssoa (1999, p.16) “(...) em pleno período da “guerra santa” pela construção do MEC, Lucio parte, encarregado por Rodrigo de Melo Franco de Andrade para fazer o reconhecimento das ruínas das Missões Jesuíticas do Rio Grande do Sul”; e novamente recorremos a Márcia Chuva (2008, p.16 e 34) para enfatizar que: “a relação entre a agência de proteção do patrimônio e os resquícios da presença jesuítica se deu pela eleição de símbolos que contassem a história da nação e refundassem seu mito de origem pela influência do movimento modernista”, e Menezes, de que “para os intelectuais do SPHAN, a contribuição dos jesuítas à formação da nacionalidade e de nosso território deveria ser valorizada através da arquitetura. O que deveria ser protegido como legado da Companhia de Jesus para a memória do Brasil era o seu modo de construir” (CHUVA, 2008, p. 13-27).

O patrimônio jesuítico era visto como “o mais significativo”, “encetado com rigor”. Um documento que encontramos no IEB da USP no Acervo Mário de Andrade, reforça a tese de que os jesuítas constituíam um dos poderes simbólicos que legitimava a identidade do SPHAN do Estado Novo. Trata-se de uma carta assinada por Rodrigo M. F. de Andrade em 1941 e endereçada à Mario de Andrade pedindo a este para solicitar à Reitoria da USP permissão para fotografar códices da Coleção Lamego:

Meu caro Mário, ainda as voltas com os estudos jesuíticos encetados com rigor por esta repartição desde o ano passado [1940], venho pedir-lhe a solicitar da reitoria da USP licença para fotografar os manuscritos das cartas e mais documentos que se acharem no Arquivo dos Regulares da Companhia de Jesus no colégio do Pará...Alguns desses manuscritos que nos interessam tão vivamente, por trazerem notícias mais ou menos detalhadas sobre o movimento jesuítico dos séculos XVII e XVIII.

Ora, isso demonstra a importância e o interesse do SPHAN dos anos 40 nos estudos jesuíticos dos séculos XVII e XVIII, estudos esses para a preservação. Mostra os jesuítas no projeto e na política institucional do SPHAN durante os tempos heroicos. Evidencia como esses estudos e documentos interessavam não só à preservação do patrimônio, mas também para estudos feitos tanto por Lucio Costa quanto por Serafim Leite que estavam escrevendo e publicando sobre o antigo Colégio de Santo Alexandre no Pará nas revistas do SPHAN.

As Missões, que haviam se tornado monumentos, possibilitaram aos nacionalistas de todas as correntes ideológicas a habilidade de reivindicar as Missões como âncoras e limites do passado nacional (WILLIAMS, 2012, p.287), assim, o patrimônio jesuítico se forma como um poder simbólico na identidade patrimonial e na arquitetura moderna.

Entre Diamantina e as Missões Jesuíticas, Lucio Costa inicia sua trajetória, e ambas convergem para a austeridade, a sobriedade e a severidade, a busca pela origem mediterrânea e a arquitetura barroca brasileira, ou seja, a tradição da Igreja na história brasileira, os jesuítas no processo de modernidade da Igreja e sua importância histórica na formação do Brasil. Além disso, a busca pela tradição legitimava o que almejava ser adequado para a invenção de sua modernidade.

A Casa da Glória, com seu pátio e passadiço, provavelmente construída entre 1775 e 1800, e em 1864, passa aos domínios da Igreja e é transformada em sede do Segundo Bispado de Minas Gerais, tornando-se residência oficial dos Bispos de Diamantina. Por volta de 1867, com a finalidade de abrigar religiosas da ordem de São Vicente de Paulo, ocorrem algumas transformações na casa, que passa a ser conhecida como Orfanato e, posteriormente, como Educandário Feminino de Nossa Senhora das Dores. Janelas e portas treliçadas de madeira, cores azul e branco e formas das janelas e portas são similares às utilizadas por Lucio Costa em sua arquitetura residencial. O tradicional austero, sóbrio e geométrico é presente. Porém, a arquitetura dos jesuítas já possuía esses signos desde 1549 e que até 1759 dominaram a paisagem geográfica do Brasil de norte a sul. Quando Diamantina foi fundada, os jesuítas estavam a poucos anos de serem expulsos do Brasil. A Companhia de Jesus já havia sido expulsa quando a Casa da Glória foi construída. É uma arquitetura civil transformada em religiosa com múltiplas funções, uma arquitetura vernacular, dos homens da terra, da mais austera cidade histórica de Minas.

Figura 72 - Passadiço da Casa da Glória (atual Instituto de Geociências da UFMG), provável período de construção entre 1775 e 1800 – Diamantina – MG.



Fonte: Fotografias de Rogério Entringer – 2017.

A arquitetura jesuítica se mistura a arquitetura colonial, seja erudita ou vernacular entre 1549 e 1759. A Companhia de Jesus “utilizou a arte como um dos mais poderosos instrumentos de propaganda das ideias que eles propugnavam... sempre tiveram em vista os sentimentos e as

ideias dos povos em cujo meio viviam” (SANTOS, 1951, p.52 e 54), na Bélgica suas primeiras construções foram góticas e na Alemanha foram clássicas renascentistas. Segundo Paulo Santos (1951, p.114 e 115), “foi a planta da Igreja de São Roque, planta híbrida refletindo o duplo compromisso com as igrejas românicas lusas e com a Igreja El Gesù de Roma trazida por Francisco Dias para o Brasil servindo de modelo e influência para as construções da Companhia no Brasil”.

Lucio Costa, arquiteto e historiador, que por meio do SPHAN transitava entre a história e o movimento moderno, ao privilegiar o patrimônio edificado pelos jesuítas deveria estar ciente dos significados dos pátios. O pátio era o coração da arquitetura, o centro de tudo, o espaço e elemento centralizador e distribuidor e está presente na história do Brasil desde seus primórdios. A quadra e o pátio foram escolhidos como partido e programa da *Arquitetura do Regimento de 1548*, porque este simboliza e representa a primeira forma de centralização do Brasil. *De ratione aedifitiorum* significa *Da Razão e ou Regra da Edificação*, e *Ratio Studiorum* significa *Razão e ou Regra de Estudos*, a cruz da razão geométrica aristotélica, vitruviana e tomista significa *regra*, a linha reta regra, logo, a arquitetura deveria responder a essa função de regerar. Era o espaço regrado para a aplicação da razão de um código pedagógico de leis que regem o processo ensino-aprendizagem (ENTRINGER, 2015).

Assim, o pátio jesuíta simboliza a relação intrínseca entre a arquitetura e as ideias aristotélico- tomistas, ou seja, ao ocupá-lo, o sujeito contemplava o significado da cruz, que era a convergência para o centro. A cruz do homem em busca de seu interior. O indivíduo ao praticar os Exercícios Espirituais aliava o pensamento lógico e racional de raiz aristotélica com a fé cristã, que se completaria com o voltar-se para dentro, para o centro, para o arquétipo do paraíso, para o coração da arquitetura e de si mesmo (ENTRINGER, 2015).

Ao adentrar o pátio e vendo-o de forma fenomenológica, o primeiro *insight* que tivemos foi de que ele é o espaço principal de entrada e articulador de todo o conjunto. Quando a porta principal do colégio está aberta, o signo do espaço multifuncional moderno salta à visão. O segundo *insight* foi a materialização da concepção de universo aristotélica-tomista onde a geometria é comum, o quatro é representado pelo retângulo de sombra e luz formado no chão do pátio, visível em todo o dia em posição variada conforme a posição do sol e preenchendo os quatro cantos do pátio. Um não à decoração supérflua, e um sim a sobriedade, a severidade, a austeridade e a modéstia para obter proporção da centralização, da harmonia e a representação do divino.

O pátio jesuíta significa o modesto, o severo, o sóbrio, o austero, o espaço fechado e murado de pedras que reúne, agrupa, circula, articula e recolhe de forma multifuncional e

moderna. Segundo Borges (2004), ao voltar-se para si, em recolhimento, a Companhia propunha o voltar-se para o mundo, uma vez que ao jesuíta não interessa o recolhimento e o isolamento do claustro, mas a ostensividade e a publicização como meio para converter pagãos e hereges. Desse modo, ocorre um deslocamento em relação à aquisição da santidade: esta não se daria mais pela mediação da instituição (o monastério), mas viria em consequência dos exercícios que o devoto praticasse individualmente.

O espaço do recolhimento é indispensável e exposto nos Exercícios Espirituais Inacianos. Segundo o padre, historiador, e colaborador de Costa no SPHAN, Serafim Leite (1993, p.158):

“o princípio prático dos exercícios era individual era preciso que houvesse um lugar, um espaço, uma arquitetura em que os Exercícios Espirituais fossem aplicados, e a escolha do sítio para implantação dessas casas eram fundamentais para pôr em prática os exercícios, daí a escolha pelo isolamento, o retiro, a meditação e a contemplação, a busca interna do eu com deus”.

Embora Costa (SPHAN, 1941) tenha dito em seu texto sobre a arquitetura dos jesuítas que “(...) falta devido ao espírito ativo da companhia a atmosfera de sossego e de recolhimento”, talvez entendesse que o pátio jesuítico era moderno, porque embora aberto, multiuso e centro principal de suas atividades, quando voltava a ser fechado era restrito tais como os pátios das ordens medievais.

O pátio jesuíta além de centralizar, reger e organizar, é sagrado, ordena, é racional e uma figura geométrica perfeita. Entre 1549 e 1759 os jesuítas o utilizaram porque conquista, defende o território, é uma arma, uma forma de controle social, reduz, segrega, confina, recolhe, dá segurança, educa e foi o centro do lócus e da base operacional da conquista e do domínio do território. Ora, isso tudo interessa ao Estado Novo, pois legitimava o presente pelo passado e também os usos que se fizeram no passado para aplicação ao presente.

A arquitetura jesuítica no Brasil caracteriza-se basicamente por três fases: a primeira é a casa comunal de múltiplos usos dos tempos de Nóbrega (1549-1580); a segunda são as casas e os colégios em pavilhões e ou cubículos em L articulados ou não em torno de um pátio (1615-1759); e a terceira são os Colégios em quadra com pátios centrais de Francisco Dias (1615-1759) (NAJJAR, 2005).

Figura 73 – Antigo Colégio de Paranaguá de 1750 – PR.



Fonte: Revista do SPHAN, número 04 de 1940 e fotografias de Rogério Entringer, 2012 e 2013.

A arquitetura jesuítica é multiuso, religiosa, civil e militar, faz parte dos primórdios da arquitetura no Brasil de cunho português, embora a Companhia fosse internacional. Uma arquitetura fundamental para o primeiro projeto dito civilizatório para o Brasil. Uma companhia fundada sob o signo do moderno presente no Brasil desde 1549.

Os jesuítas e os franciscanos estão no Brasil desde os primórdios, antes deles só alguns colonos que vieram com as caravelas em 1500 e fincaram suas casas misturando suas tradições de construções ibérica, lusa e mediterrânea a dos índios até 1549.

As duas arquiteturas se confundem, seja a vernacular dos colonos, seja a erudita ou vernacular dos jesuítas, feitas primeiramente de troncos de madeira e palhas. A casa colonial multiuso, com sala principal ou pátio central, que depois refinou-se para alvenaria de pedras, barro, mista de ambos, telhas de barro, madeira e cal de conchas, óleo de baleia e orgânicos em geral com rejunte das portantes.

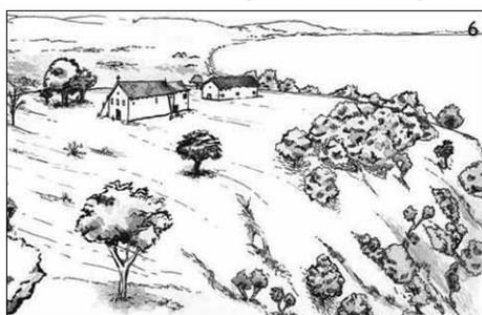
O *Regimento de 1548*, elaborado por D. João III e entregue a Tomé de Souza marca historicamente o início do período colonial no Brasil, é o primeiro projeto dito civilizador e racionalizador do Brasil dando destaque a Companhia de Jesus nessa empreitada. Assim, a partir de 1549, com Nóbrega, dá-se início a fundação das principais cidades do Brasil. Logo, é mesquinho não reconhecer o papel da Igreja e dos jesuítas na formação da nacionalidade e no delineamento de nossa arquitetura. A quadra era o programa oficial que acompanhou o *Regimento de 1548*, e que estava presente na arquitetura jesuítica desde as regras fixadas na *Acta in Congregationis, I, Decretum 34, De ratione aedificiorum* de 1558 e usada nas casas de comunais e de múltiplos usos nobreganianas muito antes das quadras de Francisco Dias. Era a arquitetura da *Ratio Studiorum* (ENTRINGER, 2015), era a arquitetura que “*formam et modum nostrum aedificorum* (programa preciso e com fortes características funcionais e identitárias)”

(TIRAPELI, 2020, p. 7), uma arquitetura funcional e identitária, que significou a proto-modernidade.

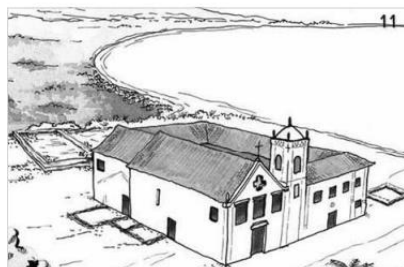
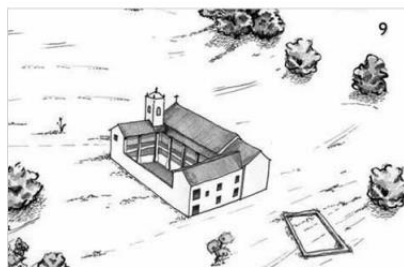
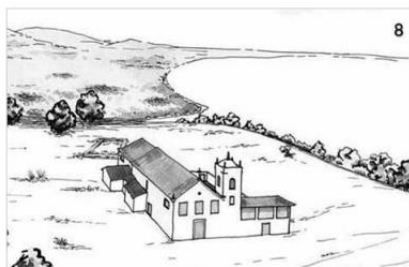
Figura 74 - Momentos de ocupação jesuítico do espaço no Brasil.



Figura 5. Primeiro momento de ocupação do espaço pelos jesuítas (casa comunal de múltiplos usos). Desenho: Gabriel Albuquerque.



Figuras 6 e 7. Segundo momento de ocupação do espaço pelos jesuítas (abandono da casa comunal de múltiplos usos e construção da igreja). A presença da igreja, da sacristia na lateral e da cerca (parede alta e robusta de pedra e cal) são as marcas desse segundo momento. Desenho: Gabriel Albuquerque.



Figuras 8, 9, 10 e 11. Terceiro momento de ocupação do espaço pelos jesuítas (presença das alas da residência, que passam a abrigar a sacristia que existia na lateral, e a presença da cozinha na fachada posterior). Observar na Figura 11 a representação das fundações da nova cadeia ao lado da ala da fachada. Desenho: Gabriel Albuquerque.

Fonte: Reprodução de Najjar (2005).

Francisco Dias foi o responsável pela transição de uma arquitetura que correspondia ao período *nobregiano* da conquista, feita de pau-a-pique, paus e palhas, para outra fase, que

seriam os grandes e pesados colégios em quadra com pátio central feitos de alvenaria de pedras e ou barro, característicos dos finais do século XVI e todo o século XVII, época do domínio e da conversão. Nesse período de transição, Francisco Dias foi perfeito para criar uma identidade para as obras da Companhia de Jesus no Brasil (ENTRINGER, 2015, p. 94), portanto, a arquitetura jesuítica se confunde, se mistura, se interliga e se funde à arquitetura tanto erudita quanto vernacular erguida na colônia entre os anos de 1549 e 1759.

Regra, razão, geometria, linearidade, austeridade, sobriedade, funcionalidade, espaço de ação, multiusos, recolhimento, a cruz no coração da arquitetura e do homem em busca de deus em seu interior. Como diz Lucio em seu texto *A Arquitetura dos Jesuítas no Brasil*, o pátio jesuítico tem o espírito da Companhia, ou seja, é um espaço típico da vida ativa dos padres, que os diferem das outras ordens religiosas, valendo lembrar que os jesuítas é uma ordem moderna e revolucionária dentro da Igreja.

em consequência talvez da vida ativa dos padres, atividade esta decorrente do “espírito” mesmo da Companhia e da sua Regra, faltam quase sempre nesses pátios - nos colégios brasileiros, pelo menos - aquela atmosfera de sossego e de recolhimento, peculiar aos claustros dos conventos das demais ordens religiosas (COSTA, 1941, p.23).

Esse é o significado intrínseco do pátio jesuítico: espaço de vida ativa, multifuncional e moderna e que caia feito uma luva para o moderno tradicional que Lucio buscava para legitimar sua arquitetura.

3.1.1 A austeridade da ordem: franciscanos e jesuítas nas raízes da arquitetura religiosa no brasil

3.1.1.1 Entre a arquitetura do Templo e a arquitetura de Cister: o caso português

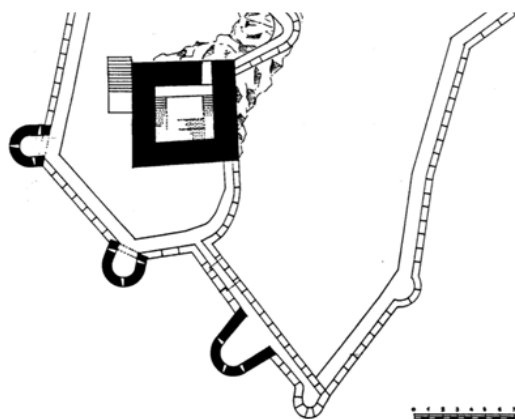
A Ordem do Templo, conhecida por Templários, fundada por Hugo de Payens em Jerusalém em 1118, está presente em Portugal desde os primórdios. Em Tomar, ergueram o Castelo de Cristo em 1160 e em Santarém, o de Almourol em 1169. A importância dos templários para a formação de Portugal é tamanha que em 1147 estiveram ao lado de D. Afonso Henriques contra os mouros em dois acontecimentos militares de grande importância para a história portuguesa: primeiro na conquista de Santarém, e depois no cerco de Lisboa que culminaria na conquista da cidade. A Ordem do Templo foi responsável pela introdução de várias inovações na arquitetura militar portuguesa ao longo do século XII (SILVA, 2011). Dom

Afonso Henriques e D. Gualdim Pais, este último enterrado na Igreja templária de Santa Maria dos Olivais, em Tomar, foram mestres dos templários portugueses.

Após a perseguição do rei francês Felipe IV, “o Belo”, em 1307, o rei português D. Diniz pagou uma dívida histórica com a Ordem do Templo do Oriente e garantiu a proteção dos templários transferindo-os para Tomar, fazendo do Convento de Cristo a caixa forte que a Inquisição não conseguiu arrombar. Desde então a cruz templária tremula na bandeira portuguesa.

Os castelos templários tinham por características a geometria de plantas quadrangulares (SILVA, 2011), representado pelo número quatro, o quadrangular místico, número do homem e de sua relação com Deus.

Figura 75 – Desenho do claustro do Castelo de Almourol, 1169, Vila Nova da Barquinha, Santarém; e claustro do Castelo de São Jorge em Lisboa, Portugal.



Fonte: Reprodução do Instituto Politécnico de Tomar; e fotografia de Rogério Entringer, 2022.

Sua arquitetura também tem tipologias orientais árabes, afinal, o rei Balduíno II havia colaborado em muito com os templários, sendo o Domo da Rocha (685-691) e a Igreja do Santo Sepulcro (335-1149) em Jerusalém suas influências tipológicas, a exemplo da charola do Convento de Cristo que tem a mesma tipologia do Domo da Rocha. O pátio dos templários era o espaço sagrado da guerra, sua forma sóbria quadrangular, geométrica, linear, regular e austera servia a máxima da função de defesa, era a área onde os monges guerreiros se reuniam para diversos fins, era o espaço onde o inimigo e o diabo não poderiam nunca ocupar, e se ocupassem deveriam pagar com a morte, com o sangue dos incrédulos que lavaria a cantaria de granito do templo para a honra e glória de Deus. Nesse quesito, qualquer semelhança com o pátio jesuíta não seria mera coincidência.

A Ordem de Cister, fundada em 1098 em Borgonha por Roberto de Champagne com colaboração de alguns companheiros, dentre eles Bernard de Claraval, está presente em Portugal aproximadamente desde o século IX, onde edificou mosteiros importantes na formação da nacionalidade portuguesa, a exemplo dos Mosteiros de Santa Maria de Lorvão de 878, de São João de Tarouca de 1144, de São Cristóvão de Lafões de 1123, de Alcobaça de 1152, de Santa Maria de Celas de 1221 e de Santa Maria de Arouca de 1224. Entre o romano e o gótico, a simplicidade, a sobriedade, a austeridade, a ordem, a regularidade e a geometria da arquitetura cisterciense era o ideal de beleza escolástico, tendo como influências as abadias francesas de Claraval de 1115 e de Fontenay de 1119.

Projetado e edificado geralmente em quadra com claustro central, sendo esse o coração da arquitetura, o centro nevrálgico de toda a abadia, passagem obrigatória de acesso a todas as dependências, era também, local de leitura e meditação, o risco do quadrado é uma figura geométrica e uma forma arquitetônica sagrada para os cistercienses, preconizada por Bernard de Claraval, o mesmo que tutorou os templários e colocado em prática no risco de toda a arquitetura religiosa ocidental.

Figura 76 – Claustro do Mosteiro de São Cristóvão de Lafões, 1123 e Claustro do Mosteiro de Alcobaça, 1308-1521, Portugal



Fonte: Reprodução do Google e Wikipédia.

3.1.1.2 A influência templária e cisterciense na arquitetura franciscana em Portugal

Portugal tem impregnada em sua história as rotas de peregrinação medieval que levam a Santiago de Compostela, assim, Tomar, a cidade templária, junto com Guimarães, Porto, Gaia, dentre outras, fazia parte da rota portuguesa de peregrinação. São Francisco de Assis, fundador da Ordem Franciscana em 1209 em Assis na Itália, em sua peregrinação no caminho a Santiago passou por essa região portuguesa. E assim como os templários e os cistercienses, a arquitetura franciscana permeia a paisagem portuguesa desde os remotos tempos medievais, a exemplo do Convento de Guimarães de 1383 e da Igreja de São Francisco do Porto edificada entre 1395 e 1480.

Segundo Cybele Fernandes (2013, p.289 e 290):

pode-se buscar um modelo para o conjunto franciscano, no traçado do convento de Santa Maria do Olival, erguida em Tomar, pelos Templários, que se assemelha ao traçado geral da arquitetura medieval mendicante, isto é, aquela praticada pelas ordens Franciscana e Dominicana, a partir do século XIII na Europa e em Portugal. Teria influência também sobre esse traçado, a sobriedade da Ordem Cisterciense, presente em Portugal no Mosteiro de Alcobaça. O traçado geral dessas igrejas repercutiu em vários exemplos, como Santa Clara a Velha de Coimbra; Convento de São Francisco do Porto que, de uma forma ou de outra, devem ter orientado as diretrizes dos traçados dos conventos no Brasil colônia, assim como as adaptações ao esquema da Contra Reforma, que impôs simplicidade e orientação mais clássica.

Sobre o claustro franciscano, podemos dizer que é um espaço projetado e edificado de acordo com os ideais da Ordem, simplicidade, sobriedade, austeridade, despojamento e ordem servem aos ideais de agostinismo platônico, emoção, valores afetivos, amor, diversidade, intuição, arte e poesia. Para Cybele Fernandes (2013, pp.297, 298 e 300),

o claustro – por uma lógica natural, a construção do convento era iniciada pelas celas destinadas aos religiosos e evoluía do claustro para a igreja propriamente dita, erguida sempre no sentido da capela-mor para a frontaria. O claustro organiza o partido da planta em quadra, fato determinante para se entender a lógica da construção conventual. Era o local simbolicamente intermediário entre a vida terrena e a vida espiritual, e ali passaram a ser enterrados muitos religiosos da Ordem. O espaço do claustro é muito especial ainda pois, além do seu sentido místico de oração e reflexão, é a própria extensão da casa de Deus, onde os religiosos se punham em oração, meditando sobre as escrituras, caminhando em torno dos corredores sobre túmulos, refletindo sobre os mistérios da vida e da morte. A sua edificação é preocupação primordial do arquiteto ou riscador.

Figura 77 – Igreja de Santa Maria dos Olivais, Tomar, Portugal, século XII.



Fonte: Fotografia de Rogério Entringer – 2022.

Figura 78 – Igreja de São Francisco do Porto, 1395-1480 e Convento de São Francisco de Guimarães, 1383.



Fonte: Fotografias de Rogério Entringer, 2019.

3.1.1.3 O ideal templário e franciscano no fundador dos Jesuítas

Em 1319, duzentos anos após a fundação da Ordem dos Pobres Cavaleiros de Cristo e do Templo de Salomão do Oriente, D. Diniz funda a Ordem de Cristo, herdeira do patrimônio templário e a mesma que transformaria Portugal na maior potência colonial ibérica moderna, gerando consequências diretas sobre as grandes navegações e o apossamento do Brasil, tendo em 1416 o infante D. Henrique como grão-mestre da Ordem e seu principal salvaguarda e patrocinador. A Ordem é extinta

“mas em Portugal ela vai continuar por vontade de D. Diniz sobre o nome de Milícia dos Cavaleiros de Nosso Senhor Jesus Cristo. O Infante D. Henrique foi seu primeiro mestre laico cuja missão dos Cavaleiros está mudada para a empresa do Descobrimto Marítimos onde os cavaleiros passarão a serem marinheiros e povoadores das terras descobertas” (BARBOSA, 2017, p. 267).

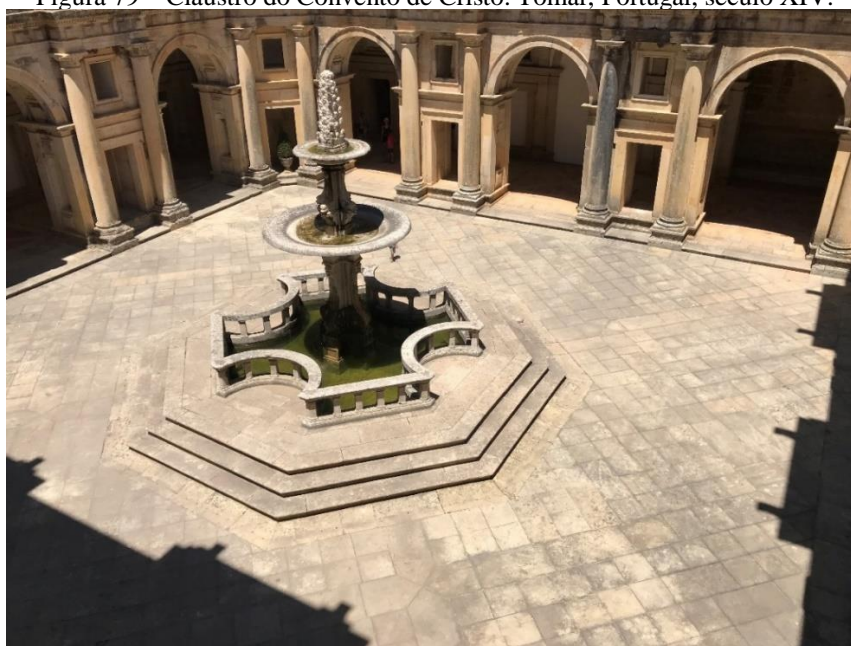
Assim sendo,

“a Ordem de Cristo será a continuadora do projeto de expansão marítima da Ordem do Templo, graças à ímpar acção política do rei D. Diniz...os descobrimentos portugueses que tem a sua génese no actual território de Ávila Nova da Barquinha, solo templário desde o alvor da nacionalidade” (BARBOSA, 2017, pp. 111 e 112).

E com isso, “Santa Maria dos Olivais vai ser a Igreja Matriz das paróquias portuguesas no Ultramar e isto, digamos, durante um largo período de um tempo (...) Daí que a Igreja de Santa Maria dos Olivais tivesse grande importância no tempo das Descobertas Marítimas portuguesas dos séculos XV e XVI” (BARBOSA, 2017, p.257).

O claustro do Convento de Cristo, uma obra prima do maneirismo renascentista europeu, construído por D. João III, manteve os ideias de austeridade e sobriedade dos templários. Pedro Alvarez Cabral, também membro da Ordem de Cristo, chega com as caravelas brancas e com a cruz templária portuguesa ao Brasil em 1500, trazendo consigo não só templários reformados, mas também o franciscano Henrique Coimbra que rezaria a primeira missa no Brasil. Assim, novos templários e franciscanos formam os dois eixos principais da egrégora católica cristã no Brasil. Em 1529 o rei D. João III reforma a Ordem de Cristo e anos mais tarde, em 1549, transferiria a empreitada do processo de colonização do Brasil da Ordem de Cristo para a recém fundada Companhia de Jesus, que chegaria oficialmente ao Brasil, a pedido do rei D. João III, para agenciar o processo de colonização. Portanto, os “jesuítas foram fundamentais para a concretização da estratégia religiosa militar da Ordem de Cristo, herdeira dos Templários” (BRANDÃO, 1991, p.76).

Figura 79 – Claustro do Convento de Cristo. Tomar, Portugal, século XIV.



Fonte: Fotografia de Rogério Entringer – 2022.

O patrono dos templários, Bernard Claraval descreveu que os valores templários giravam entorno da disciplina, obediência, sobriedade, coletividade para manter a unidade de espírito, semelhante às regras inacianas, e assim como a arquitetura jesuítica, a arquitetura templária seguia o modo do local e do momento.

Fundada por Inácio de Loyola fundindo as duas egrégoras, a templária e a franciscana, nasce a Companhia de Jesus. Loyola ainda era um homem envolto do imaginário cruzado medieval quando foi ferido na Batalha de Pamplona em 1521, e, enquanto curava-se de grave ferimento, leu a *Legenda Áurea* de 1290, escrita pelo monge cisterciense Jacopo de Varazze sobre a vida dos santos, livro que fez muito sucesso no mundo medieval e que comparava o serviço de Deus a uma ordem cavalheiresca (VILLOSLADA, 1991). Dentro da história da vida dos santos se identificou e almejou ser igual aos monges guerreiros e também a São Francisco de Assis, deixando a velha vida material e renascendo em uma nova vida em Cristo. Por volta de 1523, partiu para Jerusalém em sua cruzada pessoal onde teria sido recebido em um convento franciscano e impedido de ficar por questões político-militares. Assim por diante, redesenha sua nova cruzada, não mais a retomada de Jerusalém pela estratégia do diálogo e pela conversão, mas sim as Américas. E tal como os templários, os jesuítas eram padres guerreiros onde a morte em combate era gloriosa e, por ironia, tiveram um destino muito parecido, foram perseguidos por reis, tiveram patrimônios confiscados, foram presos e alguns morreram na fogueira da Inquisição a exemplo de Jacques de Molay em 1314 em Paris e Gabriel Malagrida em 1761 em Lisboa. Assim como os franciscanos, os jesuítas compartilham do mesmo ideal de austeridade, sobriedade, pobreza, obediência, as primeiras catequeses, os primeiros contatos com os índios e se administram em províncias. No Brasil, até 1584 os franciscanos não fixaram residência, ao contrário dos jesuítas (BOXER, 1978; HOORNAERT, 1994). Segundo Boxer (2013, p.126 e 127)

“as missões jesuíticas foram uma militância a serviço das duas majestades ibéricas pelo padroado e o patronato, foram instituições de fronteira de estado e que ideias messiânicas, apocalípticas e ultranacionalistas estão na tradição dos padres da Companhia, tal como Vieira que profetizava que o Rei de Portugal lideraria o 5 Império Global”.

Durante a expulsão dos jesuítas do Brasil em 1759, o patrimônio da Companhia ficou com os franciscanos.

Renato Brandão (1991, p.64), detalha as influências e relações entre os antigos templários da Ordem do Templo e os novos templários, os jesuítas:

esta nova Ordem missionária foi estruturada de uma maneira muito particular, aos moldes de uma Ordem militar, como a dos Templários. Sem muitas dificuldades, podemos ver que possuem, essas duas estruturas religiosas, muito em comum, o que

não seria de se estranhar dada a formação militar de Inácio de Loyola. A própria estrutura hierárquica dos jesuítas lembra a dos templários. Assim como esses monges guerreiros estavam divididos em cavaleiros e sargentos, os padres jesuítas dividiam-se em professores e coadjutores. Os templários tinham os seus estabelecimentos inseridos em “Províncias”, sob a ordem de um provincial, mestre que recebia, periodicamente, a visita de um cavaleiro, conhecido como Visitador, incumbido de fazer relatórios periódicos. Essa mesma estrutura foi adotada pelo jesuítas, através dos Padres Provinciais e Visitadores. A eleição do Superior jesuítico, era através da Congregação dos Professores com quatro votos do mesmo molde que a eleição do grão-mestre templário. Assim como os provinciais templários, as autoridades provinciais jesuíticas tinham bastante autonomia decisória, ao contrário das outras ordens religiosas. Contudo, foi através da “*Capitules da Missão da Companhia de Jesus*” que ao nosso ver, Inácio de Loyola incorporou nesta Ordem o que havia de mais peculiar na estrutura templária: a subordinação somente ao Papa. Assim, acredita-se que Inácio de Loyola procurava reproduzir a estrutura monástica templária na Companhia de Jesus, estrutura essa que tinha permitido tornar a Ordem dos Templários politicamente poderosa e economicamente independente.

Segundo Luis Conde Sangenis (2018, p.696 e 697):

o jesuíta e o franciscano são polaridades, dualidades, opostas, mas não antagônicas ou que se excluam mutuamente, se encontraram, cada um a seu lado, com o platonismo e o aristotelismo, franciscanos inspiraram-se no agostinismo platônico, e os jesuítas, no tomismo aristotélico, *phatos* e *ratio*, *demens* e *sapiens*, emoção e razão estão à espreita, um do outro, como duas polaridades, os grandes pensadores franciscanos, por sua vez, procuraram trazer à luz os valores afetivos em geral: o valor do amor, do sentimento, do desejo, da diversidade, da intuição, da arte e, finalmente, da poesia, os jesuítas se deixaram encantar pelo intelectualismo baseado numa razão binária, linear e hierárquica, típica da lógica formal, e que presidiu a racionalidade moderna. Assim, não era de se espantar que Anchieta, dentre os jesuítas, é o santo mais franciscano da Companhia.

Figura 80 – Claustro do Convento de São Francisco de Salvador, Bahia, Brasil, 1585-1713.



Fonte: Fotografia de Rogério Entringer, 2004.

3.1.1.4 A ideia moderna jesuítica e sua arquitetura

Tal como templários, cistercienses e franciscanos, os jesuítas têm sua história entrelaçada com a história de Portugal, afinal, a Companhia de Jesus já nasce atrelada a formação do Estado português moderno. O português Simão Rodrigues de Azevedo era pensionista de D. João III no colégio de Santa Barbara em Paris e junto com Inácio de Loyola ajudou a fundar os jesuítas. Assim, logo após a oficialização da Ordem em 1540 chegaram os dois primeiros jesuítas a Portugal, e em 1542 já se instalara o primeiro Colégio de Jesus em Coimbra.

Os padres jesuítas significaram e significam muito para a arquitetura portuguesa, desde sempre, responsável pela monumentalização da arquitetura portuguesa em escala global no século XVI, mas também o que sobrou de uma arquitetura multifuncional e atemporal, ressignificando os espaços principalmente em Lisboa. Alguns exemplos dessa arquitetura são: a Igreja de São Roque, dos colégios que marcaram presença em quatro edifícios, que por ordem histórica seriam, a Casa Professa onde hoje se situa a sede da Santa Casa da Misericórdia e, também, um Arquivo dedicado à história e à memória do lugar; o Museu da Santa Casa da Misericórdia, antigo Colégio de Santo Antão – o Velho, pertencente também a Santa Casa de Misericórdia; o antigo Colégio de Santo Antão – O Novo, hoje Hospital São José, um dos principais hospitais de Lisboa; e o antigo Noviciado da Cotovia, que já foi a Politécnica e hoje é o Museu de Ciências Naturais.

Em Lisboa, os jesuítas não escolheram o Bairro Alto para viver e edificar por mero acaso, o Bairro Alto representa a modernidade lisboeta, um contraponto a cidade medieval e posicionado fora das muralhas, um índice da modernidade. No entanto, essa ressignificação de espaço não restringe-se apenas a Lisboa, e talvez nenhum outro colégio jesuíta simbolize tanto os altos e baixos da Companhia em Portugal como o Colégio das Caldinhas em São Tirso. Seus primórdios advém do antigo Colégio de Campolide em Lisboa entre 1858 e 1910 fechado pelo advento dos ideais anticlericais da república portuguesa. Com o padres novamente expulsos de Portugal, o colégio seria refundado por jesuítas portugueses no refúgio e no exílio da Bélgica sendo renomeado de Colégio Jette-Saint-Pierre.

Em 1914 e 1916, como estratégia para aproximar-se de Portugal, funda-se o Colégio Los Placeres em Pontevedra na região da Galiza na Espanha; e entre 1916 e 1932 aproxima-se ainda mais de Portugal fundando o Colégio de La Guardia. Em 1932, às vésperas do Estado Novo salazarista, o regresso viria de forma estratégica e aproveitando o domínio territorial pedagógico da fronteira norte entre Portugal e Espanha, funda-se o Colégio de Caldas Novas

em São Tirso, simbolizando o retorno seguro a Portugal desde a expulsão de Pombal em 1759 e atuante até os dias de hoje.

Figura 81 – Pátio da Igreja de São Roque e Pátio do Museu de Ciências Naturais – Lisboa.



Fonte: Fotografias de Rogério Entringer – 2022



Fonte: Fotografias de Rogério Entringer – 2022

Figura 82 - Colégio de Santo Antão – o Velho, Santa Casa de Misericórdia - Lisboa



Fonte: Fotografia de Rogério Entringer - 2022

Figura 83 - Colégio de Santo Antão – O Novo, hoje Hospital São José visto da Mouraria - Lisboa



Fonte: Fotografia de Rogério Entringer 2022

Figura 84 – Igreja de São Roque vista do alto do Torel - Lisboa



Fonte: Fotografia de Rogério Entringer – 2022.

Figura 85 - Casa Professa e sede da Santa Casa da Misericórdia, Museu e Arquivo - Lisboa



Fonte: Fotografia de Rogério Entringer, 2022.

Figura 86 - Colégio de Santo Antão – O Novo, hoje Hospital São José - Lisboa



Fonte: Fotografia de Rogério Entringer - 2022

Figura 87 - Antigo Noviciado da Cotovia, hoje Museu de Ciências Naturais - Lisboa



Fonte: Fotografia de Rogério Entringer - 2022

Segundo Manoel e Duarte (2015, p. 60, 61, 62 e 64), a arquitetura inaciana reflete os ideais da Companhia, ou seja, “ligada à pobreza, à missão, ao ensino e à evangelização, e revelava preocupações de eficácia em detrimento de questões estéticas...uma arquitectura de utilidade e função”. Para Fausto Sanchez Martins (2014, p. 114),

“o objetivo principal da construção de um colégio consistia em criar um conjunto harmonioso e equilibrado que incluísse espaços específicos para os diversos grupos que o habitavam... as igrejas eram inseridas como elementos do conjunto, ou seja, nas casas, residências, noviciados e colégios e não vice versa; era a implantação do *Modo Nostro*, que significa higiene, solidez, austeridade, adaptabilidade ao local e ao meio geográfico, traços simples e comum, administrado pelo *Consiliarius Aedificiorum* (1565), uma espécie de “Conselheiro Técnico””

e, a tudo isso acrescentamos a multifuncionalidade moderna, pois intercalava áreas comunitárias, escolares e religiosas.

Portanto, Lucio Costa viu interesse nas construções jesuítas por serem capazes de absorver tão diferentes usos, flexibilidade e adaptação de cada época, ao meio geográfico, às tradições locais, à economia, à austeridade e sobriedade, ao espaço unificado, um espaço inteligível, geométrico e linear, para uma arquitetura de utilidade e função, mas, acima de tudo, Lucio Costa tinha interesse na multifuncionalidade atemporal do pátio e da arquitetura loyolana.

O arquiteto jesuíta Francisco Dias que veio ao Brasil e projetou colégios importantes como os da Bahia, de Santos, de São Paulo, do Rio de Janeiro e de Olinda, foi um dos colaboradores de Filipe Terzi, o mesmo que trabalhou no claustro maneirista neotemplário do Convento de Cristo e na Igreja El Gesù dos jesuítas em Roma e na igreja dos jesuítas de São Roque em Lisboa (ENTRINGER, 2015).

As matrizes da arquitetura religiosa brasileira tem por tradição e identidade a simplicidade, a austeridade e a ordem, assim como foi a arquitetura dos romanos e dos árabes que os templários ocuparam e a partir disso, transformaram. Assim como foi a arquitetura cisterciense, franciscana e jesuítica, esta por sua vez, renascentista maneirista quando nasceu, e depois mudéjar e barroca, sempre misturando-se à tradições de cada lugar, mas sem perder sua marca, ou seja, a simplicidade, a austeridade, a sobriedade, a geometria, a regularidade, a linearidade, a função, a razão, a ordem e a defesa.

Figura 88 – Pátio do Colégio dos Jesuítas dos Reis Magos em Nova Almeida, ES, Brasil.



Fonte: Fotografia de Rogério Entringer, 2012.

A diferença entre todos é que os jesuítas são modernos, não tirando a modernidade que também envolveu os templários, os cistercienses e os franciscanos de seu tempo, contudo, segundo Jean Lacouture, os jesuítas são proto-modernos, podendo ser considerados um dos inventores da modernidade, afinal, Inigo Lopez de Oñaz y Loyola, mais conhecido como Inácio de Loyola, fundador dos jesuítas, “sua Idade Média, por muito sublime que fosse, recua perante a afirmação conjugada da ciência e de uma nova sociabilidade. Empenhado no humanismo em

que julga descobrir uma via de acesso às almas, Loyola transforma-se num precursor dos tempos modernos” (LACOUTURE, 1993, p.14). Corrobora José Eduardo Franco (2004, p.411) dizendo que

“a Companhia de Jesus afirmou-se na modernidade de forma fulgurante, com uma celeridade incomum e invulgarmente bem sucedida. As suas estratégias, competências, eficácia e prestígio alcançado de forma tão rápida trouxeram-lhe a hegemonia e o estatuto de pivot na liderança das esferas de acção das ordens religiosas do catolicismo”

Persival Tirapeli (2020, p. 26), ao comentar sobre a prática dos Exercícios Espirituais, diz que “como aponta Roland Barthes, estamos diante de uma linguagem diferenciada e própria para obter seus fins. Loyola instiga o exercitante a usar todos os sentidos”. Já Mariana Massimi (2001) argumenta que a eficácia dos Exercícios Espirituais Inacianos era “conhecer-se a si mesmo, para tornar-se dono de si e da realidade ao redor, conhecer-se para refazer-se”. Por fim, para Beatriz Oliveira (1988, p.18), “o caráter moderno e que define sua espiritualidade é a crença na vontade do homem como colaboradora de sua salvação”. Portanto, os loyolanos são vanguarda na história da igreja e com uma arquitetura única e moderna, porque era “uma arquitetura religiosa e civil que se diferenciava da tipologia de construções cristãs até então (TIRAPELI, 2020, p. 44).

Logo, os franciscanos e jesuítas estão nas origens fundadoras da arquitetura de cunho cristão católico no Brasil e ambos tiveram influências tipológicas da arquitetura templária e da cisterciense, onde as matrizes da arquitetura religiosa portuguesa e conseqüentemente a brasileira, tem por tradição e identidade a simplicidade, a austeridade e a ordem, importantes características para a construção do “poder simbólico” (BOURDIER, 1989) da nacionalidade luso-brasileira, em especial entre os anos de 1930 e 1945.

3.1.2 Lucio Costa: Entre a prática teórica e preservacionista, a arquitetura racionalista moderna de matriz lecorbusiana e a ideologia cristã

A edição nº 68 do ano de 1948 da revista A Ordem traz um editorial escrito por Alceu Amoroso Lima e Gustavo Corção em homenagem ao padre Leonel Franca, por ocasião de sua morte, colocando grandes nomes da época sob sua influência direta, entre tantos, Lucio Costa. Ou seja, os jesuítas influenciaram o mestre moderno, mais que isso, o aristotélico-tomismo e a *Ratio Studiorum*, a regra dos jesuítas, estão presentes nos pátios residenciais de Lucio Costa. A modernidade dos jesuítas e a modernidade de Lucio Costa. Houve influência de Leonel Franca na concepção do texto A Arquitetura dos Jesuítas no Brasil.

A resposta de Lucio Costa, pode ter vindo em um depoimento dado por ocasião da morte de Alceu, intitulado “O Crente e o que descrê – Recado a S.S o Papa – Alceu Amoroso Lima”, publicado em “Registros de Uma Vivência” grifamos o seguinte:

o Espírito Santo é imune a toda razão que não seja a da própria fé, já que se basta enquanto Razão Maior, primeira e final. Assim, a constelação de igrejas e capelas que há vinte séculos se constroem pelo mundo não se alicerça tão só nos baldrames de pedra, mas, principalmente, na solidez imaterial de uma ideia inteiriça – o espírito santo (COSTA, 1997, p.405).

Primeiramente observamos que o Espírito Santo é entendido como uma Razão Maior, tanto pelo crente Alceu ou pelo descrente Lucio; no entanto, ambos se convergem pelo entendimento de que deus é razão, maior. Logo, isso significa que a ideia do aristotélico-tomismo, tão cara aos jesuítas, convergia com o crente “que possuía a chave para distribuir bens de massa” (COSTA, 1997, p.405) e o descrente, que legitimava ideias, tombava patrimônios religiosos, criando espaços arquitetônicos para executar isso. No registro de sua vivência, Lucio dizia: “[...] não sou capitalista nem socialista, não sou religioso nem ateu [...] sou resultantes convergentes” (COSTA, 1995), assim sendo, convergiu com a Igreja.

Entretanto, uma coisa é certa, Natália Cristiana de Oliveira e Névio de Campos (2020, p.277, 284, 285 e 289) ao citarem Sergio Miceli (1979), na obra *Intelectuais e classe dirigente no Brasil: 1920- 1945*, afirmam que:

os intelectuais, após a década de 1930, seduzidos pelo emprego público, passaram a apoiar o governo de acordo com seu posicionamento social. Além disso, aqueles que encontravam mais benefícios continuariam com o apoio no interesse de não serem afastados das classes dirigentes, tendo-as como produto. Ao contrariar esta tese, o sociólogo francês Daniel Pécaut (1990) defende que as conveniências oportunizadas pelo Estado não foram o único motor que moveu essa necessidade, e pensar dessa forma seria reducionismo, já que esses intelectuais poderiam, sim, estar imbuídos de um espírito de missão política... A elite responsável pela divulgação das informações de caráter intelectual se sobrepõe no Estado Novo, pois, além de estar em sua grande maioria ligada ao governo, controla suas informações e garante um domínio no que diz respeito à vida cultural no país. Sendo assim, o campo cultural fica comprometido, de forma que assegura o regime governamental e invalida as manifestações intelectuais que pudessem prejudicar os interesses nacionais... Ainda que os padres, diretamente, não estivessem em destaque, agiam de forma imprescindível para que o objetivo da Igreja fosse alcançado. Os objetivos estabelecidos pelo padre Leonel Franca na formação desses grupos foram inspirados nas idealizações do arcebispo dom Leme. E, na mesma inspiração dessas organizações, o jesuíta foi, aos poucos, integrando os mais diversos grupos”.

E não há nada de espanto em se tratando de ideologia, que o movimento moderno flertasse com a Igreja. Se seu mestre, Le Corbusier, havia feito isso com Jesus, porque não Lucio, com os padres de sua “Companhia”. O historiador da arte e da arquitetura Paul Venable Turner escreveu em sua obra “A Formação de Le Corbusier – idealismo e movimento moderno” de 1987, especificamente no subcapítulo intitulado “La Vie de Jésus” paralelos entre Jesus e Le

Corbusier a partir do livro “La Vie de Jésus” escrito pelo filósofo, teólogo e historiador francês Joseph Ernest Renan (1823-1892), defendendo a possibilidade de que houve ideologia cristã na formação da arquitetura moderna de Le Corbusier.

Segundo Turner (1987), entre os anos de 1908 e 1909, o jovem Jeanneret, que ao longo de sua existência, se comportou seletivamente em relação a suas leituras, mantendo quase apenas as ideias que refletiam suas próprias preocupações, grifou de forma muito significativa passagens do livro de Renan, o que sugere que ele se identificou com o caráter de Jesus e buscou paralelos entre a vida de Jesus e a carreira que ele estava prestes a adotar. O primeiro paralelo, segundo Turner, seria o retiro para a solidão e meditação que fez o jovem Jesus na tentativa de descobrir qual seria o rumo de sua vida. De acordo com Turner, nessa época, Jeanneret se descreve em uma situação semelhante em uma carta escrita a L’Eplattenier.

O segundo paralelo seria o aspecto “revolucionário” das ideias de Jesus. Segundo Renan, Jesus foi revolucionário de duas maneiras: ele queria que os homens desistissem de suas preocupações materialistas para se consagrar ao Espírito; mas também como reformador social utópico, ele queria criar um verdadeiro “reino de Deus” na Terra, onde as classes sociais desapareceriam, ou os ricos seriam deserdados e os homens viveriam em uma comunidade fraterna. Jeanneret estava interessado tanto nas duas revoluções descritas por Renan; e é significativo que o pensamento posterior de Le Corbusier pareça ser a síntese de duas revoluções manifestamente antagônicas: uma arquitetônica, baseada na função e eficiência (a casa é uma máquina para se viver) e a outra que teve que elevar a arquitetura bem acima da função simples de transformá-la em “pura criação do espírito”. De acordo com Turner (1987), Jeanneret parece ter lido Renan, procurando no livro os traços arquetípicos do profeta e reformador revolucionário e depois adaptando-os à sua própria imagem dentro da estrutura do mesmo destino.

O terceiro paralelo estabelecido por Turner está relacionado diretamente à arquitetura. Segundo Renan, Jesus considerou que a decoração arquitetônica era apenas vaidade culpável, incompatível com “seu absoluto espiritualismo”. Em outros lugares, Renan, associando essa ideia a uma teoria climática da arte, afirma que climas quentes, como o de Galileia, geram um temperamento que, mais “idealista” que materialista, tende a rejeitar a decoração material a favor das casas mais simples. Jeanneret logo se interessaria pelos tipos mais sóbrios de arquitetura vernacular no Oriente Médio e na região do Mediterrâneo, desde que partiu para estudá-los três anos depois, em sua “viagem ao Oriente” (TURNER, 1987).

E por fim, o quarto paralelo estabelecido por Turner, entre Jesus e Le Corbusier é a “perfeição espiritual de Jesus, seu idealismo total e especialmente sua pureza”. Defendemos

Turner que quando Jeanneret gosta de usar os termos "purismo" e "arte pura" para descrever sua nova estética, estes, perdoam seu significado formal, assumem conotações relacionadas à herança religiosa e filosófica de seus primeiros mestres a pensar Sua convicção de ter viver um destino revolucionário, ser o profeta de uma nova ordem, e a arquitetura permaneceu essencialmente para ele a manifestação de uma "verdade" absoluta e de princípios formais que seriam descobertos pela meditação solitária e pela comunhão com "o eu", e cujo único objetivo era a salvação do homem (TURNER, 1987).

Conclui Turner (1987) que as reações de Jeanneret à leitura de "La Vie de Jésus" lançaram luz sobre a carreira subsequente de Le Corbusier na medida em que influenciaram sua percepção das ideias de Perret e determinaram uma grande parte do tratamento que ele submeteu a essas ideias durante os anos seguintes. Foi a partir dessa distorção das concepções racionalistas de Perret e da visão idealista que Jeanneret teve de si e do mundo, que nasceu a qualidade distintiva do pensamento arquitetônico de Le Corbusier.

Para Le Corbusier (2002, p.41), "(...) a obrigação da ordem e o traçado regulador é uma garantia contra o arbitrário, e proporciona a satisfação do espírito". Talvez por isso, ele teria demonstrado interesse pela arquitetura dos padres inicianos. Demonstrou interesse pela arquitetura das celas dos monges cartuxos e que viriam a influenciar suas células e seus edifícios vila. Embora defenda uma nova tipologia, Le Corbusier viu na "modernidade" medieval dos monges cartuxos uma de suas inspirações para a sua modernidade.

A origem destas pesquisas, realizadas por minha iniciativa, remonta à visita à Cartuxa d'Enza, nos arredores de Florença, em 1907. Vi, naquela paisagem musical da Toscana, uma cidade moderna que coroava a colina. E a mais nobre silhueta da paisagem, ali está a coroa ininterrupta das celas dos monges; cada cela tem vista para a planície e dá para um jardimzinho situado em um nível inferior, inteiramente murado. Imaginava jamais poder encontrar uma interpretação tão alegre do que é uma morada. Na parte dos fundos de cada cela há uma porta e um postigo, que se abrem para uma rua circular. Esta rua é coberta por uma arcada: o claustro. Ali funcionam os serviços comuns: orações, visitas, refeições, enterros (LE CORBUSIER, 2004, p.98).

Le Corbusier (2004, p.103) prossegue dizendo:

Voltemos à Cartuxa d'Enza e a nossos "edifícios-vilas", duas formas de células na escala humana. Se soubessem como sou feliz quando posso dizer: "Minhas idéias revolucionárias situam-se na história, em todas as épocas e em todos os países". (As casas de Flandres, os pilotis do Sião ou das palafitas lacustres, a cela de um monge cartuxo em plena beatificação.)

Demonstrou interesse até pela casa dos índios, as casas dos homens, na busca da expressão de um saber popular, quando esteve em Asunción (MARTINS, 2004). E assim como o Brasil, o Paraguai tem impregnado em suas raízes históricas a marca dos padres da Companhia. Afinal, é na monumentalidade da paisagem da América do Sul, signo da

administração e do agenciamento dos colonizadores do novo mundo, que nasce seus grandes edifícios-cidades-lineares (MARTINS, 2004).

No entanto, é preciso mencionar também a importância da arquitetura maneirista de Andrea Palladio em Le Corbusier e Lucio Costa. Segundo Matheus Osório (2012, p.40):

desde sua formação acadêmica, Costa recebeu influências da arquitetura clássica que são identificadas em toda a sua obra e que eram compartilhadas por outros mestres modernos, como Mies e Le Corbusier. Este elo com o passado pela via do classicismo, que muitas vezes se manifesta através da referência de Palladio.

Além disso, Andrea Palladio também influenciou a arquitetura maneirista da Contra Reforma e a arquitetura dos jesuítas. Segundo Custódio (2017), dentre os referenciais teóricos utilizados na produção da arquitetura jesuítica ao redor do mundo estão o tratado *De Architectura* de Marcus Vitruvio Polione (1490) e as obras dos italianos Giacomo Vignola (1562), Andrea Palladio (1570), Sebastiano Serlio (1537-1451), Danielle Barbaro (1569) e Pietro Cataneo (1554). A igreja veneziana de San Giorgio Maggiori (1566-1611) de Palladio exerceu forte influência em templos e colégios inicianos em Portugal. Giacomo Vignola projetou El Gesù (1568-1580), a igreja dos jesuítas em Roma. Portanto, o elo de ligação entre as arquiteturas de Palladio, dos loyolanos, de Le Corbusier e de Lucio Costa se dá nos aspectos da geometria, da simetria, dos traços retilíneos, da austeridade, da sobriedade, do despojamento, mas sobretudo, pela relação entre forma e função.

Logo, faz sentido pensar que ideologia religiosa cristã está presente na formação de Le Corbusier e parte do movimento moderno, em especial, Lucio Costa, levando a uma arquitetura que buscava a verdade das virtudes e a pureza das formas em espaços sempre em comunhão com o “eu”. Sendo moderno, inevitavelmente encontraria a arquitetura dos jesuítas, porque isso está presente em suas Constituições Inicianas, na *Ratio Studiorum* e tanto no risco quanto no modo de produção de seus espaços arquitetônicos. Afinal, a arquitetura loyolana é uma “arquitetura simples e funcional” (TIRAPELI, 2020, p. 43), como Lucio Costa queria, tanto para legitimar sua arquitetura e o órgão do patrimônio onde trabalhava. Isso é mais um índice da importância dos jesuítas na história da Igreja, na história do Brasil com sua modernidade simples e funcional, assim como o movimento moderno.

A arquitetura iniciano com seus “conceitos de racionalidade e funcionalidade foram criados com base em regras construtivas que a Companhia teria de cumprir para assegurar a unidade dos estabelecimentos, com reflexo nos estudos e na consequente disciplina” (TIRAPELI, 2020, p. 57). Uma arquitetura racional, funcional, disciplinada, moderna e intelectual, que servia ao requerido novo homem moderno do Estado Novo que visava assegurar

os conceitos de racionalidade, funcionalidade, obediência, hierarquia, disciplina, moderno e conhecimento. Os poderes simbólicos dos jesuítas interessavam o Estado Novo.

3.2 OS PÁTIOS MODERNOS DE LUCIO COSTA: REGRA, RECOLHIMENTO, VIDA ATIVA E MULTIFUNÇÕES

3.2.1 A Igreja Museu e a Casa do Zelador do Museu das Missões: consolidar e preservar (1937-1940)

Tendo como objeto o parecer e o desenho das antigas ruínas jesuíticas de São Miguel das Missões, o Museu das Missões e a Casa do Zelador de Lucio Costa, o interpretante que nos apresenta é a ideia de consolidar e preservar. Lucio Costa propõe a criação de um museu para abrigar e preservar o que sobrou dos Sete povos das Missões.

Chama sua visita às missões de “missão” em relatório do parecer enviado a Rodrigo Melo e Franco. Quando pensa a arquitetura das Missões parece estar pensando com seu tempo, tanto é que chega a fazer relações entre as habitações coletivas jesuíticas e os apartamentos modernos quando diz: “um certo número delas formavam verdadeiros blocos de habitação coletiva, á maneira dos modernos apartamentos”.

Figura 89 – Parecer de Lucio Costa sobre São Miguel das Missões, 1937.

de bases ou simples contornos de fundações - do colégio, das oficinas, da quinta e das casas (celulas, diriamos melhor, pois que a soma de um certo número delas formava verdadeiros blocos de habitação coletiva, á maneira dos modernos apartamentos), a

Fonte: Arquivo Geral do IPHAN – RJ – Parecer de Lucio Costa sobre São Miguel das Missões. Série Personalidades – Lucio Costa. Documento: 0148_LC INT. P.13. Data: 20/12/1937.

A casa do zelador parece ser um elemento essencial para Lucio, afinal, ele cita em seu parecer que quando chegou às Missões havia um zelador morando em uma casa e julgou necessário anexar a casa do zelador ao Museu, integrando o sítio arqueológico, sendo o pátio seu elemento central e articulador. Isso se faz presente também no desenho que Lucio faz da antiga igreja de São Miguel, abrigando as peças que sobraram do tempo, cujo zelador, de certa forma, salvaguardava o patrimônio histórico e artístico nacional.

Figura 90 – Parecer de Lucio Costa sobre São Miguel das Missões, 1937.

SÃO MIGUEL - O povoado compõe-se de algumas casas, entre as quais a do zelador, Sr. Nunes Pereira. As providências

1ª a construção de um grande alpendrado com os pilares internos substituídos por panos de parede caiados de branco para fazer "fundo" às peças expostas e tudo diretamente ligado à casa do zelador que seria murada, a fim de isolar as atividades domésticas da vista dos visitantes (figs. 68-69); 2ª o aproveitamento para abrigo das peças dos colaterais da própria igreja, fazendo-se para tanto uma cobertura simples de telha vã - telha antiga ou fabricada de acordo, não se devendo empregar as modernas telhas de canal cujo tamanho e aspecto destoariam do resto; os fragmentos e imagens seriam então arrumados ao longo das paredes e junto aos pilares da nave. A casa do zelador continuaria no extremo da praça, mas a reconstituição do antigo alpendrado - necessária, a meu vêr, para se ajuizar do valor do conjunto - ficaria reduzida às proporções de um portico de quatro pilares (figs. 72 a 77).

Fonte: Arquivo Geral do IPHAN – RJ – Parecer de Lucio Costa sobre São Miguel das Missões. Série Personalidades – Lucio Costa. Documento: 0148_LC INT. P.13. Data: 20/12/1937.

Assim, outro signo aparece de forma a complementar o significado intrínseco disso, ou seja, o parecer de Lucio Costa foi o passo inicial para as obras de recuperação das ruínas de São Miguel das Missões, sendo a casa do zelador o ponto chave e articulador no projeto de Lucio para o SPHAN, era o local do “zelador do abrigo”.

Figura 91 – Desenho da igreja de São Miguel das Missões feito por Lucio Costa em 1937; e Fotografias da igreja de São Miguel das Missões feito por Rogério Entringer em 2013.





Fonte: Arquivo Geral do IPHAN – RJ - Desenho da Igreja de São Miguel das Missões feito por Lucio Costa em seu parecer. Série Personalidades – Lucio Costa. Documento: 0148_LC INT. P.13. Data: 20/12/1937; e Fotografias de Rogério Entringer, 2013.

O desenho da ruína do antiga redução dos jesuítas coloniais parece mover as ideias iniciais para a elaboração e execução do Museu do SPHAN, ou seja, o Museu das Missões. A igreja influencia o museu das Missões. A Cruz Missioneira de arenito feita pelos índios que estava no espaço que restou da capela mor e do altar da antiga igreja foi colocada no espaço que hoje compreende o Museu das Missões, em sua parte lateral direita.

Nesse desenho, Lucio detalha esculturas barrocas de madeira ou de pedra que representam Cristo, anjos, santos, pias batismais, ruínas de fundações, colunas, pilastras e fontes de água. Feitas de arenito e laterita pelos índios, muitas dessas peças foram preservadas e abrigadas pelas naves da igreja quando Lucio chega em 1937. Lucio parece se inspirar nos espaços por ele encontrados quando propõe o museu das Missões; espaços retangulares de riscos geométricos simples e singelos da antiga igreja loyolana para os espaços de seu museu, porém ao invés de arcadas e naves laterais de cantaria de arenito e laterita cobertas com caibros de madeira, este faz alpendres de arenito e madeira misturado ao vidro e ao concreto armado. Até as pilastras de madeira do museu foram influenciadas pelas antigas pilastras da redução jesuítica que, até hoje, estão abrigadas e salvaguardadas no Museu das Missões.

As Missões são o símbolo de ação e política de preservação patrimonial do SPHAN heroico e estado-novista. Um índice claro das relações entre o colonial na busca pela razão estética do moderno nacional e de que Lucio Costa pensava o moderno por meio da história colonial e da importância do poder simbólico dos loyolanos tanto para a modernidade e para a legitimação da identidade do SPHAN quanto de sua própria arquitetura.

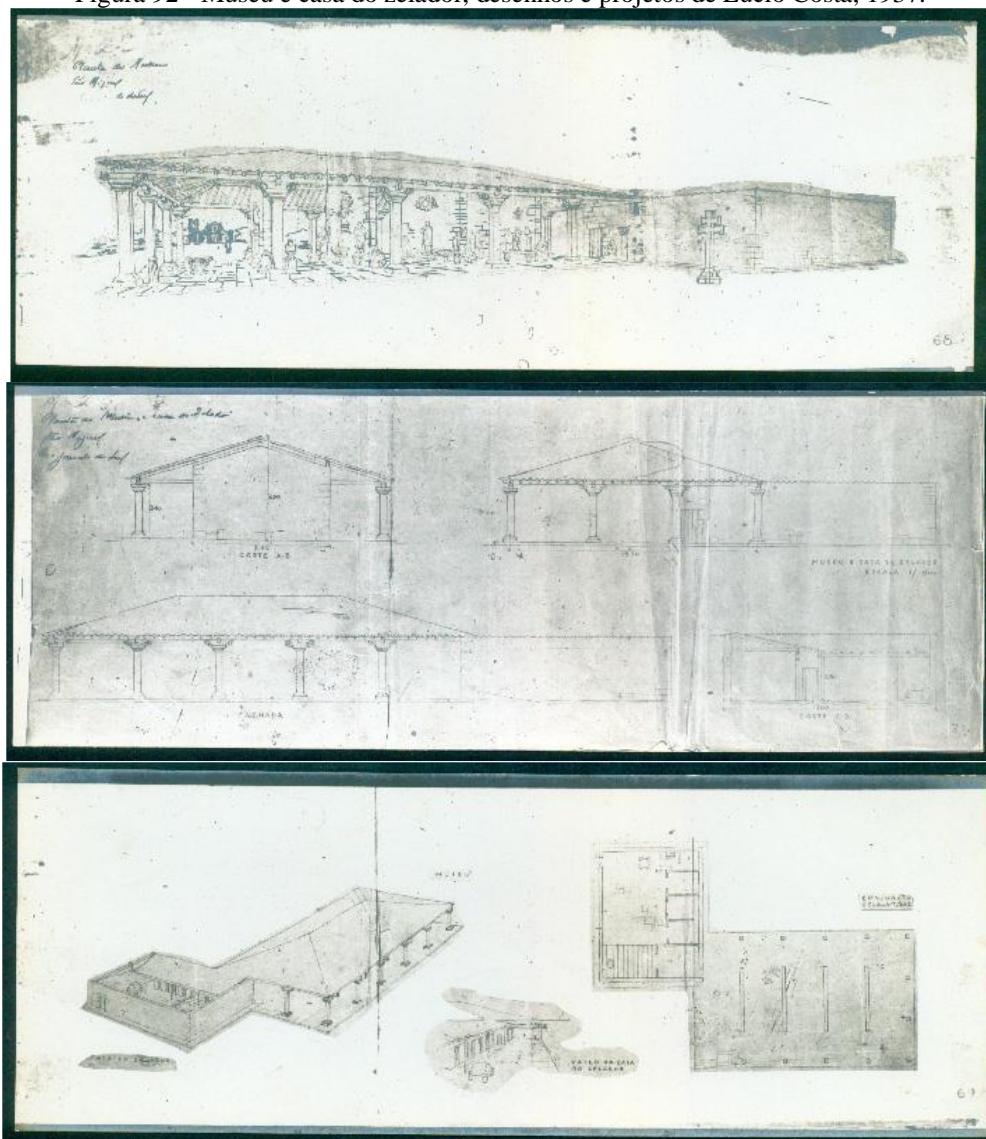
Segundo Lucio Costa (1995, p. 495), “o projeto do Museu das Missões é da mesma época do Ministério da Educação”. Uma de suas primeiras obras, a Casa do Zelador é um retângulo murado de pedras de alvenaria de cantaria mista de arenito e laterita, seco ou com

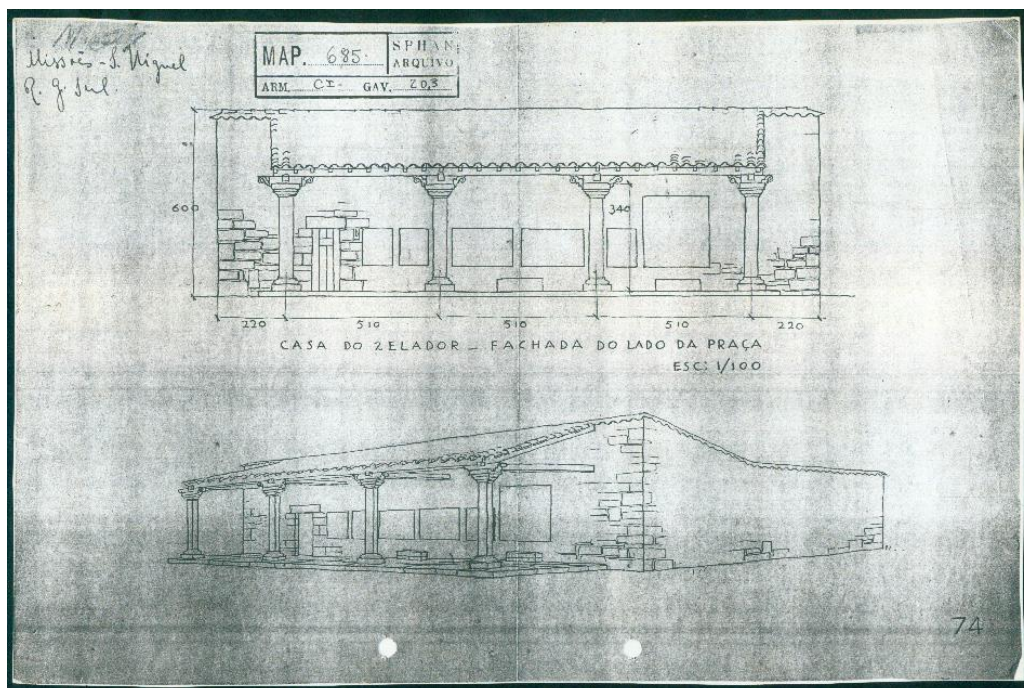
argamassa de tabatinga, mesma técnica e tecnologia da antiga redução de São Miguel, cortado ao meio e dividido entre um pequeno pavilhão que compreende a residência alpendrada com telhado de duas águas e outro que compreende o pátio. É a arquitetura que Lucio Costa propõe para o SPHAN, com pátio mediterrâneo hispano-americano de uma casa anexa ao museu que é fechado, ilumina, aquece, ventila, recolhe e protege. Isso mostra a arquitetura moderna a serviço do patrimônio histórico. Um pátio multifuncional e moderno levando em consideração a importância do pátio na arquitetura da antiga redução de São Miguel e na arquitetura jesuítica em geral. É um índice da importância do poder simbólico dos jesuítas para o SPHAN, significando as relações entre modernidade e tradição, arquitetura moderna e patrimônio histórico. É um índice da relação entre os pátios de Lucio Costa e dos pátios dos jesuítas. É a consubstanciação da tradição do pátio multifuncional e moderno jesuítico como identidade de um pátio multifuncional e moderno de Lucio Costa.

Feitos de alvenaria de pedras, telhas de barro, tesouras, caibros e barrotes de madeira, varandas e pilares, os pátios sóbrios, retilíneos, lineares e austeros eram recorrentes nas casas de Costa nos anos 30 e 40, assim como eram na arquitetura jesuítica. A casa anexa do zelador no Museu das Missões constitui-se de vários compartimentos abrigados dentro do muro de um pátio e embrenhada no mato, feita uma casa missioneira espanhola avarandada, tal como eram os pátios da Companhia de Jesus nas ruínas de São Miguel.

Segundo Marcelo Suzuki (2010, p.132), o Museu das Missões foi uma saga, “[...] empreendimento inédito, pioneiro de nossa arquitetura moderna, assim como foi a grande epopeia a história da República Jesuítica dos Guaranis, um elegantíssimo desbravador, que carrega para as novas terras desbravadas a cultura de seu trajeto”. Quando entramos nos pátios de Lucio Costa, a sensação é similar ao entrar num pátio jesuíta. O recolhimento sóbrio multifuncional e moderno é presente. O pátio da casa do zelador fica isolado do resto do Museu, é o lugar de recolhimento, repouso e isolamento que precisa o zelador do lugar. O pátio da casa do zelador é escondido do resto da edificação, quem visita o museu não necessariamente o vê, é preciso adentrar o anexo, só assim ele aparece.

Figura 92 - Museu e casa do zelador, desenhos e projetos de Lucio Costa, 1937.





Fonte: Arquivo Geral do IPHAN – RJ - Desenho da Igreja de São Miguel das Missões feito por Lucio Costa em seu parecer. Série Personalidades – Lucio Costa. Documento: 0148_LC INT. P.13. Data: 20/12/1937; e Arquivo: III A 42-00006 L. Instituto Antônio Carlos Jobim e Casa de Lucio Costa – RJ.

De acordo com os desenhos dos documentos encontrados no Instituto Antônio Carlos Jobim (RJ) sobre o Museu das Missões e a casa do zelador de 1937, o Museu foi construído para abrigar a arte remanescente da antiga redução de São Miguel nos Sete Povos das Missões que pertencia a Província Jesuítica do Paraguai a serviço da coroa espanhola.

A viagem às Missões jesuíticas faz parte da conversão de Costa seja no SPHAN ou na Arquitetura Moderna. Materiais coloniais como a telha capa canal, pilastras, tesouras, caibros, vigas e outras estruturas construtivas do telhado de madeira, pilares de cantaria de arenito com materiais modernos como o concreto armado e a janela em banda, compreendem o signo jesuítico na construção da modernidade no SPHAN e a prova da influência da tipologia jesuítica na arquitetura de Lucio Costa.

As fotografias resultantes do ato fotográfico que fizemos em 2013 mostram a fusão e a junção entre as ruínas jesuíticas e o Museu Moderno. As ruínas estão no centro da visualidade do museu. A sensação visual das ruínas a partir do museu é de que o museu a todo momento abriga e conserva as ruínas, um índice da fusão e da consubstanciação entre a modernidade e a tradição.

Figura 93 – Museu das Missões, São Miguel das Missões (RS).



Fonte: Fotografias de Rogério Entringer - 2013.

Figura 94 – Museu das Missões, São Miguel das Missões (RS)





Fonte: Fotografia de Rogério Entringer - 2013.

3.2.2 Casa Roberto Marinho de Azevedo (1937-1939)

Construída na rua Alfredo Gomes no bairro carioca de Botafogo, a casa Roberto Marinho de Azevedo foi reformada de acordo com projetos de Lucio Costa em 1949 e 1951 e posteriormente demolida. A edificação constituída e um pavilhão em L com pátio central fechado típico da arquitetura colonial, luso e hispano americana, mediterrânea e jesuítica é muito parecida com a Casa Heloísa Marinho em Corrêas. Mais uma vez temos o pátio figurando como um elemento de recolhimento e multifuncional.

Figura 95 - Casa Roberto Marinho de Azevedo



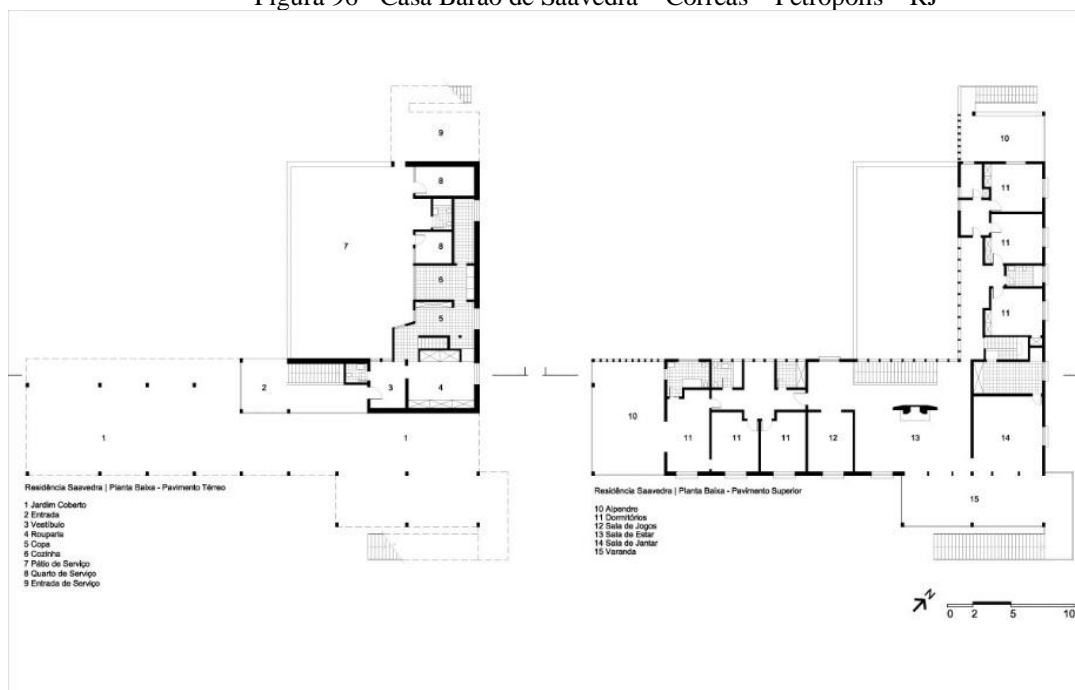
Fonte: Reprodução do Repositório de Imagens da Universidade do Porto – Portugal.

3.2.3 Casa Barão de Saavedra (1941-1942)

Localizada na Estrada da União Indústria, 5070 em Corrêas, Petrópolis (RJ), foi construída para o barão Thomaz Óscar Pinto da Cunha Saavedra, militar português, monarquista, oficial da Ordem de Cristo em Portugal e Comendador da Ordem do Cruzeiro do Sul no Brasil, e para sua mulher, a baronesa Carmen Saavedra (1904 - 1959), que após a perda de um filho, foi benemérita e fundadora de um colégio moderno no Rio de Janeiro em 1940 chamado de Colégio Padre Antônio Vieira, que levava tanto o nome de um padre jesuíta quanto a inspiração de seu projeto pedagógico.

Segundo Comas, “[...] a casa Saavedra é um pavilhão primitivo, retificado” (NOBRE; KAMITA; CONDURU, 2004, p.30) de influência colonial ibérica e mediterrânea, e como tal, não poderia deixar de ter seu pátio.

Figura 96 - Casa Barão de Saavedra – Corrêas – Petrópolis – RJ





Fonte: Fotografias de Rogério Entringer – 2020

Figura 97 - Maquete da Casa Saavedra



Fonte: Reprodução Fotográfica do Google

Figura 98 - Projeto de Lucio Costa para a Casa Saavedra, 1940.



Fonte: Instituto Antônio Carlos Jobim e Casa de Lucio Costa – Rio de Janeiro – RJ.

Desenhos de Lucio Costa para a Casa Saavedra encontrados no Instituto Antônio Carlos Jobim (RJ) mostram plantas, fachadas e detalhes da casa projetada para membros da sociedade tradicional que apoiava-se religiosamente nos jesuítas. A sala de estar e o pátio de serviço são os pontos centrais de articulação da casa em L tipo pavilhão colonial. Faz uso do alpendre e da varanda, tipologias coloniais. Feita de pedra, madeira, barro, concreto armado e vidro. Telhado uma água. Tanto a sala de estar quanto o pátio são tipologias, espaços e elementos centrais da casa colonial em especial a jesuítica. A planta em L lembra as tipologias dos engenhos de açúcar dos séculos XVI e XVII, sendo alguns desses jesuíticos, mas também das fazendas cafeeiras fluminenses. O pátio feito de alvenaria de pedras, multifuncional e de recolhimento é o ponto

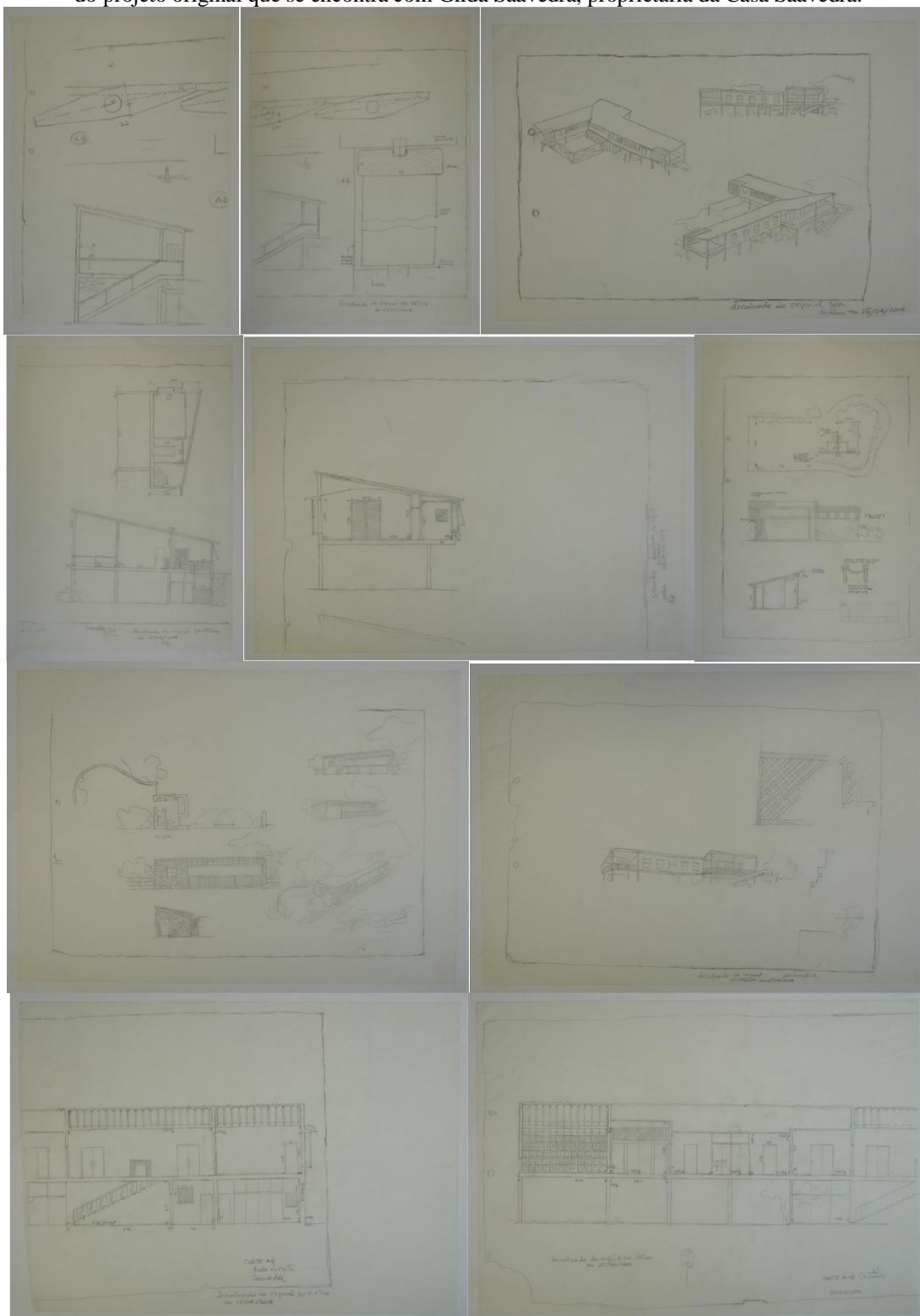
de articulação da casa, signo moderno, tanto do aristotélico-tomismo quanto da *Ratio Studiorum*, tanto dos séculos XVI quanto dos revisitados das décadas de 1930 e 1940. A sensação que tivemos ao visitar a Casa Saavedra é a mesma que tivemos ao visitar a arquitetura rural colonial, seja nas fazendas de engenho e de café ou mesmo a arquitetura jesuítica em geral.

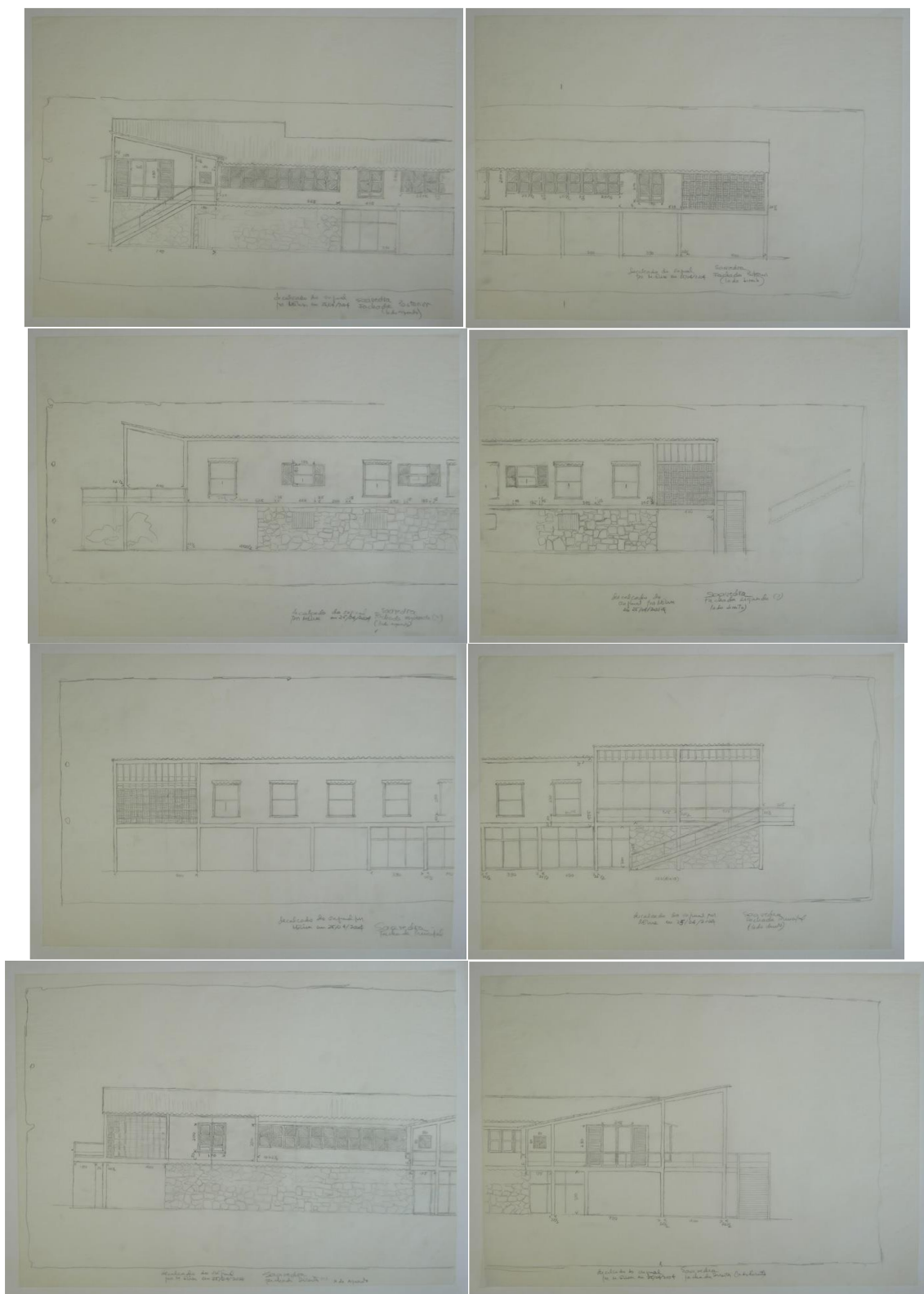
Mesmo tipo do pátio das Missões, o pátio da Barão de Saavedra também é sóbrio, austero, geométrico, feito de pedra, escondido, isolado, anexo, que ao entrar no interior da casa, de surpresa, aparece saltando à visão. Ao adentrá-lo, ao ocupar seu centro, sentimos seu espaço multifuncional, mas acima de tudo, o recolhimento sóbrio que Costa propõe a uma mulher que precisava de isolamento para que pudesse se confortar pela perda de um ente querido, proporcionando um exercício espiritual de meditação consigo mesma e com Deus.

Apesar da alteração em relação ao projeto inicial, as principais características foram mantidas. Lucio propõe dois corredores em forma de L permeando o pátio, sendo fechado parte pelo muro de alvenaria de tijolos e parte pelo muro de pedra. Ao invés de pilares de alvenaria, Lucio coloca pilares mais finos de concreto armado, lembrando pilotis. É o moderno buscando suas origens que, inevitavelmente, encontrará a arquitetura dos jesuítas: o pátio moderno e multiuso. A composição das janelas tem a mesma tipologia da fazenda Campos Novos. Os materiais usados na construção dos muros são coloniais. Materiais como barro, madeira e pedra eram misturados a concreto armado e vidro. Janelas coloniais misturas a janelas em banda. As formas da junção entre o cruzamento dos pilotis com o teto presente nas varandas lembram as formas do encontro dos pilotis com o teto e as varandas do Palácio de Brasília. O risco que leva a função da arquitetura colonial aplicada na arquitetura moderna que buscava a tradição do risco e da função. A cruz e a quadra é um signo da arquitetura e do urbanismo de Lucio Costa e também na arquitetura e no urbanismo dos jesuítas. As fotografias resultantes do ato fotográfico realizados entre os anos de 2012 e 2013 que realizamos mostram as recorrências visuais entre a arquitetura dos jesuítas como Fazenda Campos Novos (RJ) e Colégio dos Reis Magos (ES) com a residência Saavedra de Lucio Costa.

E, se Lucio Costa teve uma certa influência de Leonel Franca, faz sentido pensar que o aristotélico-tomismo e a *Ratio Studiorum* revisitados por Franca entre os anos 1930 e 1940, em um certo sentido, está presente no pátio rural de Lucio Costa como fez na Casa Saavedra. Assim, Lucio, por meio de suas casas, corroborava com o poder simbólico dos jesuítas que estava sendo usado pelo governo Vargas.

Figura 99 – Projetos de Lucio Costa para a Casa Saavedra, Cópia manuscrita por Maria Elisa Costa, do projeto original que se encontra com Gilda Saavedra, proprietária da Casa Saavedra.





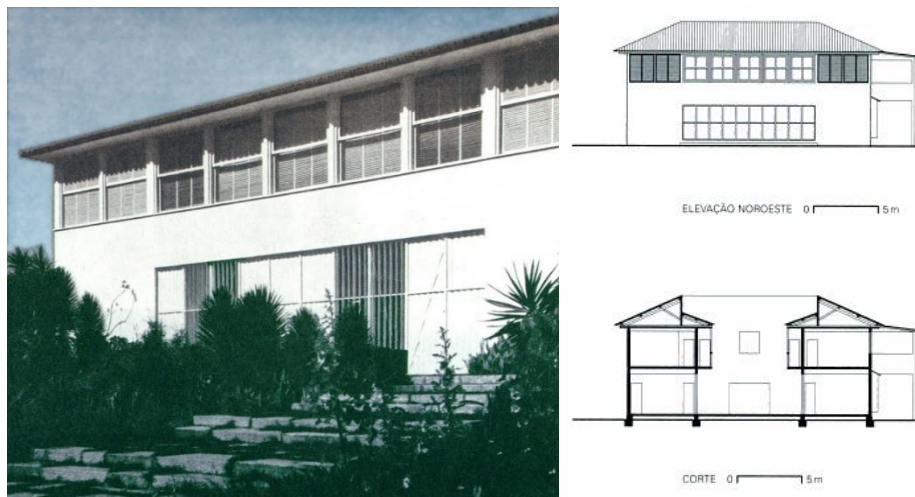
Fonte: Arquivo: III A 25-01260 L, Instituto Antônio Carlos Jobim e Casa de Lucio Costa, Rio de Janeiro, RJ.

3.2.4 A Casa Argemiro Hungria Machado (1942)

Construída na rua Visconde de Albuquerque, 466 no bairro carioca do Leblon, reformada, a casa Hungria Machado é hoje o Consulado da Rússia no Rio de Janeiro. Varanda lisa envidraçada tem a tipologia tanto da Fazenda Campos Novos em Cabo Frio quanto da Casa da Glória em Diamantina. Quadrada com pátio central, telhado quatro águas a moda colonial e jesuítica. Feita de vidro, concreto armado, ferro, madeira e barro. Casa pátio com implúvio é de tipologia romana e mediterrânea presente na arquitetura jesuítica colonial. Tem a tipologia das casas pátios das fazendas e dos colégios jesuíticos na história e na formação da cidade e do território do Rio de Janeiro. Essa casa reforça a característica mediterrânea como um dos vetores de formação e delineamento da arquitetura brasileira. A tecnologia moderna adequada a mistura da influência da arquitetura racionalista lecorbusiana com as raízes da tradição colonial. A teoria da dupla atividade de Lucio Costa, a de teórico do patrimônio e a de arquiteto, está equiparada nessa residência. O pátio central, articulador, distribuidor, centralizador, recolhedor que ventila, aquece e ilumina, a austeridade, a sobriedade, a geometria, o branco, o espaço da *Ratio Studiorum* e do aristotélico-tomismo revisitado pelos jesuítas nos 1930 e 1940 que norteavam as pesquisas e as preservações do SPHAN, estava presente na arquitetura residencial de Lucio Costa.

Figura 100 - Casa Hungria Machado





Fonte: BRUAND (2002).

Segundo Bruand (2002, p.125 e 128):

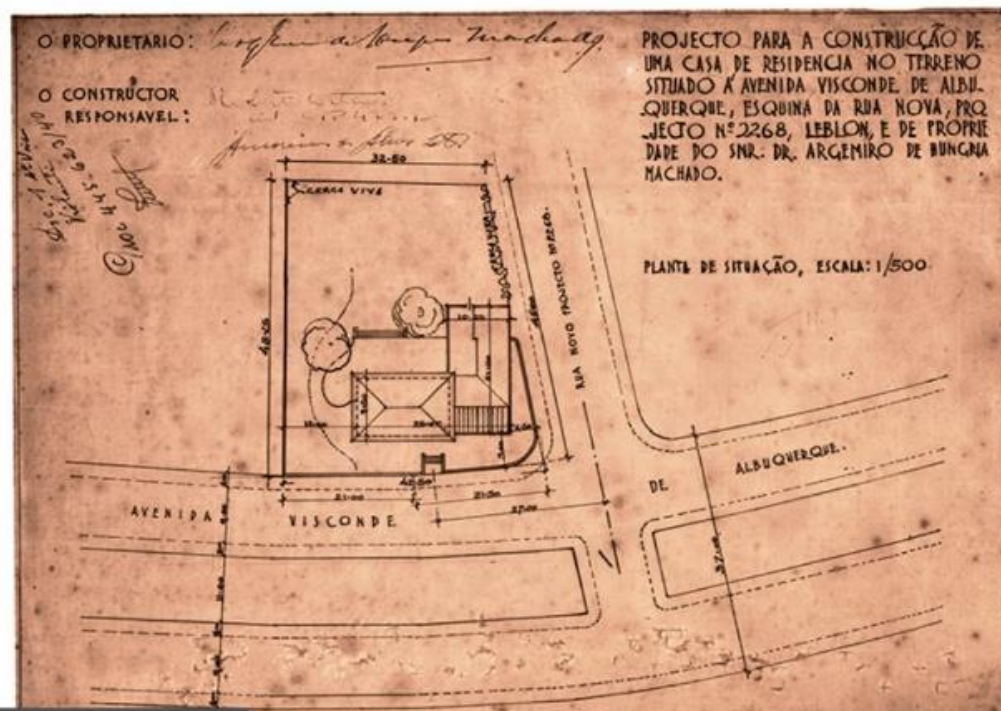
foi realmente em 1942 e 43 que o estilo de Lucio Costa afirmou-se plenamente, com a Casa Hungria Machado e Barão de Saavedra, a hábil integração entre os elementos tradicionais com uma arquitetura contemporânea. O pátio, tão comum no mundo mediterrânico e hispano americano, provou ser perfeitamente indicado para os lotes urbanos. A casa Hungria Machado e Saavedra, reintroduziu na arquitetura contemporânea, um carácter nacional que garantisse uma continuidade com o passado.

A Casa Hungria Machado é a que mais se parece com um colégio jesuíta, é “[...] de volume compacto, distribuído entorno de um pátio central, com telhas cerâmicas, treliças e varandas fechadas, a casa consiste em uma releitura da arquitetura tradicional. O pátio central é o articulador dos espaços” (CZAJKOWSKI, 2000, p.99). E assim como nos colégios jesuíticos, o pátio da Casa Hungria Machado centraliza, distribui, articula, agrupa, reúne e recolhe.

Nas casas do Zelador e Barão de Saavedra, os pátios não são centrais e o da casa Hungria Machado ora é fechado ora é aberto, e isso nos fazer lembrar Wisnik dizendo que: “a configuração plena do pátio doméstico mediterrâneo (grego, árabe e hispano-americano), central, fechado e como volumetria uniforme, está sempre alterada nos projetos residenciais de Costa”.

A planta de situação da Casa Hungria Machado dos anos 1940-49 encontrada no Instituto Antônio Carlos Jobim (RJ) mostra uma casa pátio na forma de L, mesma tipologia do Museu das Missões e da Casa Saavedra. Pátio anexo e pátio interno central, tem o signo aristotélico-tomista jesuítico sendo absorvido por Lucio Costa no seu pátio centralizador, articulador e distribuidor.

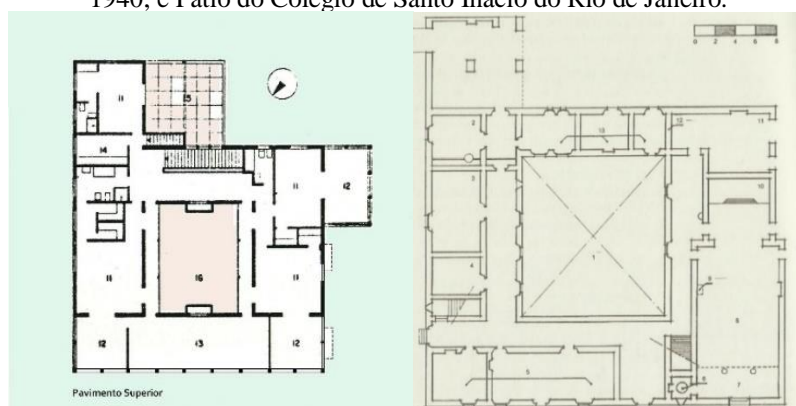
Figura 101 – Planta de situação da Casa Hungria Machado feito por Lucio Costa, 1940-1949



Fonte: Arquivo: III_A_18-00348_L - Instituto Antônio Carlos Jobim e Casa de Lucio Costa – Rio de Janeiro – RJ

É possível ver e sentir que os pátios de Lucio Costa tem muito do pátio jesuítico que proporcionava um “conhecer-se a si mesmo, para tornar-se dono de si e da realidade ao redor, conhecer-se para refazer-se” (MASSIMI, 2001). E o caráter moderno e que define sua espiritualidade é a “crença na vontade do homem como colaboradora de sua salvação” (OLIVEIRA, 1988, p.18).

Figura 102 – Planta da casa Hungria Machado - Lucio Costa – 1942; Planta do Colégio de Campos dos Goytacazes -1640 – RJ; Varandas e pátio da Casa Hungria Machado – RJ; Casa Hungria Machado - anos 1940; e Pátio do Colégio de Santo Inácio do Rio de Janeiro.





Fonte: Reprodução de BRUAND, 2002; Reprodução de A Forma e a Imagem: PUC-Rio, 1991; Fotografia de Marcos Almeida; e Reprodução de <http://www.santoinacio-rio.com.br/s/>

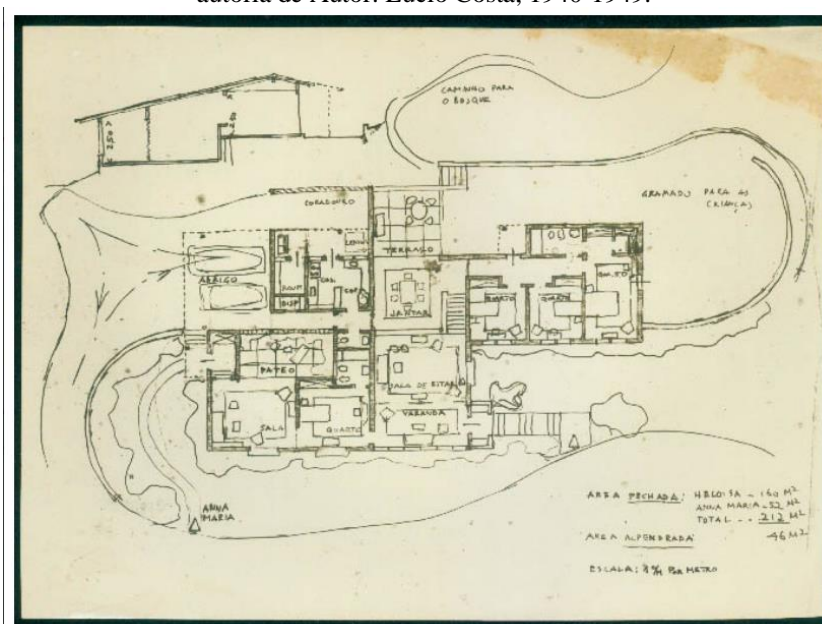
3.2.5 Casa Heloísa Marinho (1942-44)

Construída na Estrada da União Indústria, 5606 em Corrêas, Petrópolis (RJ), a casa Heloísa Marinho tem o uso de matérias, tecnologias e formas que recorrem a tipologia dos muxarabis presentes em Diamantina, mas também na arquitetura jesuítica. Construída com telhas capa canal, às margens do rio Piabanha, mesmo tipo de implantação da arquitetura jesuítica e da arquitetura colonial às margens de rios, tem pavilhão misturando a forma em L e a claustal, telhado duas águas, varandas e terraço que lembram a tipologia colonial. A geometria pura das formas e a cor branca lembra o risco dos padres jesuítas. Assim como na casa colonial brasileira, a forma quadrada e ou retangular da sala de estar e de jantar articulam essa casa moderna. Tem pátio moderno e multifuncional que aquece, ventila, ilumina, recolhe e reúne.

O pátio que não é central e que não tem função de articulação da casa, somente proporciona recolhimento, privacidade, conforto é coberto com treliças proporcionando sombras geométricas. Um resgate do pátio ibérico presente tanto em Diamantina quanto na arquitetura dos jesuítas. O recolhimento tão caro aos jesuítas e a nova *Ratio Studiorum* que

Leonel Franca propunha ao governo Vargas e Capanema, era a tendência na época. Lucio se interessava pela modernidade dos jesuítas, não especificamente pela sua ideologia religiosa, mas sim pelo aristotélico-tomismo jesuítico que representava o moderno da tradição. Em busca da tradição em direção ao moderno, Lucio não sacrifica o moderno em função do passado, ao contrário, busca fundir a tradição ao moderno, o que o moderno permite relaciona-se com o moderno da tradição.

Figura 103 - Planta da casa Heloísa e Roberto Marinho de Azevedo-Correias, autoria de Autor: Lucio Costa, 1940-1949.



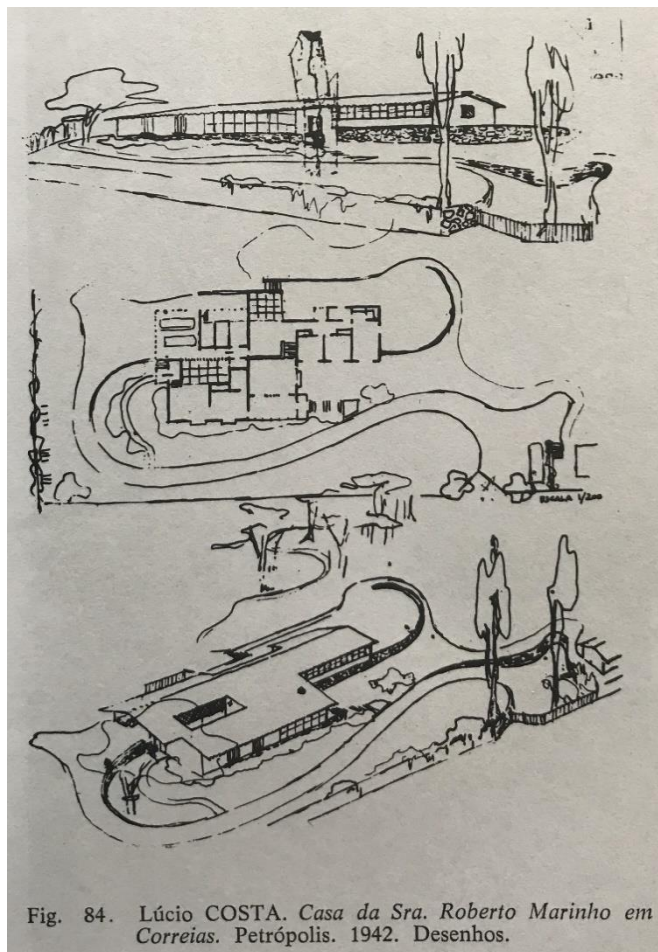
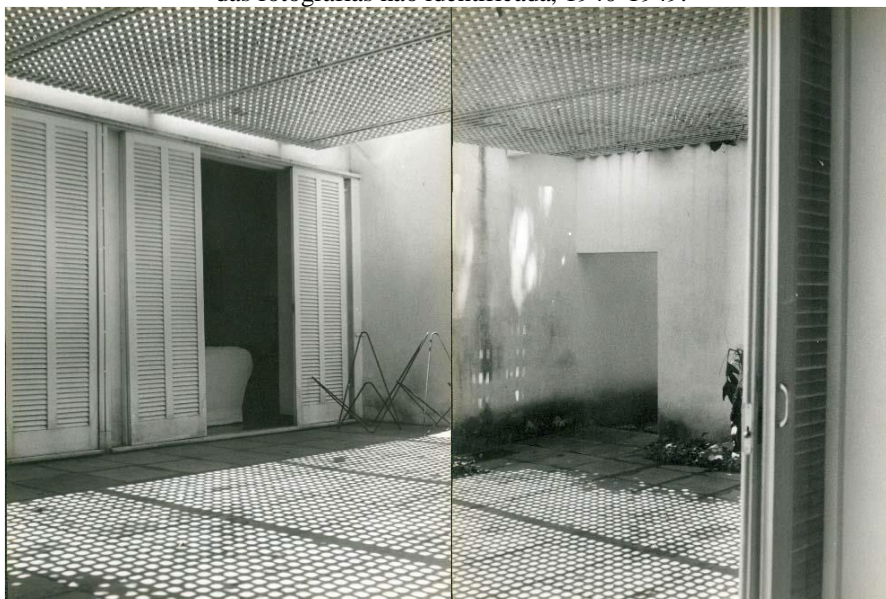
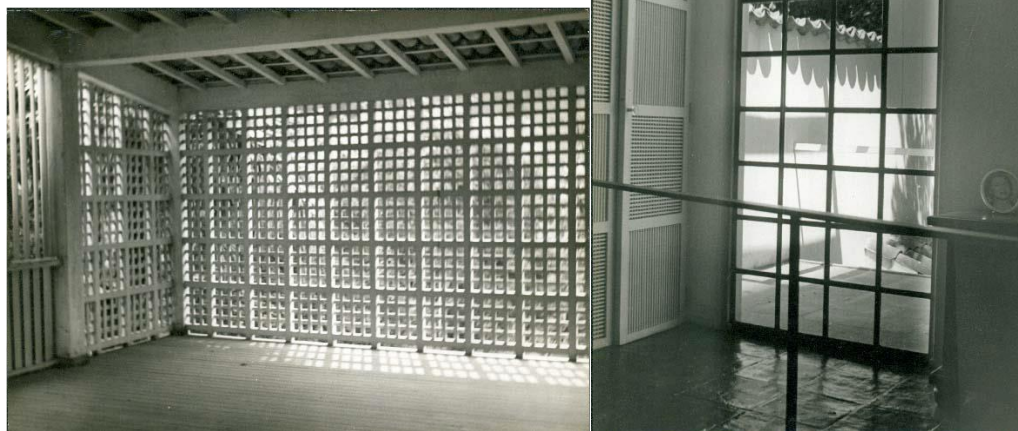


Fig. 84. Lúcio COSTA. *Casa da Sra. Roberto Marinho em Correias. Petrópolis. 1942. Desenhos.*

Fonte: Arquivo: III A 17-00113 L Instituto Antônio Carlos Jobim e Casa de Lucio Costa – Rio de Janeiro – RJ, 1940-1949; e Reprodução de BRUAND (2002).

Figura 104 - Casa Heloisa e Roberto Marinho de Azevedo - Rio de Janeiro, autoria das fotografias não identificada, 1940-1949.





Fonte: Arquivo: III A 16-00141 L. Instituto Antônio Carlos Jobim e Casa de Lucio Costa – Rio de Janeiro – RJ.

3.2.6 Casa Pedro Paes de Carvalho, 1944

Edificada em local onde a história do Rio de Janeiro se confunde com a própria história do Brasil, com importância dos jesuítas na formação histórica do lugar, próximo a São Pedro da Aldeia, Cabo Frio e Rio das Ostras, a casa Pedro Paes de Carvalho construída e localizada na Estrada Amaral Peixoto, Km 85,5 em Araruama (RJ), possui um pátio interno que estrutura a planta e todos os seus espaços.

O pátio, de origem mediterrânea e muito caro à arquitetura inaciana, é considerado o coração da arquitetura, articulador, distribuidor e centralizador de todos os espaços presentes tanto na Igreja de São Pedro da Aldeia quanto na Fazenda Campos Novos, em Cabo Frio. Ambas, a Casa de Lucio e a Casa dos Jesuítas, estão construídas às margens da lagoa de Araruama com cerca de 30 km de distância entre si seguindo-se pela Rodovia Amaral Peixoto. A capela da casa de Pedro Paes tem uma tipologia moderna do alpendre feito de longos e fortes caibros como pilares.

Para Carlucci (2005, p.55),

se nas casas desse período há o uso recorrente do vocabulário colonial, existe também, de forma muito mais intensa, uma arquitetura pensada em toda a sua complexidade contemporânea onde o domínio sobre a qualificação dos espaços pelos materiais, há cálculo e intensão de um homem bastante consciente da abrangência e riqueza de seu ofício pois o pátio da casa Paes de Almeida não é qualquer que se encaixaria a qualquer projeto ou uma mera transposição do pátio da casa colonial, mais um lugar único daquele projeto, daquela estrutura espacial, especialmente criada e desenvolvida.

A forma dessa casa em quadra com pavilhões articulados em torno de um pátio lembra os colégios jesuítas coloniais. O branco também faz referência à arquitetura colonial, à arquitetura inaciana branca caiada posicionada ali desde o passado. À frente temos a capela permeada pela sacristia e dois dormitórios dando acesso ao pátio que interliga toda a casa ao fundo, composto por sala de estar, terraço, garagem, sala de jantar, cozinha, quatro dormitórios e área de serviço. Pela frente entra-se pela capela e pelo fundo entra-se pelo terraço ou pela área de serviço. O acesso também se dá pela lateral esquerda do pátio onde existe uma porta, pois a lateral direita é fechada por treliças.

Seus materiais modernos como vidro e concreto armado são misturados com os materiais tradicionais, a exemplo das telhas de barro, da madeira, caibros, pilares, tesouras, vigas, ripamentos e janelas com muxarabis que fazem referência tanto à Diamantina quanto às residências jesuíticas da região.

Os pátios de Lucio Costa tem referências de Diamantina, em especial, do Passadiço da Glória e da arquitetura dos jesuítas. No caso da casa Pedro Paes, permeada pela Fazenda Campos Novos, pela residência de São Pedro da Aldeia, pelas atuações em Rio das Ostras onde existem ruínas e mais ao norte pelo grande Colégio e Fazenda Santo Inácio em Campos dos Goytacazes, o pátio mediterrâneo tão caro aos jesuítas cabia melhor para a tradição do local.

O pátio é fechado e aberto ao mesmo tempo, pois as treliças que o envolvem permitem por entre seus vãos uma visão do espaço de fora como se fosse um muxarabi, servindo para contribuir mais ainda com a circulação de ar e a iluminação. Austera, sóbria, geométrica, linear, funcional e retilínea, assim é a casa em que Lucio Costa limpa todo o ornamento.

Pedro Paulo Paes de Carvalho mereceu destaque no Registro da Vivência de Lucio Costa. Pedro Paulo era filho de Pedro Paulo de Carvalho

“antigo governador do Pará, cirurgião formado na França (...) minhas duas filhas nasceram por suas mãos, pretendeu construir uma casa de saúde no aterro na exposição do Centenário, mais ou menos onde está agora o MAM e onde, em 1936, Le Corbusier quis construir o ministério e para isso convidou arquitetos franceses” (COSTA, 1995, p. 76).

O médico Pedro Paulo estava entre os membros da vanguarda dos anos 1930-1940 e tinha uma relação com a arquitetura e os arquitetos. Pedro Paulo Paes de Carvalho foi membro emérito e patrono da Academia Nacional de Medicina desde 1938 e um intelectual na área de medicina.

Para Jesus Cheregati (2007, p.82) “a introspecção e a reclusão são próprios das casas pátio central do arquiteto” e, assim como na Casa Hungria Machado, o pátio central é o articulador dos espaços, centraliza, distribui, agrupa, ilumina, ventila, aquece, reúne e recolhe com uma sobriedade, uma austeridade, uma multifuncionalidade divina, um espaço que caberia

perfeitamente nas ideias do novo aristotélico-tomismo muito em voga naqueles tempos, ditos modernos, fazendo inveja a qualquer arquiteto inaciano onde modernidade e tradição se fundem e se completam na identidade da arquitetura de Lucio Costa em 1944.

Figura 105 - Mapa da distância entre a Casa Pedro Paulo Paes de Carvalho em Araruama e a Igreja dos Jesuítas de São Pedro da Aldeia.



Fonte: Google Earth.

Figura 106 - Maquete da Casa Pedro Paulo Paes de Carvalho





Fonte: Laboratório Pesquisa Projeto Memória (LPPM) - Departamento de Arquitetura do Centro de Tecnologia (UFPB).

Figura 107 - Pedro Paulo Paes de Carvalho (2 da esquerda para a direita sentado), Warchavchik (ao seu lado), e Lucio Costa (4 sentado da esquerda para a direita).



Fonte: Fotografia reproduzida do livro de Lucio Costa intitulado Registro de Uma Vivência, p.76.

Figura 108 - Casa Pedro Paulo Paes de Carvalho: frente, autoria da fotografia não identificada.



Fonte: Arquivo: III A 24-00467 L - Instituto Antônio Carlos Jobim e Casa de Lucio Costa – Rio de Janeiro – RJ.

Figura 109 - Casa Pedro Paulo Paes de Carvalho





Fonte: Reprodução fotográfica de Wisnik.

3.3 LUCIO COSTA E A ARQUITETURA JESUÍTICA PORTUGUESA: DESENHOS DE VIAGENS (1952-53)

3.3.1 As viagens de Lucio Costa a Portugal: 1948, 1952, 1953 e 1961

Quando esteve em Portugal nos anos 1940, 1950 e 1960, Lucio Costa ainda gozava das relações estabelecidas no final do anos 1930 e selada na primeira metade dos anos de 1940 entre a DGEMN e o SPHAN estado novistas capitaneadas por António Salazar e Getúlio Vargas, operadas pelos padres jesuítas Serafim Leite, Leonel Franca, D. Leme e costuradas por Cardeal Cerejeira, António Ferro, Júlio Cayolla, Lourival Fontes e Gustavo Capanema. As agências

orgânicas SPHAN e DGEMN se reconheciam mutuamente, seja pelo aspecto histórico, político ou organizacional.

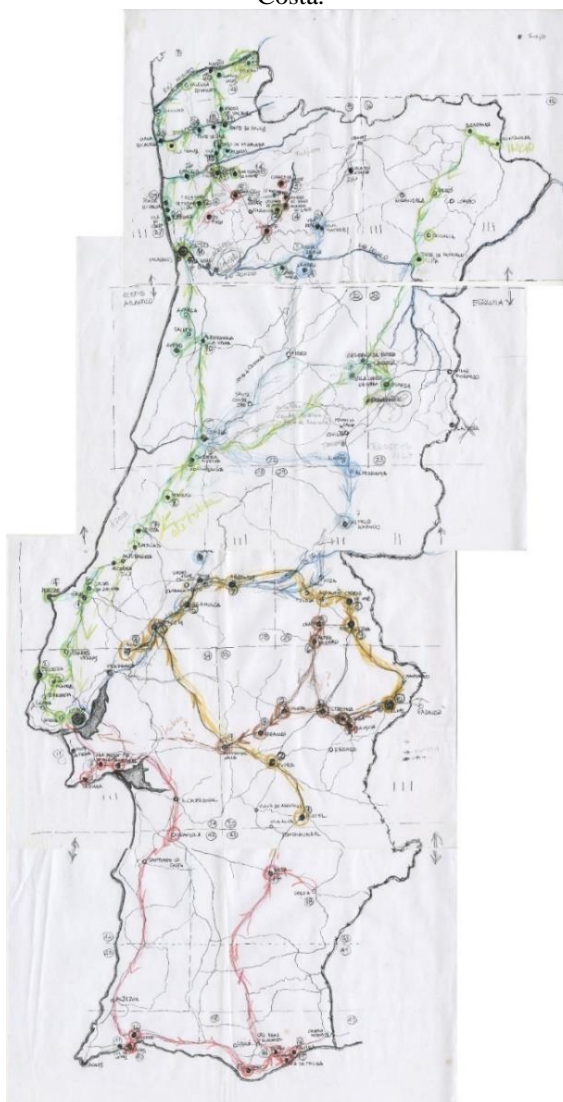
As viagens de Lucio Costa à Portugal foram realizadas na primeira fase do IPHAN, na época conhecido como SPHAN (1937-1946) e depois DPHAN (1946-1970). Segundo Pêsoa (2017), o interesse em conhecer a arquitetura portuguesa no seu local de origem iria motivar Lucio Costa a empreender duas viagens de estudos por Portugal, a primeira em 1948, quando Lucio era o diretor de Estudos e Tombamentos do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional e a segunda entre os anos de 1952 e 1953, no segundo mandato de Getúlio, resultando o conjunto de cinco pequenos blocos de papel com desenhos e anotações manuscritas a grafite.

Os bloquinhos com os registros de croquis, anotações e itinerários de viagem foram publicados no catálogo da exposição “Arquitetura Popular Portuguesa no traço de Lucio Costa”, ocorrida em 2012 no Rio de Janeiro e em Lisboa. Os bloquinhos intitulados de “Suíço, Ocre e Azul” são nossos objetos de pesquisa nesse ensaio, uma documentação original pesquisada e encontrada entre os anos de 2016 e 2019 no site do Arquivo do Instituto Antônio Carlos Jobim e Casa de Lucio Costa no Rio de Janeiro.

Sua filha, Maria Elisa Costa, refez o mapa do itinerário da trajetória percorrida por Lucio Costa em sua viagem à Portugal entre os anos de 1952 e 1953. O mapa do itinerário mostra como Lucio percorreu Portugal de norte e sul e de leste a oeste, escolhendo criteriosamente o que lhe interessava visitar, mapeando e buscando documentos para estudos e tombamentos do DPHAN, um índice de que a tradição portuguesa era motivo de interesse para legitimar a identidade da modernidade do DPHAN.

Na última viagem ocorrida em 1961 no final da segunda fase do IPHAN e pós Brasília, Lucio Costa visita o Solar de Bertandos, um imóvel classificado como de interesse público e uma freguesia do concelho de Ponte de Lima. Conforme descrição de fotografias analisadas no Centro Português de Fotografia da cidade do Porto, “o Arquiteto Lucio Marçal Ferreira Ribeiro Lima Costa ficou conhecido mundialmente pela autoria do projeto de Brasília”. Tais fotografias são índices do interesse de Lucio Costa pela horizontalidade, simetria, austeridade, sobriedade, funcionalidade, ordem, pelo retilíneo, ângulos retos e pelo pátio fronteiro do maneirismo da arquitetura portuguesa, curiosamente repetidos em sua Brasília recém inaugurada.

Figura 110 - Itinerários Portugal, mapa da trajetória percorrida por Lucio Costa em sua viagem a Portugal em 1952-1953. A autoria de Maria Elisa Costa.



Fonte: Documento número IV_B_04-05000_L.jpg. Instituto Antônio Carlos Jobim e Casa Lucio Costa – RJ.

Outra imagem significativa de Lucio Costa em sua visita a Portugal em 1961, é sua presença ao lado do arquiteto português Carlos Ramos, diretor da Escola Superior de Belas Artes do Porto, na Estação São Bento no Porto. No Estado Novo Salazarista (1933-1974), Lucio Costa era alto funcionário do IPHAN (1937-1972), ou seja, modernidade, tradição e nacionalidade, a busca de ambas as agências pelas raízes arquitetônicas, no caso brasileiro, de um patrimônio moderno, e no caso português, que ainda auspiciava ao moderno, conforme destaca Ana Tostões (2002, p. 339),

“sem suporte crítico o modernismo não existiu em Portugal. A ausência de uma cultura arquitectónica actuando como crítica operativa condenou à partida os

primeiros modernistas. Sem reflexão teórica, a nova geração de arquitectos trabalhou numa renovação linguística, sem aprofundar o ideário do movimento moderno”.

Figura 111 - Visita do arquiteto Lucio Costa ao solar dos Bertandos e Estação de S. Bento, despedida de arquiteto Lúcio Costa. Fim da visita do Arquitecto Lúcio Costa ao Porto, vendo-se à sua direita o Arquitecto Carlos Ramos, diretor da Escola Superior de Belas Artes do Porto. Data: 05-1961.



Fonte: Duas fotografias do Centro Português de Fotografia, Porto, Portugal, data 05-01-1961. Códigos de Referência: PT/CPF/OLF/0042/000006 e PT/CPF/OLF/0042/000007 e PT/CPF/OLF/0042/000009

Para Ana Tostões (2002, p. 340-341):

a verdade, é que a utilização de uma nova linguagem, (ainda que decorrente de um modo de construir racionalista, de uma concepção funcionalista), foi assimilada como apenas um estilo disponível. O que explica, que na sua fase de implantação, a ditadura do Estado Novo interessada numa renovação simbólica, a tenha utilizado para uma eficaz actualização da sua imagem.

E o texto de Lucio Costa intitulado Razões de Uma Nova Arquitetura “teve maior influência em Portugal, regozijando-se com a vantagem da construção com pilotis” (TOSTÕES, 2002, p. 105).

Visitar Portugal é poder ver o poder da obra milenar da Igreja na formação do Estado e da cultura de uma nação, é poder ver como esse signo de longa duração que é a Igreja no Estado chegou ao Brasil. A Igreja como estrutura de longa duração apresenta-se em Portugal seja na Idade Média quanto no Estado Novo; no Brasil, seja na colonização, seja também no Estado Novo. É preciso visitar Portugal para compreender as raízes da arquitetura brasileira de cunho europeu e entender o papel e da Igreja enquanto formadora do patrimônio histórico e artístico nacional de ambos os países.

Contudo, ficamos a imaginar o tamanho do interesse do SPHAN-DPHAN de Rodrigo Melo e Franco em financiar uma viagem de Lucio Costa para as principais cidades históricas de Portugal, de norte a sul, de leste a oeste. Dizemos isso porque refizemos 1/3 de sua viagem entre maio e julho de 2022, recortando apenas seus desenhos sobre a arquitetura jesuítica e constatamos o quão trabalhoso e caro financeiramente foi essa experiência.

3.3.2 Desenhos e anotações: garranchos barrocos, riscos e rabiscos

Se analisássemos os desenhos, os traços, os riscos e os rabiscos de Lucio Costa da arquitetura portuguesa sob a ótica do método formalista, da pura-visibilidade, aquela escola clássica de análise e leitura de arquitetura tendo Alois Riegl, Henrich Wölfflin, Wilhelm Worringer e Konrad Fiedler como expoentes, o resultado seria o pictórico, a profundidade e a obscuridade, características de um desenho ou uma arte anticlássica (ARGAN e FAGIOLO, 1992).

O caderno de viagem e o desenho são ferramentas eficientes na percepção da cidade e da arquitetura. O desenho é uma espécie de extensão da percepção do espaço, desenhar é um ato interpretativo, é um produto da percepção, análise e criação da mente humana, um discurso construído (NELAC-IAU-USP). Dentre o vasto material de desenhos e anotações quase sempre marcados por riscos, rabiscos e garranchos, naturalmente frutos da pressa de uma viagem intensa de informações, deixado por Lucio durante sua viagem a Portugal entre 1952 e 1953, recortamos sua visão, sua interpretação, sua percepção, sua análise de criação e seu discurso construído especificamente sobre a arquitetura jesuítica portuguesa.

José Pêsoa foi pioneiro nos estudos dos bloquinhos, deixando uma fenda para outros pesquisadores interessados nesse temática. Para ele,

a preocupação em organizar esse trabalho levou Lucio Costa a propor em 1947 uma classificação da arquitetura civil brasileira, como instrumento metodológico para classificar futuros tombamentos. Essa proposta de classificação, somada aos textos, “Documentação Necessária” e “Arquitetura dos jesuítas no Brasil”, ambos publicados na Revista do Patrimônio, tornavam evidente para ele a necessidade de conhecer arquitetura que havia sido produzida em Portugal contemporaneamente a nossa arquitetura colonial, estabelecendo as possíveis relações entre estas (PÊSSOA, 2017).

Ainda segundo Pêssoa (2017, p.52):

os estudos na época, sobre a arquitetura colonial brasileira, produzidos pelos colaboradores da Revista do Patrimônio, procuravam entender esta como parte de um processo de transferência, modificação e retorno, entre Portugal e suas colônias. Nesta perspectiva, a arquitetura de Portugal seria a chave de leitura das características plásticas da arquitetura brasileira. Então no final dos anos 1940 e inícios dos 1950, conhecer Portugal após 10 anos trabalhando no Patrimônio Histórico e Artístico Nacional tinha se tornado uma necessidade. Ir a Portugal era ir de encontro ao nosso passado arquitetônico, aquele passado que vinha sendo cuidadosamente reconstruído nos tombamentos e restaurações dos primeiros anos de atividade do SPHAN. A viagem através de Portugal serviu para constatar, não exatamente uma relação de dependência artística, e sim a existência de um vocabulário comum desenvolvido com razoável autonomia nos dois lados do Atlântico.

Conclui Pêssoa (2017, p.57) que “há também na identificação destes detalhes construtivos o olhar do restaurador. Como resolver uma série de questões que se punham no cotidiano de trabalho do SPHAN? Essa é uma resposta procurada no olhar que registrava nos desenhos portugueses o passado do Brasil”.

Costa visava entender a arquitetura jesuítica buscando a identificação do Brasil nessas arquiteturas, aquilo que considera como sendo, ao lado das “qualidades plásticas das casas populares” (PÊSSOA, 2017, p.58), o renascimento, o maneirismo e o barroco, as grandes contribuições do mundo português para a arquitetura brasileira. Não era por menos, na busca das origens da estética de um patrimônio que até hoje nos cerca, certifica-se que o gosto estético procede da cultura ibérica, principalmente graças a ação dos jesuítas (TIRAPELI, 2020). Segundo Tirapeli (2020, p.15 e 16), “as primeiras igrejas jesuíticas na Península Ibérica como Lisboa e Évora em Portugal e de Valladolid na Espanha serviram de modelos para as primeiras construções nas Américas”, especificamente as igrejas de São Roque de Lisboa, do Porto, de Évora, do Algarve e da Ilha da Madeira são referências para as primitivas construções daquele Brasil a nascer sob a égide dos jesuítas, ainda em 1549. Portanto, Portugal e Espanha eram vetores para a arquitetura inaciana nas Américas, uma arquitetura sóbria, austera e funcional ibérica, com tipologias da arquitetura chã, pauperista com pitadas de classicismo tardio italiano (TIRAPELI, 2020).

Lucio foi a Portugal atrás do maneirismo e do barroco que considerava vetor da identidade nacional, afinal, “desde sua fundação em 1540 até sua supressão em 1759, no Brasil,

os estilos artísticos jesuíticos foram o maneirismo no século XVI, o barroco até a primeira metade do século XVIII e o nascimento do rococó” (TIRAPELI, 2020, p. 18). O triângulo frontão retilíneo da arquitetura de Francisco Dias tem a tipologia do triângulo frontão retilíneo simplificado “ao estilo da arquitetura chã de Portugal com base na igreja de São Roque de Lisboa e é responsável pela incorporação do estilo jesuítico no Brasil. Na Espanha, as igrejas de Villagarcia de Campos ou de Alcalá próximas ao exemplo romano difundiram a fachada maneirista” (TIRAPELI, 2020, p. 28).

3.3.3 O Colégio do Espírito Santo e a Universidade de Évora

O colégio do Espírito Santo e a Universidade de Évora foram a primeira edificação jesuítica que Lucio visitou em 1952; seus desenhos, croquis e anotações constam no bloquinho intitulado “Ocre”. Feitas com grafite, as impressões de Lucio Costa sobre o colégio e a universidade dos jesuítas em Évora, constituíam-se em riscos e rabiscos anticlássicos de retábulos e setas, uma caligrafia de difícil compreensão, cujas palavras que conseguimos identificar são: 1651, Colégio Espírito Santo Évora, medidas e refeitório do antigo colégio dos jesuítas. Constam também desenho da nave, transepto, cúpula, seteira, retratos de pessoas, provavelmente do clero, a arcada do refeitório, o espaço da cozinha e detalhe do arco da capela e da escada.

Claro que Évora era roteiro imprescindível para Lucio Costa, afinal, sendo uma das cidades mais antigas de Portugal, suas características que mesclam a cidade muçulmana e a cidade cristã medieval, influenciaram a fundação de cidades no Brasil colonial (SANTOS, 2001).

Évora está situada no coração da peneplanície alentejana, na confluência de três importantes bacias hidrográficas – Tejo, Guadiana e Sado –, ponto de cruzamento milenar de vias e rotas comerciais que ligavam e ligam o litoral ao interior peninsular e o norte ao sul. Em 1165, a conquista de Évora dos muçulmanos e a sua integração ao reino de Portugal foram um ponto de viragem na sua história. A construção da Catedral, imponente edifício que marca toda a paisagem circundante e constitui um exemplar arquitetônico sem paralelo no gótico nacional, foi a primeira obra notável do período português. O século XVI é considerado o século de ouro da cidade (Câmara Municipal de Évora).

Figura 112 – Centro Histórico de Évora, Portugal.



Fonte – Fotografia de Rogério Entringer - 2022.

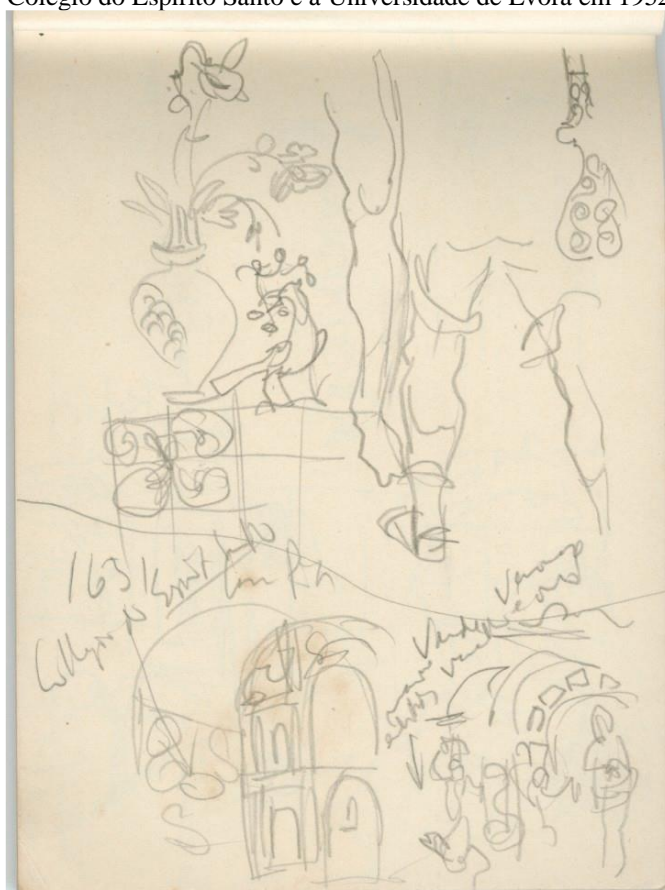
Posicionado estrategicamente no alto da cidade, de onde se tem uma visão geral da peneplanície alentejana, o colégio do Espírito Santo de Évora tem como seus primeiros arquitetos Manuel Pires (1564), Diogo de Torralva (1566) e Silvestre Jorge (1595-97) (SIPA). Maneirismo e barroco se misturam em sua quadra com pátio e igreja frente a um largo ocupando lugar privilegiado na cidade, próximo ao Templo de Diana, símbolo da antiguidade, e a Catedral de Évora, símbolo do medievo, sendo este próprio e a Universidade de Évora, símbolos da modernidade. A igreja do colégio tem influência “tardo-gótica local de São Francisco, tendo inclusive adoptado a galilé exterior sobre a entrada, elemento jamais aplicado em nenhuma outra igreja da Companhia, desejo expresso do patrocinador Cardeal D. Henrique” (LOBO, 2014, p.233).

Figura 113 – Universidade de Évora, antigo Colégio do Espírito Santo, Portugal.



Fonte – Fotografia de Rogério Entringer - 2022.

Figura 114 – Desenhos e anotações da visita de Lucio Costa ao Colégio do Espírito Santo e à Universidade de Évora em 1952.





Fonte: Arquivo do Instituto Antônio Carlos Jobim e Casa de Lucio Costa. "Bloquinhos de Portugal: Ocre, Croquis", Lucio Costa, 1952. Documento número IV.B.04 – Portugal.

A Universidade de Évora, no seu primeiro período, foi uma escola inteiramente jesuíta (FIOLHAIS e FRANCO, 2016, p.12). Sua importância é tamanha que:

para 1559, o contexto histórico da fundação é o da abertura da História de Portugal, com a grandiosidade dos Descobrimentos e dos (NOVOS Mundos ao Mundo» mas que se foi encerrando às descobertas e inovações científicas da Europa do Norte, ficando presa da gramática de costumes e de ideologias culturais da Europa do Sul (NUNES e SILVA, 2009, p.20).

O antigo refeitório, presente nos desenhos de Lucio Costa:

tem duas naves de nove tramos divididos por arcos de volta perfeita sobre colunas toscanas de mármore branco, com cobertura em abóbada de lunetas, tendo lambris de azulejo enxaquetado verde e branco, banqueta em mármore junto à parede e tribuna de leitura com duas comunicações através de jambas de granito (SIPA).

A cozinha, também presente nos desenhos de Lucio Costa, é “marcada por dois grandes pilares graníticos e grandes tanques de lavagem em mármore, tendo, à sua frente, um fontanário de taça piramidal em mármore branco, sendo o espaço percorrido por rodapé de azulejo enxaquetado verde e branco” (SIPA).

Os retábulos também presentes nos desenhos são de “talha dourada maneirista e do barroco nacional e joanino e retábulos colaterais de talha dourada. Capela-mor com paredes decoradas por azulejos de produção maneirista, com retábulo-mor maneirista, de planta recta, de dois andares e três eixos, contendo trono expositivo e sacrário em forma de templete” (SIPA).

Talvez Lucio Costa soubesse que “a Igreja do Espírito Santo de Évora faz parte da primeira geração de igrejas jesuítas portuguesas” (LOBO, 2014, p.233) e que Évora significasse:

uma visão de universidade europeia do Humanismo englobando Igreja da Contra Reforma — que constitui um importante instrumento de trabalho conceptual e metodológico quando se pretende inserir comparativamente a instalação do Colégio do Espírito Santo, na cidade de Évora, no já longínquo ano de 1559 no contexto da história da cultura europeia (NUNES e SILVA, 2009, p.28).

A grande importância da história do antigo colégio do Espírito Santo de Évora, que conseqüentemente originou a Universidade de Évora, é devido à modernidade e ao humanismo letrado católico que a coroaram como um dos faróis da modernidade europeia entre o renascimento, o maneirismo e o barroco. Costa não poderia deixar de visitá-la, já que buscava uma orientação e uma explicação do renascimento, do maneirismo e do barroco como formadores na nacionalidade brasileira.

Logo, Costa sabia que para compreender as origens formadoras da nacionalidade brasileira e da implantação de colégios jesuítas espalhados pelo vasto Brasil teria que

compreender o que os inicianos fizeram na Universidade de Évora, o que interessava num certo sentido ao Brasil, ou seja:

Estado, Educação e Humanismo são signos de pleno significado que se cruzam quando se pretende entender a necessidade de fazer expandir a rede de estabelecimentos de ensino universitário existente, de modo que os seus discípulos — nomeadamente membros da Companhia de Jesus — pudessem ser enviados para novos contextos civilizacionais ou para latitudes longínquas (NUNES e SILVA, 2009, p.27).

Figura 115 – Refeitório e retábulos do Colégio do Espírito Santo / Universidade de Évora, Portugal



Fonte: Fotografia de Rogério Entringer, 2022.

3.3.4 O Colégio de Nossa Senhora da Conceição e a Catedral de Santarém

Em Santarém, Lucio Costa visita o antigo colégio de Nossa Senhora da Conceição e a Catedral, destacando em seus desenhos detalhes da fachada, retábulos, imagens sacras e a planta da nave da igreja, além de traços, riscos e rabiscos. O que atraiu Lucio Costa foi sua fachada maneirista com o interior barroco. No que tange ao interior:

tem cinco tramos definidos por pilastras, o primeiro correspondente ao coro-alto, assente em colunas, e os restantes às capelas laterais enquadradas por arcos de volta perfeita, contendo retábulos de talha dourada ou policroma, ou em cantaria, do estilo barroco nacional e joanino, as últimas constituindo retábulos relicários; são encimados por tribunas com guarda balaustrada. No penúltimo pilar e com acesso pelos corredores laterais, dois púlpitos confrontantes, de planta quadrangular e guarda plena, encimados por baldaquino. Arco triunfal de volta perfeita, ladeado pelas janelas

das tribunas, elementos que se repetem na capela-mor, com retábulo sobre supedâneo, em embutidos de mármore, de planta reta e um eixo, contendo trono expositivo e sacrário embutido (SIPA).

Figura 116 – Desenhos e anotações da visita de Lucio Costa ao Colégio Nossa Senhora da Conceição e à Catedral de Santarém em 1952.



Fonte: Arquivo do Instituto Antônio Carlos Jobim e Casa de Lucio Costa: “Bloquinhos de Portugal: Ocre, Croquis”, Lucio Costa, 1952. Documento número IV.B.04 – Portugal.

Figura 117 – Fachada, pátio, imagens sacras, nave, retábulo de Loyola na fachada da igreja e pátio do Colégio de Nossa Senhora da Conceição e Catedral de Santarém.





Fonte: Fotografias de Rogério Entringer, 2022.

Conquistada pelos muçulmanos em 715 e reconquistada em 1147 por D. Afonso Henriques, Lucio Costa sabia da importância histórica de Santarém. Tendo como primeiros arquitetos Baltazar Álvares (1581), João Nunes Tinoco e Mateus do Couto, (1647-1660) (SIPA), o colégio de Santarém tem em sua “fachada principal várias inscrições, alusivas aos santos da Ordem e às Litanias Marianas, bem como datas de construção e reforma” (SIPA). Sua planta é longitudinal “composta por nave, para onde abrem oito capelas laterais à face, um dos esquemas jesuítas, e capela-mor mais estreita, com coberturas diferenciadas em teto plano de madeira, na nave, e em falsa abóbada de berço de madeira, na capela-mor, ambos pintados em “trompe l'oeil”, com iconografia alusiva à Companhia de Jesus” (SIPA).

Em visita a Santarém em 2022, constatamos que, assim como em Lisboa, Évora, Coimbra e Braga, os jesuítas construíram ressignificando espaços dos antigos romanos e dos templários medievais impondo o seu moderno. O antigo colégio inaciano, hoje Sé de Santarém, fica aproximadamente a um quilómetro das ruínas do antigo castelo de Santarém e da igreja de Santa Maria da Alcáçova, fundada pelos templários no século XII e localizada no espaço onde existia o antigo templo romano de Scallabis do século I a.c. Portanto, claro que o colégio de Santarém seria objeto de desenho, análise e interpretação por parte de Lucio, afinal, “as grandes igrejas da Companhia em Salvador (1672) e Belém (1719) juntamente com a igreja de Santarém, são os mais importantes monumentos jesuíticos de todo o mundo lusitano naquele período” (BURY, 2006, p.74). Mas não só! Em Santarém, está uma das chaves do enigma que liga o arquiteto Lucio Costa à Companhia de Jesus: o retábulo de Inácio de Loyola.

O antigo colégio dos inacianos posicionado em ponto alto e estratégico da cidade, de onde se tem uma visão privilegiada tanto dos arredores quanto do Tejo, com seu pátio lembrando um praça forte similar ao de Paranaguá no Brasil, contendo três alas de arcadas e uma fechada pelo muro alto e portante, tem a figura de Loyola presente de forma diferenciada e destacada na Santarém dos antigos templários, ocupando os espaços internos e externos da Sé, a exemplo dos retábulos dedicados a ele. Retábulo esse que Lucio Costa também destacaria no desenho intrigante, enigmático e quase indecifrável em seu bloquinho, sendo, na verdade, um retábulo de Inácio de Loyola, como é possível ver nas imagens abaixo.

Figura 118 – Retábulo de Loyola na igreja do Colégio de Nossa Senhora da Conceição e Catedral de Santarém a partir do desenho de Lucio Costa



Fonte: Fotografia de Rogério Entringer, 2022.

Trata-se de um retábulo barroco de madeira, com anjos e o símbolo da Companhia de Jesus em meio às nuvens e Inácio de Loyola sendo coroado pela luz do espírito santo e envolto por nuvens segurando um crânio na mão. O crânio da caveira simboliza a efemeridade da vida, a igualdade, a sabedoria, a morte, o renascimento, a transmutação, a relação entre o mundo sagrado e o mundo profano, tal como foi a vida de Loyola e sua conversão. A imagem de Loyola é de um homem com a batina preta, assim como anotou Lucio Costa em seu desenho, típico de um homem de ideologia religiosa simples, sóbria, austera e moderna.

Porque Lucio Costa deu destaque ao retábulo de Loyola quando passou por Santarém? Poderia ter sido apenas pelo extremo interesse do SPHAN de Rodrigo Melo e Franco pelo jesuitismo; ou poderia ser seu interesse pelos ideais da arquitetura jesuítica, já que dedicou um texto descrevendo retábulos nas igrejas do Brasil; ou poderia ter sido sua convergência com a ideologia moderna maneirista e barroca dos companheiros de Leonel Franca. De qualquer forma, a ligação de Lucio com os padres de Loyola é irrefutável.

3.3.5 O Colégio do Santíssimo Nome de Jesus e a Universidade de Coimbra

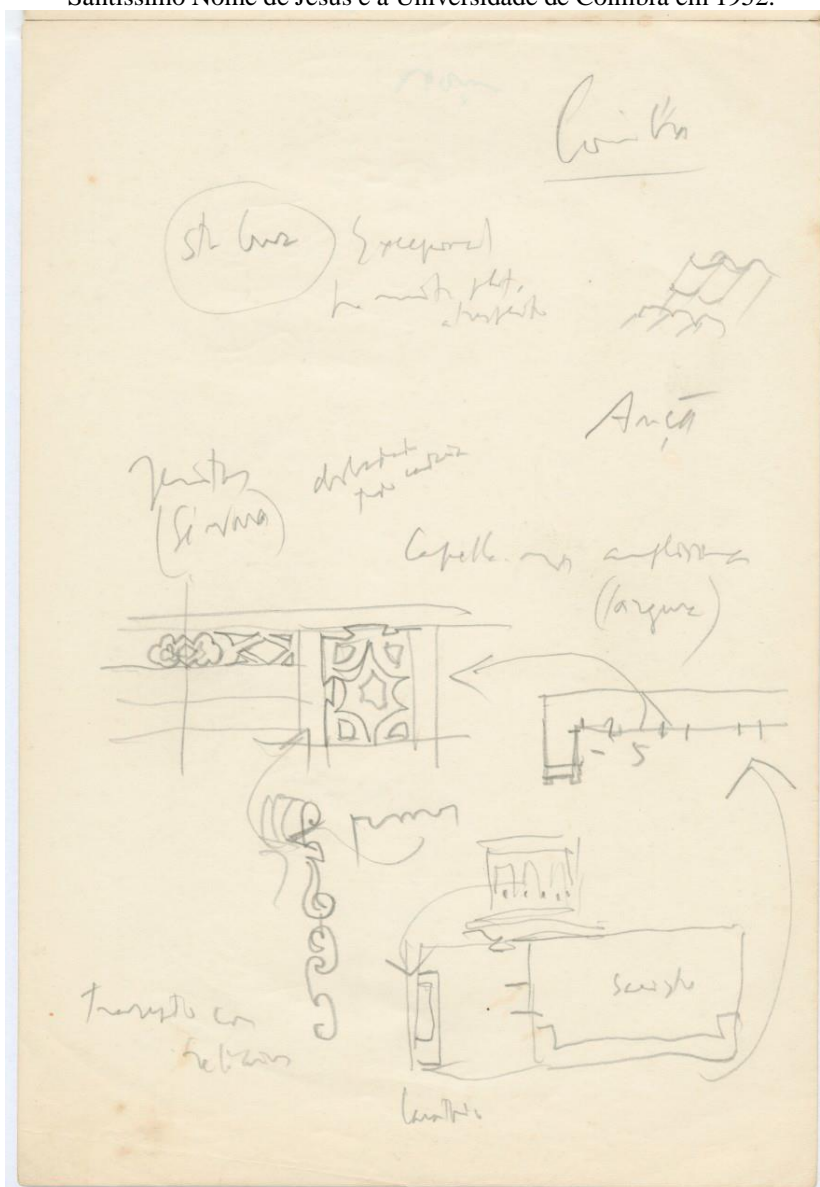
Em Coimbra, no bloquinho intitulado “Azul”, Lucio Costa desenha e rascunha suas impressões sobre o antigo colégio do Santíssimo Nome de Jesus que derivou a Universidade de Coimbra, a maior universidade jesuíta de Portugal e uma das maiores do mundo moderno. Lucio desenha os detalhes do transepto, da sacristia e dos retábulos da capela-mor da Sé Nova dos jesuítas. Numa caligrafia de difícil compreensão identificamos escrito as palavras: Jesuítas e Renascimento.

Berço do nascimento de reis, considerada a segunda capital de Portugal e sede da primeira universidade deste país, a importância de Coimbra é que “a partir dos finais do século XVI, tornou-se num bastião da escolástica, no quadro da corrente mais vasta da Contra Reforma, que em Portugal foi hegemónica.” (FIOLHAIS e FRANCO, 2016, pp.12-13).

Assim como Braga, Coimbra fez parte da reforma joanina pedagógica que visava o desenvolvimento do humanismo jesuítico moderno (RODRIGUES, 1978). Os Colégios de Jesus e das Artes foram “sítios de formação de gerações não só de Jesuítas como, em geral, de jovens que iam ingressar na Universidade e que ali faziam os estudos preparatórios” (FIOLHAIS e FRANCO, 2016, p.11). A Universidade de Coimbra desempenhou um papel muito importante no estabelecimento de contatos entre a Europa, a África, o Brasil e a Ásia, tendo centralizado muito do conhecimento sobre estes continentes que se foi agregando a partir do século XVI. Nesta altura, os jesuítas fundaram a primeira casa da Companhia de Jesus em

Portugal e iniciaram missões de evangelização nos territórios de presença portuguesa. Coimbra foi essencial na formação académica dos missionários. Até 1759, a Companhia de Jesus instituiu diversos estabelecimentos de ensino em todo o país, dos quais se destaca o Colégio de Jesus, em Coimbra.

Figura 119 – Desenhos e anotações da visita de Lucio Costa ao Colégio do Santíssimo Nome de Jesus e a Universidade de Coimbra em 1952.



Fonte: Arquivo do Instituto Antônio Carlos Jobim e Casa de Lucio Costa: “Bloquinhos de Portugal: Azul, Croquis”, Lucio Costa, 1952. Documento número IV.B.04 – Portugal.

Em quadra com igreja e pátio central, tipologia típica dos colégios inacianos, de “planta tipicamente maneirista” (BURY, 2006), os retábulos desenhados por Lucio Costa são “relicários, dedicados à Sagrada Família (Evangelho) e Coroação da Virgem (Epístola) feitos

de talha dourada maneiristas ou do barroco nacional, protegidas por teias de madeira surgindo, nos topos do transepto, retábulos relicários, profusamente decorados e barrocos” (SIPA).

Lucio sabia da importância da igreja de Coimbra, atribuída a Baltasar Álvares, levantada mais tarde, a partir de 1598, porque “seria a primeira do que poderemos chamar de segunda geração de igrejas jesuítas portuguesas, que seguiria o esquema planimétrico de cruz latina com cúpula sobre o cruzeiro — em traços gerais, o modelo internacional de Il Gesù” (LOBO, 2017, p.245); mais que isso, Lucio sabia que “Coimbra constituiu o pano de fundo das realizações arquitetônicas da Companhia de Jesus no Brasil” (BURY, 2006. p.70) e os filhos abastados de colonos portugueses no Brasil eram educados na Universidade de Coimbra.

Implantados no alto de uma colina às margens do rio Mondego, o antigo colégio e a universidade de Coimbra estão posicionados estrategicamente, seja por logística, transporte ou por defesa, muito similar ao que implantaram em Lisboa e no Porto e em grande parte dos colégios do Brasil. Simão Rodrigues, homem de Loyola e D. João III, foi quem escolheu a dedo o lugar do primeiro colégio jesuíta de Portugal, cuja missão era formar jesuítas e lançá-los às missões (SANCHES, 2015) globais do Império Ultramarino Luso.

Figura 120 – O Colégio dos Padres na cidade alta às margens do Mondego, Coimbra, Portugal.



Fonte: Fotografia de Rogério Entringer – 2022.

Como podemos constatar nas imagens fotográficas abaixo, o espaço do pátio com seus elementos é um signo de extrema importância e de longa duração na formação do Estado Português seja nos tempos pré-românico, gótico, renascentista, manuelino, maneirista, barroco, neoclássico até mesmo os que o salazarismo incorporou no patrimônio histórico da Universidade de Coimbra e seu entorno histórico, seja da realeza ou jesuítico, a exemplo dos prédios da Matemática, Química e Física, sóbrios e austeros em relação a outros lugares da Europa.

Figura 121 – O primeiro pátio dos padres em Coimbra: Colégio do Santíssimo Nome de Jesus de Coimbra, Portugal.



Fonte: Fotografia de Rogério Entringer, 2022.

Figura 122 – O pátio da Faculdade de Direito de Coimbra, Portugal.



Fonte: Fotografia de Rogério Entringer

Figura 123 – O pátio do segundo Colégio Real das Artes de Coimbra – atual Faculdade de Arquitetura da Universidade de Coimbra, Portugal.





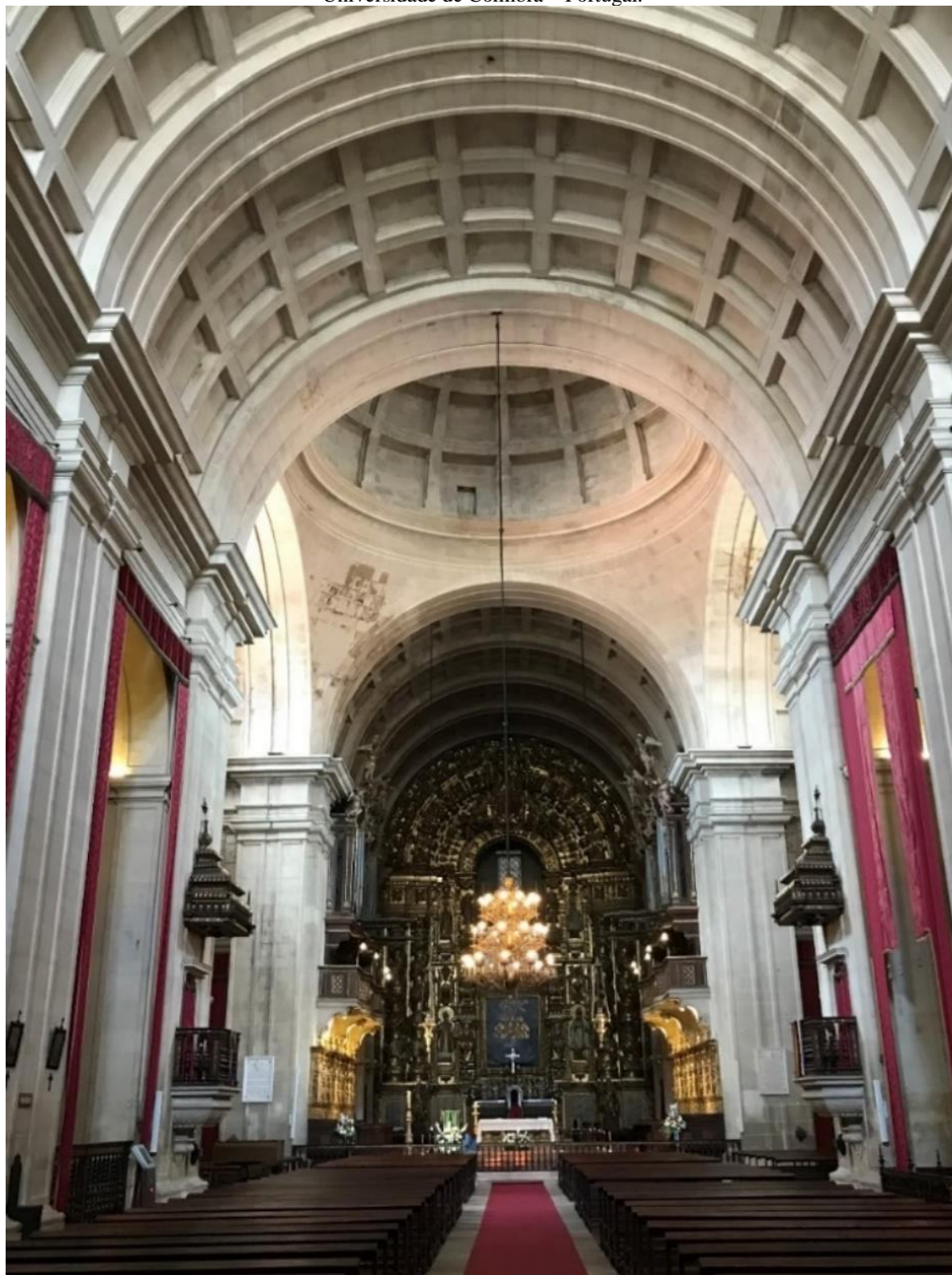
Fonte: Fotografia de Rogério Entringer, 2022.

Figura 124 – O retângulo do largo dos padres em Coimbra: antigos Colégio Real das Artes, Colégio do Santíssimo Nome de Jesus e Universidade de Coimbra, Portugal.



Fonte: Fotografia de Rogério Entringer, 2022.

Figura 125 – Nave e capela mor com retábulos do antigo colégio do Santíssimo Nome de Jesus e Universidade de Coimbra – Portugal.



Fonte: Fotografia de Rogério Entringer - 2022.

Figura 126 - Detalhe dos retábulos do antigo colégio do Santíssimo Nome de Jesus e Universidade de Coimbra – Portugal.



Fonte: Fotografia de Rogério Entringer, 2022.

3.3.6 O Colégio de São Lourenço do Porto

Sobre o Porto, Lucio Costa escreve uma carta a Rodrigo Melo e Franco encontrada no Arquivo Casa Lucio Costa número VI.A.03-01753 intitulada “Rodrigo, Recebi o seu telegrama caído do céu...” Cartas de LC a Rodrigo M.F. de Andrade - 1952-53 - Carta nº 16, onde diz:

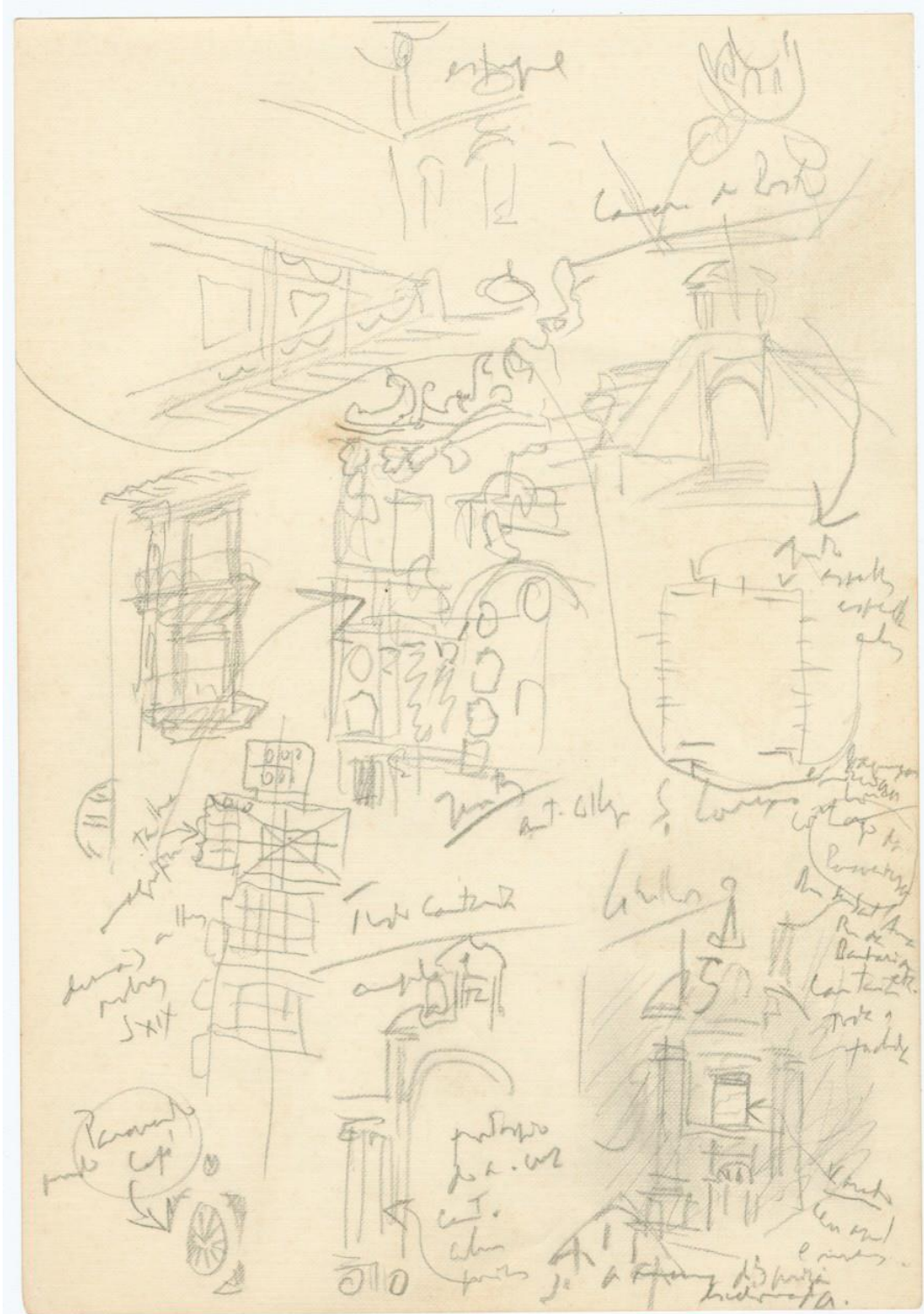
Ainda me lembro de lhe haver dito a minha feliz impressão ao rever Lisboa. Pois no Porto a impressão é oposta. Parece até outro país. Apesar das coisas valiosas que possui e do aspecto pitoresco que apresenta, dá mostras evidentes de anti-civilizada no confronto com Lisboa. Confusa, miséria à vista e também visíveis certa malícia e esperteza que não se observam na capital. Na verdade Lisboa é a capital dos portugueses de Portugal e o Porto a capital dos portugueses do Brasil ou, de um modo geral, de além mar. Não se trata de uma distinção entre norte e sul ou entre patrícios e plebeus, mas de uma diferença de índole, de atitude psicológica, ou melhor, de ética. A antiga bandeira azul e branca condiz melhor com Lisboa e a bandeira atual verde e vermelho calha bem no Porto.

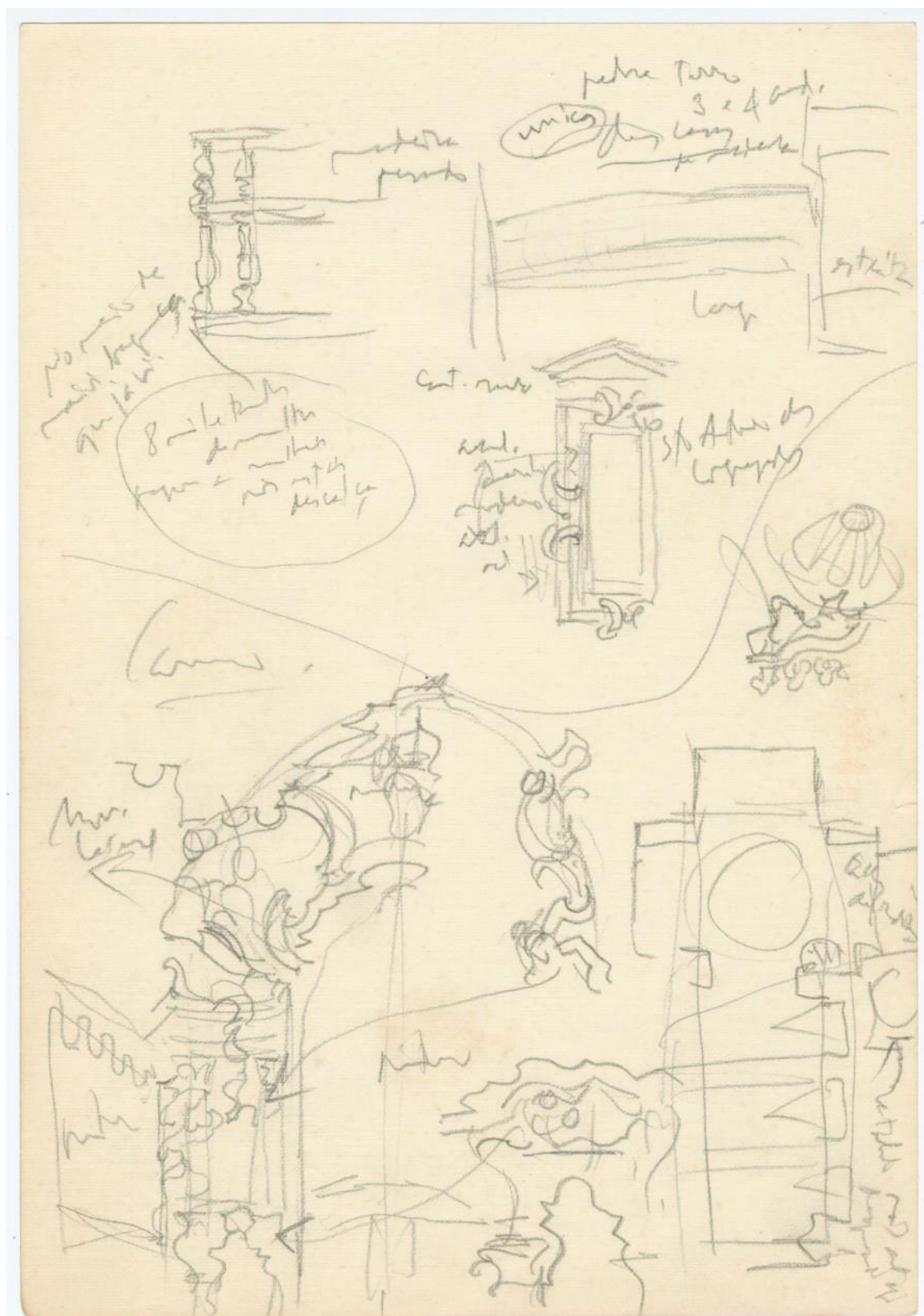
A carta contém impressões de Lucio Costa sobre uma comparação entre Lisboa e Porto e entre Portugal e o Brasil. Lucio deixa claro que sua impressão do Porto talvez seja a mesma do Brasil, uma crítica e uma insatisfação no que tange à barbárie, à miséria, à malícia e à esperteza malandra, relacionando essas aos aspectos psicológicos do ser humano como índole e ética. Quando Lucio usa a metáfora das cores da bandeira de Portugal talvez esteja se referindo aos seus significados, ou seja, o azul e branco significando a monarquia constitucional portuguesa e o vermelho e verde significando o Império Ultramarino Português do século XV ao XVII. Porém, de qualquer forma, a autoridade que o franco-brasileiro tinha sob o conhecimento da formação da nacionalidade brasileira não era a mesma referente à portuguesa.

Em outra carta de Lucio enviada a Rodrigo Melo e Franco encontrada no Arquivo da Casa Lucio Costa intitulada “Rodrigo, tenho trabalhado sem parar...” Cartas de LC a Rodrigo M.F. de Andrade - 1952-53, carta nº 7, documento número VI.A.03-01744, Lucio diz: “Ainda outro dia, no Porto, depois de visitar a Igreja dos Jesuítas, antigo Colégio de S. Lourenço, desci pelas vielas de Sant’Ana, da Banharia etc, e fiquei pasmo de ver tamanha bagunça nas ruas e nos interiores imundos e sombrios apesar do sol.” Trata-se de um relato de sua visita ao antigo Colégio dos Jesuítas do Porto. O susto das bagunças das ruas e os interiores imundos e sombrios dos antigos casarões do centro histórico significa a mesma impressão que Lucio tinha ao se deparar com as mesmas condições no Brasil, o mesmo patrimônio deteriorado que deveria ser protegido e restaurado; era como se quisesse dizer a Rodrigo que não era apenas o patrimônio brasileiro que se encontrava em tal estado.

Lucio, que em 1944 já havia escrito sobre a arquitetura dos jesuítas e sua importância para o Brasil, não poderia deixar de visitar a antiga igreja dos inacianos do Porto, bem porque é visita obrigatória a quem visita o centro histórico da cidade assim como a antiga Sé. Era preciso entender as peculiaridades das tipologias de implantação de sítio dos colégios lusos e brasileiros. Entender o risco, a estética e a forma geométrica sóbria e austera, a mistura entre o românico medieval, renascimento e o barroco para estudar e preservar o patrimônio que os inacianos a serviço da coroa lusitana fizeram no Brasil.

Figura 127 – Desenhos e anotações da visita de Lucio Costa ao antigo Colégio de São Lourenço do Porto em 1952.





Fonte: Arquivo do Instituto Antônio Carlos Jobim e Casa de Lucio Costa: “Bloquinhos de Portugal: Azul, Croquis”, Lucio Costa, 1952. Documento número IV.B.04 – Portugal.

O que chamou a atenção de Lucio Costa no antigo colégio de São Lourenço do Porto a ponto de desenhá-los foram os retábulos, o frontispício da igreja, a meia laranja simbolizando

a torre da igreja que seria implantada em grande parte das igrejas jesuíticas coloniais brasileiras, o teto com o arco triunfal, detalhe do guarda-corpo de madeira do coro, além de rascunhos, riscos e rabisco, traços, setas e medidas. Considerando sua caligrafia quase incompreensível, pudemos identificamos as seguintes palavras: jesuítas, antigo Colégio de São Lourenço, tudo cantaria, madeira, pedra, ferro, pinho, estreito, largo, rua de cantaria, 3 e 4 cada.

Tendo como seus primeiros arquitetos Silvestre Jorge (1571), Baltazar Álvares e Afonso Álvares (1577) (SIPA), o antigo colégio dos inacianos no Porto, em quadra com pátio, como toda tipologia jesuítica de implantação de colégios, começou a ser construído em 1560 dentro dos muros da fortaleza medieval velha (SILVA, 1985), posicionado estrategicamente ao lado da Sé, onde de suas torres tem-se uma visão privilegiada daquela igreja. Patrimônio português e mundial, o antigo colégio de São Lourenço e atual Igreja dos Grilos, após a expulsão dos jesuítas de Portugal, passou à administração dos Agostinianos Descalços conhecidos por Frades Grilos que por lá permaneceram até 1832.

De arquitetura maneirista, barroca e neoclássica, a fachada principal tem afinidades compositivas com o colégio de Coimbra, onde se inspirou, com dois registos marcados por entablamento, estrutura tripartida, definida por pilastras, desenvolvendo-se, em cada plano, uma composição simétrica de vãos alinhados, compostos por portais, janelões, nichos e janelas fingidas. Apresenta torres sineiras, desenvolvidas a partir de aletas no segundo registo, dando a ilusão de escalonamento da fachada, diferindo da solução Coimbra (SIPA).

Lucio Costa também desenhou:

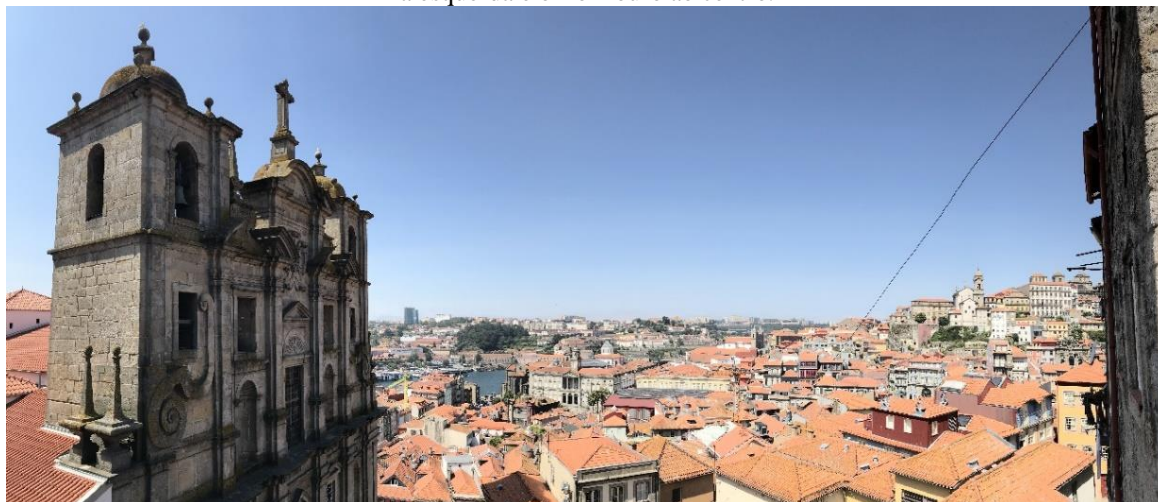
Arco triunfal com monumental composição retabular de granito de organização serliana, com colunas colossais definindo os eixos, em que se integram as pequenas capelas colaterais, encimadas pelas janelas das tribunas. Na capela-mor, o túmulo do fundador em mármore suportado por elefantes, de composição semelhante aos túmulos régios do Mosteiro dos Jerónimos e aos da Capela dos Castros, em Benfica. O arco triunfal apresenta uma escala um pouco desproporcionada relativamente ao espaço da igreja, com imponente composição arquitectónica maneirista que envolve a típica janela que aparece sobre o arco, mas resultando no único edifício jesuíta que apresenta esta zona do espaço litúrgico muito decorada (SIPA).

e

Eixo central com portal de verga recta, com frontão curvo, enquadrado por colunas com fuste marcado no terço inferior, com capitéis coríntios, sobre pedestais chanfrados, suportando entablamento com friso decorado com losangos e óvulos, e frontão interrompido por cartela recortada, com o símbolo dos jesuítas "IHS", coroada por frontão triangular, com medalhão central com o símbolo "IHS", no cruzeiro (SIPA).

O retábulo, registrado por Lucio em seu bloquinho, é o “retábulo-mor neoclássico, de planta convexa e um eixo, de talha policroma” (SIPA).

Figura 128 – Panorâmica do alto da Sé com vista do antigo Colégio de São Lourenço (atual Igreja dos Grilos) a esquerda e o rio Douro ao centro.



Fonte: Fotografia de Rogério Entringer – 2019.

Figura 129 – Centro Histórico do Porto, a esquerda a Sé e a direita o antigo Colégio de São Lourenço (atual Igreja dos Grilos).



Fonte: Fotografia de Rogério Entringer, 2019.

Figura 130 – Antigo Colégio de São Lourenço (atual Igreja dos Grilos) do Porto.



Fonte: Fotografia de Rogério Entringer, 2019.

A importância do antigo colégio de São Lourenço é que “a partir da quarta década do século XVIII, as concepções do barroco tardio italiano chegaram ao Porto, e depois até mesmo ao Brasil” (BURY, 2006, p.67). Lucio parecia mesmo ver o Porto com os olhos do Brasil, o colégio do Porto, posicionado estrategicamente à beira do Rio Douro no centro histórico da cidade, tem a tipologia de implantação de colégio que a Companhia executou no Brasil. Das seteiras de suas torres meia laranja vê-se ocultamente os arredores, até mesmo quem se atrevesse a adentrar à cidade conhecida como Invicta desde os remotos tempos medievais. O Porto, assim como Évora, tem a tipologia das cidades cristãs da Idade Média e influenciou a fundação de cidades no Brasil colonial (SANTOS, 2001), sem falar que, embora mais singelas que as igrejas jesuíticas portuguesas, a torre meia laranja está presente em grande parte das

idades ou aldeamentos fundados pelos jesuítas coloniais no Brasil, como por exemplo, as igrejas dos antigos colégios de Santos (SP), Olinda (PE), São Pedro da Aldeia, Campos dos Goitacazes (RJ), Vitória, Anchieta, Reis Magos e Guarapari (ES), que ele mesmo dizia ser “boa influência da técnica moçárabe” (COSTA, 1941) vindos de Portugal.

Figura 131 – Vista privilegiada da Sé do alto da torre meia laranja de cantaria da igreja do antigo Colégio de São Lourenço (atual Igreja dos Grilos) do Porto.



Fonte: Fotografia de Rogério Entringer, 2019.

Figura 132 – Vista estratégica de defesa da seteira da torre meia laranja de cantaria da igreja do antigo Colégio de São Lourenço (atual Igreja dos Grilos) do Porto: ao fundo o Rio Douro e o Convento dos Franciscanos.



Fonte: Fotografia de Rogério Entringer, 2019.

Figura 133 – Nave e capela principal com o arco triunfal da igreja do antigo Colégio de São Lourenço (atual Igreja dos Grilos) do Porto.



Fonte: Fotografia de Rogério Entringer, 2019.

Lucio sabia da importância do Colégio do Porto como tipologia originadora da arquitetura inaciana no Brasil. Foi estudar as técnicas e tecnologias de construção para preservar os bens deixados pelos jesuítas no Brasil. Foi atrás do renascimento tardio, dito maneirista ou mesmo do barroco do norte para compreender os estilos e movimentos estéticos formadores da

nacionalidade brasileira, alvo principal do DPHAN para continuar a legitimar sua identidade e nacionalidade que se fazia desde os tempos de Vargas.

Figura 134 – Teto e arco triunfal com iniciais da Companhia de Jesus da igreja do antigo Colégio de São Lourenço (atual Igreja dos Grilos) do Porto.



Fonte: Fotografia de Rogério Entringer, 2019.

Figura 135 – Detalhe do frontispício com iniciais da Companhia de Jesus da igreja do antigo Colégio de São Lourenço (atual Igreja dos Grilos) do Porto.



Fonte: Fotografia de Rogério Entringer, 2019.

Figura 136 – Detalhe do madeiramento do guarda-corpo do coro da igreja do antigo Colégio de São Lourenço (atual Igreja dos Grilos) do Porto.



Fonte: Fotografia de Rogério Entringer, 2019.

3.3.7 O Colégio de São Paulo de Braga

No bloquinho “Suíço”, Lucio Costa desenha suas principais impressões do antigo colégio São Paulo dos jesuítas em Braga. Desenha fachada, detalhe perspectivado da comunicação da nave interna com o claustro, retábulos jesuítas, nave interna e detalhe de azulejos, além de traços, riscos e rabiscos tortuosos de caligrafia anticlássica quase indecifrável, garranchos que fazem inveja a qualquer barroco ou rococó, onde conseguimos identificar palavras como: jesuítas, plano, arco cantaria, talha, mesmo nível, IHS, poltrona, tapete e azulejos.

Localizada ao norte, Braga é uma das cidades mais antigas de Portugal. Conhecida como a Roma Portuguesa, ou Cidade Barroca, ou Cidade dos Arcebispos, teve papel importante na formação e fundação de Portugal desde os tempos da Reconquista como lócus de afirmação do catolicismo no país, “Braga foi o primeiro berço da reforma escolar portuguesa do século XVI, seguida de Évora” (RODRIGUES, 1978, p.110), missão dada ao Colégio dos Jesuítas de Braga.

Braga havia representado a imersão de Portugal no humanismo renascentista deixando de lado séculos de escolástica medieval, apoiado por D. João III (o mesmo que entregaria o Regimento de 1548, a carta magna dando poderes a Tomé de Souza e ao padre jesuíta Manoel da Nóbrega agenciarem o Brasil) que percebera o atraso das ideias e das universidades lusitanas em relação a outras da Europa, tais como Alcalá e Salamanca (RODRIGUES, 1978) (que foram universidades de formação de Inácio de Loyola). Portanto, Braga era um local especial para a Companhia de Jesus, pois era o lugar de comunhão com as novas ideias modernas da Companhia. Vale lembrar que Simão Rodrigues, membro e um dos fundadores do jesuítas, era bolsista do rei D. João III no Colégio de Santa Barbara vinculado à Universidade de Paris, uma estratégia de absorção das novas ideias humanistas que tirariam Portugal do atraso intelectual. Esse era o papel da Companhia de Jesus em Portugal e na Península Ibérica, modernizar e renascer as ideias classicistas.

Segundo Lobo (2014, p.233), seguindo a lisboeta São Roque, São Paulo de Braga compõe a “primeira geração de igrejas jesuítas portuguesas” assim como a igreja do Espírito Santo de Évora. O Colégio de São Paulo de Braga “representou a superação do quadro tradicional das escolas catedrais, uma vez que o governo do colégio foi posto na dependência mais directa do Ordinário diocesano, e, ainda, pôs-se em destaque o papel da cultura profana dentro do quadro dos estudos eclesiásticos” (RODRIGUES, 1978, p.106).

A igreja de São Paulo de Braga (1567-1588) cercada por um largo, tem a Torre de Santiago, um dos pontos de vigia medievais e uma das entradas da cidade, como parte fundida aos seus muros. A torre foi incorporada ao Colégio em 1560, no entanto, somente em 1721 os padres instalaram um campanário no alto da torre de onde se tem uma das mais belas vistas do entorno de Braga.

A importância histórica do conjunto edificado do largo de São Paulo de Braga mostra a incorporação de um ponto simbólico medieval para a formação de Portugal sendo absorvido pelo colégio dos jesuítas de Braga, símbolo do renascimento moderno português.

Apreciando Portugal de norte a sul em 2022, observando e analisando os sítios, constatamos que os jesuítas tinham um apreço muito caro à ressignificação de sítios pertencentes à eras passadas, tais como edificações e ruínas romanas e ou medievais como fizeram em Évora, Braga, Coimbra e Lisboa.

Figura 138 – A torre medieval de Santiago e o moderno Colégio de São Paulo – Braga, Portugal.



Fonte: Fotografia de Rogério Entringer – 2022.

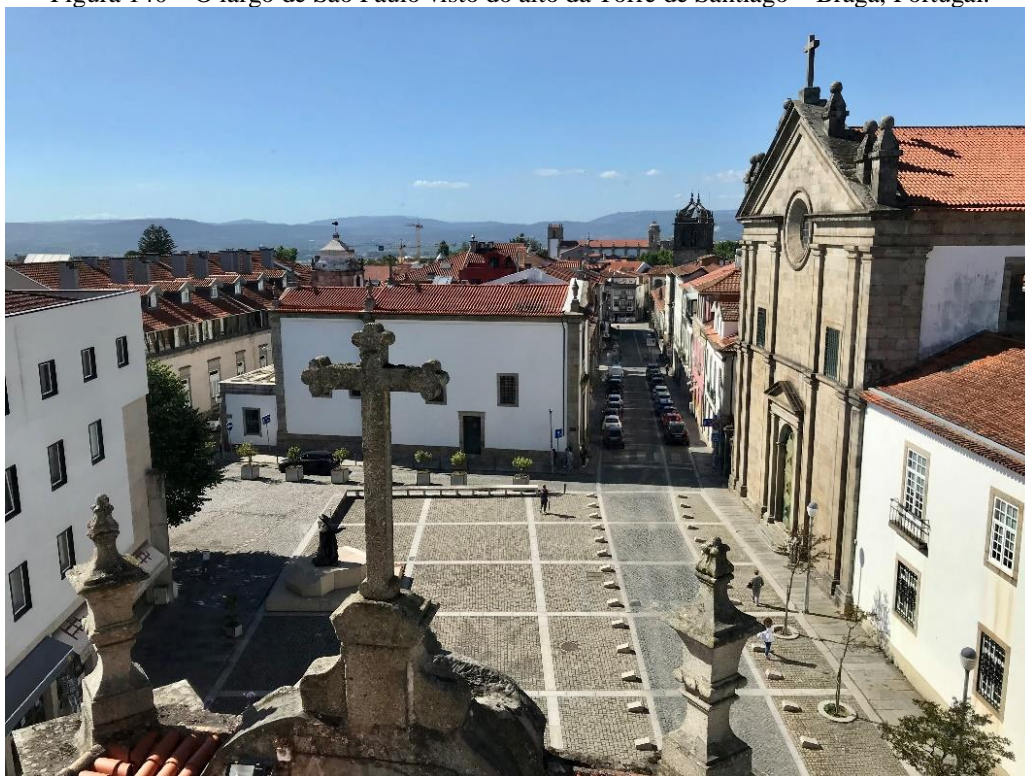
Braga, assim como Lisboa e Roma, é uma cidade de colinas, estratégicas tanto para defesa quanto para logística, assim como muitas cidades fundadas no período colonial brasileiro. Em Braga, os padres não só ressignificaram o medieval, mas também o antigo, afinal, o largo de São Paulo está edificado em pleno marco de onde saíam as vias romanas e um aglomerado de casas romanas. O Colégio de Braga tem seu pátio construído em cima de um peristilo de uma domus romana, conhecida como Domus de Santiago de Bracara Augusta, descoberto inicialmente pelo Cônego Luciano Afonso dos Santos em 1966 e que até 1985 sofreu campanhas de escavações.

Figura 139 – Pátio do Colégio de Braga e das escavações do peristilo romano encontradas.



Fonte: Fotografia de Rogério Entringer - 2022

Figura 140 – O largo de São Paulo visto do alto da Torre de Santiago – Braga, Portugal.



Fonte: Fotografia de Rogério Entringer - 2022

Figura 141 – Torre de Santiago e Colégio de São Paulo visto do Largo, Braga, Portugal.



Fonte: Fotografia de Rogério Entringer - 2022

De estilo maneirismo com arquitetura de interior barroca, os arcos de volta perfeita desenhados por Lucio Costa “são assentes em colunas toscanas, sendo as alas revestidas por silhares de azulejo projetados pelos arquitetos dos primórdios do colégio que foram o padre Silvestre Jorge (1567) e Gonçalo Dias (1586-87) (SIPA).

A fachada da igreja do colégio de Braga desenhada por Lucio Costa é uma joia do maneirismo português. Com sua geometria sóbria, austera e funcional, é de:

cantaria de granito aparente, com aparelho isódomo, à exceção da lateral S. e capela-mor, rebocadas e pintadas de branco, percorridas por embasamento saliente e rematadas por cornija e beiral, com cunhais apilastrados toscanos. Fachada principal

orientada, de dois registos separados por friso, com três panos, definidos por dupla ordem de pilastras toscanas, sendo as dos extremos agrupadas em par; as pilastras do segundo registo, rematadas por pináculos piramidais com bola, suportam entablamento, interrompido ao centro por óculo, formando frontão triangular no remate, com cruz latina no vértice (SIPA).

Destacado nos desenhos de Costa,

o retábulo do lado do Evangelho é dedicado ao Sagrado Coração de Jesus e o do lado oposto a Nossa Senhora da Luz. Arco triunfal de volta perfeita, ostentando, na pedra de fecho, as insígnias da Companhia de Jesus inscrito em parede integralmente em cantaria de granito, ladeado por par de pilastras jónicas que suportam entablamento, possuindo entre elas, portas, sendo a do lado da Evangelho de acesso a corredor que comunica com a sacristia, encimadas por nicho com trono, decorados com acantos em pinturas murais, e janelas, correspondentes às tribunas. O Retábulo-mor de talha dourada, com alguma decoração policroma a rosa e azul, de planta côncava e um eixo, definido por quatro colunas torsas, ornadas por pâmpanos, assentes em plintos paralelepípedicos, que ostentam nas faces acantos e anjos encarnados, as quais se prolongam em duas arquivoltas planas, com cartela no fecho, constituindo o ático (SIPA).

Lucio sabia da importância histórica dessa igreja para Portugal e para o Brasil. Segundo Lobo (2014, p.256 e 257),

é “uma igreja “híbrida”, sem um tipo arquitectónico claro e bem definido. Ainda assim, a sua arquitectura exerceria forte influência, em particular a conformação da sua fachada, como se pode observar pela igreja de São Paulo de Braga ou pelas primeiras igrejas jesuítas brasileiras, como as de Olinda (1584-1592) e a já desaparecida do Rio de Janeiro (1585-1588). Em termos planimétricos vingou no Brasil (como em Braga) o esquema simplificado da nave única sem capelas laterais profundas. Paulo F. Santos atribuiu esta continuidade ao irmão jesuíta Francisco Dias, “arquitecto”, que terá acompanhado a construção de São Roque antes de partir (em 1577) para o Brasil, onde desempenhou papel central na edificação dos colégios brasileiros mais importantes.

Lucio sabia que a igreja do Colégio de São Paulo é o santuário da arte bracarense, onde se guarda o melhor conjunto de arte barroca produzida em Braga durante os reinados de D. Pedro II e D. João V (SMITH, 1968). Sabia também que Braga, assim como Porto e Viseu, são importantes escolas portuguesas tanto de arquitetura quanto de retábulos. E, assim como as igrejas dos colégios de Lisboa, São Roque (1580), Porto (completada em 1625) e Coimbra (1598-1640) constituem o pano de fundo para as realizações arquitetônicas da Companhia no Brasil (BURY, 2006, p.70).

Figura 142 – Igreja de São Paulo de Braga a partir de um desenho de Lucio Costa, Portugal



Fonte: Fotografia de Rogério Entringer – 2022.

Figura 143 – Pátio do Colégio de São Paulo visto da Torre de Santiago, Braga, Portugal



Fonte: Fotografia de Rogério Entringer – 2022

Figura 144 – Arco do Cruzeiro, Teto, Retábulos e Arcadas da Igreja de São Paulo a partir dos desenhos de Lucio Costa, Braga, Portugal







Fonte: Fotografia de Rogério Entringer - 2022

A importância dos jesuítas na arquitetura brasileira é ressaltada por Robert C. Smith quando diz que “a história da arquitetura civil e doméstica no Brasil começa com o estabelecimento do Governo Geral e a fundação da cidade de Salvador em 1549” (SPHAN, 1963, p.27). Vale lembrar que Salvador foi edificada por Tomé de Souza e os jesuítas de Manoel da Nóbrega com mão de obra indígena.

Pensar a importância da arquitetura jesuítica portuguesa na formação da arquitetura luso-brasileira é reconhecer sua importância na construção da identidade da arquitetura brasileira, porque a arquitetura jesuítica se mistura à arquitetura colonial, seja erudita ou vernacular (1549-1759), porque foi religiosa, civil e militar, foi também uma arquitetura de interação com os indígenas, os primeiros homens da terra. Seja na Portugal moderna ou no Brasil colônia, os padres da Companhia foram os primeiros em quase tudo. Na história da arquitetura brasileira sua importância se dá pela “cruz e a quadra, a *De ratione Aedifitiorum* de 1558, espaço da *Ratio Studiorum*, a arquitetura do Regimento de D. João III de 1548” (ENTRINGER, 2015), aquele que fez do Brasil, via jesuítas, parte da reforma humanista educadora moderna portuguesa. Logo, o Brasil já nasceu moderno e de uma primeira arquitetura moderna, objeto valiosíssimo para os modernos do SPHAN-DPHAN.

Lucio foi a Portugal em busca das raízes da arquitetura portuguesa, foi conhecer e desenhar em lócus o românico, o gótico, o renascimento, o maneirismo e o barroco sóbrio e severo, e que formará não só a arquitetura inaciana portuguesa mas também a arquitetura inaciana e colonial brasileira.

Os desenhos pictóricos da arquitetura jesuítica portuguesa é produto de uma viagem profunda e intensa de Lucio Costa, um homem de cultura pensada como instrumento operativo, um homem de crença segundo a qual é possível apoderar-se do controle dos recursos humanos e aplicá-los na condução dos homens, uma cultura conservadora, características essas típicas da cultura barroca do século XVIII (MARAVALL, 1997). Um homem influenciado pelo padre Leonel Franca, superior geral dos jesuítas no Brasil, visível em sua arquitetura residencial entre os anos de 1936 e 1944. Os jesuítas Leonel Franca e Cardeal Leme foram estruturais no apoio ao governo Vargas e criação e estruturação do SPHAN.

O patrimônio jesuítico mereceu destaque na política patrimonial de tombamentos do SPHAN desde sua criação em 1937, ou seja, os primeiros bens recuperados foram os jesuíticos. Intelectuais jesuítas como o padre e historiador português Serafim Leite eram atuantes na organização das pesquisas na Academia SPHAN, enfatizando a importância dos jesuítas a serviço da coroa portuguesa como formadores da nacionalidade brasileira e sua importância para o patrimônio histórico, artístico e cultural do Brasil.

Numa viagem financiada pela UNESCO, DPHAN e pequena parte por sua própria conta, Lucio rascunhava em croquis e anotações em seus bloquinhos o que interessava realmente ao DPHAN, com o objetivo não só de legitimar a identidade do patrimônio moderno brasileiro mas também a modernidade arquitetônica que o acompanhou entre 1936 e 1953. Lucio parece querer com sua viagem a Portugal entre 1952-53, ver o mobiliário, os retábulos

da arquitetura jesuítica para aprofundar seus estudos publicados no texto seminal sobre a Arquitetura dos Jesuítas no Brasil. Portanto, os desenhos dos bloquinhos da viagem a Portugal em 1952-53 veio a consolidar isso tudo.

3.4 CONSIDERAÇÕES FINAIS: A ORDEM, A *RATIO* E A REGRA

Ordem, razão, regra e a modernidade sóbria dos jesuítas interessava a Costa. Os jesuítas eram modernos porque (a) os Exercícios Espirituais já esboçava o conceito de *autonomia individual*; (b) desenvolveram um conhecimento visando à modificação do objeto para alcançar determinados objetivos; (c) a seriação é característica tanto da *Ratio Studiorum*, seu código de leis pedagógicas, quanto da *De ratione aedifitiorum*, sua arquitetura; e essas são características da modernidade. Assim, como dito anteriormente, Lucio Costa atesta a modernidade dos jesuítas.

Mas porque Lucio Costa, seja por meio do SPHAN ou mesmo de sua arquitetura, vendia o recolhimento sóbrio e moderno dos pátios jesuítas? Certamente porque é universal e funcional, aplicável em qualquer clima e em qualquer lugar, porque ilumina e aquece, tanto o coração da arquitetura ou de quem o adentra e o circula; mas acima de tudo, porque Leonel Franca estava adaptando a antiga *Ratio Studiorum* aos tempos modernos. Porque para ambos, Leonel Franca e Lucio Costa, o aristotélico-tomismo e a *Ratio Studiorum* servem à função do requerido *novo homem moderno e ideal do Estado Novo*, aquele que *estuda, trabalha, e se recolhe*. Uma estratégia para impulsionar a formação e fortalecimento de uma sociedade de cunho urbano-industrial e capitalista. E porque interessava a disseminação da cultura humanística entre as elites, facilitando a sua espiritualização.

Assim, sem perspectivas religiosas, apenas convergências, Lucio Costa convergiu com os jesuítas na busca do moderno na história da arquitetura brasileira para legitimar por meio da tradição o que ele considerava moderno, a tecnologia moderna fundida ao risco sóbrio, austero e funcional do passado. Costa, membro especial do SPHAN, e seus pátios residenciais entre 1930 e 1945 convergiam com grupos vinculados à Igreja, projetava acreditando no desenvolvimento do projeto de progresso, identidade e unidade nacional, varguista e cristão, bem porque foi essa conjuntura que o revelou ao mundo. É a arquitetura da regra e da *ratio*, do novo aristotélico-tomismo e da moderna *Ratio Studiorum*, um moderno em direção ao moderno tradicional despojado dos padres da Companhia de Jesus, afirmando e legitimando a identidade despojada da arquitetura moderna.

De acordo com Hugo Segawa (2004, p.41 e 42),

as casas de Lucio Costa constituem uma amostra palpável do sempre destacado papel do arquiteto na formulação da dualidade entre tradição e modernidade na arquitetura instaurada no Rio de Janeiro a partir de seu grupo e da “tradição” daí decorrente, seus projetos residenciais traziam elementos formais desse passado como que a constituir um elo entre pretérito jamais renegado por ele, mas enquadrado de uma forma muito pessoal e que só se manifestou de maneira franca e direta em sua produção residencial. As janelas reproduzem uma solução de abertura da tradição da arquitetura hispano-americana – um tipo de janela destacada do plano da parede e gradeada, solução essa utilizada nas casas Marinho de Azevedo Filho em 1938, Hungria Machado em 1942, Heloísa Marinho em 1942 e Paes de Carvalho em 1944. Nunca literal, a rememoração de Lucio constitui ou aponta para uma transformação em curso, tanto no barro armado aprimorado e no muxarabi revisto. A casa Paes de Carvalho tem parede portante nova. Sim, há por vezes, epicurismo, sugestão de paraíso, de terra risonha e franca. Mas o paraíso é um jardim murado, e o muro, um limite tênue entre um cosmos e o caos. Envidraçada utilizado na fachada sul do edifício do Ministério da Educação e Saúde pública.

Lucio Costa enfatiza que uma vertente da arquitetura brasileira é de origem mediterrânea, e a arquitetura mediterrânea moderna se deve muito aos jesuítas, vide o colégio de Messina de 1549, na Itália. Um dos primeiros colégios jesuíticos, construído estrategicamente posicionado entre o mediterrâneo italiano, o norte da África e o Oriente Médio, que em rede com uma imensidade de outros colégios posicionados na costa mediterrânea, fizeram parte da formação dos Estados Nacionais modernos.

Segundo Comas, Lucio Costa, “(...) ao defender um berço mediterrâneo para a arquitetura moderna associa-se a Le Corbusier e reivindica uma herança” (NOBRE; KAMITA; CONDURU, 2004, p.23). Logo, “(...) nossa tradição mediterrânea de origem filia-nos à concepção estática no maneirismo dos jesuítas” (PUPPI, 1994, p.132). Com isso, é preciso reconhecer que Lucio Costa, na busca pela ordem, chega aos jesuítas. Era o culto à razão e à preocupação com a forma e o equilíbrio arquitetônico, o orgânico-funcional e o plástico-ideal assim como faziam os jesuítas.

Se analisarmos de forma comparativa os programas residenciais de Lucio Costa com a arquitetura colonial, em especial a jesuítica, encontraremos algumas recorrências tais como pavilhões e ou cubículos articulados em torno de um pátio, o pátio de recolhimento e multifuncional, a sala de estar, de jantar e a sala colonial, terraços, alpendres, varandas, janelas de abertura gradeadas e muxarabis, telhados e coberturas em meia, duas e quatro águas, terças, caibros, como nos tempos coloniais, o risco sóbrio, austero, geométrico e funcional colonial, a madeira, o barro, a pedra, o vidro, o ferro e o concreto, o branco, a simplicidade, funcionalidade, monumentalidade e terrenos largos.

Os jesuítas, na segunda fase de sua arquitetura (1580), utilizavam a planta em L com pátio multifuncional e moderno em anexo, assim como fez Lucio Costa na Casa Barão de Saavedra.

CONCLUSÃO

Lucio Costa teve um envolvimento com a Igreja e com sua tropa de elite, a Companhia de Jesus. Na edição nº 68 de 1948 da revista *A Ordem*, Alceu Amoroso Lima e Gustavo Corção escrevem um editorial em homenagem ao padre Leonel Franca por ocasião de sua morte colocando grandes nomes da época sob sua influência direta, entre tantos, Lucio Costa. Como se isso só não bastasse, temos também o argumento de seu “moderno divino” apreço pela arquitetura dos padres e seus retábulos, ao ponto de destacar, dentre seus desenhos feitos em Portugal, o retábulo de Loyola em Santarém; ou mesmo seus projetos para a alta aristocracia e o alto baronato da época como os Paes de Carvalho, os Hungria Machado, os Saavedra e os Smith de Vasconcellos e suas residências dos anos 30 e 40, com direito a Castelo Neo Medieval como o de Itaipava (RJ). Os jesuítas influenciaram o mestre moderno. Um índice da junção entre a modernidade dos jesuítas e a modernidade de Costa.

O MEC-SPHAN buscaram a junção entre o moderno e a tradição entre os anos de 1937 e 1960, buscando no patrimônio jesuítico dos anos 1549 a 1759 parte da identidade nacional daquele período. A ideologia de Leonel Franca, Cardeal Leme, Gustavo Capanema, Alceu Amoroso Lima, Centro Dom Vital, Francisco Campos e o Conselho Nacional de Educação convergiam tanto na revista *A Ordem* como na *Ratio Studiorum*. Assim, o Tomismo e o Neotomismo jesuítico moderno servia para legitimar a modernidade e o controle das massas pelo aspecto das regras de obediência que interessavam tanto à Igreja quanto ao Estado para a construção do novo homem moderno. Na busca da tradição para legitimar a modernidade educacional varguista encontraram o “moderno” ensino dos jesuítas. Por fim, a razão dava a ordem, ou melhor, a *Ratio Studiorum* dava ordem e razão à revista *A Ordem* e os detentores da *Ratio* eram quem davam as ordens na recristianização, na unidade, na identidade e na salvaguarda do patrimônio nacional.

O Edifício do MEC foi o espaço do Ministério do “homem cordial” (HOLANDA, 1999), o ministério das amizades, do jeitinho cordial, da disciplina e da ordem abençoada pela Igreja, tendo como vetor para a identidade das raízes da arquitetura brasileira a relação entre o renascimento, maneirismo, *modo nostro* e o barroco. O espaço térreo e o espaço livre tem em sua tipologia uma mistura de tipologias advindas dessa relação entre o clássico e o anticlássico; a praça coberta tem a tipologia da Stoa de Atenas; o terraço jardim pode ter como influência os jardins renascentistas, maneiristas e barrocos misturados ao racionalismo moderno corbusiano.

O MEC foi um projeto da Igreja por meio dos jesuítas, Lucio identifica o período que engloba o renascimento até o barroco, passando pelo maneirismo como sendo os vetores das

raízes da arquitetura brasileira (COSTA, 1941), logo, sabia da importância da arquitetura dos jesuítas durante esse período, em especial aquela quinhentista, austera e severa da contra reforma italiana que passou por Portugal, antes de chegar ao Brasil. Por fim, de uma mistura entre renascimento, maneirismo, barroco, a arquitetura dos jesuítas e o moderno corbusiano é feito o MEC e o resultado de seu espaço livre é o espaço da nova e moderna *Ratio Studiorum*, tão cara aos jesuítas e revisitada por Leonel Franca entre 1930-1948, mesmo que seja velado e oculto.

Lucio em especial, usou os historiadores da arquitetura moderna para metodologicamente e teoricamente ler a arquitetura religiosa colonial e, a partir disso, criar o moderno. Tal afirmação não é de se espantar, afinal, o modernismo no Brasil foi às avessas como disse Telles (2010), “um problema formal, um lugar sem espaço para sua aplicação, um projeto estético, um olhar modernista para dentro e para o interior, que legitima a tradição da unidade territorial”, um dos objetivos da Era Vargas.

Ao que tudo indica, a política patrimonial na construção e na legitimação da identidade da nação varguista pela tradição, era buscar o aristotélico-tomismo dos jesuítas, que com suas quadras e seus pátios, signos da estrutura e da longa duração, porque estão presentes desde 1549, foram respaldados pelo Regimento de 1548, o primeiro projeto racionalizador para colonizar as terras lusitanas na América, entregue por D. João III a Tomé de Sousa e empreitado à primeira Companhia urbanizadora do Brasil: a Companhia de Jesus. Franciscanos e jesuítas estão nas origens fundadoras da arquitetura de cunho cristão católico no Brasil e ambas tiveram influências tipológicas da arquitetura templária e da cisterciense, onde as matrizes da arquitetura religiosa portuguesa e, conseqüentemente a brasileira, tem por tradição e identidade a simplicidade, a austeridade e a ordem, importantes características para a construção do “poder simbólico” (BOURDIER, 1989) da nacionalidade luso-brasileira, em especial entre os anos de 1930 e 1945. Ou seja, um índice da busca do modernismo na Igreja para legitimar e fundamentar sua estética bem como a ideia de nacionalidade dos jesuítas como mito fundador do modernismo, o moderno dos jesuítas para legitimar a estética moderna.

Segundo Schwarcz (2019, p.21),

“A construção de uma história oficial não é, portanto, um recurso inócuo ou sem importância; tem um papel estratégico nas políticas de Estado, engrandecendo certos eventos e suavizando problemas que a nação vivenciou no passado mas prefere esquecer, e cujas raízes ainda encontram repercussão no tempo presente”.

É o papel da história oficial na construção das estratégias de políticas de Estado criando poderes simbólicos novos e ou afirmando antigos. A Companhia de Jesus tinha os poderes

simbólicos que interessavam ao Estado Novo na construção de sua história oficial visando legitimar a nacionalidade. A Companhia fazia parte das raízes do Brasil, raízes essas que encontravam repercussão no tempo Vargasista e ainda em nosso tempo presente, afinal, quem não ouviu, ao perguntar sobre a idade de uma edificação, a seguinte resposta: “ah, isso é do tempo dos escravos, dos índios e dos jesuítas”.

Vargas imprimiu um “modelo de educação que primava pela exaltação de um passado inexistente” (SCHWARCZ, 2019, p.141) levando a população as emoções que exaltam a nacionalidade. Usou a educação para construir um passado nacional estratégico nas políticas de Estado onde a reforma educacional intitulada Reforma Capanema serviu como manutenção para o poder simbólico advindo dos tempos coloniais, onde a elite se utilizava da educação para permanecer dominante, formando um cidadão conforme as estratégias políticas de um Estado ditatorial. Portanto, o período jesuítico (1549-1759) e a Era Vargas (1930-1945) foram tão fundamentais que qualquer um que queira estudar a história da formação da nação brasileira obrigatoriamente esbarrará tanto na Era Vargas como na Era dos Padres da Companhia, justamente pelos signos que ambas têm, o signo do pioneirismo, da iniciação e de um projeto de nação ancorado em ideias ditas modernas.

As casas de Lucio Costa projetadas entre os anos de 1937 e 1945, durante o período heroico do SPHAN estado-novista, são representações de ideais, do desenho, da construção, da arte, do modo de produção, dos materiais, das técnicas, das tecnologias e das simbologias dos processos sociais; portanto, são condições de produção de um discurso ideológico, de valores, signos estruturados para ser produto do imaginário social e produtos desse período. Foram projetadas para pessoas com altíssimo poder aquisitivo. Os pátios, unânimes nas casas de Lucio Costa nesse período, sejam urbanos ou rurais, são objetos da longa duração, pois está presente na história desde os primórdios da humanidade e tem vários significados ao longo dos tempos. A tecnologia moderna adequada à mistura da influência da arquitetura racionalista lecorbusiana com as raízes da tradição colonial. A teoria da dupla atividade de Lucio Costa, a de teórico do patrimônio e a de arquiteto estão equiparados nessas residências. Pátio central, articulador, distribuidor, centralizador, recolhedor que ventila, aquece e ilumina, a austeridade, a sobriedade, a geometria, o branco, o espaço da *Ratio Studiorum* e do aristotélico-tomismo revisitado pelos jesuítas nos 1930 e 1940 que norteavam as pesquisas e as preservações do SPHAN estavam presentes na arquitetura residencial de Lucio Costa.

De acordo com Foucault (1998, p.33), “se ofereceu à Revolução Francesa o modelo romano, ao romantismo a armadura de cavaleiro, à época wagneriana a espada do herói germânico”, se ofereceu à arquitetura moderna de matriz de Lucio Costa, estado-novista e pós-

getulista, o modelo jesuíta. Para Dosse (2001, p.11), “por conta da identidade nacional, na França dos séculos XIX e XX, o historiador tinha uma missão patriótica, em que ele era meio sacerdote, meio soldado”, por conta da identidade nacional, no Brasil Estado-Novista e Nacional Desenvolvimentista entre os anos de 1930-1945, tanto o historiador quanto o arquiteto tinham também a missão patriótica, tal como os jesuítas, eram meio sacerdotes e meio soldados. Mesmo que não tivessem intenção de ser, deveriam ser haja vista o privilégio durante a Era Vargas, projetados e fabricados como “heróis da cultura nacional” como muitos deles são tidos até hoje.

Segundo Hobsbawm (2000, p.47 e 48), “a história como inspiração e ideologia tem uma tendência embutida a se tornar mito de auto justificação. Não existe venda para os olhos mais perigosa do que essa”. No Brasil, a modernidade, talvez pela nossa herança portuguesa colonial, teve que pedir às bênçãos da Igreja e os intelectuais do SPHAN, particularmente Lucio Costa e Serafim Leite, utilizaram os signos dos jesuítas para permitir à sociedade estado-novista e pós-getulista representar a si mesma, fundar a identidade nacional e delinear a ideia de uma República justificada pela história.

Diante do exposto, os resultados dessa pesquisa levam-nos a concluir que existe a simbologia dos jesuítas em Lucio Costa, no SPHAN e no MEC da Era Vargas entre 1930 e 1945. A Companhia de Jesus possuía signos ou poderes simbólicos que interessavam à construção da Era Vargas. Os jesuítas estavam atuando e colaborando decisivamente no MEC e no SPHAN. As soluções funcionais da arquitetura colonial, características das obras de Lucio Costa se devia significativamente à arquitetura dos jesuítas, que curiosamente faz parte de sua primeira missão no SPHAN em São Miguel (RS). Os pátios jesuíticos são objetos que tem signos e interpretantes e também são poderes simbólicos que legitimavam a identidade da Era Vargas, do SPHAN, da arquitetura moderna e da própria arquitetura de Lucio Costa. O pátio aristotélico-tomista jesuítico é um poder simbólico que, reduzido a escala da microanálise e da micro História, revela as tramas da estrutura de longa duração que sustenta o Brasil até hoje, ou seja, é tradição no Brasil que o velho seja o novo ou que o antigo seja moderno. Tradição essa que remonta ao caudilhismo ibérico e ao processo colonial, resultado de um trabalho dos padres colonizadores com suas quadras e seus pátios, objetos de longa duração, resultado de séculos de *Ratio Studiorum*. Logo, concluímos que o envolvimento de Lucio Costa com os jesuítas é irrefutável e o processo de modernidade na arquitetura no Brasil teve as bênçãos da Igreja.

FONTES E DOCUMENTOS

Datiloscritos e Manuscritos

Arquivo Nacional (RJ)

Arquivo Nacional – Rio de Janeiro – RJ - Código de Referência BR RJANRIO 35.0.DLE.2077.
Título: Decreto-lei n. 2077: cria em São Miguel, Estado do Rio Grande do Sul, o Museu das Missões. Data de Produção 8/3/1940.

Arquivo Nacional Torre do Tombo (Lisboa, PT)

Arquivo Nacional Torre Do Tombo (Lisboa - PT) - Plano de uma Campanha de Propaganda de António Ferro, em toda a América e no Brasil em particular. Código de Referência: PT/TT/AOS/D-M/31/6/17. Data: anos 1940.

Arquivo Nacional Da Torre Do Tombo – Lisboa (PT). Relatório do Chefe de Serviços de Informação do Secretariado da Propaganda Nacional relativo ao relevo dado pela imprensa ao Acordo Cultural Luso-Brasileiro. Contém um ofício do Chefe de Serviços Interino do Secretariado da Propaganda Nacional para o Chefe de Gabinete do Presidente do Conselho e um “Texto do Acordo Cultural Luso-Brasileiro assinado em 4 de Setembro de 1941...”. Código de Referência: PT/TT/SGPCM-GPC/0508/00009. Data: 16/09/1941.

Arquivo Nacional Da Torre Do Tombo – Lisboa (PT). Arquivo Nacional da Torre do Tombo – Contém cartas de D. Marcolino Dantas, Arcebispo de Natal (Brasil) para o Dr. Salazar, relativas à inauguração da nova capital de Brasília - tem a forma de um avião com a ponta da asa a outra, a palavra "Brasilia" vem do latim: “brasilica, brasilicae” - contou com a presença do cardeal Manuel Gonçalves Cerejeira, Patriarca de Lisboa, como enviado do Papa João XXIII, em 1960. Código de Referência: PT/TT/AOS/E/0015/00023. Arquivo Oliveira Salazar, AOS/CP-015, cx. 872, f. 381-391. Data: 1958 a 1963.

CPDOC- FGV

CPDOC – FGV – (RJ – SP) - Arquivo Gustavo Capanema: Classificação: GC g 1936.03.24/2. Série: g - Ministério da Educação e Saúde - Educação e cultura. Data de produção: 24/03/1936 a 13/09/1945. Documentos sobre as atividades do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN) incluindo projetos de organização inicial - como o elaborado por Mário de Andrade – e também diversas palestras sobre a ação do governo nesta área. Rio de Janeiro, Belo Horizonte.

CPDOC-FGV (RJ-SP) – Arquivo Getúlio Vargas: Classificação: GV c 1943.09.14. Série: c – Correspondência. Data de produção: 14/09/1943. Cartas de Serafim Leite e Cláudio de Sousa a Getúlio Vargas agradecendo recebimento de "A Nova Política do Brasil". (Vol. XLII/5a e 5b). Nesse documento Serafim Leite sugere a Getúlio ler sua obra sobre a História da Companhia do Brasil e usa-la para sua moderna “A Nova Política do Brasil”.

CPDOC – FGV (RJ-SP) – Arquivo Gustavo Capanema: Classificação: GC b Gomes, V. Série: b – Correspondentes. Data de produção: 31/12/1930 a 24/07/1950. Correspondência entre Gustavo Capanema e Venceslau Brás Pereira Gomes tratando da homenagem do governo à Companhia de Jesus, defesa do litoral brasileiro, felicitações e pedidos diversos.

IEB - USP

IEB – USP - Acervo: Mário de Andrade. Código de Ref.:MA-C-CPDSPHAN696. Carta assinada: “Rodrigo M. F. de Andrade”; Pedido a Mário de Andrade para solicitar à Reitoria da USP permissão para fotografar códices da Coleção Lamego. Anexo: lista de assuntos para pesquisa do SPHAN sobre os jesuítas. Localidade: Rio de Janeiro, RJ, BRA. Data: 07 maio 1941.

IEB – USP - Acervo: Mário de Andrade. Código de Ref.: MA-SPHAN-224. Unidade de Armazenamento: CAIXA 252 [Documentação Profissional: SPHAN - de 0001 a 0140] (Sala 1). Descrição: Telegrama enviado pelo cardeal Dom Sebastião Leme afirmando o entusiasmo do episcopado brasileiro em relação ao grande empreendimento de Mário de Andrade em defesa do patrimônio artístico. Manuscrito Remetente: Sebastião Leme. Destinatário: Mário Raul de Moraes Andrade.

IEB USP - Acervo: Mário de Andrade. Código de Ref.: MA-C-CP655. Unidade de Armazenamento: CAIXA 204 [CP - antigas caixas 7 e 8 - de 600 a 749 - ANDRADE, Oswald; ANTONIO, Celso] (Sala 1). Descrição: Telegrama assinado à máquina: “Rodrigo M.F.de Andrade”; cópia xerox. Pedido a MA para comunicar às autoridades eclesiais o apoio do episcopado brasileiro ao SPHAN. Localidade: Rio de Janeiro, Data: 03 [jul.] 1937. Remetente: Rodrigo Melo Franco de Andrade SPHAN. Destinatário: Mário Raul de Moraes Andrade.

IEB – USP - Acervo: Fernando de Azevedo - Código de Ref.:FA-MEP-DT-Cx.8,007. Artigo de Periódico. Título: O "Pátio do Colégio". Descrição: Artigo sobre as origens da cidade de São Paulo, por ocasião de seu IV centenário. Suporte: Papel. Técnica de Registro: Impresso Gráfico. Localidade: s.l. Data:25/1/1954. Autor: Serafim Leite.

IEB – USP - Acervo: José Honório Rodrigues. Código de Ref.:JHR-D125-036. Artigo de Periódico. Título: Um modelo perene. Reportagem sobre teologia e dogmas da Igreja relacionadas a Leonel Franca. Data: 31/8/1973. Autor: Alceu Amoroso Lima.

IEB – USP - Acervo: Mário de Andrade. Código de Ref.:MA-C-CADSPHAN244. Carta assinada: “Mario de Andrade”; forma de tratamento: “Meu caro Graeser”; Comentário sobre fotografias tiradas no Embu. São Paulo. Data: 29 out. 1941.

Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro

Correspondência: Autor: Lima, Alceu Amoroso. Abaixo-assinado dirigido a Arthur Ramos, solicitando-lhe o preenchimento do questionário por eles organizado, a fim de conhecer o pensamento da classe intelectual brasileira sobre a nacionalidade, frente à situação político-social do mundo. Ano: 27 jul. 1936. Localização: I-35,33,1657.

A Manhã (RJ)

A Manhã. Rio de Janeiro, edição 286, 15 jun, p.04, 1942.

REGO, José Lins. Clássicos Espontâneos. **A Manhã.** Rio de Janeiro, edição 286, p.04, 1942.

A Noite (RJ)

A Noite, Rio de Janeiro, edição 11108, 1943.

Retrato do padre jesuíta Luiz Figueira feito por Cândido Portinari, 1942. Fonte: Reprodução de **A Noite (RJ)** edição 11108 de 1943.

A Ordem (RJ).

A Ordem, Rio de Janeiro, edição n 38, 1933.

MUCKERMANN, Frederico SJ. Porque tanta frouxidão no combate ao bolchevismo? **A Ordem**, Rio de Janeiro, edição n. 38, 1933.

A Ordem, Rio de Janeiro, edições 1 e 2,1929.

ARANHA, Graça. Jackson de Figueiredo (sua modernidade). **A Ordem**, Rio de Janeiro, edições 1 e 2,1929.

BARRETO, Filho. Sobre a Tragédia em Jackson de Figueiredo. **A Ordem**, Rio de Janeiro, edições 1 e 2,1929.

CARVALHO, Ronald de. Jackson de Figueiredo (O realista). **A Ordem**, Rio de Janeiro, edições 1 e 2,1929.

CORREIA, Alexandre. Jackson de Figueiredo (O filósofo). **A Ordem**, Rio de Janeiro, edições 1 e 2,1929.

FIGUEIREDO, Jackson de. Dolorosas interrogações. **A Ordem**, Rio de Janeiro, edições 1 e 2,1929.

FIGUEIREDO, Jackson de. Joshep de Maistre e a contra-revolução. **A Ordem**, Rio de Janeiro, edições 1 e 2,1929.

FIGUEIREDO, Jackson de. Resposta a inquérito. **A Ordem**, Rio de Janeiro, edições 1 e 2,1929.

FIGUEIREDO, Jackson de. AEvum. **A Ordem**, Rio de Janeiro, edições 1 e 2,1929.

FIGUEIREDO, Jackson de. Letras Portuguesas. **A Ordem**, Rio de Janeiro, edições 1 e 2,1929.

FIGUEIREDO, Jackson de. Cartas. **A Ordem**, Rio de Janeiro, edições 1 e 2,1929.

FONSECA, Gondin da. Jackson de Figueiredo (O polemista).

FRANCA, Leonel. Ephitaphio. **A Ordem**, Rio de Janeiro, edições 1 e 2,1929.

GANNNS, Claudio. Jackson de Figueiredo (O jornalista). **A Ordem**, Rio de Janeiro, edições 1 e 2,1929.

GOMES, Perillo Gomes. Jackson de Figueiredo (O apologista). **A Ordem**, Rio de Janeiro, edições 1 e 2, 1929.

HOLLANDA, Sérgio Buarque de Holanda. Indicação. **A Ordem**, Rio de Janeiro, edições 1 e 2, 1929.

LEME, D. Sebastião. Recommendando A Ordem. **A Ordem**, Rio de Janeiro, edições 1 e 2, 1929.

LEME, D. Sebastião. Jackson de Figueiredo. **A Ordem**, Rio de Janeiro, edições 1 e 2, 1929.

LIMA, Alceu Amoroso. Jackson de Figueiredo (Seu lugar). **A Ordem**, Rio de Janeiro, edições 1 e 2, 1929.

LIMONGI, J. Papaterra. Jackson de Figueiredo (O christianizador). **A Ordem**, Rio de Janeiro, edições 1 e 2, 1929.

NOGUEIRA, Hamilton Nogueira. Jackson de Figueiredo (O pensador político). **A Ordem**, Rio de Janeiro, edições 1 e 2, 1929.

OLIVEIRA, Xavier de. Jackson (O pescador). **A Ordem**, Rio de Janeiro, edições 1 e 2, 1929.

PEIXOTO, Afrânio. Jackson de Figueiredo (O romancista). **A Ordem**, Rio de Janeiro, edições 1 e 2, 1929.

PESSOA, Eitácio. Jackson de Figueiredo. **A Ordem**, Rio de Janeiro, edições 1 e 2, 1929.

PINTO, Sobral. Jackson de Figueiredo (O realista político). **A Ordem**, Rio de Janeiro, edições 1 e 2, 1929.

RODRIGUES, Contreiras. Jackson de Figueiredo (O sociólogo). **A Ordem**, Rio de Janeiro, edições 1 e 2, 1929.

SCHMIDT, Augusto Frederico. O propósito de Macunaíma. **A Ordem**, Rio de Janeiro, edições 1 e 2, 1929.

SILVA, Olegário. Jackson de Figueiredo (Infância e Adolescência). **A Ordem**, Rio de Janeiro, edições 1 e 2, 1929.

A Ordem, Rio de Janeiro, edições 3 e 4, 1929.

VON ACKER SJ. Introdução a metaphysica thomista. **A Ordem**, Rio de Janeiro, edições 3 e 4, 1929.

ANDRADE, Carlos Drummond de. Ode a Jackson de Figueiredo. **A Ordem**, Rio de Janeiro, edições 3 e 4, 1929.

FRANCA, Leonel. Caracteres fundamentaes do thomismo. **A Ordem**, Rio de Janeiro, edições 3 e 4, 1929.

NOGUEIRA, Hamilton. Jackson de Figueiredo e a revolução. **A Ordem**, Rio de Janeiro, edições 3 e 4, 1929.

RÓMERO, Nelson. Realismo thomistico e idealismo moderno. **A Ordem**, Rio de Janeiro, edições 3 e 4, 1929.

A Ordem, Rio de Janeiro, edições nº 11 e 16, 1931.

FRANCA, Leonel. Divórcio e Suicídio. **A Ordem**, Rio de Janeiro, edições nº 11 e 16, 1931.

SAN TIAGO DANTAS. Catholicismo e Fascismo. **A Ordem**, Rio de Janeiro, edições nº 11 e 16, 1931.

BRION, Marcel. Pensamento e obra de Jackson de Figueiredo. **A Ordem**, Rio de Janeiro, edições n, 11 e 16, 1931.

A Ordem. Rio de Janeiro, edição 102, p.08, 1939.

ABREU, Capistrano de. História da Companhia de Jesus no Brasil de Serafim Leite preenche uma lacuna de que era preciso “uma história mais sistematizada da Companhia no Brasil”.

A Ordem. Rio de Janeiro, edição 113, p.231, 1941.

SERRANO, Jonathas. A Primeira Legião. **A Ordem**. Rio de Janeiro, edição 113, p.231, 1941.

A Ordem. Rio de Janeiro, edição nº 100, 1939.

FRANCA, Leonel. Pio XI e as Missões. **A Ordem**. Rio de Janeiro, edição nº 100, 1939.

A Ordem. Rio de Janeiro, edição 107, pp.03 e 05, 1940.

A Ordem. Rio de Janeiro, edição 108, p.280, 1940.

FRANCA, Leonel. **A Ordem**. Rio de Janeiro, edição 108, p.280, 1940.

A Ordem. Rio de Janeiro, edição n 111, p.34, 1941.

ROMERO, Nelson Romero. A Companhia de Jesus e seu fundador. **A Ordem**. Rio de Janeiro, edição n 111, p.34, 1941.

Lucio Costa foi influenciado por Leonel Franca. **A Ordem**. Rio de Janeiro, edições 01 e 02, pp.03 e 04, 1948.

Recomendamos a Revista do SPHAN n° 5 de 1941 e o excelente artigo de Lucio Costa sobre a Arquitetura dos Jesuítas no Brasil. **A Ordem**. Rio de Janeiro, edição 121, p.365, 1942.

Registros & Comentários. **A Ordem**. Rio de Janeiro, edição 3, p. 227, 1942.

A Ordem. Rio de Janeiro, edição 01, 1929.

LIMA, Alceu Amoroso. Adeus à Disponibilidade. **A Ordem**. Rio de Janeiro, edição 01, 1929.

A Ordem. Rio de Janeiro, edição 4A, 1959.

VILLAÇA, Antônio Carlos. Quarenta Anos de Crítica. **A Ordem**. Rio de Janeiro, edição 4A, 1959.

A Ordem. Rio de Janeiro, edição 1B, 1955.

ANDRADE, Carlos Drummond. Ode a Jackson de Figueiredo. **A Ordem**. Rio de Janeiro, edição 1B, 1955.

A Ordem. Rio de Janeiro, edição n 68, 1948.

Editorial da Revista A Ordem publicado sobre a morte do padre Leonel Franca, coloca que Lucio Costa foi influenciado por Leonel Franca. **A Ordem**. Rio de Janeiro, edição n 68, 1948.

Correio da Manhã (RJ)

A presença do padre Serafim Leite na Academia Brasileira de Letras sendo saudado por diversos acadêmicos rememorando a obra realizada pelos jesuítas desde meados do século XVI e Alceu Amoroso Lima presta homenagem ao historiador jesuíta português “lembrando a obra ingente dos jesuítas na civilização do Brasil”. **Correio da Manhã**, Rio de Janeiro, edição n, 13745 de 1939.

Acaba de ser fundada nesta capital uma grande sociedade de estudos pedagógicos orientado pelos princípios da religião católica, a qual tomou o nome de Associação de Professores Católicos. Os seus iniciadores que são o padre Leonel Franca sob o consentimento e aprovação do Cardeal Dom Sebastião Leme. **Correio da Manhã**, Rio de Janeiro, edição n, 286, 1931.

Vargas oferece de presente autografado a uma freira norte-americana o livro a História da Companhia de Jesus no Brasil de Serafim Leite. **Correio da Manhã**, Rio de Janeiro, 16 de jan, 1944.

Vargas recebe no IV Centenário da Companhia de Jesus, os padres Leonel Franca e Serafim Leite e também alunos e ex-alunos do Colégio de Santo Inácio de Loyola. **Correio da Manhã**, Rio de Janeiro, 1940.

Vargas recebeu Serafim Leite no Catete. **Correio da Manhã**. Rio de Janeiro, 02 de set, 1939.

Diário Carioca (RJ)

A inconstitucionalidade da nomeação do padre Leonel Franca, por ser membro de congregação religiosa (Companhia de Jesus) para o futuro Conselho Nacional de Educação. **Diário Carioca**, Rio de Janeiro, edição nº 908, 1931.

A empresa editora Agir recentemente fundada e de que é consultor literário o Sr. Alceu Amoroso Lima, vai lançar, entre outras coleções, uma que permita a alguns valores da nossa vida cultural dizer o que pensam sobre a atividade dominante da sua própria existência. Entre os convidados pela empresa para escrever esses livros estão Alceu Amoroso Lima, padre Leonel Franca, Mario de Andrade, Francisco Campos e Lucio Costa. **Diário Carioca**, Rio de Janeiro, 1944

Diário Carioca, Rio de Janeiro, edição n, 3434, 1939:

No Congresso Eucarístico, Alceu Amoroso Lima e Leonel Franca estavam articulados entorno do Centro Dom Vital. **Diário Carioca**, Rio de Janeiro, 1933.

Diário de Notícias (RJ)

Serafim Leite, em seção solene na ABL propõe ao ministro da educação Gustavo Capanema e a para a ABL solução imediata para o problema ortográfico sendo aceito por ambos a adoção do vocabulário da Academia de Ciência de Lisboa como base para a elaboração do vocabulário ortográfico nacional. **Diário de Notícias**. Rio de Janeiro, edição n 05911, 31 jan, 1942.

Diário de Notícias, Rio de Janeiro, edição 5559, 8 dez, 1940.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. Vida Literária. **Diário de Notícias**, Rio de Janeiro, edição 5559, 8 dez, 1940.

Diário de Notícias, Rio de Janeiro, edição 5818, 12 out, 1941.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. Missionário e Viajante. **Diário de Notícias**, Rio de Janeiro, edição 5818, 12 out, 1941.

Jornal do Commercio do Amazonas

O Cardeal Dom Sebastião Leme, presidirá a seção da Confederação Católica e falará aos católicos brasileiros sobre o dever eleitoral no momento. Seguir-se-á como orador, o padre Franca que focalizará o sufrágio universal como tema de sua conferência. **Jornal do Commercio do Amazonas**. Manaus, edição, 1932.

Jornal do Brasil (RJ)

Jornal do Brasil. Rio de Janeiro, edição 326, p.12, 04 mar, 1982.

ANDRADE, Carlos Drummond de. Lucio Costa na Repartição. **Jornal do Brasil**. Rio de Janeiro, edição 326, p.12, 04 mar, 1982.

Jornal do Brasil, Rio de Janeiro, edição 326, 04 mar, 1982.

ANDRADE, Carlos Drummond de. Lucio Costa na Repartição. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, edição 326, 04 mar, p.12, 1982.

Jornal do Brasil, Rio de Janeiro, edição 331, 09 mar, 1982.

ANDRADE, Carlos Drummond de. Lucio Costa e o papel mágico. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, edição 331, 09 mar, p.02, 1982.

O padre Serafim Leite foi condecorado com o medalha da Ordem do Cruzeiro do Sul pelo Presidente Getúlio Vargas pelas pesquisas e estudos sobre a história da nação. **A Cruz, órgão da Liga Social Católica Brasileira do Mato Grosso**. Cuiabá, edição n, 1416, 1939.

Revista Atlântico (Lisboa, PT)

Prémio Literário e Artístico do SPN à Serafim Leite pela sua obra História da Companhia de Jesus no Brasil. Atlântico: Revista Luso-Brasileira. (Dir. FERRO, António; FONTES, Lourival). Rio de Janeiro-Lisboa: Edição SPN e DIP, N1, 1942.p.181. Hemeroteca Digital de Lisboa.

Atlântico: Revista Luso-Brasileira. (Dir. FERRO, António; FONTES, Lourival). Rio de Janeiro-Lisboa: Edição SPN e DIP, nº 01, 1942. Hemeroteca Digital de Lisboa.

Atlântico: Revista Luso-Brasileira. (Dir. FERRO, António; FONTES, Lourival). Rio de Janeiro-Lisboa: Edição SPN e DIP, nº 02, 1942. Hemeroteca Digital de Lisboa.

Atlântico: Revista Luso-Brasileira. (Dir. FERRO, António; FONTES, Lourival). Rio de Janeiro-Lisboa: Edição SPN e DIP, nº 03, 1942. Hemeroteca Digital de Lisboa.

Atlântico: Revista Luso-Brasileira. (Dir. FERRO, António; FONTES, Lourival). Rio de Janeiro-Lisboa: Edição SPN e DIP, nº 04, 1943. Hemeroteca Digital de Lisboa.

Atlântico: Revista Luso-Brasileira. (Dir. FERRO, António; FONTES, Lourival). Rio de Janeiro-Lisboa: Edição SPN e DIP, Nova Série nº 01, 1946. Hemeroteca Digital de Lisboa.

Atlântico: Revista Luso-Brasileira. (Dir. FERRO, António; FONTES, Lourival). Rio de Janeiro-Lisboa: Edição SPN e DIP, Série 3, nº 01, 1949. Hemeroteca Digital de Lisboa.

Revista dos Centenários (Lisboa, PT)

Revista dos Centenários. Comissão Executiva dos Centenários. SPN. Lisboa, n.º 24, 31 Dez. 1940. Hemeroteca Digital Municipal De Lisboa.

Revista Cultura Política (RJ)

Museu das Missões. **Cultura Política**. Rio de Janeiro, edição 21, pp.334 e 335, 1942.

Revistas do SPHAN

Revista SPHAN. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e da Saúde, n.01, 1937.

SANTOS, Noronha. A Igreja de São Francisco Xavier em Niterói. **REVISTA DO SPHAN.** Rio de Janeiro: Ministério da Educação e da Saúde, n.01, 1937.

COSTA, Lucio. Documentação Necessária. **Revista SPHAN,** 1937.

REVISTA SPHAN. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e da Saúde, n.02, 1938.

LAMEGO, Alberto. Solar do Colégio (Campos dos Goytacazes). **REVISTA SPHAN.** Rio de Janeiro: Ministério da Educação e da Saúde, n.02, 1938.

BARRETO, Romulo. Capela de São José do Genipapo. **REVISTA SPHAN.** Rio de Janeiro: Ministério da Educação e da Saúde, n.02, 1938.

REVISTA SPHAN. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e da Saúde, n.03, 1939.

COSTA, Lucio. Evolução do Mobiliário Luso-Brasileiro. **Revista SPHAN.** Rio de Janeiro: Ministério da Educação e da Saúde, n.03, 1939.

REVISTA SPHAN. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e da Saúde, n.04, 1940.

LAMEGO, Alberto. Os Sete Povos das Missões. **REVISTA SPHAN.** Rio de Janeiro: Ministério da Educação e da Saúde, n.04, 1940.

PONTUAL, Maria de Lourdes. A Sacristia da Catedral da Baía e A Posição da Igreja Primitiva. **REVISTA SPHAN.** Rio de Janeiro: Ministério da Educação e da Saúde, n.04, 1940.

CARNEIRO, David. Colégio dos Jesuítas de Paranaguá. **REVISTA SPHAN.** Rio de Janeiro: Ministério da Educação e da Saúde, n.04, 1940.

REVISTA SPHAN. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e da Saúde, n.05, 1941.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. Capela Santo Antônio de São Roque. **REVISTA SPHAN.** Rio de Janeiro: Ministério da Educação e da Saúde, n.05, 1941.

COSTA, Lucio. A Arquitetura dos Jesuítas no Brasil. **REVISTA SPHAN.** Rio de Janeiro: Ministério da Educação e da Saúde, n.05, 1941.

REVISTA SPHAN. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e da Saúde, n.06, 1942.

LEITE, Serafim SJ. Colégio de Santo Alexandre e a Igreja de São Francisco Xavier de Belém do Grão Pará. **REVISTA SPHAN**. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e da Saúde, n.06, 1942.

BANDEIRA, Manuel. D. Sebastião Leme. **Revista SPHAN** n° 06, Rio de Janeiro, p.84, 1942.

REVISTA SPHAN. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e da Saúde, n.08, 1944.

LEITE, Serafim SJ. Aldeia dos Reis Magos. **REVISTA SPHAN**. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e da Saúde, n.08, 1944.

IPHAN - processos de tombamentos

Arquivo Geral do IPHAN – RJ - Parecer de Lucio Costa sobre São Miguel das Missões. Série Personalidades – Lucio Costa. Arquivo Central do IPHAN-RJ. Documento: 0148_LC INT. P.13. Data: 20/12/1937.

São Miguel das Missões – RS. Tombado em 16 de maio de 1938 pelo processo n° 0141-T-38, ocupando inscrição número 063 no Livro de Belas.

Igreja de Nossa Senhora da Graça, antigo Colégio de Olinda (PE). Tombado em 17 de maio de 1938 pelo processo n° 0131-T-38, ocupando inscrição número 069 no Livro de Belas.

Colégio de Paranaguá – (PR). Tombado em 24 de maio de 1938 pelo processo n° 0101-T-38, ocupando inscrição número 105 no Livro de Belas e 059 no Livro Histórico.

Aldeia de Carapicuíba (SP). Tombado em 24 de maio de 1938 pelo processo n° 0101-T-38, ocupando inscrição número 105 no Livro de Belas e 059 no Livro Histórico.

Basílica de Salvador – (BA). Tombada em 25 de maio de 1938 pelo processo n° 0084-T-38, ocupando inscrição número 077 no Livro de Belas.

Seminário de Belém da Cachoeira – (BA). Tombado em 17 de julho de 1938 pelo processo n° 0122-T-38, ocupando inscrição número 140 no Livro de Belas.

Igreja de São Pedro da Aldeia – (RJ). Tombada em 12 de agosto de 1938 pelo processo n° 0179-T-38, ocupando inscrição número 207 no Livro de Belas e 100 no Livro Histórico.

São Lourenço dos Índios (RJ). Tombado em 23 de agosto de 1938 pelo processo nº 0163-T-38, ocupando inscrição número 213 no Livro de Belas e 247 no Livro Histórico. Aparece artigo escrito por Lucio Costa na revista do SPHAN nº 05 de 1941.

Capela de São Miguel (SP). Tombada em 21 de outubro de 1938 pelo processo nº 0180-T-38, ocupando inscrição número 219 no Livro de Belas e 109 no Livro Histórico.

Capela de São Roque (SP). Tombada em 22 de janeiro de 1941 pelo processo nº 0214-T-39, ocupando inscrição número 291 no Livro de Belas.

Colégio e Residência de Embu (SP). Tombado em 25 de janeiro de 1941 pelo processo nº 0221-T-39, ocupando inscrição número 293 no Livro de Belas e 151 no Livro Histórico.

Colégio e Residência de Anchieta (ES). Tombado em 24 de maio de 1943 pelo processo nº 0229-T-40, ocupando inscrição número 222 no Livro Histórico.

Colégio e Residência dos Reis Magos – (ES). Tombado em 21 de setembro de 1943 pelo processo nº 0230-T-40, ocupando inscrição número 289-A no Livro de Belas e 223 no Livro Histórico.

Solar do Colégio – Campos dos Goytacazes – (RJ). Tombado em 24 de julho de 1946 pelo processo nº 0175-T-38, ocupando inscrição número 308 no Livro de Belas e 243 no Livro Histórico.

Decreto no 25 de 30 de novembro de 1937: Criação do SPHAN.

Casa de Lucio Costa (RJ):

“Rodrigo, Estou novamente de passagem por Lisboa...” Cartas de LC a Rodrigo M.F. de Andrade - 1952-53. Carta nº 8, Documento número VI.A.03-01745.

“Rodrigo, Recebi o seu telegrama caído do céu...” Cartas de LC a Rodrigo M.F. de Andrade - 1952-53. Carta nº 16, Documento número VI.A.03-01753.

“Rodrigo, tenho trabalhado sem parar ...” Cartas de LC a Rodrigo M.F. de Andrade - 1952-53.
Carta n° 7, Documento número VI.A.03-01744.

Imagens Fotográficas

Hemeroteca Digital Da Biblioteca Nacional - Diário Carioca (RJ) – 1940-1949 - Fotografia de Getúlio Vargas e Serafim Leite na ABL - Ano 1944\Edição 04974.

Instituto Antônio Carlos Jobim – Rio de Janeiro – RJ: Casa Heloisa e Roberto Marinho de Azevedo - Rio de Janeiro: conjunto de fotos PB. Autor: Não identificado. Data: 1940-1949. Arquivo: III A 16-00141 L.

Instituto Antônio Carlos Jobim – Rio de Janeiro – RJ: Casa Pedro Paulo Paes de Carvalho: frente. Autor: Não identificado. Data: 1940-1949. Arquivo: III A 24-00467 L.

Museu das Missões – São Miguel das Missões (RS). Fotografias de Rogério Entringer – 2013.

Igreja e Residência dos Reis Magos – Nova Almeida (ES). Fotografias de Rogério Entringer – 2012.

Igreja e Residência de Santo Inácio da Fazenda Campos Novos – Cabo Frio (RJ) – Fotografias de Rogério Entringer - 2012.

Palácio Gustavo Capanema – Antigo prédio do MEC – Rio de Janeiro (RJ) – 1936 – Fotografias de Rogério Entringer.

Residência Argemiro Hungria Machado – Rio de Janeiro (RJ) – 1942

Residência Saavedra – Corrêas – Petrópolis (RJ) – 1942

CPDOC – FGV – Rio de Janeiro - Arquivo: Gustavo Capanema: Classificação GC foto 148. Gustavo Capanema, Alceu Amoroso Lima e outros no pátio do Colégio Santo Inácio. Data de produção: 1938.

CPDOC – FGV – Rio de Janeiro – Arquivo Gustavo Capanema. Classificação: GC foto 234. Osvaldo Teixeira e outros, por ocasião do almoço oferecido ao ministro Gustavo Capanema pela Fundação dos Jesuítas no Brasil. Data: 1941.

CPDOC – FGV – Rio de Janeiro – Arquivo Gustavo Capanema. Classificação: GC foto 496. Aspectos do edifício-sede do Ministério da Educação e Saúde, bem como dos seus arredores. Data: entre 1937 e 1956.

CPDOC – FGV – (RJ – SP) – Arquivo Getúlio Vargas: Classificação: GV foto 073. Getúlio com Barros Barreto e Dom Sebastião Leme durante manifestação cívica, 1938, p&b; 16 x 22cm, Rio de Janeiro.

CPDOC – FGV – (RJ – SP) – Arquivo Getúlio Vargas: Classificação: OD foto 025. Getúlio Vargas, Góes Monteiro e Dom Sebastião Leme entre outros durante desfile comemorativo da data da Independência do Brasil, 07 de setembro de 1945, p&b; 18 x 24cm, Rio de Janeiro.

CPDOC – FGV – (RJ – SP) - Arquivo Gustavo Capanema: Classificação: GC foto 223. Gustavo Capanema, Cândido Portinari e outros durante almoço oferecido a esse último no Jôquei Clube, Agosto de 1941, p&b; 18,5 x 24cm, Rio de Janeiro.

CPDOC – FGV – (RJ – SP) - Arquivo Gustavo Capanema: Classificação: GC foto 290. Gustavo Capanema, Getúlio Vargas e outros visitam a exposição de Cândido Portinari no Museu Nacional de Belas Artes, 19 de Junho de 1943, p&b; 9,5 x 13,5cm, Rio de Janeiro.

CPDOC – FGV – (RJ – SP) - Arquivo Gustavo Capanema: Classificação: GC foto 246. Gustavo Capanema, Padre Leonel Franca, Alceu Amoroso Lima e outros durante almoço em sua homenagem no Automóvel Clube, oferecido pelo Conselho Nacional de Educação, 18 de junho de 1942, p&b; 18 x 24cm, Rio de Janeiro.

CPDOC – FGV – (RJ – SP) – Arquivo Gustavo Capanema: Classificação: GC foto 306. Carlos Drummond de Andrade discursa durante cerimônia por ocasião da Semana da Criança (D. Leme presente), 1943, p&b; 12,5 x 18cm, Rio de Janeiro.

CPDOC – FGV – (RJ – SP) - Arquivo Gustavo Capanema: Classificação: GC foto 184. Gustavo Capanema e outros no Jôquei Clube por ocasião de banquete oferecido a Fred Soper, diretor da Fundação Rockefeller, 16 de março de 1940, p&b; 18 x 24cm, Rio de Janeiro, RJ.

CPDOC – FGV – (RJ – SP) - Arquivo Getúlio Vargas: Classificação: GV foto 126. Getúlio Vargas e Lourival Fontes assistem o jornalista Antônio Ferro, diretor do Secretariado da Propaganda Nacional, de Portugal, assinar convênio no palácio do Catete, sede do governo brasileiro. Data de produção: 1941.

CPDOC – FGV (RJ-SP) – Arquivo Gustavo Capanema: Classificação: GC foto 224. Gustavo Capanema e outros [Antônio Ferro] durante almoço no Automóvel Clube promovido pelo escritor português Julio Caiola. Data de produção: 02 set 1941.

CPDOC – FGV (RJ-SP) – Arquivo Gustavo Capanema: Classificação: GC foto 220. Gustavo Capanema e outros durante a sessão comemorativa do 1º aniversário da Associação dos Amigos de Portugal no Real Gabinete Português de Leitura. Data de produção: 19 ago 1941.

CPDOC – FGV (RJ-SP) – Arquivo Gustavo Capanema: Classificação: GC foto 236. Gustavo Capanema e outros [Julio Cayolla e Antônio Ferro] por ocasião da inauguração de exposição sobre o livro português. Data de produção: 08 dez 1941.

Museu Histórico Nacional – Rio de Janeiro – RJ - Vistas do Rio de Janeiro, RJ – Data: 1922. Autor: SOARES, Mozart Augusto. Igreja dos Jesuítas no Morro do Castelo. Procedência: ALico59 021.767 a 021.929.

Museu Histórico Nacional – Rio de Janeiro – RJ – arrasamento do Morro do Castelo. Data: década de 1920. Autor desconhecido. Número do documento: 038.696 - 548k.

IEB – USP - Acervo: Mário de Andrade. Código de Ref.: MA-F-1734. Lote Germano Graeser Fotógrafo - Capela de São Miguel. Data: 1937.

IPHAN - Capela São Miguel Arcanjo – São Paulo – SP - 1622.

IPHAN - Seminário de Belém da Cachoeira – BA – 1686.

IPHAN - Igreja Jesuítica de Embu – SP – 1700 e Fotografia de Rogerio Entringer – 2013.

IPHAN - Igreja de São Pedro da Aldeia – RJ – 1723 e Fotografia de Rogerio Entringer – 2012.

IPHAN - Ruínas da antiga redução e da Igreja de São Miguel Arcanjo de 1735, atual Sítio Arqueológico de São Miguel das Missões - RS – 1735. Fotografia de Rogerio Entringer – 2013.

IPHAN - Antigo Colégio dos Jesuítas de Paranaguá e atual Museu de Arqueologia e Etnologia da UFPR - Paranaguá – PR - 1740/59. Fotografia de Rogerio Entringer – 2013.

IPHAN - Capela de Santo Antônio – São Roque – SP – 1681. Fotografia de Rogério Entringer – 2012.

IPHAN - Catedral de Salvador – Antigo Colégio dos Jesuítas – Salvador. Fotografia de Rogério Entringer – 2004.

IPHAN - Igreja de Santo Alexandre de Belém – PA - 1719.

IPHAN - Antiga Aldeia de Carapicuíba - SP fundada em 1580 e atual Igreja de São João Batista – 1736. Fotografia de Rogerio Entringer – 2012.

IPHAN - Igreja de Nossa Senhora da Assunção - Anchieta – ES - 1587 e 1600. Fotografia de Rogerio Entringer – 2012.

IPHAN - Colégio dos Reis Magos – Nova Almeida – ES - 1580/1615. Fotografia de Rogerio Entringer – 2012.

IPHAN - Pórtico da Igreja Nossa Senhora da Comandaroba - Laranjeiras (SE) – 1734.

IPHAN - Antiga Fazenda de Nossa Senhora da Conceição e Igreja de Santo Inácio de Loyola, atual Solar do Colégio de 1658, localizado em Campos dos Goytacazes – RJ. Fotografia de Rogerio Entringer – 2012.

Pátio da Igreja de São Roque e Pátio do Museu de Ciências Naturais – Lisboa. Fotografia de Rogério Entringer – 2022.

Colégio de Santo Antão – o Velho, Santa Casa de Misericórdia – Lisboa. Fotografia de Rogério Entringer – 2022.

Colégio de Santo Antão – O Novo, hoje Hospital São José visto da Mouraria - Fotografia de Rogério Entringer – 2022.

Casa Professa e sede da Santa Casa da Misericórdia, Museu e Arquivo – Lisboa. Fotografia de Rogério Entringer, 2022.

Antigo Noviciado da Cotovia, hoje Museu de Ciências Naturais – Lisboa. Fotografia de Rogério Entringer – 2022.

Igreja de São Roque – Lisboa – Portugal – Fotografia de Rogério Entringer – 2022.

Centro Histórico de Évora, Portugal – Fotografia de Rogério Entringer, 2022.

Colégio de São Paulo Braga, Portugal – Fotografia de Rogério Entringer, 2022.

Universidade de Évora, antigo Colégio do Espírito Santo, Portugal – Fotografia de Rogério Entringer, 2022.

Colégio do Santíssimo Nome de Jesus e Universidade de Coimbra – Portugal – Fotografia de Rogério Entringer – 2022.

Colégio de Nossa Senhora da Conceição e Sé de Santarém – Portugal – Fotografia de Rogério Entringer

Igreja e Colégio de São Lourenço, Porto - Portugal – Fotografia de Rogério Entringer

IPHAN - Torre da Igreja da Residência dos Reis Magos - Serra, Espírito Santo (ES) – Erich Hess. Fotografia P&B; 23,8 x 17,5 cm Número do documento F008892.

IPHAN - Igreja e Residência dos Reis Magos - Serra, Espírito Santo (ES) - Erich Hess. Fotografia P&B; 18,1 x 23,9 cm. Número do documento F114221.

IPHAN - Igreja e Residência dos Reis Magos - Serra, Espírito Santo (ES) sendo restaurada em 1944 - Erich Hess. Fotografia P&B. Número do documento F008858.

IPHAN - Igreja e Residência dos Reis Magos - Serra, Espírito Santo (ES) já restaurado. Fotografia P&B – provavelmente de 1945 - Erich Hess. Número do documento F090679A.

IPHAN - Igreja e Residência dos Reis Magos - Serra, Espírito Santo (ES) já restaurado. Fotografia P&B – 1945 - Erich Hess. Número do documento F008948

IPHAN - Igreja da Assunção e pátio anexo – ES - Erich Hess. Data – 1940. Número do Documento F008601

IPHAN - Igreja da Assunção - ES - Pátio interno - Erich Hess. Data – 1940. Número do documento F008602

IPHAN - Laranjeiras, Sergipe (SE, 1939) - Erich Hess. Fotografia P&B; 15,2 x 23,2 cm. Número do documento F024592

IPHAN - Casa de residência e Igreja do Colégio ou Tejupeba - Fazenda Iolanda - Itaporanga D'Ajuda, Sergipe (SE, 1939) - Erich Hess. Fotografia P&B; 15 x 23,3 cm. Número do documento F024505

IPHAN - Casa de residência e Igreja do Colégio ou Tejupeba - Fazenda Iolanda - Itaporanga D'Ajuda, Sergipe (SE, 1942) - Erich Hess. Fotografia P&B; 12 x 18 cm. Número do documento F024515

IPHAN - Rodrigo Melo Franco de Andrade com quem acreditamos ser a Sra. Sobral proprietária da Igreja da Camandaroba em Laranjeiras, SE – 1939. Número F024606.

IPHAN - Conjunto Arquitetônico e Paisagístico do Município de Porto Seguro (BA, 1939) - Erich Hess. Fotografia P&B; 17,3 X 24,5 cm. Número do documento F001181

IPHAN - ACI/RJ- Erich Hess (autorretrato) com Rodrigo de Melo e Franco e militares na Fortaleza de Santa Cruz – Niterói – RJ – 1939. ACI/RJ. Série Inventários.

IPHAN - Instituto Tom Jobim - Lucio Costa com Rodrigo de Melo e Franco e militares na Fortaleza de Santa Cruz – Niterói – RJ – 1939. ACI/RJ. Foto de Erich Hess – Número do documento VII A 02-02334 L.

IPHAN - Púlpito da igreja jesuítica de Embu, São Paulo (SP) – Germano Graeser. Fotografia P&B; 29,3 x 23,3 cm. Número do documento F042814

IPHAN - Sacristia da igreja do antigo colégio da Bahia - Salvador, Bahia (BA) - Silvanísio Pinheiro. Fotografia P&B; 17,3 x 23,5 cm. Número do documento F002995

IPHAN - Terça decorada da capela da antiga aldeia de Carapicuíba – SP – Germano Graeser. Fotografia P&B; 23,6 x 17,1 cm - Número do documento - F022313

IPHAN - Frontispício da antiga aldeia de Carapicuíba, São Paulo (SP) - Germano Graeser. Fotografia P&B; 21 x 28,4 cm. Número do documento F120023

IPHAN - São Miguel - São Paulo (SP) - Germano Graeser. Fotografia P&B; 21,3 x 29,9 cm Número do documento F042801

IPHAN - Altar mór coluna da antiga igreja Matriz de São Vicente - Germano Graeser. Fotografia P&B; 23,8 x 17,7 cm. Número do documento F024280

IPHAN - Embu - São Paulo (SP) - Germano Graeser. Data – 1947. Número do documento F022607

IPHAN - Pátio interno da Igreja de Embu – SP - Germano Graeser. Data – 1947. Número do documento F022612

IPHAN - Igreja de Embu – SP - Germano Graeser. Data – 1947. Número do documento F022631

Instituto Tom Jobim - Documento. Lúcio Costa, Rodrigo M. F. de Andrade e militares, anos 40. Fotografia de Erich Hess. Número documento –VII A 02-02334 L

Arquivo Nacional da Torre do Tombo - Na Sessão Inaugural Do Instituto Luso-Brasileiro De Alta Cultura. [Identificados No Álbum:] Dr. Rafael Neves Da Silva Duque; Dr. José Silvestre Ferreira Bossa; Dr. Guerra Duval; Dr. Armindo Monteiro; Dom Manuel Gonçalves Cerejeira; Dr. António De Oliveira Salazar; General António Óscar De Fragoso Carmona; Dr. Afrânio Peixoto; Tenente-Coronel Henrique Linhares De Lima; Coronel Abílio Augusto Valdez De Passos E Sousa; Engenheiro Duarte Pacheco; Dr. Eusébio Tamagnini; Engenheiro Sebastião Ramires; Dr. Bento Carqueja. Código de Referência: Pt/Tt/Epjs/Sf/001-001/0034/0805j. Data: 1935-05-18.

Arquivo Nacional da Torre do Tombo - A Mesa Da Presidência Da Sessão Inaugural Do Instituto Luso-Brasileiro De Alta Cultura. [Identificados No Álbum:] Dom Manuel Gonçalves Cerejeira; Dr. Caeiro Da Mata; Dr. António De Oliveira Salazar; General António Óscar De Fragoso Carmona; Dr. Armindo Monteiro; Dr. Júlio Dantas; Joaquim Leitão. Código de Referência: Pt/Tt/Epjs/Sf/001-001/0034/0803j. Data: 1935-05-18.

Arquivo Nacional da Torre do Tombo - Durante A Visita Dos Presidentes Da República E Do Conselho, E Ministros Das Colónias E Das Obras Públicas, À Exposição Histórica Da Ocupação Portuguesa. [Identificados No Álbum:] Major Lamas; Dr. Francisco Vieira Machado; Major Joaquim Abranches; Dr. António De Oliveira Salazar; General António Óscar De Fragoso Carmona; Dom Manuel Gonçalves Cerejeira. Código de Referência: Pt/Tt/Epjs/Sf/001-001/0045/1238l. Data: 1937-06-19.

Arquivo Nacional da Torre do Tombo – Lisboa (PT) - O ministro das colónias com alguns dos seus colaboradores na exposição histórica da expansão portuguesa no mundo. [Identificados no álbum:] Quirino da Fonseca; capitão António José Caria; padre Serafim Leite; dr. Francisco Vieira Machado; Júlio Caiola; dr. Manuel Múrias. Código de referência pt/tt/epjs/sf/001-001/0046/1912l. data: 03-09-1937

Arquivo Nacional da Torre do Tombo – Lisboa (PT) - Sessão do Congresso da História da Expansão Portuguesa no Mundo, na Escola Superior Colonial. [Identificados no álbum:] reverendo dr. Serafim Leite; Luís Chaves. Código de Referência PT/TT/EPJS/SF/001-001/0045/1653L. Data: 26-07-1937

Arquivo Nacional da Torre do Tombo – Lisboa (PT) - Algumas das personalidades que assistiram à 1ª reunião da Academia Portuguesa da História, na Torre do Tombo. [Identificados no álbum:] dr. Laranjo Coelho; Afonso de Ornelas; Fontoura da Costa; Conde de Tovar; Araújo Jorge (Embaixador do Brasil); dr. António Garcia Ribeiro de Vasconcelos; dr. José Maria Rodrigues; dr. Jordão de Freitas; dr. Manuel Múrias; dr. Damião Peres; dr. Júlio Dantas; Augusto Botelho da Costa Veiga; dr. Silva Carvalho; dr. Serafim Leite; dr. Queirós Veloso. Código de Referência PT/TT/EPJS/SF/001-001/0053/1050M. Data: 02-04-1938

Arquivo Nacional da Torre do Tombo – Lisboa (PT) - O Ministro das Colónias com os seus colaboradores na Exposição Histórica da Ocupação, que ontem foram condecorados. [Identificados no álbum:] Manuel Peixoto; Amadeu Cunha; general Teixeira Botelho; dr. Francisco Vieira Machado; dr. Serafim Leite; Luís de Montalvor. Código de Referência PT/TT/EPJS/SF/001-001/0054/1361M. Data: 28-04-1938.

Arquivo Nacional Torre do Tombo (Lisboa - PT) - António ferro com o Embaixador do Brasil e outras pessoas que lhe foram apresentar cumprimentos à sua partida para o Brasil. Estão identificados com numeração, no álbum: Júlio Cayolla; dona Fernanda de Castro Ferro; Guilherme Pereira de Carvalho; dr. Artur Guimarães de Araújo Jorge - embaixador do Brasil; António Ferro; António Eça de Queiroz. Autor: não identificado. Datas: 1941-07-09. Código de referência: PT/TT/EPJS/SF/001-001/0081/1487P

Arquivo Nacional Torre do Tombo (Lisboa, PT) - Chegada a Lisboa, de Regresso do Brasil, do Agente Geral Das Colónias, Júlio Cayolla. Estão identificados com numeração, no álbum: dona Marieta Cayolla; Júlio Cayolla. Autor: não identificado. Datas: 1941-12-23. Código de referência: PT/TT/EPJS/SF/001-001/0082/2670P

Arquivo Nacional da Torre do Tombo – Lisboa (PT): O académico brasileiro Dr. Gustavo Barroso, discursando na Academia das Ciências. Estão identificados com numeração no álbum: reverendo Dr. Serafim Leite; Dr. Queirós Veloso; Dr. Manuel Múrias; Dr. Gustavo Barroso.

Código de referência: PT/TT/EPJS/SF/001-001/0078/3349O. Data: 20/11/1940.

Arquivo Nacional da Torre do Tombo – Lisboa (PT) - O Embaixador do Brasil com os convidados à festa em honra dos membros da Comissão Executiva do Brasil nas Comemorações Centenárias de Portugal. Estão identificados com numeração no álbum: tenente João Maria de Almeida; Dr. Geysa Boscoli]; Dr. Araújo Jorge; capitão Manuel Parménio da Silva; Dr. Júlio Dantas; Luís Marques [Putiam?]; senhora de Araújo Jorge; Gustavo Barroso; professor doutor Caeiro da Mata; A. Navaro da Costa; professor doutor Cunha Gonçalves. Código de Referência: PT/TT/EPJS/SF/001-001/0079/0176P. Data: 27/01/1941.

Arquivo Nacional da Torre do Tombo – Lisboa (PT) - Durante a cerimónia da benção do terreno onde vai ser construído o Pavilhão do Brasil, na Exposição do Mundo Português. Estão identificados com numeração, no álbum: Dr. Araújo Jorge; D. Maria do Carmo de Fragoso Carmona; Dr. Júlio Dantas. Código de Referência: PT/TT/EPJS/SF/001-001/0072/5817N. Data: 16-12-1939.

Arquivo Nacional da Torre do Tombo – Lisboa (PT): O Ministro da Educação Nacional durante a sua visita ao Pavilhão do Brasil, na Exposição do Mundo Português. Estão identificados com numeração no álbum: Navarro da Costa; Dr. Mário de Figueiredo; Dr. Araújo Jorge. Código de referência: PT/TT/EPJS/SF/001-001/0077/3188O. Data: 30/10/1940.

Arquivo Nacional da Torre do Tombo – Lisboa (PT): António Ferro com o Embaixador do Brasil e outras pessoas que lhe foram apresentar cumprimentos à sua partida para o Brasil. Estão identificados com numeração, no álbum: Júlio Cayolla; dona Fernanda de Castro Ferro; Guilherme Pereira de Carvalho; dr. Artur Guimarães de Araújo Jorge - embaixador do Brasil; António Ferro. Código de referência: PT/TT/EPJS/SF/001-001/0081/1487P. Data: 09/07/1941.

Arquivo Nacional da Torre do Tombo – Lisboa (PT): O Dr. Oliveira Salazar e o Embaixador do Brasil, firmando o Protocolo no Acordo Comercial de 1933. Estão identificados com numeração, no álbum: dr. Oliveira Salazar; dr. Francisco de Paula Brito Júnior - cônsul geral do Brasil; dr. Araújo Jorge - embaixador do Brasil; dr. Roberto Mendes Gonçalves. Código de referência: PT/TT/EPJS/SF/001-001/0081/1562P. Data: 21/07/1941.

Arquivo Nacional da Torre do Tombo – Lisboa (PT): António Ferro, ao desembarcar, abraçou o Embaixador do Brasil. Estão identificados com numeração, no álbum: António Ferro; dr. Araújo Jorge; José Pessoa, conde de Vinhais. Código de referência: PT/TT/EPJS/SF/001-001/0083/0046Q. Data: 07/01/1942.

Arquivo Nacional da Torre do Tombo – Lisboa (PT): António Ferro fala ao microfone, à sua chegada. Estão identificados com numeração, no álbum: dr. Araújo Jorge; Guilherme Pereira de Carvalho; almirante Gago Coutinho; dr. Augusto de Castro; dona Fernanda de Castro Ferro; António Ferro; dr. Vieira N. Código de referência: PT/TT/EPJS/SF/001-001/0083/0046Q. Data: 07/01/1942.

Núcleo de Memória da PUC-RJ - Acervo de Fotos do Projeto Comunicar. Solenidade da instalação das Faculdades Católicas com a presença do pe. Leonel Franca, S.J. e então presidente Getúlio Vargas. Data: 15/3/1941. Número do documento: cg0049_044

Centro Português de Fotografia - Visita do arquiteto Lucio Costa ao solar dos Bertandos. Fonte: Duas fotografias. Porto, Portugal, data 05-01-1961. Códigos de Referência: PT/CPF/OLF/0042/000006 e PT/CPF/OLF/0042/000007

Centro Português de Fotografia - Estação de S. Bento, despedida de arquiteto Lúcio Costa. Fim da visita do Arquiteto Lúcio Costa ao Porto, vendo-se à sua direita o Arquiteto Carlos Ramos, diretor da Escola Superior de Belas Artes do Porto. Data: 05-1961- Códigos de Referência: PT/CPF/OLF/0042/000009

Cartografias

Planta da antiga fazenda dos jesuítas de Santa Cruz transformada em Imperial Fazenda de Santa Cruz (1848), documento cart326127 – Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro (RJ).

Serviço de Documentação da Marinha – Mapoteca e Divisão de Obras Raras – Rio de Janeiro – RJ - FUNCK, Jacques. Plan de l'Apartment le plus bas de l'Hospital au Premier Etage rez de chaussée, coupe dans la ligne sur le profil. Arquivo Lavradio.

Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro – RJ - Missão de São Miguel – Documento número 1033420fo11 - Data - 1756

Projeto Arquitetônico: Plantas e Desenhos

Arquivo Geral do IPHAN – RJ - Desenho da Igreja de São Miguel das Missões feito por Lucio Costa em seu parecer. Série Personalidades – Lucio Costa. Documento: 0148_LC INT. P.13. Data: 20/12/1937.

Instituto Antônio Carlos Jobim – Casa de Lucio Costa – RJ: Museu das Missões: Museu e casa do zelador - Autor: Lucio Costa - Data: 1937 – Arquivo: III A 42-00006 L.

Instituto Antônio Carlos Jobim – Casa de Lucio Costa – RJ: Casa Hungria Machado: Planta de situação - Autor: Lucio Costa - Data: 1940-1949 – Arquivo: III_A_18-00348_L

Instituto Antônio Carlos Jobim – Casa de Lucio Costa – RJ: Casa Saavedra: projeto - Autor: Lucio Costa - Data: 2004-04-25 - Cópia manuscrita por Maria Elisa Costa, do projeto original que se encontra com Gilda Saavedra, proprietária da Casa Saavedra. Arquivo: III A 25-01260 L.

Instituto Antônio Carlos Jobim – Casa de Lucio Costa – RJ: Casa Saavedra: projeto - Autor: Lucio Costa. Arquivo: III A 25-01256 L.

Instituto Antônio Carlos Jobim – Casa de Lucio Costa – RJ: Ministério da Educação e Saúde: Plantas. Autor: Lucio Costa | Oscar Niemeyer | Affonso Eduardo Reidy | Jorge Moreira | Carlos Leão | Ernani Vasconcellos. Autor: Lucio Costa | Oscar Niemeyer | Affonso Eduardo Reidy | Jorge Moreira | Carlos Leão | Ernani Vasconcellos. Data: 1930-1939. Descrição: Plantas do térreo, do andar para exposições e conferências, do 1º pavimento e do andar tipo.

Instituto Antônio Carlos Jobim – Casa de Lucio Costa – RJ: Planta da casa Heloísa e Roberto Marinho de Azevedo-Correias. Autor: Lucio Costa. Data: 1940-1949. Descrição: Planta e corte. Tipo: projeto. Arquivo: III A 17-00113 L.

Instituto Antônio Carlos Jobim – Casa de Lucio Costa – RJ: Casa sem dono 1: anteprojeto, plantas, 1930. Fonte: Instituto Tom Jobim, documento nº III A 27-01108 L.

Instituto Antônio Carlos Jobim – Casa de Lucio Costa – RJ: Monlevade, pilotis das casas, 1937, Lucio Costa. Fonte: Instituto Tom Jobim e Casa de Lucio Costa, documento III_C_03-03855_L.

Lucio Costa – Obras Completas - UNIRITTER – RS - Redesenhos 2D - Museu das Missões, Casa Hungria Machado, Casa Barão de Saavedra. Redesenho por Lalisce Horta. Orientado por Alex Brino, Anna Paula Canez e Marcos Almeida.

Lucio Costa - Maquete da Casa Pedro Paulo Paes de Carvalho – UFPB - Laboratório Pesquisa Projeto Memória (LPPM) - Departamento de Arquitetura do Centro de Tecnologia.

Instituto Antônio Carlos Jobim – Casa de Lucio Costa – RJ: “Itinerários Portugal”, mapa da trajetória percorrida por Lucio Costa em sua viagem a Portugal em 1952. Autoria de Maria Elisa Costa. Documento número IV_B_04-05000_L.jpg

Instituto Antônio Carlos Jobim – Casa de Lucio Costa – RJ: Bloquinhos de Portugal, conjunto de cinco pequenos blocos com desenhos e anotações manuscritas a grafite. Em 2012 foi feita Exposição "Arquitetura Popular Portuguesa no traço de Lucio Costa, no Rio de Janeiro e em Lisboa, com publicação de catálogo onde registrou em 5 bloquinhos, com croquis e anotações, os itinerários:

- 1) “Bloquinhos de Portugal: Suíço, Croquis”, Lucio Costa, 1952. Documento número IV.B.04-Portugal. Registros de viagem ao interior de Portugal, em 1952-1953. Colégio de São Lourenço do Porto. Colégio e Igreja de São Paulo de Braga.
- 2) “Bloquinhos de Portugal: Ocre, Croquis”, Lucio Costa, 1952. Documento número IV.B.04 – Portugal. Colégio e Igreja do Espírito Santo de Évora. Sé de Santarém.
- 3) “Bloquinhos de Portugal: Azul, Croquis”, Lucio Costa, 1952. Sé Nova de Coimbra.

ARQUIVOS, BIBLIOTECAS, FUNDAÇÕES, INSTITUTOS E MUSEUS CONSULTADOS E PESQUISADOS

Arquivo da Universidade de Coimbra – Coimbra (PT)

Arquivo Distrital de Braga – Braga (PT)
Arquivo Distrital de Évora – Évora (PT)
Arquivo Distrital de Santarém – Santarém (PT)
Arquivo Distrital do Porto – Porto (PT)
Arquivo Gustavo Capanema – CPDOC- FGV (RJ)
Arquivo Histórico - Santa Casa da Misericórdia de Lisboa (PT)
Arquivo Histórico Ultramarino – Lisboa (PT)
Arquivo Nacional (RJ)
Arquivo Nacional da Torre do Tombo – Lisboa (PT)
Arquivo Noronha Santos – IPHAN – (RJ)
Arquivo Português de Fotografia – Porto (PT)
Biblioteca Nacional Portuguesa (PT)
Biblioteca Nacional (RJ)
Casa de Lucio Costa (RJ)
Diretoria do Patrimônio Histórico e Documentação da Marinha (DPHDM) (RJ)
Hemeroteca Digital de Lisboa (PT)
Instituto Nacional do Patrimônio Cultural (INEPAC-RJ)
Instituto Antônio Carlos Jobim (RJ)
Instituto de Estudos Brasileiros – IEB – USP (SP)
Museu Histórico Nacional (RJ)
Núcleo de Memória da PUC-Rio (RJ)
Património Cultural – Direção Geral do Património Cultural - SIPA - Sistema de Informação para o Património Arquitectónico (PT)
Rede de Arquivos do IPHAN

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANDRADE, Carlos Drummond. A Máquina do Mundo. **Revista A Ordem**, ed. 5B. Rio de Janeiro, 1949. Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional (RJ).

ANDRADE, Carlos Drummond. **Boitempo: Esquecer para lembrar**. São Paulo: Companhia das Letras, 2017.

ANDRADE, Carlos Drummond. **Claro Enigma**. Rio de Janeiro: Editora Record, 2006.

ANDRADE, Carlos Drummond. Lucio Costa e o papel mágico. **Jornal do Brasil**. Rio de Janeiro, ed,331, 1982, p.02.

ANDRADE, Carlos Drummond de. Lucio Costa na Repartição. **Jornal do Brasil**. Rio de Janeiro, ed. 326, 1982, p. 12.

ANDRADE, Carlos Drummond. **Nova reunião: 23 livros de poesia**. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

ANDRADE, Carlos Drummond. **O padre, a moça. Lição de Coisas**. Editora José Olympio: Rio de Janeiro,1962.

ANDRADE, Carlos Drummond. Ode a Jackson de Figueiredo. **Revista A Ordem**, ed. 1B. Rio de Janeiro, 1955.

ANDRADE, Carlos Drummond. **Versiprosa**. São Paulo: Companhia das Letras, 2017.

ARÊDES, Ana Carolina Machado. **Arte e Estado: Portinari e sua correspondência como um espaço de “sociabilidade intelectual” (1920-1945)**. Mariana (MG): UFOP (mestrado), 2015.

ARGAN, Giulio Carlo. **História da Arte como História da Cidade**. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

ARGAN, Giulio Carlo; FAGIOLO, Maurizio. **Guia de História da Arte**. Lisboa: Editorial Stampa, 1994.

ARGAN, Giulio Carlo. **Projeto e Destino**. São Paulo: Ática, 2004.

BARBOSA, Álvaro. A Arquitetura Templária de Tomar: Espaço, Mística e Lenda. In: EUSTÁQUIO, Francisco de Souza (Coord.). **O legado das Ordens do Templo e de Cristo em Portugal : história, património, símbolo & espiritualidade**. Sintra: Zéfiro, 2017, pp.249-273.

BARBOSA, Fulvia Giglio. **A Relação entre Estado-Igreja e a Política Educacional Brasileira nos anos 1937-1955**. (mestrado). 254 f. Fundação Getúlio Vargas, Instituto de Estudos Avançados em Educação, Departamento de Filosofia da Educação, 1992.

BARTHES, Roland. **A Câmara Clara**. Edições 70, 2003.

BAZIN, Germain. **A arquitetura Religiosa Barroca no Brasil**. Rio de Janeiro: Record, 1983.

BEATA, Rodrigo Espinha. “A crítica de cunho modernista à arquitetura colonial e ao Barroco no Brasil: Lucio Costa e Paulo Santos”. **Cadernos de Arquitetura e Urbanismo**. Belo Horizonte, Vol. 10., N. 11., pp. 35-56, dez. 2003.

BLOCH, Marc. **Apologia da História ou o Ofício do historiador**. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 2001.

BOMENY, Helena. **Constelação Capanema: intelectuais e políticas**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2001.

BORGES, Luiz C. As Línguas Gerais e a Companhia de Jesus – Política e Milenarismo. **Cadernos de Estudos Linguísticos**. Campinas. Jul./Dez. 2004, pp.171-194.

BOSI, Alfredo. Fenomenologia do Olhar. In: [NOVAES, Adauto]. **O Olhar**. Companhia das Letras: São Paulo, 1988.

BOTELHO, André Amud; VIVIAN, Diego; BRUXEL, Laerson. **Museu das Missões**. Brasília: Instituto Brasileiro de Museus, 2015.

BOURDÉ, Guy; MARTIN, Hervé. **As Escolas Históricas**. Lisboa: Fórum da História/Publicações Europa América, 1983.

BOURDIEU, Pierre. **O Poder Simbólico**. Lisboa: Difel, 1989.

BOVO, Thaís Thomaz. **Arte Religiosa de Cândido Portinari: entre o social, o político e o sagrado**. São Paulo: USP (tese doutorado), 2018.

BOXER, Charles R. **A Igreja e a Expansão Ibérica (1440-1770)**. Lisboa, Edições 70 Ltda, 2013.

BRANDÃO, Renato Pereira. **O aldeamento jesuítico de São Lourenço: a herança templária na construção da espacialidade missionária brasileira**. (mestrado) - EBA-UFRJ: Rio de Janeiro: 1991.

BRAUDEL, Fernand. “História e Ciências Sociais - A longa duração”. **Revista de História USP**. São Paulo: 1965. Vol. 30.,N. 62., Abril-Junho.,pp.261-294.

BRITO, Ricardo de. A presença e o papel da religião nas Comemorações Centenárias de 1940. **Lusitania Sacra**. 24, Jul-Dez, 2011.

BRUAND, Yves. **Arquitetura contemporânea no Brasil**. São Paulo: Perspectiva, 2002.

BURKE, Peter. **A Escrita da História: Novas Perspectivas**. São Paulo: Editora UNESP, 1991.

BURY, John. **Arquitetura e Arte no Brasil Colonial**. OLIVEIRA, Miryam Andrade Ribeiro (org). Brasília: IPAHN-Monumenta, 2006.

CALABRESE, Omar. **A Linguagem da Arte**. Lisboa: Editorial Presença, 1986.

CAMACHO, Joana Cristina Pestana. **O Enquadramento Teórico e Conceptual da Ação da DGEMN (1931-1975)**. 100 f. (Mestrado). Lisboa, PT. Instituto Universitário de Lisboa, Escola de Sociologia de Políticas Públicas, Departamento de História, 2018.

CARDOSO, Ciro, Flamarion; VAINFAS, Ronaldo. **Domínios da História: ensaios de teoria e metodologia**. Rio de Janeiro: Editora Campus, 1997.

CARDOSO, Luiz Antonio Fernandes; SANTOS, Joaquim Manuel Rodrigues dos. Estado Novo Português e Estado Novo Brasileiro: Afinidades e divergências nas relações com o patrimônio arquitetônico (Décadas de 1930 e 1940). **Encontro Internacional Arquimemória 4: Sobre Preservação do Patrimônio Edificado**. Salvador: UFBA, 2013.

CARLUCCI, Marcelo. **As casas de Lucio Costa**. (mestrado) - IAU-USP. São Carlos, 2005.

CARVALHO, Anna Maria Fausto Monteiro de. “Utopia e Realidade: Real Colégio de Jesus da cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro”. In: **A Forma e a Imagem**. PUC-RJ: Rio de Janeiro, 1990/1991.

CARVALHO, Marcus Vinicius Corrêa. O Instituto Nacional do Livro e os modernistas: questões para a História da Educação Brasileira. **Cadernos de História da Educação** – v. 11, n. 2 – jul./dez. 2012, pp.543-557.

CAVALCANTI, Lauro. Le Corbusier, O Estado-Novo e a formação da arquitetura moderna brasileira. in: [GUERRA NETO, Abílio]. **Textos Fundamentais sobre História da Arquitetura Moderna no Brasil**. Vol.1., São Paulo: Romano Guerra, 2010. p. XX-XXX.

CAVALCANTI, Lauro; LAGO, André Corrêa do. “Ainda moderno? Arquitetura brasileira contemporânea”. **Arquitextos**, [s/l], n. 066.00, ano 06, [s/p.], nov. 2005. Disponível em: <https://vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/06.066/404>. Acesso em: 04 jun. 2023.

CERÁVOLO, Ana Lúcia. Interpretações do patrimônio: arquitetura e urbanismo moderno na constituição de uma cultura de intervenção no Brasil, anos 1930-60. XXXf. (Doutorado). Escola de Engenharia de São Carlos, 2010.

CERTEAU, Michel de. **A Escrita da História**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2002.

CHAUÍ, Marilena. “Janela da Alma, Espelho do Mundo”. In: [NOVAES, Adauto]. **O Olhar**. Companhia das Letras: São Paulo, 1988.

CHEREGATI, Jesus Henrique. **Estruturas formais: Casas Modernas Brasileiras (1930-1950)**. UFRGS. Dissertação de Mestrado, 2007.

CHUVA, Márcia. **Assentamentos jesuítcos: territórios e significados**. Rio de Janeiro: IPHAN/Copedoc, 2008.

CHUVA, Márcia. História e Patrimônio: entre o risco e o traço, a trama. pp.11-24. In: **REVISTA DO IPHAN**. Brasília: Ministério da Cultura, n.34, 2012.

CONDURU, Roberto. “A contemporaneidade do ecletismo modernista”. In: [NOBRE, Ana Luiza]. **Um modo de ser moderno: Lucio Costa e a crítica contemporânea**. São Paulo: Cosac & Naify, 2004.

CONDURU, Roberto. Artíficos para inventar e destruir...In: **REVISTA DO IPHAN**. Brasília: Ministério da Cultura, n.34, 2012, pp.131-145.

COSTA, Eduardo A. **‘Brazil Builds’ e a construção de um moderno, na arquitetura brasileira**. (mestrado) - UNICAMP, Campinas, 2009.

COSTA, Eduardo Augusto. “Uma trajetória do Arquivo Fotográfico do Iphan: mudanças discursivas entre os anos 1970 e 1980”. **Anais do Museu Paulista**. São Paulo, Vol.24., N.1., Jan./Apr, 2016.

COSTA, Eduardo. **Arquivo, poder, Memória: Herman Hugo Graeser e o arquivo fotográfico do IPHAN**. (doutorado) - UNICAMP, Campinas, 2015.

COSTA, Lucio. “A Arquitetura dos Jesuítas no Brasil”. **Revista do IPHAN**. Rio de Janeiro, n. 5, p.105-169, 1941.

COSTA, Lucio. **Depoimento sobre o edifício Gustavo Capanema**. Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=M6XJJQ24okk>.> Acessado em 31.10.2018.

COSTA, Lucio. Depoimento. **A Vision of the Future**. Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=IrsFb9mX4TE> Acessado em 31.10.18

COSTA, Lucio. Leis dos Resultantes Convergentes. **Revista IPHAN**, n. 23. Brasília. 1994.

COSTA, Lucio. **Registro de uma vivência**. São Paulo: Editora Empresa das Artes, 1995.

COSTA, Sérgio. “O Brasil de Sérgio Buarque de Holanda”. **Sociedade e Estado**. [online], vol.29, n.3, 2014, pp.823-839.

CUNHA, Oscar Henrique Liberal de Brito. **A Fotografia na preservação do patrimônio cultural: uma abordagem preliminar**. Cadernos de Pesquisa e Documentação do IPHAN. COPEDOC/IPHAN, Rio de Janeiro, 2008.

CUSTÓDIO, Luiz Antônio Bolcato. Ordenamentos urbanos nas Missões Jesuíticas dos Guarani – parte 1. Arqutextos, São Paulo, ano 17, n. 200.05, **Vitruvius**, jan. 2017 <<https://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arqutextos/17.200/6398>>.

CZAJKOWSKI, Jorge (org.). **Guia da Arquitetura Moderna no Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Editora Casa da Palavra e Pref. Mun. Rio de Janeiro, 2000.

D’ALESSIO, Márcia Mansor. Metamorfoses do patrimônio: o papel do historiador. In: **REVISTA DO IPHAN**. Brasília: Ministério da Cultura, n.34, 2012, pp.79-89.

COMAS, Carlos Eduardo Dias. A arquitetura de Lúcio Costa: uma questão de interpretação. *in*: NOBRE, Ana Luiza; KAMITA, João Masao; LEONÍDIO, Otavio; CONDURU, Roberto. **Um modo de ser moderno: Lucio Costa e a crítica contemporânea**. São Paulo: Cosac & Naify, 2004, pp. 18-31.

COMAS, Carlos Eduardo Dias. **Precisões Brasileiras – Sobre um estado passado da arquitetura e urbanismos modernos a partir dos projetos de obras de Lucio Costa, Oscar Niemeyer, MMM Roberto, Affonso Reydi, Jorge Moreira & Cia – 1936-1945**. 340 f. (v. 1). (Doutorado). Universidade de Paris VIII Vincennes – Saint Denis, Paris, 2002.

COMAS, Carlos Eduardo Dias. Protótipo e Monumento, um Ministério, o Ministério. *in*: [GUERRA NETO, Abílio]. **Textos Fundamentais sobre História da Arquitetura Moderna no Brasil**. v. 1. São Paulo: Romano Guerra, 2010.

COMAS, Carlos Eduardo Dias. Uma certa arquitetura moderna brasileira: experiências a reconhecer. *in*: [GUERRA NETO, Abílio]. **Textos Fundamentais sobre História da Arquitetura Moderna no Brasil**. v. 1. São Paulo: Romano Guerra, 2010.

DIAS, Fabiano Vieira; CAMPOS, Martha Machado. “Pátios: espaços de introversão e captura da paisagem”. **Arquitetura e Paisagem Cultural. II – Colóquio Ibero Americano de Paisagem Cultural. Patrimônio e Projeto: desafios e perspectivas**. Belo Horizonte, 2012.

DOMINGOS, Simone Tiago. Os jesuítas e a unidade nacional segundo a Revista do IHGB (1839-1889). **Polít. cult.**, México, n. 31, p. 161-179, enero 2009.

DOSSE, François. **A história à prova do tempo – Da história em migalhas ao resgate do sentido**. São Paulo: Editora UNESP, 2001.

DUBOIS, Philippe: **O Ato Fotográfico**. Campinas: Papirus, 2009.

DUDOIS, Philippe. “A linha geral (as máquinas de imagens)”. **Cadernos de Antropologia e Imagem**. N.9., UERJ: Rio de Janeiro, 1999.

ENTRINGER, Rogério. **A Cruz e a Quadra na Arquitetura dos Jesuítas no Brasil: um discurso fotográfico**. 200 f. (Mestrado) – IAU – USP: São Carlos, 2015.

EUSTÁQUIO, Francisco de Souza (Coord.). **O legado das Ordens do Templo e de Cristo em Portugal : história, patrimônio, símbolo & espiritualidade**. Sintra: Zéfiro, 2017.

FABRIS, Annateresa. **Cândido Portinari**. São Paulo: Edusp, 1996.

FABRIS, Annateresa. **Portinari e a arte social**. Estudos Ibero-Americanos. Porto Alegre: PUC-RS, v. XXXI, n. 2, pp. 79-103, 2005.

FALCON, Francisco. História e Poder. In: [CARDOSO, Ciro, Flamarion; VAINFAS, Ronaldo]. **Domínios da História: ensaios de teoria e metodologia**. Rio de Janeiro: Editora Campus, 1997.

FAUSTO, Boris. **História do Brasil**. São Paulo: Edusp, 1999.

FERNANDES, Cybele Vidal. **Considerações sobre o espaço na arquitetura franciscana no Brasil**. Porto: CEPESE, 2013, pp. 281-307.

FERRARA, Lucrécia D'Aléssio. “A ciência do olhar atento”. **Trans/Form/Ação** [online]. 1987, Vol.9-10., pp.01-07.

FERRARA, Lucrécia D'Aléssio. **Leituras Sem Palavras**. São Paulo: Editora Ática. 1986.

FERRONATO, Beatriz Ana Zambon. Ideais dos pioneiros da Educação Nova: atualidade na educação contemporânea? **Educere - Revista da Educação**, v. 15, n. 2, p. 295-317, jul./dez. 2015.

FILGUEIRAS GOMES, Marco Aurélio. “Cultura Urbanística e Contribuição Modernista”. **Cadernos PPGFAUUFBA – Urbanismo Modernista. Brasil 1930-1960**. Edição Especial. Salvador: UFBA, 2005, pp11-30.

SAVIANI FILHO, Hermógenes. **A Era Vargas: desenvolvimentismo, economia e sociedade**. São Paulo: Editora Unesp, 2013.

FIOLHAIS, Carlos; FRANCO, José Eduardo. Os Jesuítas em Portugal e a ciência: continuidades e rupturas (Séculos XVI-XVIII). **Brotéria** 183, 2016, pp.09-28.

FLUSSER, Vilém. **Filosofia da Caixa Preta - Ensaio para uma futura filosofia da fotografia**. São Paulo: Hucitec, 1985.

FONSECA, Brenda Coelho; CERQUEIRA, Telma Soares. Mapeamento preliminar das atividades dos Fotógrafos no IPHAN (1937-1987). In: [LIMA, Francisca Helena Barbosa; MELHEM, Mônica Muniz; CUNHA, Oscar Henrique Liberal de Brito]. **A Fotografia na preservação do patrimônio cultural: uma abordagem preliminar**. Cadernos de Pesquisa e Documentação do IPHAN. COPEDOC/IPHAN, Rio de Janeiro, 2008.

FONTANA, Josep. **História: análise do passado e projeto social**. Bauru: Edusc, 1998.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do Poder**. Rio de Janeiro: Graal, 1998.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir: nascimento da prisão**. Ed. Petrópolis: Vozes, 2009.

FRAMPTON, Kenneth. **História Crítica Da Arquitetura Moderna**. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

FRANCA S.J., Leonel. **O método pedagógico dos jesuítas: o “Ratio Studiorum”: Introdução e Tradução**. Rio de Janeiro: Livraria Agir Editora, 1952.

FRANCA, Leonel. **Obras Completas**. Alocuções e Artigos. Tomo I. Rio de Janeiro: Livraria Agir Editora, 1954.

FRANÇA, José-Augusto. **O modernismo na Arte Portuguesa**. Lisboa. Biblioteca Breve, vol. 45, 1991.

FRANCASTEL, Pierre. **A realidade figurativa**. São Paulo: Perspectiva, 1993.

FRANCO, José Eduardo. O mito dos jesuítas para além do tempo do mito: no período do Estado Novo e do Regime Democrático. PUC-Portuguesa: **Lusitania Sacra**, 2ª série, 16, 2004, pp.411-430.

FRANCO, José Eduardo. O mito dos jesuítas para além do tempo do mito: no período do Estado Novo e do Regime Democrático. PUC-Portuguesa: **Lusitania Sacra**, 2ª série, 16, p. 411-430, 2004.

FÚRLONG CÁRDIFF, Guillermo. **Cartografía jesuítica del Río de la Plata**. Buenos Aires [Argentina]: Jacob Peuser, 1936.

GARCIA, José Luís Lima. A Agência Geral das Colónias/Ultramar e a propaganda no Estado Novo (1932-1974). In: PENA-RODRÍGUEZ, Alberto; PAULO, Heloisa. **A cultura do poder:**

a propaganda nos estados autoritários. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2016, pp.345-366.

GIEDION, Sigfried. **Espace, Time and Architecture**. Cambridge Harvard University Press, 1959.

GINZBURG, Carlo. **Mitos, Emblemas e Sinais - Morfologia e História**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

GOMES, Ângela de Castro. Autoritarismo e Corporativismo no Brasil: o legado de Vargas. *in*: BASTOS, Pedro Paulo Zahluth; FONSECA, Pedro Cezar Dutra (org.). **A Era Vargas: desenvolvimentismo, economia e sociedade**. São Paulo: Editora Unesp, 2012, p. 69-92.

GOMES, Ângela de Castro. **História e historiadores: a política cultural do Estado Novo**. Rio de Janeiro, FGV, 1996.

GORELIK, A. **Das vanguardas a Brasília. Cultura urbana e arquitetura na América Latina**, CIDADE: Ed. UFMG, 2005.

GORELIK, A. O moderno em debate: cidade, modernidade, modernização. *in*: MIRANDA, Wander Mello. **Narrativas da modernidade**. Belo Horizonte: Autêntica, 1999, p. 55-80.

GRIECO, Bettina Zellner. **Memórias do Patrimônio – Entrevista com Erich Joachim Hess**. Rio de Janeiro: IPHAN/DAF/Copedoc, 2013.

GUERRA NETO, Abílio da Silva. **Lúcio Costa: modernidade e tradição – montagem discursiva da arquitetura moderna brasileira**. (doutorado) - UNICAMP: Campinas: 2002.

GUERRA NETO, Abílio. **Textos Fundamentais sobre História da Arquitetura Moderna no Brasil**, v. 1, São Paulo: Romano Guerra, 2010.

GUIMARÃES, Manoel Luís Salgado. Nação e Civilização nos Trópicos: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o Projeto de uma História Nacional. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, n. 1, p.05-27, 1988.

HOBBSAWM, Eric. **Sobre História**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. “Capelas Antigas de São Paulo”. **Revista do SPHAN**. Rio de Janeiro: MEC, N.5., 1941.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. “Indicação”. **Revista A Ordem**. Rio de Janeiro: Centro Dom Vital, ed.,01 e 02,1929, pp.264-265.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Caminhos e Fronteiras**. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Cobra de Vidro**. São Paulo: Perspectiva: Secretaria da Cultura de Ciências e Tecnologia, 1978.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Monções**. São Paulo: Brasiliense, 1990.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Visão do Paraíso: os motivos edênicos no descobrimento e colonização do Brasil.** São Paulo: Editora Brasiliense, Publifolha, 2000.

HOORNAERT, Eduardo. **A igreja no Brasil-colônia: 1550-1800.** São Paulo: Brasiliense, 1994.

HORTA, José Silvério Baia. **Gustavo Capanema.** Recife: MEC e Fundação Joaquim Nabuco/Editora Massangana, 2010.

IANNI, Octavio. **O ciclo da revolução burguesa.** Petrópolis: Vozes, 1984.

IDÍGORAS, Ignacio Tellechea. **Inácio de Loiola: A Aventura de um cristão.** Braga: Editorial Secretariado Nacional do Apostolado da Oração, 2007.

KATINSKY, Júlio Robert. “Lucio Costa”. **Revista do IEB – USP.** N.12., São Paulo, 1972.

KOSSOY, Boris. **Fotografia & História.** São Paulo: Ateliê Editorial, 2001.

LACOUTURE, Jean. **Os jesuítas - A Conquista.** Lisboa: Referência/Editorial Stampa, 1993.

LE CORBUSIER. **Por uma Arquitetura.** São Paulo: Editora Perspectiva, 2002.

LE CORBUSIER. **Precisões. Sobre um estado presente da arquitetura e do urbanismo.** São Paulo: Coleção Face Norte. Cosac Naify, 2004.

LE GOFF, Jacques. **A História Nova.** São Paulo: Martins Fontes, 1990.

LE GOFF, Jacques. **História e Memória.** Campinas: Editora da UNICAMP, 1990.

LEHMKUHL, Luciene. **Entre tradição e modernidade: o Café e a imagem do Brasil na Exposição do Mundo Português.** [tese doutorado]. Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Santa Catarina: Florianópolis, 2002.

LEHMKUHL, Luciene. Um olhar plural sobre o moderno com a pintura de Portinari. **XXIV CBHA,** Rio de Janeiro, 2004.

LEHMKUHL, Luciene. O Café de Portinari na Exposição do Mundo Português – agente catalisador do neo-realismo. **Anais do Museu Nacional,** v. 54, 2021.

LEITE, Serafim. “Aldeia dos Reis Magos”. **Revista do SPHAN.** N.08.,1944.

LEITE, Serafim. “O Colégio de Santo Alexandre e a Igreja de São Francisco Xavier de Belém do Grão Pará”. **Revista do SPHAN.** N. 06.,1942.

LEITE, Serafim. **Arte e Ofícios dos Jesuítas no Brasil (1549-1760).** Lisboa/Rio de Janeiro: Edições Brotéria/Livros de Portugal,1953.

LEITE, Serafim. **História da Companhia de Jesus no Brasil. Tomo III: Norte: Fundações e Entradas - séculos XVII – XVIII.** Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro/ Livraria Portugália, 1943.

LEITE, Serafim. **História da Companhia de Jesus no Brasil. Tomo V: Da Baía ao Nordeste – Estabelecimentos e assuntos locais – séculos XVII – XVIII.** Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro/ Livraria Portugália, 1945.

LEITE, Serafim. **História da Companhia de Jesus no Brasil. Tomo VI: Do Rio de Janeiro ao Prata e ao Guaporé – Estabelecimentos e assuntos locais séculos XVII – XVIII.** Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro/ Livraria Portugália, 1945.

LEITE, Serafim. Os primeiros professores do Brasil. **Revista A Ordem**, ed,70,1936.

LEMOS, Carlos A.C. **História da Casa Brasileira.** São Paulo: Editora Contexto, 1989.

LEONÍDIO, Otávio. “Crítica e Crise: Lucio Costa e os limites do Moderno”. **Cadernos de Arquitetura e Urbanismo – UFMG.** Belo Horizonte, V. 13., N. 14., pp. 147-158, 2006.

LIMA, Alceu Amoroso.[**Abaixo-assinado dirigido a Arthur Ramos, solicitando-lhe o preenchimento do questionário por eles organizado, a fim de conhecer o pensamento da classe intelectual brasileira sobre a nacionalidade, frente à situação político-social do mundo**]. Rio de Janeiro, RJ: [s.n.], 27 jul. 1936. 5 f. Localização: Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, I-35,33,1657 Disponível em: http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_manuscritos/mss1301033/mss1301033.pdf. Acesso em: 26 maio 2023.

LIMA, Alceu Amoroso; COERÇÃO, Gustavo. A morte do padre Franca. **Revista A Ordem**, edição nº 68, 1948.

LISSOVSKY, Mauricio; SÁ, Paulo Sérgio Moraes. **Colunas da Educação: a construção do Ministério da Educação e Saúde.** Rio de Janeiro: Editora do IPHAN, 1996.

LOBO, Rui. A arquitectura das primeiras igrejas jesuítas em Portugal: São Roque de Lisboa e Espírito Santo de Évora. Confessionários, púlpitos e tribunas. In ZAMORA, Maria Isabel Álvaro; FERNÁNDEZ, Javier Ibáñez (org.). **La Compañía de Jesús y las Artes. Nuevas perspectivas de investigación.** Saragoça: Universidad de Zaragoza, 2014, pp.233-257.

LOPES, Antônio Herculano; VELLOSO, Monica Pimenta; PESAVENTO, Sandra Jatahy. **História e Linguagens: Texto, Imagem, Oralidade e Representações.** Rio de Janeiro: 7 Letras, 2006.

MAGALDI, Ana Maria Bandeira de Mello. A quem cabe educar? Notas sobre as relações entre a esfera pública e a privada nos debates educacionais dos anos de 1920-1930. **Revista Brasileira de História da Educação**, n. 5, p. XXX, jan./jun. 2003.

MANOEL, B. d’Orey, & DUARTE, C. J. Edifícios da Companhia de Jesus em Lisboa: potencialidades e metamorfoses. **Revista Arquitectura Lusíada**, (8), 59–77, 2017.

MARAVALL, J. A. **A cultura do Barroco. Análise de uma estrutura histórica.** São Paulo: Edusp, 1997.

MARTINS, Carlos Alberto Ferreira. Construir una Arquitectura, Construir um País. in: SCHWARTZ, Jorge. **Brasil, 1920-1950: De la Antropofagia a Brasília.** Valencia: IVAM - Institut Valencià d’Arte Modern, 2000. pp. 371 – 381.

MARTINS, Carlos Alberto Ferreira. Identidade Nacional e Estado no projeto modernista. Modernidade, Estado e Tradição. In: [GUERRA NETO, Abílio]. **Textos Fundamentais sobre História da Arquitetura Moderna no Brasil**. Vol.1., São Paulo: Romano Guerra, 2010.

MARTINS, Carlos Alberto Ferreira; CONTIER, Arnaldo Daraya. **Arquitetura e Estado no Brasil: elementos para uma investigação sobre a constituição do discurso moderno no Brasil: a obra de Lúcio Costa 1924-1952**. Universidade de São Paulo: São Paulo, 1988.

MARTINS, Fausto Sanches. **Jesuítas de Portugal (1542-1759): Arte, Culto e Vida Cotidiana**. Porto: Fausto Sanches Martins, D.L. 2014.

MASSERAN, Paulo Roberto. “O Barroco a luz do Modernismo: Lucio Costa e os Jesuítas”. **II Encontro de História da Arte - IFCH UNICAMP**. Campinas, 2006, pp. 383-392.

MASSIMI, Mariana. “A Psicologia dos Jesuítas: uma contribuição à História das Ideias Psicológicas”. **Psicologia: Reflexão e Crítica**. 2001, pp. 625-633.

MATOS, Cátia Almeida de. **Os Boletins da Direção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais**. 216 f. (Mestrado). Porto: FAUP, 2019.

MENDONÇA, Ana Waleska P. C. “A universidade no Brasil”. In: **Revista Brasileira de Educação**, n. 14 (2000): 131–94.

MICELI, Sérgio. **A Elite Eclesiástica Brasileira**. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

MICELI, Sergio. SPHAN: refrigério da cultura oficial. In: **REVISTA DO IPHAN**. Rio de Janeiro: Ministério da Cultura, n.22, 1987, pp.44-47.

MINDLIN, Henrique E. **Arquitetura moderna no Brasil**. Rio de Janeiro: Aeroplano, 1999.

NAJJAR, Rosana. “Para além dos cacos: a Arqueologia Histórica a partir de três superartefatos (estudo de caso de três igrejas jesuíticas)”. **Bol. Mus. Para. Emílio Goeldi**. Belém: Ciências Humanas, Vol.6, N.1, pp. 71-91, 2011.

NASCIMENTO, Flavia Brito do. Arquitetos Modernistas. In: [REZENDE, Maria Beatriz; GRIECO, Bettina; TEIXEIRA, Luciano; THOMPSON, Analucia]. **Dicionário IPHAN de Patrimônio Cultural**. Rio de Janeiro, Brasília: IPHAN/DAF/Copedoc, 2015.

NOBRE, Ana Luiza. **Fios Cortantes: Projeto e Produto, Arquitetura e Design no Rio de Janeiro (1950-1970)**. (Doutorado) - PUC-Rio. Rio de Janeiro, 2008.

NOBRE, Ana Luiza. **Um modo de ser moderno: Lucio Costa e a crítica contemporânea**. São Paulo: Cosac & Naify, 2004.

NOGUEIRA, Marco Aurélio. “Positividades e negatividades da herança Ibérica”. **Conferência em Intérpretes do Brasil**. Campinas: Espaço Cultural CPFL/ TV Cultura. 2003. Disponível em < <https://www.youtube.com/watch?v=DLvsGLRM-FI> > Acessado em 20/03/2017.

NUNES, Clarice, “As políticas públicas de educação de Gustavo Capanema no governo Vargas”. in: BOMENY, Helena. **Constelação Capanema: intelectuais e política**. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2001, p. 103–25.

NUNES, Maria de Fátima; SILVA, Augusto da (orgs.). **Da Europa para Évora e de Évora para o Mundo: A Universidade Jesuítica de Évora (1559 - 1759)**. Évora: Instituto Superior Económico e Social de Évora, 2009.

O CADERNO DE VIAGEM, O ENSINO E A PERCEPÇÃO DA CIDADE. NELAC. IAU-USP: São Carlos. Disponível < https://www.iau.usp.br/pesquisa/grupos/nelac/wp-content/uploads/2015/01/2010_SHCU_O-caderno-de-viagem-o-Ensino-e-a-Percep%C3%A7%C3%A3o-da-Cidade.pdf>

OLIVEIRA, Beatriz Santos de. **Espaço e Estratégia: considerações sobre a arquitetura dos jesuítas no Brasil**. Rio de Janeiro/Uberlândia: José Olympio Editora, 1988.

OLIVEIRA, Francisco de. “O Estado e o Urbano”. **Revista Espaço & Debates**. São Paulo. NERU.,N.6., pp36-54.

OLIVEIRA, Lúcia Lippi. **A questão nacional na Primeira República**. São Paulo, Brasiliense, 1990.

OLIVEIRA, Natália Cristina de. **Trajectoria intelectual do jesuíta Leonel Franca: educação e catolicismo (1923-1948)**. 242 f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Estadual de Ponta Grossa, Ponta Grossa, 2018.

OLIVEIRA, Natália Cristina de; CAMPOS, Névio de. Padre Leonel Franca: articulações religiosas no Centro Dom Vital e na Liga Eleitoral Católica. **Intellèctus**, Ano XIX, n. 2, p. 267-291, 2020.

OLIVEIRA, Natália Cristina de. Trajetória intelectual do padre Leonel Franca: catolicismo e ensino religioso no Brasil (1908-1948). **Revista Brasileira de História da Educação**, [online], v. 21, e168, 2021. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.4025/10.4025/rbhe.v21.2021.e168>. Acesso em: 29 maio 2023.

ORSO, Paulino José. **O surgimento da Universidade e o projeto burguês de educação no Brasil**. Campinas: Autores Associados, 2007.

OSÓRIO, Matheus. **Lucio Costa: O projecto moderno**. (Mestrado em Arquitectura). FAUP, Porto, Portugal, 2012.

PANDOLFI, Dulce. **Repensando o Estado Novo**. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getúlio Vargas, 1999.

PANOFSKY, Erwin. **Significado nas Artes Visuais**. São Paulo: Perspectiva, 1991.

PARDI, Maria Lucia. SPHAN/ IBPC: Informações sobre o órgão de preservação do patrimônio arqueológico brasileiro. **Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia**, 4: 230-236, 1994.

PATRIMÓNIO CULTURAL – DIREÇÃO GERAL DO PATRIMÓNIO CULTURAL - SIPA - SISTEMA DE INFORMAÇÃO PARA O PATRIMÓNIO ARQUITECTÓNICO <http://www.monumentos.gov.pt/site/app_pagesuser/Default.aspx>

PATRIMÓNIO ARQUITECTÓNICO SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE LISBOA (Volume I). Lisboa. Editor: SCML, Museu de São Roque, 2010.

PEDRO, Livia. **História da Companhia de Jesus no Brasil**: biografia de uma obra. 116 f. (Mestrado) – UFBA, Salvador, 2008.

PEIRCE, Charles Sanders. **Semiótica e Filosofia**. São Paulo: Cultrix, 1993.

PEIRCE, Charles Sanders. **Semiótica**. São Paulo: Perspectiva, 1999.

PEREIRA, Margareth da Silva. Quadrados Brancos: Le Corbusier e Lucio Costa. In: [NOBRE, Ana Luiza]. **Um modo de ser moderno**: Lucio Costa e a crítica contemporânea. São Paulo: Cosac & Naify, 2004.

PEREIRA, Nuno Teotónio. A Tutela do Património Construído: DGEMN/IPPAR – ambos necessários. Ambos insubstituíveis. **Pedra e Cal**, n.14, abril, 2002.

PÊSSOA, José; VASCONCELLOS, Elisabete Reis; e LOBO, Maria. **Moderno e Nacional**. Niterói: EdUFF, 2006.

PÊSSOA, José. Desenhar para compreender e lembrar: a arquitetura portuguesa no traço de Lúcio Costa, São Carlos, IAU-USP: **Revista Risco**, V.15, N.2, 2017.

PESSÔA, José. **Lucio Costa: Documentos de Trabalho**. Rio de Janeiro: IPHAN, 1999.

PIAZZA, Maria de Fátima Fontes. **Os Afrescos Nos Trópicos: Portinari e o Mecenato Capanema**. Florianópolis: UFSC (tese doutorado), 2003.

PINHEIRO, Maria Lucia Bressan. Trajetória das ideias preservacionistas no Brasil: as décadas de 1920 e 1930. In: **REVISTA DO IPHAN**. Brasília: Ministério da Cultura, n.35, 2017, pp.13-36.

POETA DAS SETE FACES. Direção de Paulo Thiago. 2002. (94 min.).

PUPPI, Marcelo. “Modernidade e academia em Lucio Costa - ensaio de historiografia”. **Revista de História da Arte e da Arqueologia**. N.1., Campinas: Unicamp, 1994, pp.124-142.

RAMOS, Tânia Beisl. Estado Novo e arquitetura. Redes sociais e patrimônio cultural moderno em Portugal e no Brasil. **Revista CPC**, São Paulo, n. 12, p. 31-53, maio/out. 2011.

REIS, José Carlos. **Teoria e História: Tempo histórico, história do pensamento histórico ocidental e pensamento brasileiro**. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 2012.

REVEL, Jacques. Microanálise e construção do social. In: [REVEL, Jacques]. **Jogos de Escalas**: a experiência da microanálise. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 1998.

REVISTA DO IPHAN. Brasília: Ministério da Cultura, n.23,1994.

REVISTA DO IPHAN. Brasília: Ministério da Cultura, n.30, 2002.

REVISTA DO IPHAN. Brasília: Ministério da Cultura, n.34, 2012.

REVISTA DO IPHAN. Brasília: Ministério da Cultura, n.35, 2017.

REVISTA DO IPHAN. Rio de Janeiro: Ministério da Cultura, n.22, 1987.

REVISTA DO SPHAN. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e da Saúde, n.01, 1937.

REVISTA DO SPHAN. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e da Saúde, n.02, 1938.

REVISTA DO SPHAN. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e da Saúde, n.04, 1940.

REVISTA DO SPHAN. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e da Saúde, n.05, 1941.

REVISTA DO SPHAN. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e da Saúde, n.06, 1942.

RIBEIRO, Cláudio Resende. "O espaço cordial: a conciliação dos tempos no espaço como exercício da barbárie na formação nacional brasileira". **III Seminário Internacional Políticas de la Memoria.** Buenos Aires: Centro Cultural de la Memoria Haroldo Conti, 2010.

ROCHA, João C. de C. Debate "Antropofagia e atualidade". **Comemorações 90 anos da Semana de Arte Moderna de 1922. Faculdade de Direito da USP.** São Paulo, 2012. Disponível em <<https://www.youtube.com/watch?v=KbfJQvV4erw>> Acesso em 20/04/ 2017.

RODRIGUES, Manuel Augusto. **D. Frei Bartolomeu dos Mártires e o Colégio de S. Paulo de Braga.** Lisboa: Lusitania Sacra, 1978, pp.101-133.

RODRIGUES, Leonardo Garcia. A Arquidiocese do Rio de Janeiro e o Pensamento Católico Conservador: Parceria entre Igreja, Estado e Intelectuais. **Recôncavo: Revista de História da UNIABEU,** ano 1, n. 2, p. XXX-YYY, jan./jul., 2012.

ROMEIRAS, Francisco Malta. Jesuit Historiography in Modern Portugal. *in: Jesuit Historiography Online,* 2017. Disponível em <http://dx.doi.org/10.1163/2468-7723_jho_COM_192570> Acessado em 21 jul. 2021.

ROMERO, Gabriel; FRAJNDLICH, Rafael Urano. **Modernidade Sagrada: Lucio Costa, Carlos Drummond de Andrade e a Igreja.** Salvador: 13 Seminário DOCOMOMO, 07-10 de out, 2019.

RUBINO, Silvana. Lucio Costa e o Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. **REVISTA USP,** São Paulo, n. 53, p. 6-17, 2002.

RUCKSTADTER, Flávio Massami Martins; MACHADO, M. C. G. Um projeto católico de nação: Serafim Leite S. J. (1890-1969) e a obra Páginas de História do Brasil. **Teoria e Prática Da Educação,** 18(1), 2015, pp-111-121.

RUCKSTADTER, Flávio Massami Martins; SKALINSKI, Oriomar. Os textos do Pe. Serafim Leite (S. J.) na Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro: um projeto formativo centrado na ideia de nação católica. Universidade Estadual de Ponta Grossa: **Práxis Educativa,** vol. 12, n. 1, p. 64-82, 2017.

RUFINONI, Simone Rossinetti. Mario e Drummond: nacionalismo, alteridade, arte. **Estudos avançados,** São Paulo: IEA-USP, v. 28, n.80, 2014, pp. 247-264.

SALÉM, Tânia. Do Centro Dom Vital a Universidade Católica. *in: SCHWARTZMAN, Simon. Universidades e Instituições Científicas no Rio de Janeiro.* Brasília: Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), 1982, pp.97-134.

- SAMAIN, Etienne. **O Fotográfico**. São Paulo: SENAC, 2005.
- SANGENIS, Luis Fernando Conde. “O Franciscano e o Jesuíta: tradições da educação brasileira”. **Educação & Realidade**, Porto Alegre, v. 43, n. 2, p. 691-709, abr./jun. 2018.
- SANTAELLA, Lúcia. **O que é Semiótica**. São Paulo: Editora Brasiliense, 2006.
- SANTOS, Mariza Veloso. “Nasce a Academia SPHAN”. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**. Rio de Janeiro, n. 24, 1997.
- SANTOS, Paulo F. **Barroco e o Jesuíta na Arquitetura do Brasil**. Rio de Janeiro: Kosmos, 1951.
- SANTOS, Paulo F. **Quatro Séculos de Arquitetura**. Rio de Janeiro: IAB, 1981.
- SANTOS, Paulo. **Formação de cidades no Brasil colonial**. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 2001.
- SCHWARCZ, Lilia Moritz. **Sobre o autoritarismo brasileiro**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.
- SCHWARTZMAN, Simon. Gustavo Capanema e a educação brasileira: uma interpretação. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**, v. 66, n. 153, p. 165-172, maio/ago. 1985.
- SCHWARTZMAN; Simon; BOMENY, Helena Maria Bousquet; COSTA, Vanda Maria Ribeiro. **Tempos de Capanema**. São Paulo: Paz e Terra, 2000.
- SEGAWA, Hugo. **Arquiteturas No Brasil 1900-1990**. São Paulo: Edusp, 1997.
- SEGAWA, Hugo. O fio de Lucio Costa. *in*: NOBRE, Ana Luiza; KAMITA, João Masao; LEONÍDIO, Otavio; CONDURU, Roberto. **Um modo de ser moderno: Lucio Costa e a crítica contemporânea**. São Paulo: Cosac & Naify, 2004, pp. 41-45.
- SERRA, Maurício. **Política, Religião e Economia em Alceu Amoroso Lima: o percurso de um liberal**. Belo Horizonte: UFMG, 2013.
- SILVA, Ademir Luiz da. “Tomar dos Templários: a sede portuguesa da Ordem dos Templários”. Goiânia: PUC-GO - **Revista Mosaico**, v.4, n.1, p.92-103, jan./jun. 2011.
- SILVA, Francisco Ribeiro da. **O Porto e o seu termo (1580-1640) - Os homens, as instituições e o poder**. (doutorado em História Moderna e Contemporânea). Faculdade de Letras da Universidade do Porto: Porto, 1985.
- SILVA, Raquel Henriques. **Cândido Portinari em Portugal: uma Exposição no Museu do Neo-Realismo**. Lisboa. Universidade Nova de Lisboa, 2018.
- SMITH, Robert C. Arquitetura Civil no Período Colonial. *In*: **REVISTA SPHAN**, no 17, 1963, pp.27-125.
- SMITH, Robert C. **The art of Portugal 1500-1800**. London: Weidenfeld and Nicolson, 1968.
- SONTAG, Susan. **Contra a Interpretação**. Porto Alegre: L&PM, 1987.

SOUZA, Márcia Cristina Soares Cabrera de. **Anísio Teixeira e a Educação brasileira: da formação intelectual aos projetos para a escola pública.** (Tese de Doutorado). 597 f. UFU, Programa de Pós-Graduação em Educação: Uberlândia, 2018.

SUZUKI, Marcelo. **Lina e Lucio.** (doutorado) - IAU – USP. São Carlos, 2010.

TAVARES, Paulo. **Lucio Costa era racista? Notas sobre Raça, Colonialismo e a Arquitetura Moderna Brasileira.** N-1 Edições, 2022.

TEIXEIRA, Luís Morais. A província de Portugal e Brasil numa rota de estudo e valorização do património jesuítico. **Lusíada. Arqueologia, história da arte e património.** Série: I, Números 2-4: Lisboa, 2004.

TELLES, Sophia. “Lucio Costa: monumentalidade e intimismo”. **Novos Estudos/CEBRAP.** N. 25., São Paulo, 1989. pp.75-94.

TELLES, Sophia. Arquitetura Modernista: um lugar sem espaço. In: [GUERRA NETO, Abílio]. **Textos Fundamentais sobre História da Arquitetura Moderna no Brasil.** Vol.1., São Paulo: Romano Guerra, 2010.

TÉO, Marcelo. **Murais à música de Cândido Portinari: da Primeira Missa à Primeira Aula de Música.** Florianópolis: UFSC, Anais do XV Encontro Estadual de História “1964-2014: Memórias, Testemunhos e Estado”, 2014.

TÉTART, Philippe. **Pequena História dos Historiadores.** Bauru: EDUSC, 2000.

THOMPSON, Analucia; LEAL, Cláudia F. Baeta; SORGINE, Juliana; TEIXEIRA, Luciano dos Santos. História e civilização material na Revista do Patrimônio. In: **REVISTA DO IPHAN.** Brasília: Ministério da Cultura, n.34, 2012, pp.167.

TIRAPELI, Percival. **Arte dos Jesuítas na Ibero América: Arquitetura, Escultura e Pintura.** São Paulo: Edições Loyola, 2020.

TOSTÕES, Ana. Moderno e nacional na arquitetura portuguesa. A descoberta da modernidade brasileira. In: PESSOA, José; VASCONCELLOS, Elisabete Reis; LOBO, Maria. **Moderno e Nacional.** Niterói, EdUFF, 2006.

TOSTÕES, Ana. **A idade maior: cultura e tecnologia na arquitectura moderna portuguesa.** 807 f. [Mestrado em História da Arte], Universidade Técnica de Lisboa – Instituto Superior Técnico, Lisboa, 2002.

TURNER, Paul. Venable. **Le Corbusier: Idéalisme & Mouvement Moderne.** Macula Éditions, 1987.

UCHOA, Livia; BARBOZA, Maria José. **A Companhia de Jesus e os índios na capitania do Rio de Janeiro. Séculos XVI, XVII e XVIII.** Rio de Janeiro: PUC, 2008.

VARGAS, Milton. **História da ciência e da tecnologia no Brasil: uma súmula.** São Paulo: Humanitas/FFLCH/ USP - Centro Interunidade de História da Ciência, 2001.

VASQUEZ, Pedro Afonso. Construções mentais e imagens reais - Notas sobre o diálogo entre arquitetura e fotografia. In: [LIMA, Francisca Helena Barbosa; MELHEM, Mônica Muniz;

CUNHA, Oscar Henrique Liberal de Brito]. **A Fotografia na preservação do patrimônio cultural**: uma abordagem preliminar. Cadernos de Pesquisa e Documentação do IPHAN. COPEDOC/IPHAN, Rio de Janeiro, 2008.

VELLOSO, Mônica Pimenta. **A Ordem: uma revista de doutrina, política e cultura católica**. R. Ci. pol., Rio de Janeiro, 21(3):117-160 jul./set. 1978, p.128.

VIANA FILHO, Luis. **Anísio Teixeira. A polêmica da Educação**. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1990.

VILLAÇA, Antônio Carlos. “Quarenta Anos de Crítica”. **Revista A Ordem**. Rio de Janeiro: Centro Dom Vital, ed. 4A,1959.

VILLAS BÔAS, Luciana. **O Hans Staden de Portinari: esquecimento e memória do passado colonial**. Pandaemonium, São Paulo, v. 19, n. 27, abr.-maio 2016, p. 103-125.

VILLOSLADA, R. G. **Santo Inácio de Loyola**. São Paulo: Edições Loyola, 1991.

WANG, David. Logical Argumentation. In: [WANG, David; GROAT, Linda]. **Architectural Research Methods**. New York: John Wiley & Sons, 2002, pp.301-340.

WILLIAMS, Daryle. Além da história-pátria - as missões jesuíticas - guaranis, o patrimônio da humanidade e outras histórias. In: **REVISTA DO IPHAN**. Brasília: Ministério da Cultura, n.34, 2012, pp.281-301.

WILLIAMS, Daryle. **Culture Wars in Brazil: the first Vargas Regime, 1930-1945**. Durham & London: Duke University Press, 2001.

WISNIK, Guilherme. “Plástica e anonimato: modernidade e tradição em Lucio Costa e Mário de Andrade”. **Novos Estudos CEBRAP** [online]. 2007, N.79., pp. 169- 193.

WISNIK, Guilherme. **Lúcio Costa**. São Paulo: Cosac & Naify, 2002.

ZEIN, Ruth Verde; BASTOS, Maria Alice Junqueira. **Brasil: Arquiteturas após 1950**. São Paulo: Perspectiva, 2010.

